

Prefácio

O que caracteriza a maioria dos prefácios é a falta de necessidade. Ou o prefaciador resume o livro, ou produz um ensaio marginal a partir dele. Em ambos os casos pouco pode fazer pelo texto, que vale ou não por si mesmo. O de Sergio Miceli vale muito, e por isso torna o prefácio mais do que inútil.

Eu o li agora pela segunda vez numa versão bastante retocada e tive a mesma impressão favorável, a mesma idéia de que está abrindo caminho novo na interpretação do papel dos intelectuais na sociedade brasileira contemporânea. De certo modo, em continuação ao pequeno estudo do autor sobre os "anatólios", designação feliz que na sua extrema condensação semântica vale por um golpe de vista em profundidade.

Tanto lá como aqui estamos diante de um investigador tenso e honesto, que procura levar a verdade o mais longe possível, num terreno escorregadio e cheio de armadilhas. Digo isso porque nesse caso o autor acaba sendo também objeto do estudo; pelo menos na medida em que pertence ao que um proustiano poderia por extensão talvez indevida mas sugestiva chamar a "grande e lamentável família" dos intelectuais, todos mais ou menos mandarins quando se relacionam com as instituições, sobretudo públicas; e inoperantes se não o fazem.

Sergio Miceli sabe disso muito bem e passa o devido recibo, inclusive na conclusão do livro. Daí o seu inquérito ser tenso, e quem sabe algo punitivo em relação à sua categoria.

Este estudo se filia à arriscada tendência contemporânea para a desmistificação e as explicações por meio daquilo que está por baixo, escondido da consciência e da observação imediata. Autodesmistificação, no caso, porque tenta mostrar como os intelectuais (isto é, ele e nós) correspondem a expectativas ditadas pelos interesses do poder e das classes dirigentes. Em geral filhos dos grupos dominantes nos vários níveis, ou da classe média pobre e abastada, eles recebem na maioria uma vantagem de berço que lhes facilita singularmente a vida e que eles procuram manter, ampliar ou recuperar. Por outro lado, como são objeto de uma certa sacralização, reivindicam para si critérios especiais de avaliação, que são aceitos tacitamente como uma espécie de pacto ideológico (que Miceli procura denunciar). Segundo esse pacto, são tratados como representantes do "espírito" e por isso até certo ponto imunes de julgamentos que comprometam a "nobreza" da sua ação. Eles próprios não querem ser apenas desfrutadores, porque quase sempre acreditam com sinceridade no seu estatuto peculiar; e assim se plasmam personalidades e categorias extremamente curiosas. O intelectual parece servir sem servir, fugir mas ficando, obedecer negando, ser fiel traindo. Um panorama deveras complicado.

Se pensarmos na biografia de cada um, caímos na singularidade dos casos e chegamos à conclusão inoperante de que nenhum é igual ao outro; e, ao respeitar a integridade do indivíduo, desistimos de entender. Se subirmos ao raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria, podemos manipular a realidade total com certo êxito, mas atropelamos demais a verdade singular. Esse pecado não deixa de raspar no estudo de Miceli, e é interessante observar como ele se sai ou procura se sair.

A sua maneira de trabalhar depende do que se poderia chamar a formação da perspectiva histórica, no suceder de uma geração pela outra. Ele fala de nomes catalogados, quase sempre remotos para ele, autores de livros que leu sem associá-los à figura e ao gesto de quem os escreveu; que se tornaram objeto de informação contra ou a favor, e que ele avalia por comparação, por redução aos conceitos, conforme as necessidades de argumentar. Numa palavra, Miceli já dispõe de uma perspectiva temporal, que permite certo afastamento e, portan-

to, o olhar sem paixão e quem sabe sem "piedade". Mais uns anos e quase todos esses homens serão vinte linhas esquematizadas e arbitrárias numa enciclopédia, sem sopro nem movimento.

Mas eu não os vejo assim, porque me formei olhando-os na rua, nas fotografias de jornal, nas salas, no noticiário e na referência viva de terceiros. Tomei partido, julguei os seus atos em função dos meus, orientei os meus pelos deles. Portanto não consigo vê-los de longe e, às vezes, nem aceitar como verdade manipulável intelectualmente os dados das suas biografias e autobiografias. Não é raro eu sorrir quando Miceli se funda para argumentar em informações desse tipo, cujo grau de alteração eu *ainda* posso sentir, mas ele *já* não. Como quando menciona que um pôde fazer bons estudos devido à situação folgada de sua família mais ou menos aristocrática, e eu penso logo no protetor que na verdade os custeou.

Quero dizer que a falta de perspectiva ainda não me permite superar o miúdo, que atrapalha as generalizações; atrapalha, porque freqüentemente o detalhe não altera a explicação do conjunto. Miceli já pode fruir do distanciamento e dar forma inteligível ao varejo, enquadrando-o nas categorias explicadoras do atacado. Para dizer melhor, ele ao mesmo tempo se beneficia da perspectiva e contribui para defini-la. O seu trabalho funciona sob esse aspecto (e é um dos seus méritos) como estabelecimento de nexos históricos explicativos.

Nessa batalha das interpretações ele nem sempre escapa ao risco de condenar em vez de compreender, embora o faça o mais das vezes de maneira implícita ou lateral, como quando alude aos "patrões" dos intelectuais, deslizando com certa dureza sobre a palavra mais cabível que seria *patrono*. Ou quando reduz certo tipo de produção intelectual a um "álibi quase perfeito", por meio do qual eles se submetiam aos critérios da cooptação oficial e tudo o que daí decorre, fingindo trabalhar num nível alto de generalidade desinteressada. É que no fundo a atitude de Miceli é polêmica, e talvez ele "julgue" mais do que seria preciso.

A respeito caberia uma observação sobre o perigo das análises desse tipo, que podem ser qualificadas para simplificar de "ideológicas". Falo do perigo de misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação. O papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política — tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os

liar. A avaliação é uma segunda etapa e não pode decorrer mecanicamente da primeira. Apesar da cautela metodológica e do esforço para ver com clareza, Miceli incorre por vezes nessa contaminação hermenêutica. Talvez porque eu não tenha a devida perspectiva, que só se forma de uma geração para outra, como se, sinto falta de distinção mais categórica, e sobretudo teoricamente fundamentada, entre os intelectuais que “servem” e os que “se vendem”.

Com efeito são duas modalidades de dependência (e há graus de combinação entre elas); não separá-las com clareza pode projetar injustamente o plano de verificação sobre o plano da avaliação. Talvez, repito, não seja grave se pensar-se apenas no resultado final e só focalizarmos o processo. Mas o fato é que no processo estão envolvidos os homens, com a sua carne e a sua alma, de modo que poderia acentuar mais que um Carlos Drummond de Andrade “serviu” o Estado como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que as suas idéias contrárias eram patentes e foi como membro do gabinete do ministro Capaena que publicou os versos políticos revolucionários de *Sentimento do mundo* compôs os de *Rosa do povo*. Já um Cassiano Ricardo se enquadrou ideologicamente e apoiou pela palavra e pela ação, porque o regime correspondia à sua visão de democracia autoritária e nacionalista, devido a motivos que Miceli aponta muito bem no capítulo I. Outros que nem vale a pena nomear, para poderem repousar com menos infelicidade no seio de Deus, eram pura e simplesmente escribas vendidos, sem alma nem fé.

Dou esse exemplo não apenas para dizer que Miceli às vezes dá realce excessivo à generalização simplificadora, mas para reconhecer que essa tendência está em todos nós, quando tentamos a operação difícil de conciliar a descrição do cotidiano de cada um com o significado que ele acaba adquirindo realmente no processo histórico. Quem sabe o que de fato significamos entre os dois infinitos? Como foi, Miceli tem agulhas finas para remexer o nervo da questão.

Esse problema foi talvez o que me prendeu mais durante a leitura, porque de algum modo ele se articula com as posições teóricas do livro e decorre delas. Mas há muita coisa mais, mostrando que o autor conseguiu fazer um estudo inovador, ao focalizar de que modo a procedência social se engrena com as necessidades emergentes de racionalização burocrática nas décadas de 1930 e 1940 (a partir das siglas que surgem), para configurar um novo tipo de dominação com

auxílio do intelectual. E ao descrever esse processo esclarece alguns aspectos fundamentais, como a correlação entre decadência social e recrutamento dos quadros de servidores do poder. Mas com isso chega a algo ainda mais interessante: a correlação entre a referida decadência e a produção cultural, inclusive literária.

Sempre me intrigou o fato de num país novo como o Brasil, e num século como o nosso, a ficção, a poesia, o teatro produzirem a maioria das obras de valor no tema da decadência — social, familiar, pessoal. Assim vemos em Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Ciro dos Anjos, Lúcio Cardoso, Nelson Rodrigues, Jorge Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade. Cheguei a pensar que esse “estigma” (para usar uma palavra prezada por Miceli) seria quase requisito para produzir obras valiosas, e que portanto os rebentos das famílias mais velhas estariam no caso em situação favorável.

Miceli sente coisa parecida e efetua a respeito uma análise interessante, não tanto no plano literário, que entra de esguicha, mas no do destino social e mental (digamos assim), mostrando como do declínio social se nutriram os quadros governamentais depois de 1930, quando o abalo das estruturas tradicionais e o predomínio do ritmo urbano suscitam novos tipos de clientela, patronato, dependência e concepção do trabalho.

Dentro do terreno propriamente literário me interessou muito o capítulo 2, engenhoso, original e bem fundamentado, que mostra como nos decênios de 1930 e 1940 houve uma convergência de fatores que fez do romance o gênero privilegiado, com profissionalização (relativa) do escritor graças à indústria do livro e ao que ele chama de “substituição de importações” no tipo de leitura, no momento da entrada maciça dos padrões norte-americanos. Essa visão modifica substancialmente as visões costumeiras e algo mecanizadas, que giram quase sempre em torno da “vocação” ou de um “condicionamento social” indiscriminado, desaguando, quando críticas, em diagnósticos sumários de “imitação” ou “alienação”. Miceli propõe um tipo novo de explicação, como novos são também diversos outros pontos de vista, em vários momentos deste livro lúcido, corajoso e meio angustiado.

Antonio Candido

Este trabalho trata das relações entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil e das estratégias de que lançaram mão para se alçarem às posições criadas nos setores público e privado do mercado de postos entre 1920 e 1945.¹ Os três capítulos do livro cobrem os principais setores em expansão no âmbito do mercado de trabalho no qual concorriam os postulantes às carreiras intelectuais: 1) organizações partidárias e as instituições culturais dependentes dos grupos dirigentes de São Paulo, bem como as frentes de mobilização política e ideológica em que se refugiaram inúmeros intelectuais até então vinculados à oligarquia (movimento integralista e o circuito de entidades filiadas à Igreja católica); 2) mercado do livro, cujo florescimento resultou da constituição de um novo mercado público composto de funcionários, profissionais liberais, efetivos das carreiras públicas, empregados do setor privado etc., grupos cujo tamanho e importância tendiam a aumentar cada vez mais em função da industrialização e da urbanização; 3) por fim, o serviço público, no qual uma quantidade apreciável de postos foi entregue aos intelectuais, escritores e artistas.

O desenvolvimento das instituições culturais, das organizações políticas e da máquina burocrática traduz, em ampla medida, as transformações por que passaram então as relações entre os diversos grupos dirigentes e, de outro lado, as demandas dos produtores e consumidores de bens culturais, cujo mer-

cado estava em vias de se consolidar. Assim, se é verdade que as principais frações da classe dirigente (a elite burocrática, o pessoal político associado às frações econômicas dominantes, a cúpula eclesiástica etc.) se empenharam em preservar e ampliar sua presença tanto nas instituições políticas como na produção cultural, não resta dúvida de que as transformações ocorridas no mercado de bens culturais são indissociáveis da situação material e social das famílias da classe dirigente em que eram recrutadas as diversas categorias de intelectuais.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

O período coberto por este trabalho vai desde a época dos primeiros movimentos de contestação ao regime oligárquico, passando pela crise de hegemonia no início da década de 1930, quando se defrontam diversas organizações "radicais", até o final do regime Vargas, que inaugura a supremacia política da elite burocrática. As décadas de 1920, 1930 e 1940 assinalam transformações decisivas nos planos econômico (crise do setor agrícola voltado para a exportação, aceleração dos processos de industrialização e urbanização, crescente intervenção do Estado em setores-chaves da economia etc.), social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado etc.), político (revoltas militares, declínio político da oligarquia agrária, abertura de novas organizações partidárias, expansão dos aparelhos do Estado etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas, surto editorial etc.).

Os últimos dez anos do antigo sistema republicano foram um período de crise aguda em que o poder oligárquico esteve a braços com numerosas facções dissidentes que tentaram se organizar em partidos "oposicionistas", com insurreições lideradas pelos tenentes que contestavam a legitimidade do regime, e com movimentos reivindicativos dos trabalhadores. É nesse contexto de crise social e política que se desenvolveu o campo de produção cultural em São Paulo, processo que se intensificou após a derrota política da oligarquia em 1930. Aproveitando-se dessa conjuntura adversa no plano interno, que se agravou ainda mais com os reflexos da crise de 1929, as dissidências oligárquicas dos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, aliando-se a militares descontentes e contando com o apoio de outros grupos dominantes regionais empenhados

liquidar a supremacia paulista, constituíram uma frente única e lograram substituir os dirigentes do antigo regime. Não obstante, as lutas políticas e ideológicas do início da década de 1930 tiveram como pano de fundo as tentativas de substituição e de reação a que se lançaram os antigos grupos dirigentes. Embora não tivesse sido vencida em 1932 pelos militares fiéis à nova coalizão que se apoderou do governo central, a frente única paulista tenta repetidas vezes reassumir o controle do Estado por vias eleitorais.

Assim como as cisões políticas surgidas no interior da oligarquia haviam alterado drasticamente as modalidades de colaboração dos intelectuais com o poder mesmo antes de 1930, não há dúvida de que as tentativas da oligarquia no início dessa década com vistas a recuperar o poder central estão na raiz de uma série de empreendimentos culturais em âmbito regional e do surto de organizações "radicais" de direita a que se filiaram diversos jovens políticos e intelectuais desejosos de escapar por essa via ao destino de seus antigos patrões da oligarquia. Nesse sentido, não se podem dissociar o "rearmamento" institucional da Igreja Católica e a criação de um partido nacional de direita (a AIB, Ação Integralista Brasileira) das ameaças que passou a representar a crescente intervenção do Estado em domínios de atividade cuja gestão fora até então reservada em regime de exclusividade aos políticos e intelectuais designados pelos grupos dirigentes do antigo regime.

Diversamente dos partidos republicanos que cingiam sua jurisdição ao âmbito estadual, o partido "integralista" e a Liga Eleitoral Católica (LEC) se destacaram entre as primeiras organizações políticas que ampliaram sua escala de atuação a um nível nacional, mobilizando categorias sociais que os grupos dirigentes do antigo regime haviam excluído da representação política. Nesses termos, a sobrevivência política da Igreja como "partido" e do partido integralista dependia, em última instância, do destino reservado aos antigos grupos dirigentes. O golpe de Estado perpetrado por Vargas e pelos militares dá cabo das esperanças revanchistas da oligarquia, desmantela suas bases político-partidárias e liquida as pretensões de suas "extensões" radicais (o partido integralista e o "partido" da Igreja). A nova coalizão de forças à frente do Estado procura, de um lado, guardar distância em relação aos antigos grupos dirigentes e, de outro, imprimir suas marcas em todos os domínios de atividade ligados ao trabalho de produção, em especial nos diversos níveis do sistema de ensino e no campo da produção e difusão cultural.

Aliás, os mesmos grupos sociais em expansão nos grandes centros industriais e administrativos do país (os funcionários públicos, os trabalhadores etc.), de cujo apoio passou a depender a nova coalizão de forças que detinha o controle do Estado, favoreceram a constituição de um mercado de bens culturais dotado de maior autonomia tanto em relação aos antigos grupos dirigentes e aos seus mecenas privados (como os que haviam subsidiado o movimento modernista em São Paulo) como em relação às instâncias políticas e religiosas (o Estado, a Igreja, os principais órgãos de imprensa etc.) interessadas em impor suas diretrizes à produção cultural. A despeito dos crescentes investimentos dessas instâncias no campo da produção cultural e do papel decisivo que as autoridades públicas passaram a desempenhar em relação às atividades culturais e artísticas, quer como "patrões" quer como promotoras de canais próprios de difusão e consagração da produção intelectual, nada disso impediu a expansão do mercado do livro, que propiciou a formação de uma categoria de romancistas profissionais.

Em suma, a abertura de novas frentes de colaboração com o sistema de poder que então se firmava, as feições institucionais que assumiu a tutela da produção intelectual e o fato de o Estado ter se destacado como o principal investidor e a principal instância de difusão e consagração da produção cultural, são alguns dos processos que fazem do estudo desse período um passo importante para esclarecer os dilemas que hoje enfrentamos como herdeiros de uma tradição que pesa tanto mais enquanto não nos dispusermos a encará-la de frente e a refrear a dosagem de clichês na apreciação de seu legado.

AS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO INTELECTUAL

Se na Primeira República o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que eles estavam em condições de mobilizar e as diversas tarefas de que se incumbiam estavam quase por completo a reboque das demandas privadas ou das instituições e organizações da classe dominante, a cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais mas passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual.²

Do momento em que outros grupos sociais começam a fazer valer suas demandas por bens culturais e à medida que a elite burocrática passa a dispor de recursos financeiros e institucionais que lhe permitem subsidiar uma cultura e a arte oficiais, as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho intelectual se restringem mais às exigências ditadas pelas preferências e opções das anti-classes dirigentes em matéria de importação cultural. Daí em diante, as instituições e os grupos cujas decisões repercutem na "substituição de importações" plano cultural se diversificam de maneira considerável, envolvendo os mecenas (as famílias cultas, as autoridades públicas, as editoras, a Igreja, os executivos e administradores das instituições culturais etc.), as diferentes faixas do público (estudantes dos novos cursos superiores, os integrantes das novas carreiras liberais e os produtores (os romancistas profissionais, os autores de romances juvenis, de livros infantis e de outros gêneros de importação recente, os escritores e artistas oficiais etc.), além de sofrer o impacto causado pela difusão maciça de artigos culturais de origem norte-americana no âmbito do mercado internacional. Não obstante, certos mecanismos de regulação, como, por exemplo, a regulação do mercado de diplomas escolares, as demandas do público pelos gêneros de maior êxito comercial, a expansão ou a obstrução de determinadas carreiras profissionais, também condicionam a proporção de lugares disponíveis no mercado de postos administrativos, técnicos e intelectuais, em relação à quantidade de postulantes que dispõem dos trunfos de toda ordem (sociais, escolares e culturais) capazes de viabilizar suas pretensões a esses cargos.

As tarefas cumpridas nas organizações políticas e nas instituições culturais em São Paulo, os encargos assumidos no serviço público e as atividades desempenhadas no mercado editorial correspondiam a modalidades distintas de mecanismos que implicavam, por sua vez, formas diferentes de retribuição. Os escritores participantes do movimento modernista em São Paulo foram beneficiados pelo mecenato burguês exercido por famílias abastadas e cultas, ao passo que os intelectuais cooptados para o serviço público acabavam se filiando às "panelas" mantidas pelos dirigentes da elite burocrática. Os romancistas foram os únicos a negociar a venda de suas obras no mercado do livro, embora alguns deles possam ter tirado proveito, ao menos durante certo período, da reserva de mercado que a filiação a organizações políticas de direita ou de esquerda tende a garantir. De qualquer modo, as possibilidades de acionar o capital de relações sociais

ao alcance dos intelectuais são tanto maiores quando o acesso à produção cultural fica mais a critério das famílias (o mecenato paulistano) do que das instituições (os funcionários-escritores), e tanto menores quando a produção intelectual é mais especializada e não se presta à diversidade das áreas de aplicação característica dos polígrafos anatolianos.³

Embora a expansão da atividade editorial e a ampliação das oportunidades de ingresso no serviço público tenham influído de modo considerável para a transformação das condições do trabalho intelectual vigentes na República Velha, as possibilidades de acesso às profissões intelectuais continuam a depender, em medida significativa, das estratégias de reconversão das famílias que estão em condições de transmitir aos filhos um certo montante de capital social e cultural, variável conforme o grau de proximidade entre essas famílias e a fração culta da classe dominante.

AS ESTRATÉGIAS DAS FAMÍLIAS DOS ESCRITORES

A maioria dos intelectuais desse período pertencia a famílias de "parentes pobres" da oligarquia ou, então, a famílias de longa data especializadas no desempenho dos encargos políticos e culturais de maior prestígio. Assim, as disposições manifestadas pelos diferentes tipos de intelectuais em termos de carreira parecem indissociáveis da história social de suas famílias. Enquanto os escritores pertencentes aos ramos destituídos, às voltas com penosas experiências de "desclassificação" social, parecem bastante propensos a investir nas áreas e gêneros mais arriscados da produção intelectual (o romance social e/ou introspectivo, as ciências sociais etc.), os herdeiros da fração intelectual da classe dominante orientam-se para as modalidades de trabalho intelectual mais rentáveis e gratificantes no campo do poder (pensamento político, arazoados e pareceres jurídicos etc.). A distribuição dos agentes propensos a uma carreira intelectual pelas diferentes carreiras possíveis nessa conjuntura vai depender, de um lado, da posição em que se encontram as famílias desses futuros intelectuais em relação ao pólo dominante da classe dirigente e, de outro, do montante e dos tipos de capital escolar e cultural disponível conforme o setor da classe dirigente a que pertencem. Nessas condições, alguns deles (os "parentes pobres") parecem mais

inclinados a barganhar seus trunfos exíguos em troca de refúgios profissionais, o passo que os demais buscam reproduzir as posições de suas famílias no interior da própria fração intelectual (os “herdeiros”).⁴

Ademais, tais condicionamentos estendem-se às modalidades de iniciação ao trabalho intelectual. Os “parentes pobres” da oligarquia se familiarizam com o trabalho simbólico à medida que se vêem relegados ao universo das práticas e dos valores femininos de sua classe, no qual se sujeitam à aprendizagem do trato com os princípios do estilo de vida e do gosto dos grupos dirigentes. Os “herdeiros” da fração intelectual, por sua vez, entram em contato com as profissões intelectuais por intermédio das instituições que se incumbem, em bases profissionais, da formação das novas gerações de assessores e homens políticos (os estabelecimentos de ensino superior nos ramos liberais, as organizações político-partidárias etc.).

Como os intelectuais nessa conjuntura são quase todos recrutados num círculo de famílias vinculadas à classe dominante a títulos diversos, a definição da atividade intelectual só assume plena significação quando contraposta às diferentes carreiras dirigentes (desde os proprietários, passando pelos profissionais liberais, até os políticos profissionais) e às demais carreiras ligadas ao trabalho e dominação (as carreiras militar e eclesiástica), que também atraem às suas fileiras agentes relegados de forma ainda mais intensa no ramo dos “parentes pobres”. Em outras palavras, as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectual e, em particular, aos filhos das famílias em declínio. Esses últimos, tendo podido sobreviver das ameaças de rebaixamento social que rondavam os seus, tiveram a oportunidade de se desgarrar de seu ambiente de origem e, ao mesmo tempo, de objetivar com seus escritos essa experiência peculiar de distanciamento em relação à sua classe. Em suma, não se podem dissociar as disposições favoráveis ao trabalho intelectual das experiências sociais que moldaram tais disposições.

S FONTES

No intuito de vincular o espaço das oportunidades que então se abriam no âmbito das instituições culturais, no serviço público, no mercado editorial etc.

ao círculo das famílias da classe dirigente que, por dispor de um mínimo de capital social, escolar e cultural, estavam em condições de reivindicar tais oportunidades em favor de seus filhos, utilizei, como fontes privilegiadas, as memórias, os diários íntimos, os volumes de correspondência, as biografias etc., dos diferentes tipos de intelectuais.⁵ Tais gêneros possibilitam apreender tanto as relações objetivas entre as posições ocupadas pelas diversas categorias de intelectuais no interior do campo de produção cultural, e as determinações sociais, escolares e culturais a que estão expostas, como as representações que os intelectuais mantêm com seu trabalho e, por essa via, com as demandas que lhes fazem seus mecenas e seu público.

Além dos dados biográficos relativos à origem social, à escolaridade, à trajetória profissional e à produção intelectual, materiais também encontrados, de maneira dispersa, em outras fontes da história e da crítica literária (manuais, antologias, dicionários biográficos, volumes de homenagem, preitos de reconhecimento póstumo etc.), as *memórias* e as *biografias* revelam certas experiências mediante as quais os intelectuais, mesmo sem o saber, buscam justificar sua “vocação”, ou melhor, se empenham em reconstituir as circunstâncias sociais que, no seu entender, se colocam na raiz de suas inclinações para as profissões intelectuais. Se os intelectuais insistem tanto em descrever as circunstâncias em que se sentiram atraídos pelo trabalho simbólico, quase sempre evocando personagens (um parente, um professor de primeiras letras, um padre, um letrado amigo da família) que pela primeira vez lhes teriam profetizado um futuro como artistas ou escritores, dedicando páginas sem conta ao relato de suas experiências de iniciação cultural (na escola, na igreja, nas brincadeiras etc.), como se tais “façanhas” fossem indícios daquilo que viriam a ser, é porque não conseguem ocultar de todo os rastros que possibilitam reconstruir as determinações sociais de sua existência.

Sem dúvida, a construção de um modelo coletivo com base na análise das variações de trajetórias individuais envolve alguns riscos que resultam, em ampla medida, dos limites impostos pelo material disponível. Vale dizer, a seleção prévia dos casos para análise não consegue desvencilhar-se por completo das leis inerentes à produção intelectual, fazendo com que certas categorias de escritores sejam propensas a escrever suas memórias e que outras se prestem como objetos de um culto póstumo por meio de biografias. Como já tive

oportunidade de salientar, o viés que a utilização dos materiais coligidos nessas memórias pode infundir na análise é tanto maior quando não se consegue discernir os princípios que disciplinam a prática de tais gêneros. Trata-se, na verdade, de diferentes tipos de instrumento que oferecem informações a respeito de categorias de escritores que ocupam momentaneamente posições diferentes no campo intelectual, quer em função do nível de consagração de que desfrutam os praticantes desses gêneros ou do montante de gratificações que proporciona a prática dos mesmos, quer em função do grau de eufemização que permeia o relato autobiográfico ou a apologia biográfica.

Seja como for, a prática desses gêneros obedece aos mesmos princípios em que se funda a divisão do trabalho intelectual, cabendo aos autores consagrados a parte do leão e aos epígonos a sina de verem suas obras rebaixadas como fontes para documentação da vida intelectual. As biografias tratam quase sempre de escritores que se consagraram ainda em vida ou, então, de autores relegados em vida e que são repostos em circulação por conta das estratégias de combate a que recorrem certas igrejas literárias em conjunturas posteriores da vida intelectual. As memórias, por sua vez, constituem um gênero de investimento praticado por diferentes categorias de escritores.

O grupo dos memorialistas abrange, numa primeira leva, alguns autores desconhecidos, não profissionais, cuja aura de escritores "malditos" ou "difíceis" lhes confere uma reputação inatacável, de liquidez restrita ao próprio ambiente intelectual e que se nutre dos juízos proferidos por seus pares, e mais uns poucos escritores gráficos e políticos profissionais para os quais a elaboração das memórias constitui o empreendimento máximo em termos de carreira intelectual. Essas categorias de escritores dividiram suas memórias em inúmeros volumes, que oferecem aos leitores uma disposição semelhante àquela que preside ao consumo dos romances em folhetim. Em geral, esses escritores se aproveitaram do gênero para escrever sua obra-prima, que pudesse firmar uma posição de prestígio que lhes estavam seguros de haver logrado com sua produção anterior. Correram o risco, entre outros, Gilberto Amado, Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Paulo Duarte etc., todos eles empenhados em conferir às suas memórias o valor de documento histórico e testemunho de uma época. Quase todos se lançaram nessa empreitada de um grande afresco no qual o itinerário autobiográfico aparece às vezes de um ponto de vista sereno e objetivo a respeito dos "destinos"

paralelos de uma família, de uma geração, de uma classe, de uma nação e, por fim, de toda a sociedade. Tendo como alvo a reconstituição da história social, política e cultural de toda uma época, o relato autobiográfico assume os contornos de trajetória exemplar, às voltas com os dilemas morais, intelectuais e políticos com que se defrontaram os companheiros dos bancos escolares, das primeiras lides políticas, e os contemporâneos de geração de seus autores.

Os intelectuais consagrados em vida praticam o gênero apenas em circunstâncias especiais, seja aos primeiros sintomas de uma baixa na cotação de seu prestígio ou de sua autoridade "espiritual", seja pela oportunidade de converter sua história de vida em matéria-prima de um tratamento estético, seja enfim porque desejam exibir seu virtuosismo no ofício de escritor. Quanto aos primeiros, em geral intelectuais que fizeram uma carreira política bem-sucedida, a redação das memórias coincide com seu afastamento do cenário político, o que ocorre quase sempre muito tempo depois de se verem no ostracismo intelectual. José Maria Bello, Fernando de Azevedo, Cândido Motta Filho, José Américo de Almeida, Cassiano Ricardo etc. se situam entre os praticantes dessa variante nostálgica, espécie de canto de cisne com que pretendem dar o fecho de "uma vida inteira dedicada à causa pública".

Para uma outra categoria de escritores consagrados, em geral romancistas ou poetas, a elaboração das memórias constitui a oportunidade de reafirmar o domínio completo do ofício de escritor. Nos casos de Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Augusto Meyer, Ciro dos Anjos, Gilberto Freyre etc., a infância ou, então, os primeiros anos da mocidade são os únicos períodos na vida que se dispõem a rememorar. Decerto porque a impossibilidade de suprir as lacunas desses períodos favorece um tratamento eminentemente poético dos episódios e das figuras que pontuam a trama. E, dado que essa modalidade narrativa os dispensa de restituir as determinações prosaicas do ambiente familiar de quando eram crianças, esses escritores sentem-se à vontade ao reivindicar para suas memórias uma apreciação fundada apenas em critérios estéticos. Se, por um lado, os procedimentos de eufemização a que sujeitam sua história de vida dificultam o rastreamento das mediações práticas que se colocam na raiz de sua habilitação para o trabalho intelectual, por outro lado, tendem a privilegiar certos eventos que prenunciam a gênese social de uma "sensibilidade" de escritor. Ainda nessa categoria se incluem alguns escritores consagrados, quase sempre

nancistas ou críticos literários, que investiram bastante na elaboração de diários e jornais íntimos, mediante os quais procedem a uma espécie de fenomenologia do ofício de escritor, acentuando aqueles episódios premonitórios que, no entender, repercutiram a fundo nas características de seu estilo (Lúcio Cardoso etc.).

Contudo, uma parcela importante dentre os memorialistas são os epígonos da época, de uma escola literária, de um gênero, escritores que se viram e aliados dos preitos usuais de reconhecimento e das formas mínimas de eficácia que propicia a vida intelectual. Essa condição de intelectuais fracassados lhes espicaça o projeto de reconstituir a "face oculta" da vida literária, desafiando os móveis em torno dos quais se alicerça a concorrência no campo intelectual. Aqueles que conseguem pelo menos compensar o insucesso de seus empreendimentos literários com uma carreira bem-sucedida em atividades como o jornalismo, a jurisprudência, a assessoria, a política profissional, se exercem no gênero em tom "realista" mas comedido; outros, que não têm nada a oferecer nem profissional nem intelectualmente, recorrem em suas memórias a todo tipo de insultos, apelam para a indiscrição, o achincalhe, o cinismo, e se deixam levar pelo ressentimento para acertar contas com as injustiças e os desacertos que se sentem vítimas. Quanto mais se sentem preteridos, tanto maiores investimentos no gênero, tanto mais desesperados seus cálculos em termos de ganância e revide, a tal ponto que alguns decidem adiar *post mortem* a publicação de uma parte de suas memórias, em geral o que consideram a parte "intimamente comprometida". Procuram, dessa maneira, manter a esperança de que possam vir a exercer influência em conjunturas futuras da vida intelectual, de acabarem logrando mais tarde o reconhecimento de seu mérito intelectual. Aliás, inúmeros dentre os memorialistas desse último grupo também redigiram biografias de escritores célebres, o que não deixa de ser uma maneira de tentar impor sua "presença" por procuração.

Os procedimentos aqui adotados parecem afastar das malhas da investigação aqueles autores consagrados que não devem sua reputação às memórias e se alicerçam à reverência biográfica. Ao contrário dos memorialistas típicos, que se dedicam em pessoa o trabalho de autoconsagração, as grandes figuras do campo intelectual deixam a cargo de intelectuais subalternos a tarefa de decifrar suas obras, silenciando, tanto quanto possível, a respeito de seus condiciona-

mentos sociais. A relação que eles mantêm com o gênero memórias é idêntica à "recusa consciente" de concorrerem às eleições para a Academia Brasileira de Letras, vale dizer, podem se dar ao luxo de desprezar comendas institucionais que por vezes são concedidas como paga de serviços políticos. Estando dispensados de recorrer ao gênero a não ser nas circunstâncias já mencionadas, os autores consagrados, tornados clássicos ainda em vida, constituem o objeto de narrativas biográficas em que tudo se passa como se fossem os beneficiários de um processo de adensamento de "espiritualidade" ao cabo do qual o "criador" suplanta a "criatura". Não obstante, os comentaristas, os organizadores de antologias dos "melhores" e "maiores", os compiladores, os resenhistas, os autores de repertórios, os jornalistas e outras categorias de cronistas da vida intelectual acabam de algum modo divulgando as informações pertinentes que permitem recompor os claros do retrato oficial feito por acólitos, hagiógrafos e outros profissionais da apologia.

1. A transformação do papel político e cultural dos intelectuais da oligarquia

E tudo damos por vendido ao compadre e nosso amigo o sr.

[Raimundo Procópio

e a d. Maria Narcisa sua mulher, e o q não for vendido, por alborque de nossa mão passará, e trocaremos lavras por matas, lavras por títulos, lavras por mulas, lavras por mulatas e arriatas, que trocar é nosso fraco e lucrar é nosso forte. Mas fique esclarecido: somos levados menos por gosto do sempre negócio q no sentido de nossa remota descendência ainda mal debuxada no longe dos

[serros.

De nossa mente lavamos o ouro como de nossa alma um dia os erros se lavarão na pia da penitência. E filhos netos bisnetos tataranetos despojados dos bens mais sólidos e rutilantes

[portanto os mais completos

irão tomando a pouco e pouco desapego de toda fortuna e concentrando seu fervor numa riqueza só, abstrata e una.

Carlos Drummond de Andrade, trecho de "Os bens e o sangue", in "IV. Selo de Minas", in *Claro enigma, Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1964, pp. 259-60

*Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói.*

Carlos Drummond de Andrade, "Confidência do itabirano", in *Sentimento do mundo, Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1964, pp. 101-2

*Se meu verso não deu certo, foi seu ouvido que entortou.
Eu não disse ao senhor que não sou senão poeta?*

Carlos Drummond de Andrade, versos do poema "Explicação", in *Alguma poesia, Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1964, pp. 76-7

DIFERENCIAÇÃO POLÍTICA E EXPANSÃO DO CAMPO DE PRODUÇÃO IDEOLÓGICA EM SÃO PAULO

Do início da República até o golpe de 1937, que marca o fim da dominação dos proprietários rurais ligados à produção e à exportação de produtos agrícolas, o projeto de hegemonia política no plano nacional constitui o móvel central da luta em torno do qual se batem a oligarquia dos estados dominantes (São Paulo, Minas Gerais etc.) e os demais grupos dirigentes regionais.

A expansão das organizações políticas (a criação das ligas nacionalistas, a fundação de um partido de "oposição") e das instâncias de produção cultural e ideológica no estado de São Paulo² ao longo das décadas de 1920 e 1930 prende-se à história das transformações políticas e à história das transformações das relações de força no interior do circuito dirigente oligárquico. Desse prisma, três momentos decisivos dariam as chaves para a compreensão dos rumos que tomaram os grupos dirigentes estaduais perante situações de crise, ora tendendo à segmentação de suas forças, ora dispostos à conciliação de seus interesses: a fundação de um partido de "oposição" em 1926, a derrota da oligarquia regional em 1930 e o revide insurrecional ao governo provisório de Vargas em 1932.

Entre 1901 e 1926, a concorrência política entre os grupos dirigentes em São Paulo resume-se aos conflitos e às cisões em torno da direção do único partido

oligárquico então existente (o PRP, Partido Republicano Paulista). As dissidências que, em diversas ocasiões, passam a contestar o situacionismo perrepista estavam ancoradas, por sua vez, no peso político crescente que foram adquirindo determinadas instâncias de produção ideológica, em especial o grupo vinculado à família Mesquita, que detinha desde 1897 o controle acionário do jornal independente "O Estado de S. Paulo. O êxito comercial desse órgão está na raiz da diversificação das atividades do grupo Mesquita,³ que, tendo-se pois convertido numa facção partidária, pôde assumir a liderança das sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista.⁴ A posição de força relativa de que o chamado grupo do "Estado" dispunha como baluarte do "liberalismo" oligárquico é, portanto, indissociável de sua condição de empresários culturais.

Além da introdução de uma série de inovações técnicas e mercadológicas (aquisição de rotativas, novos modelos de composição, contratos com agências internacionais de notícias, expansão da rede de sucursais no interior do estado e do país etc.) que tornam *O Estado de S. Paulo* um órgão de relevo na grande imprensa da época, o grupo Mesquita resolve lançar em 1915 uma edição noturna (o *Estadinho*) e publicar a *Revista do Brasil* ("mensário de alta cultura"), contratando inúmeros escritores consagrados e outros jovens promissores que teriam destacada participação no estado-maior intelectual dos grupos dirigentes paulistas.⁵

Fundada em 1916, a *Revista do Brasil* pretendia restaurar a tradição inaugurada pela *Revista Brasileira*, porta-voz estético e principal instância de difusão e consagração da geração de 1870. A *Revista do Brasil* se propunha a suscitar uma tomada de consciência por parte da nova geração de intelectuais e políticos da oligarquia. Pouco tempo após seu lançamento, "tornara-se mesmo o mais lido, o mais importante veículo cultural do país [...] possuía intensa penetração nos meios intelectuais, e aparecer em suas páginas constituiu, por muitos anos, o orgulho de todo estreante, de todo candidato à glória no país das letras".⁶ Seria difícil dar conta da composição intelectual e ideológica dos autores divulgados pela *Revista do Brasil* sem deixar de salientar seu caráter de veículo de informação destinado à circulação comercial e, por isso mesmo, tendo que atender às exigências heterogêneas do público que pretendia atingir. Além das grandes figuras da geração de 1870 (Machado de Assis, José de Alencar), de inúmeros escritores pertencentes à Academia Brasileira de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro (Basílio de Magalhães, Capistrano de Abreu, Hélio Lobo), dos amantilhanos de maior êxito mundano e artístico (Olegário Mariano, Afrânio Peres, Paulo Setúbal etc.), a *Revista do Brasil* também acolheu os pensadores autoritários que então estreavam (Oliveira Viana, José Maria Bello), os líderes intelectuais do renascimento católico (Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo), os primeiros educadores profissionais (Sampaio Dória, Mário Pinto de Andrade) e outros valores jovens que logo em seguida iriam se filiar às correntes da vanguarda modernista (Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Plínio Salgado, Mário de Andrade). O cosmopolitismo intelectual, a coexistência de autores provenientes de conjunturas intelectuais distintas, a diversidade de áreas e gêneros, o empenho em dar cobertura aos principais tópicos em torno dos quais se articulava o debate político e intelectual da época, evidenciam os alvos comerciais que permeavam a política editorial seguida por Lobato. Assim, os responsáveis pela linha editorial buscaram em outras e novas formas de produção erudita um contrapeso às matérias literárias e mundanas até então predominantes, e puderam comprovar a existência de um público disposto a consumir algo distinto das revistas ilustradas que então floresciam. O sucesso comercial e intelectual da *Revista do Brasil* possibilitou a criação de uma editora com o mesmo nome, a mais importante da Primeira República.⁷ Aumentando o volume das tiragens, instalando um amplo circuito de comercialização com pontos-de-venda para distribuição dos livros da casa e de outras editoras nacionais, abrindo um serviço de importação de livros estrangeiros, a *Revista do Brasil* tornou-se o empreendimento editorial de maior prestígio antes de 1930 e constitui um marco na história da hegemonia paulista no campo intelectual.

Dispondo dessa base de operações, o chamado grupo do *Estado* tem todo interesse em desancar os jornais partidários, em fazer constantes referências às épocas em que os órgãos de imprensa "viviam dos partidos e para os partidos e cada um para o seu", em denunciar a venalidade, o suborno e as subvenções oficiais de que dependia a imprensa.⁸ Nas condições da época, a atuação do grupo é, de fato, o exemplo contundente das margens de manobra de que poderia dispor uma facção da classe dirigente cujos triunfos políticos provinham do mando exercido em instâncias de produção cultural.⁹

A criação do Partido Democrático (PD), em 1926, serviu para congregar a maioria dos grupos dissidentes em torno de um programa de reformas de

ralização" eleitoral (voto secreto, verificação dos resultados e outras medidas que visavam restringir a manipulação dos coronéis) e de "modernização" (reformas do sistema de ensino), mantendo-se a ausência de representação política da classe operária. Ora, tanto a Liga Nacionalista como o Partido Democrático pretendiam transformar-se em porta-vozes da fração dominante especializada no trabalho político, técnico e cultural, e não das "classes superiores" de caráter genérico: "o magistrado e o general, o jurista e o médico, o engenheiro e o advogado, o jornalista e, sobre todos, a ardorosa classe dos estudantes [...]",¹⁰ vale dizer, os membros dos grupos profissionais em condições de fazer valer seus interesses no interior da classe dirigente.

Embora se possa alegar que a composição social quase idêntica nas hostes do nacionalismo e das dissidências impediria a formação de grupos de pressão com interesses específicos, penso que a Liga Nacionalista, a consolidação da facção Mesquita e, por fim, a oposição democrática constituem passos de um processo de diversificação de interesses por força da posição que tais frações ocupam no espaço da classe dirigente e do tipo de contribuição que trazem para a manutenção do trabalho de dominação. O empenho com que as diversas facções buscavam domar as iniciativas da Liga Nacionalista e auferir os dividendos que daí adviriam em suas campanhas traduz o embate entre programas distintos de ação política em face da crise de poder com que se defrontava o regime oligárquico. Em outros termos, tais programas visualizavam estratégias diferentes no tocante ao perfil das alianças de classe que melhor conviriam à "salvação", ou melhor, ao manejo do pacto oligárquico.

Foi nessa conjuntura que sucedeu a mobilização dos integrantes da frente nacionalista e dos demais intelectuais que iriam militar nas organizações políticas e culturais dominantes, cujas perspectivas de atuação política se moviam no terreno demarcado pelo despertar ideológico provocado pela Primeira Guerra Mundial e, no plano interno, pelas lutas acadêmicas e pelos reptos em relação à regeneração moral e pública com que as campanhas das ligas haviam se comprometido a nova geração oligárquica. Doravante seria mesmo inviável resgatar o momento de coesão que significou a realização do Congresso da Juventude Brasileira em São Paulo (1917), cuja organização esteve sob responsabilidade de um grupo de jovens que pertenciam, ao mesmo tempo, à Liga

Nacionalista, à facção Mesquita e, como não poderia deixar de ser, com fortes vínculos com as organizações perrepostas.

Até o início da década de 1920, tão logo tivessem cumprido os estágios de praxe como militantes da Liga Nacionalista ou das diversas facções acadêmicas em concorrência na Faculdade de Direito, os herdeiros das famílias dirigentes com veleidades de fazer carreira política viam-se obrigados a galgar todos os escalões do perrepostismo. Os que porventura acabassem desistindo de tais pretensões tinham pelo menos a certeza de se saírem bem seja no plano profissional, seja em termos do apreço social a que faziam jus.

As mudanças ocorridas tanto no nível das organizações políticas como no nível das instâncias de produção cultural (que resultaram, por sua vez, da transformação da estrutura de classes) se fizeram acompanhar por uma transformação radical das modalidades de acesso às carreiras dirigentes. De agora em diante não era mais possível valer-se das prerrogativas inerentes ao sistema de reprodução direta que fazia com que a passagem pela Faculdade de Direito constituísse apenas um simples estágio de iniciação ao conjunto dos modelos masculinos da classe dirigente e de integração na rede de relações de suas famílias. Em vez de terem que lidar apenas com professores que eram ao mesmo tempo parentes, amigos da família, figuras eminentes da política e da magistratura, sócios dos escritórios de advocacia — em suma, membros do mesmo círculo social —, esses herdeiros deveriam também envolver-se na concorrência política e intelectual e assumir tarefas cada vez mais especializadas nos jornais partidários, nas organizações políticas, nas instituições culturais. A diferenciação da esfera política e do campo de produção ideológica tornara praticamente inviável a passagem quase automática da situação de estudante à condição de membro por inteiro da classe dirigente, que, pelo simples fato de possuir um diploma, até então raro e cobiçado, se fazia merecedor das mais altas funções públicas e dos cargos políticos de responsabilidade, afazeres que se completavam com a gestão dos negócios familiares.

Para os "burguesinhos abastados ou bem arrimados em seus estudos [...]" eleitos do destino para o governo do Centro XI de Agosto, da sociedade paulista inteira, do estado e da nação [...], prepotentes e egocêntricos [...], onipotentes, vestais, senhores de todas as virtudes [...], oniscientes [...], inexcedíveis na perfeição humana [...] filhos de distintas famílias, honradas e patriotas [...] insuperáveis",¹¹ estavam começando a se afrouxar os laços orgânicos entre os espaços de sociabilidade do universo homogêneo no interior do qual se moviam: entre o

gresso na Faculdade de Direito e o acesso às corporações acadêmicas (o Grêmio, o Centro, a República Destruidora, a Catacumba),¹² entre a pertinência dos grupos por cooptação (o grupo dos filhos de Júlio Mesquita, o grupo dos Prado, a rale, a ala que se incumbia da Festa da Chave)¹³ e o trânsito nos clubes e salões (Paulista, Harmonia), nos “assustados” familiares (arrasta-pés em casas de família), entre os jantares no Salão Amarelo do Automóvel Club, as festas em restaurantes em Santo Amaro e as recepções de formatura, de fraque e cartola, entre a abertura de uma banca de advocacia e o estágio de rotina no escritório do pai, de um parente ou amigo da família, entre o casamento endogâmico e a gestão dos negócios familiares.

As reformas programadas por certas facções do perrepismo, o trabalho de mobilização e arregimentação dos jovens que se tornariam militantes do Partido Democrático, o acirramento da concorrência por ocasião das campanhas eleitorais, a criação de novas instâncias de produção ideológica e cultural, tudo isso contribuiu para transformar o espaço de oportunidades abertas à colaboração dos intelectuais. Decerto o novo partido atraiu elementos jovens que, desde os bancos acadêmicos, estavam a par das clivagens ideológicas e sociais de que se nutria a concorrência entre o situacionismo perrepista e os movimentos dissidentes. Estavam familiarizados com as bandeiras “liberais” de que era porta-voz a facção Mesquita, vários deles haviam conseguido empregos em órgãos dirigidos pelo grupo, mas, de outro lado, havia também o apelo de se juntarem às íngremes da vanguarda literária e artística que se abrigavam sob a égide perrepista. Nessas condições, a adesão ao Partido Democrático tomou o sentido de uma alternativa viável de fazer carreira fora do situacionismo dominante, que, por força de suas tradições de militância, reservava o direito de uma participação política direta aos seus quadros mais antigos. No caso da nova agremiação, parente de pessoal, esses jovens intelectuais têm o ensejo de se infiltrar por todos os escalões partidários. Estão presentes no diretório central, no conselho consultivo, no serviço de imprensa, nas equipes engajadas na mobilização eleitoral, nas escaramuças com os perrepistas, nos tratos de vida e morte.¹⁴ Em face dos empecilhos que enrijeciam a máquina situacionista e que, como se verá adiante, esfriavam os ânimos reformistas de inúmeros de seus jovens aderentes, que acabaram preferindo outras alternativas radicais de ação política,¹⁵ os recrutas recém-convertidos ao programa democrático encontraram por essa via a oportunidade de lidar com uma variante das demandas políticas dominantes e de fazer a experiência concreta de um trabalho político. As missões, de que foram incumbidos,

os contatos que entabularam com outras forças políticas, lhes permitiram enfrentar os dilemas políticos e ideológicos da ordem do dia. E o principal deles era, sem dúvida, a extensão em que deveria ocorrer a cooptação do elemento militar. No que diz respeito à inserção dos intelectuais nas frentes políticas da oligarquia, o Partido Democrático incorporou muitos daqueles que, por uma série de injunções sociais, se sentiam despejados do situacionismo perrepista. Enquanto os elementos jovens do PRP acabaram se filiando a outras organizações e movimentos políticos (integralismo, Partido Comunista) em seguida à derrota da oligarquia paulista em 1930, os jovens militantes “democráticos” envidaram esforços em favor da reunificação das forças oligárquicas após 1930. E nem poderia ter sido diferente, na medida em que o futuro profissional e intelectual dos “democráticos” continuava amarrado aos empreendimentos culturais e, no limite, ao destino político que tivessem os grupos dirigentes com que os quais colaboravam.

O envolvimento dos intelectuais com os grupos dirigentes não se manifestava apenas em termos de adesão a alguma facção partidária. Tanto aqueles vinculados ao situacionismo perrepista como os elementos identificados com as causas políticas dissidentes ou com a oposição democrática prestaram sua colaboração na administração pública estadual, na imprensa, no setor editorial, na Câmara dos Deputados. Entre os intelectuais do PRP, Menotti del Picchia foi diretor do Monte de Socorro do Estado, convidado por Carlos de Campos; Cassiano Ricardo foi auxiliar de censor teatral e cinematográfico e, depois de 1930, requisitado para novas funções no Palácio do Governo, onde se manteve à testa da diretoria do expediente ao longo de sucessivas administrações; entre os filiados ao PD, Mário de Andrade era, desde 1913, professor de história da música no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo; passando em 1922 ao posto de catedrático de dicção, história do teatro e estética.¹⁶ A essas atribuições juntavam os serviços que prestavam aos diversos órgãos da imprensa, fosse ela situacionista (*Correio Paulistano*), “independente” (*O Estado de S. Paulo*), “democrática” (*Diário Nacional*); Menotti del Picchia foi cronista social (assinando com o pseudônimo de Hélios) e redator político do *Correio Paulistano*, no qual também trabalharam Cassiano Ricardo, responsável pela seção judiciária, Plínio Salgado, Oswald de Andrade e muitos outros do então estado-maior intelectual do comando perrepista;¹⁷ Paulo Duarte ingressou em *O Estado de S. Paulo* em 1919, passando de revisor a repórter incumbido de fazer a cobertura do

Palácio do Governo e das secretarias e, enfim, a redator; Mário de Andrade colaborou amiúde com o *Diário Nacional*, a exemplo de Paulo Duarte, Vicente Ráo, Sergio Milliet, Rubens Borba Alves de Moraes e tantos outros "democráticos". Alguns deles tiveram cargos na representação parlamentar: Menotti del Picchia e Plínio Salgado foram deputados estaduais pelo PRP, além de haverem militado no interior do próprio partido no intuito de reformá-lo; Paulo Duarte foi deputado pelo Partido Constitucionalista em 1934; Alcântara Machado e Cândido Motta Filho prestaram serviços como assessores da bancada paulista à Constituinte; o pai de Alcântara Machado foi deputado federal à primeira legislatura ordinária, em 1934. Sem falar dos inúmeros empreendimentos em que esses modernistas se engajaram na área literária e editorial, com a fundação de sucessivas revistas destinadas a divulgar o ideário das diversas alas e cisões do movimento e até mesmo com a abertura de editoras para difusão de suas obras, como foi o caso da Editora Hélios Ltda., fundada pelo pessoal do movimento verde-amarelo.

Ao mesmo tempo que os intelectuais dessa última geração oligárquica assumiam diversas tarefas políticas e ideológicas, também se lançaram a fundo nas lutas literárias, no intuito de impor os princípios e modelos estéticos da arte "moderna" (futurismo, cubismo, surrealismo). Os acontecimentos mundanos de que participavam esses escritores nos primeiros tempos do movimento modernista (recepções, espetáculos, vernissages, concertos), e que lhes davam ocasião de divulgar suas doutrinas e suas obras, permitem compreender o mecenato que então exercia a fração intelectualizada e "europeizada" dos grupos dirigentes paulistas.

OSWALD DE ANDRADE: DÂNDI E LÍDER ESTÉTICO DO PARTIDO
REPUBLICANO PAULISTA

O casal formado pelo poeta Oswald de Andrade e pela pintora Tarsila do Amaral é a encarnação mais perfeita e acabada do estilo de vida dos integrantes dos círculos modernistas, obcecados ao mesmo tempo pela ambição de brilho social e pela pretensão de supremacia intelectual. O fato de ambos pertencerem a famílias abastadas da oligarquia e de poderem viver às custas das rendas provenientes da especulação imobiliária com terrenos onde se edificariam os futuros bairros elegantes da cidade de São Paulo e dos lucros derivados da exportação de café lhes assegurou o capital necessário para

que pudessem se impor como modelos requintados de importadores tanto no âmbito do consumo de luxo como no tocante a investimentos culturais. Por ocasião das sucessivas viagens que fizeram à Europa ao longo da década de 1920, levaram às últimas consequências um estilo de vida ostentatório onde mal se consegue discernir o que é empenho intelectual daquilo que diz respeito à importação de símbolos de prestígio social: frequentavam os espetáculos de teatro de vanguarda, dos balés russos, as noites dos círculos diplomáticos, as conferências da Sorbonne, os cursos ministrados pelos pintores modernos, as corridas de cavalos e de automóveis, as lutas de boxe; aprendiam a nadar, a dançar o charleston; adquiriam quadros de Léger, objetos *art déco*, sapatos Perugia, camisas Sulka, "pijamas de apartamento", perfumes Rosine, móveis Martine, vestidos de Poiret; tinham audiências com o papa etc.¹⁸

Os "feitos" dos escritores modernistas em matéria de decoração, de vestuário, de ética sexual etc. inscrevem-se com maior acerto na história da importação dos padrões de gosto da classe dirigente ligada à expansão do café do que na história da produção intelectual. As viagens à Europa, o aprendizado dos modelos estéticos e éticos de vanguarda, as formas requintadas de consumo, tudo isso impregna as obras dos escritores modernistas que dependiam das prodigalidades dos mecenas que mantinham salões na capital do estado. Embora alguns dentre os escritores modernistas tenham se tornado mais tarde semiprofissionais da produção literária e artística, as obras da primeira leva se destinavam a um círculo bastante reduzido de iniciados, pertencentes a famílias abastadas da oligarquia local, e que detinham as chaves para decifrar tais obras.

A primeira edição de quinhentos exemplares do *Juca Mulato*, de Menotti del Picchia, a primeira edição de oitocentos exemplares de *Losango cáqui*, de Mário de Andrade, a edição parisiense de *Pau-brasil*, de Oswald de Andrade, são empreendimentos editoriais financiados pelos próprios autores ou por seus mecenas, e ostentam as características de uma produção artesanal de luxo.¹⁹ Tratava-se, pois, de obras que estavam virtualmente "excluídas" do mercado mais amplo, no qual os livros dos anatolianos alcançavam vendagem expressiva em sucessivas edições. Enquanto os profissionais por excelência da República Velha viviam dos rendimentos que lhes proporcionava o ofício de escritor,²⁰ os modernistas derivavam suas condições materiais de existência seja de rendi-

mentos pessoais e/ou familiares, seja de empregos e tarefas que exerciam nas instituições políticas e culturais da oligarquia.

O acesso dos modernistas às frentes de vanguarda européias por força de sua proximidade social dos círculos intelectualizados da oligarquia foi, paradoxalmente, a condição que lhes permitiu assumir o papel de inovadores culturais e estéticos no campo literário local, tomando a dianteira no processo de “substituição de importações” de bens culturais e desbancando seus principais concorrentes, os polígrafos anatolianos. Na medida em que as principais instâncias de produção cultural, a começar pela imprensa, não detinham o monopólio dos instrumentos de consagração, os escritores modernistas procuraram impor modelos estéticos estrangeiros (Cendrars, Marinetti etc.) como a principal instância de reconhecimento de suas obras. Assim, pode-se afirmar que as mudanças por eles introduzidas no campo intelectual interno — em especial no que diz respeito à definição do trabalho intelectual, dos modelos estéticos e das áreas de colaboração com o poder político — se fizeram de maneira bastante independente das demandas que abrigava o incipiente mercado do livro durante a República Velha.

MONTEIRO LOBATO: ANATOLIANO ANTIMODERNISTA

José Bento Monteiro Lobato foi o anatoliano de maior sucesso comercial e intelectual na década de 1920 em São Paulo. Filho e neto de grandes proprietários de terras na região paulista do Vale do Paraíba, teve a educação esmerada que em geral recebiam os jovens dessa fração da classe dominante. A morte de seu pai ocorre no momento em que cursava os preparatórios então exigidos para matrícula no curso superior. Como para seu avô, o visconde de Tremembé, não houvesse outro caminho possível a não ser torná-lo um bacharel, nem mesmo lhe permitiria tentar o ingresso na Escola de Belas-Artes ou na Escola de Engenharia, as duas outras alternativas entre as quais podia se dar ao luxo de hesitar um herdeiro de quase 2 mil alqueires. De posse do título de bacharel em direito, retorna a Taubaté, de onde passa a colaborar em diversos jornais do estado, aguardando o momento de assumir a herança familiar. Na mesma época obtém uma promotoria interina em Taubaté mas o avô o convence de que seria preciso obter um posto com garantias de estabilidade caso quisesse se casar; percorre o Oeste do estado mas não consegue ser nomeado para nenhuma cidade

importante, contentando-se com o lugar de promotor em Areias. “[...] Preocupado em ganhar dinheiro, economizar dinheiro, juntar dinheiro”, Lobato faz muitos projetos de investimento tanto na área econômica como no setor de produção cultural:

[...] trata-se de fundar uma indústria, uma fábrica de doces em vidros, geléias tipo inglês. Tem um amigo que entra como sócio, de nome Paiva, de maneira que imagina constituir a firma Lobato & Paiva [...] Tem muitos planos: ir para o Oeste, fundar uma revista, espécie de *Le Rire*, escrever um livro coletando mentiras de caçadores [...] anda às voltas com o *Bocartorta*, que passa a considerá-lo seu conto número um. Cogita de repassar as narrativas do Minarete [...] pensa mesmo em transformá-lo num romance, até que convidado a colaborar na *Tribuna de Santos*, resolve publicá-lo. Engrena uma colaboração mais assídua para o jornal santista, que lhe paga alguma coisa [...] envia artigos políticos para Santos, remete desenhos e caricaturas que o *Fon-Fon*, do Rio, publica. E não contente, traduz bastante do *Weekly Times*, pinta projetos de cartazes para um concurso, ao qual, arrojadamente, concorre [...] agora é a *Gazeta de Notícias* do Rio, que aceita suas colaborações [...] Quando lhe pedem artigos, quer logo saber quanto pagam [...] E novamente procura uma saída: pensa em indústrias [...] pensa em desistir da literatura para cuidar de algo científico — uma gramática, histórica e filosófica, ou então um vocabulário brasileiro [...] quer ganhar dinheiro, quer sair de Areias.²¹

Não fosse a perspectiva de herdar a fortuna familiar, esse período não se caracterizaria pelo movimento pendular entre planos de investimentos econômicos e projetos típicos de um empresário cultural. A tal ponto se encontra identificado com a posição de empresário que mesmo a maioria de seus projetos intelectuais não apenas cobrem uma extensa variedade de áreas produtivas como nem poderiam se concretizar nas condições artesanais de trabalho intelectual que eram as suas. Afora a pintura, as ilustrações, os cartazes e as caricaturas ou, então, os gêneros tradicionais, o conto, o romance, os gêneros recém-importados que estavam na moda, como, por exemplo, a crônica, os comentários políticos, iniciativas como a elaboração de uma gramática, de um vocabulário, a criação de uma revista, requereriam escalas de produção que envolveriam o trabalho assalariado de equipes e cujo porte exigiria uma estrutura produtiva em moldes industriais, que somente a grande imprensa da época lhe poderia propiciar. A morte do avô liquida essa situação instável, dando-lhe posse da primeira fortuna em terras de que se valeu para tornar-se empresário cultural. Num primeiro momento, enquanto não consegue vender suas propriedades, entusiasma-se com o projeto de um colégio de elite: “Acaba fundando, num casarão em Taubaté [...] um colégio só para meninos ricos onde só se ensinam coisas de ricos — esporte, pôquer, bridge, danças, línguas vivas faladas, elegâncias, pedantismos, etiquetas e as tinturas de literatura, ciência e arte necessárias para as conversas de salão. Algo como Eton ou Cambridge [...]”.²² Mas em 1916 transfere-se com mulher e quatro filhos para

São Paulo, depois de ter vendido a fazenda. Passa a colaborar com regularidade em *O Estado de S. Paulo* e acaba sendo convidado para dirigir a *Revista do Brasil*, cujo controle acionário adquire do grupo Mesquita dois anos mais tarde. Tais dimensões foi tomando esse empreendimento editorial que decidiu montar uma gráfica própria, encomendando nos Estados Unidos o equipamento necessário. Jeca-Tatu, o herói de seu primeiro livro, o símbolo dos caboclos sem terra, explorados e maltrapilhos, lhe assegurou um sucesso comercial sem precedentes. Entre 1918 e 1923, o livro de contos *Urupês* teve nove edições, *Cidades mortas e Idéias de Jeca Tatu* tiveram quatro edições, *Onda verde* teve duas edições, afora as sucessivas tiragens de seus livros infantis, sob o selo da *Revista do Brasil* e, depois, de sua própria editora, Monteiro Lobato & Cia. A partir de 1924 e até fins da década de 1930, não só continua a produzir nos mais diversos gêneros mas supera a marca de cinquenta títulos, editados pela Companhia Editora Nacional. Em 1937, *O escândalo do petróleo* alcança cinco edições em dois anos, *Urupês* chega à 11ª edição, *Fábulas* à sétima edição, *História do mundo para crianças* e *O saci* à sexta edição. Até o ano de 1935, a Companhia Editora Nacional e a Editora Brasiliense teriam lançado por volta de 1 520 000 exemplares de seus livros, aos que se podem acrescentar os 5 mil exemplares de cada volume de suas obras completas em trinta volumes e as reedições de seus livros infantis, perfazendo um total superior a 1 800 000 exemplares.²³

A DERROTA POLÍTICA DA OLIGARQUIA

Em 1930, as oligarquias dissidentes naqueles estados situados fora do circuito de exportação e cuja produção se destinava ao mercado interno, aliadas a certas facções oligárquicas dos estados nordestinos, aos movimentos oposicionistas em São Paulo e Minas Gerais e a certas alas do tenentismo, deflagram uma insurreição armada e assumem o controle do governo central. O desfecho da Revolução de 30 e, sobretudo, o fato de a própria dissidência “democrática” que apoiara a coalizão de forças vitoriosa ter sido alijada do mando político no plano estadual tornaram irreversível a derrota política da oligarquia paulista.²⁴ Ao longo dos primeiros anos do governo provisório de Vargas, a nova coalizão que detinha o controle do aparelho do Estado procurou, de um lado, assegurar um mínimo de condições econômicas com vistas a debelar a recessão econômica no setor exportador em seguida à crise internacional de 1929 e, de outro, minar as bases políticas da oligarquia tradicional. Nesse sentido, o governo Vargas

nomeou para o estado de São Paulo “interventores” militares que não tinham nenhum vínculo com os dois partidos oligárquicos locais nem pertenciam às famílias dirigentes do estado, estimulou a criação de organizações políticas que pudessem competir e porventura até mesmo substituir os partidos oligárquicos, afora outras tantas estratégias e expedientes para desbancar a antiga classe dirigente.

Tais desdobramentos levaram as forças políticas da oligarquia a tentar se recompor por meio de uma frente única paulista (PRP e PD), cujo programa em defesa da constitucionalização recebe a adesão de diversas entidades representativas dos profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados). Em 1932, essa mesma frente única desencadeia um movimento armado com o objetivo de derrubar a coalizão vitoriosa em 1930. Após a derrota ante as forças militares fiéis ao novo regime, a frente única recobra ânimo com a montagem de uma chapa única eleitoral intitulada “Por São Paulo Unido”, vitoriosa em maio de 1933. Às custas da antiga máquina partidária e lançando mão dos expedientes usuais da República Velha, a frente oligárquica obteve a maioria dos votos nas eleições de 1933 e 1934. Na expectativa de tais resultados, o governo central reservara um certo número de vagas parlamentares para representantes corporativos que seriam eleitos conforme as diretrizes oficiais. Por fim, o golpe de 1937 instaurou um regime ditatorial e liquidou com as esperanças da oligarquia de recuperar o controle do poder central.

São os herdeiros das antigas dissidências — em especial, Armando de Sales Oliveira, genro do velho Mesquita e principal responsável pela reunificação das forças políticas oligárquicas — que tomam a dianteira da frente única paulista e patrocinam vários empreendimentos culturais na década de 1930.²⁵ Em vez de se dar conta da emergência de demandas sociais que haviam sido represadas por falta de canais de expressão e participação, os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural e, escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo, e o Departamento Municipal de Cultura são iniciativas que se inscrevem nesse projeto.

A Escola Livre de Sociologia e Política foi criada em 1933 sob os auspícios de um grupo de empresários, professores e jornalistas. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Universidade de São Paulo foram criadas em 1934, com apoio do grupo Mesquita, durante a gestão Armando de Sales Oliveira no governo do estado. A primeira procurou adotar um modelo de ensino e de pesquisa de inspiração norte-americana e a segunda deu preferência aos modelos europeus. A contratação de professores estrangeiros visava à formação de “quadros técnicos, especializados em ciências sociais [...] de uma elite ‘numerosa e organizada’, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos [...], personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social”.²⁶

As derrotas de 1930 e 1932 exerceram influência decisiva na carreira dos membros do estado-maior intelectual dos grupos dirigentes paulistas. Aqueles que faziam parte da ala perrepista passaram às fileiras dos movimentos radicais à direita e à esquerda,²⁷ enquanto alguns de seus antigos companheiros foram cooptados para cargos de cúpula da administração pública federal. Por sua vez, a maioria dos intelectuais que militavam junto à oposição “democrática” permaneceu em São Paulo, dando sua colaboração ao projeto de reunificação das forças oligárquicas em âmbito regional. Diversamente dos intelectuais “perrepistas”, cujos anseios de fazer carreira política nos moldes daquela seguida por seus pais ruíram por terra com as derrotas de 30 e 32, os integrantes do estado-maior intelectual do Partido Democrático tiveram a oportunidade de continuar prestando sua colaboração política à oligarquia. Contudo, o fato de os políticos filiados ao Partido Democrático e os herdeiros das antigas dissidências terem liderado o projeto de reunificação das forças oligárquicas protelou a tomada de consciência dos intelectuais “democráticos” quanto às probabilidades de sobrevivência política deles mesmos, dos grupos dirigentes do antigo regime e da própria classe a que pertenciam. Entre 1930 e 1937, os intelectuais “democráticos” participaram na linha de frente dos diversos empreendimentos culturais suscitados pelas derrotas sofridas no início da década de 1930.²⁸

As cisões e querelas ocorridas no interior do movimento modernista se devem sobretudo a razões políticas. Enquanto os escritores vinculados ao perre-

pismo buscaram colocar suas obras a serviço de uma ideologia “nacionalista” da qual poderiam se utilizar os grupos dirigentes, ou, então, dos intentos reformistas que tencionavam impor à direção partidária, o grupo de intelectuais “democráticos” sob a liderança de Mário de Andrade se empenhou em não deixar que suas tomadas de posição no terreno político-partidário pudessem comprometer o conteúdo de sua produção literária e estética. Os intelectuais associados ao PRP acabam cindidos — a “direita” e a “esquerda” literárias — por terem posições divergentes quanto ao grau e às modalidades de engajamento dos intelectuais com o trabalho político. O “racha” interno aos perrepistas, seguindo-se à publicação do “Manifesto pau-brasil” (1924), de Oswald de Andrade, e dando origem aos movimentos “verde-amarelo” e “Anta”, explica-se em grande parte como revide ao esteticismo que impregnava a postura intelectual assumida pelos escritores filiados à “oposição democrática”. Enquanto os “perrepistas” procuravam não dissociar suas tomadas de posição no terreno estético de sua atuação política, a maioria dos intelectuais “democráticos” buscava resguardar a problemática de sua produção intelectual das conveniências impostas pelas lutas políticas de que participava.²⁹

MÁRIO DE ANDRADE: LÍDER INTELECTUAL DO PARTIDO DEMOCRÁTICO

Ao contrário do “homem sem profissão” Oswald de Andrade, que pôde assumir o papel de vanguarda literária às custas de imensa fortuna pessoal, Mário de Andrade constitui o protótipo do “primo pobre” que também chegou a exercer uma liderança intelectual mas por vias distintas, propiciadas, de um lado, por seus amplos investimentos em capital cultural e, de outro, pela expansão das instituições culturais da oligarquia. Na verdade, Mário só podia contar com o capital social do ramo materno de sua família para contrabalançar outras desvantagens familiares e escolares. Ele era uma espécie de caçula indesejado, de uma feitura singular, com “tremores nas mãos”; seu pai e outros membros da família não conseguiam conter o ímpeto de culpabilizá-lo, de modo meio arrevesado, pela morte de seu irmão mais moço, que era o rebento favorito e cheio de

...dotes, bonito, louro, "inteligente" e "sensível". Além disso, Mário foi o único escritor modernista a não ter realizado o curso de direito, relegado à contabilidade, que não chegou a completar, e, adiante, ao Conservatório Dramático e Musical. Em relação a Oswald, que procurava se impor tanto por suas façanhas intelectuais como pela sua "superioridade" social, Mário de Andrade só poderia levar a melhor na competição em torno da liderança do movimento modernista pelo empenho com que buscou diversificar os setores de aplicação de sua competência cultural polivalente.³⁰ Sendo autodidata, Mário teve de fazer investimentos intelectuais de tal monta que acabou cobrindo quase todos os domínios literários, artísticos e científicos da época (da literatura às belas-artes e à música, do folclore à etnografia e à história), ao preço de permanecer solteiro e misógino toda sua vida, em companhia da mãe, da madrinha, da irmã mais moça e da preta Sebastiana, que trabalhava para a família. Mesmo tendo se engajado desde cedo nas fileiras do Partido Democrático, Mário jamais deixou de ser uma espécie de assessor intelectual de prestígio, sem conseguir, a exemplo de seu irmão mais velho, encetar uma carreira política. São essas algumas das condições que lhe permitiram levar a cabo o projeto de ser um intelectual total nas condições da época.³¹

OS ESCRITORES MODERNISTAS

Embora quase todos os escritores modernistas sejam originários de antigas famílias dirigentes, eles se distinguem entre si não tanto pelo volume de capital econômico ou escolar, mas pela proximidade relativa de suas famílias em relação à fração intelectual e política da classe dominante e, por conseguinte, pelo grau de conservação ou de dilapidação de seu capital de relações sociais. Os irmãos Almeida (Guilherme e Tácito), os irmãos Alcântara Machado (Antônio e Brasília) e Cândido Motta Filho pertenciam a importantes famílias especializadas havia diversas gerações em funções culturais, eram filhos de advogados e magistrados ilustres que juntaram à posição de professores titulares da Faculdade de Direito de São Paulo o desempenho dos mais altos cargos públicos em nível regional, ao passo que Mário de Andrade, Paulo Duarte, Cassiano

Ricardo etc. eram "primos pobres" cujos pais tiveram de enfrentar uma situação material mais modesta e que só puderam tirar partido do minguado capital social que lhes restou.

OS "PRIMOS POBRES"

Com exceção de Mário de Andrade, cujos trunfos sociais e culturais são consideráveis, os "primos pobres" da oligarquia são, em sua maioria, frutos de casamentos "para baixo" de seus pais, que, coagidos pelas ameaças de "desclassificação" social e pela falência material, tiveram de negociar seus ilustres nomes de família no mercado matrimonial, tornando-se muitas vezes os responsáveis pela gestão dos bens materiais da esposa.³²

As famílias dos "primos pobres" encontravam-se relativamente afastadas, tanto social como geograficamente, da fração política e intelectual da classe dirigente a que pertenciam seus contemporâneos do movimento modernista, os "homens sem profissão". Os "primos pobres" cresceram e foram educados em cidades do interior e só vieram para a capital ao final da adolescência. Não dispondo das vantagens resultantes de posições privilegiadas no espaço da linhagem e da fratria, ao que muitas vezes vem se aliar a presença de estigmas, esses futuros intelectuais encontram-se como que impossibilitados de acionar a seu favor as últimas reservas familiares do capital de relações sociais, a exemplo do que puderam fazer seus irmãos mais velhos. E, mesmo quando o fazem em alguma medida, o "atraso" relativo de seus investimentos escolares acarreta dividendos decrescentes: Mário de Andrade não chegou a realizar nenhum curso superior, Fernando de Azevedo só chega ao curso de direito após um estágio prolongado como noviço na ordem dos jesuítas e ao cabo de inúmeras peripécias profissionais, e Paulo Duarte só consegue o mesmo tardiamente. Sendo originários de famílias com proles numerosas, os "primos pobres" devem o mínimo de vantagens escolares e culturais com que se beneficiaram aos favores e ao amparo que a oligarquia dispensa a seus ramos empobrecidos. Nessas condições, a carreira eclesiástica aparece aos olhos desses intelectuais não apenas como válvula de escape à "degradação social" mas também como estratégia dis-

mulada de acumulação de capital cultural. O ingresso no seminário lhes permitia não apenas escapar ao rebaixamento social ou, então, protelar a relegação de classe, mas também lhes proporcionava oportunidades de acumular um tipo de capital cultural (a filosofia escolástica, a filologia etc.) difícil de aplicar em domínios leigos da produção cultural. Por conseguinte, a iniciação literária e erudita de Fernando de Azevedo recebeu no seminário (o latim e outras línguas clássicas etc.) constituiu sem dúvida a condição indispensável para que pudesse levar a termo seu tortuoso caminho de reconversão às profissões intelectuais.

“HOMENS SEM PROFISSÃO”

“Mais do que bacharel, eu queria ser livre. Não ter títulos. Não ter profissão. Não ser doutor. Mas ser um homem capaz de ser homem! O que eu não desejaria ser bacharel sem ser.”³³ Os “homens sem profissão” eram herdeiros nascidos em famílias que monopolizavam havia muito tempo as posições de prestígio no interior da classe dirigente. Sendo originários de famílias de estirpe aristocrática, cujos sobrenomes de boa cepa lhes garantiam por si só livre trânsito nos círculos dirigentes, e que estavam ligadas de diversas maneiras (casamentos, amizades, negócios em comum, comitês partidários) aos ramos econômicos dominantes, o fato de terem se encaminhado para as profissões intelectuais tem muito mais a ver com as estratégias de reprodução dessas famílias do que com os riscos provocados pelo declínio social e econômico de que foram vítimas os “primos pobres”. Por não serem os primogênitos, acabaram sendo orientados para as profissões dirigentes ligadas ao trabalho intelectual e/ou político e mantidos a distância das posições envolvidas de frente com a gestão dos negócios familiares.

A biografia de Cândido Motta Filho permite reconstruir a trajetória de um herdeiro da fração intelectual da classe dirigente em São Paulo em meio à conjuntura de crise do poder oligárquico. Seu pai, Cândido Nanzianzeno Nogueira Motta, era um advogado de grande reputação, que dispunha de escritório próprio na capital paulista, professor de direito penal na Faculdade de Direito de São Paulo e um político profissional ligado às hostes perrepeistas, tendo ocupado postos de deputado, senador e secretário de Agricultura no estado. Seu avô

materno era fazendeiro em Capivari e o avô paterno era professor secundário, sem contar as diversas figuras ilustres entre seus parentes e antepassados: do lado paterno, Cândido José da Motta, tio do avô paterno e secretário do padre Feijó durante a Revolução de 1842, e Cesário Motta Jr., político de prestígio, ambos presentes na Convenção de Itu; do lado materno, Júlio César Ribeiro Vaughan, professor e escritor naturalista, casado com uma tia. O círculo de amizades do pai incluía políticos eminentes: Washington Luís e Altino Arantes, colegas no mesmo escritório de advocacia; Carlos de Campos e Carlos Garcia (o primeiro, diretor do *Correio Paulistano*, ambos deputados), Prudente de Moraes, o senador Rodolfo Miranda, Júlio Prestes, todos pertencentes à cúpula do PRP; membros do alto clero, como o monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, d. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo, que realizou o batismo do autor, quando sua família morava no bairro de Santa Cecília, onde fora vigário; seus colegas professores na Faculdade de Direito, entre eles José de Alcântara Machado d'Oliveira, pai dos melhores colegas de infância de Cândido.

As comparações que Cândido estabelece com os filhos de Alcântara Machado têm como pano de fundo a posição semelhante de suas respectivas famílias no espaço da classe dirigente.³⁴ Ele se identifica com o irmão mais moço de Brasília (que também se tornaria um escritor modernista) porque tem consciência, em certa medida, das estratégias das famílias dirigentes, que excluem alguns de seus herdeiros da gestão econômica do patrimônio, reservando-lhes os encargos do trabalho intelectual.

Mas entre os poucos que tive como companheiros toda a vida encontrava-se Brasília Machado Neto. Brincamos na mesma rua, freqüentávamos a mesma faculdade, fizemos a mesma política, juntos freqüentamos os livros, os salões de baile e as casas de diversões. Ele era rico. Eu era pobre. E essa diferença poderia nos separar, mas não nos separou [...] Um pouco mais moço do que eu, fazia-me um sinal para que o esperasse com o seu irmão Antônio, para bater bola. Desde menino era um comandante, inventando brinquedos e determinando os jogos que iríamos jogar [...] Esse menino voluntarioso, que parecia ter nascido para dar ordens sem ser ris-

ADRO 1 — ORIGEM SOCIAL, TRUNFOS, HANDICAPS E CARREIRAS

MODERNISTAS ETC.	Data e lugar de nascimento	Profissão do pai	Difusão social dos pais	Estigmas/handicaps	Gestão do capital de relações sociais	Posição na família/carreira dos irmãos	Curso superior	Data de estréia e gênero em livro	Academia Brasileira de Letras (ano de ingresso)	Carreira	Tipo de produção
Osvald de Andrade	1890, São Paulo	Grande especulador urbano; rentista, vereador; gestão dos bens da esposa	Pai doente (espinha)	"Gordinho refratário"	Lado materno = ramo ilustre	Filho único	Direito	1916, teatro	Não	Jornalista (<i>Diário Popular</i> , <i>Jornal do Comércio</i>); livre-docente; cadeira de literatura brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo	Crônicas, crítica teatral, poesias, manifestos estéticos, teatro, ensaios, romances, memórias
Raul de Souza Andrade	1893, São Paulo	Jornalista, pequeno comerciante, guarda-livros, tesoureiro administrador do Conservatório Dramático e Musical	Órfão de pai aos vinte anos	Tremor nas mãos	Lado materno = ramo ilustre	Segundo filho homem; irmão advogado e deputado	Contabilidade (incompleto); Conservatório Dramático e Musical (piano)	1917, poesia	Não	Professor catedrático do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo; diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo; diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal e seu catedrático (história e filosofia da arte); funcionário; colaborador do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	Crítica de arte, poesia, ensaios, crítica musical, ficção, romances e contos, obras históricas, etnografia, folclore, crônicas, correspondência
Cláudio Motta	1897, São Paulo	Advogado com banca; professor de direito, político		"Saúde precária", "tímido", "cãnhoto"	Trabalho político do pai	Filho único	Direito	1926, ensaio político	1960	Juiz de paz em São Paulo; advogado do estado e da prefeitura; professor catedrático da Faculdade de Direito; diretor do Instituto de Educação de Menores de São Paulo; deputado estadual; jornalista; carreira política e judiciária	Direito, crítica literária, traduções, ensaios, biografia, memórias
Ennio Castilho de Alcântara Machado	1901, São Paulo	Professor de direito, político, deputado, advogado com banca			Trabalho político do pai	Segundo filho homem; irmão empresário	Direito	1926, crônicas	Não	Assessor da bancada paulista na Assembléia Nacional Constituinte (1933-4)	Contos, novelas
Therme de Almeida	1890, Campinas (São Paulo)	Advogado com banca; professor de direito		Internato (Ginásio Diocesano São José)	Trabalho político do pai		Direito	1916, teatro	1930	Advogado; secretário da Escola Normal Padre Anchieta, chefe da Divisão de Expansão Cultural da Prefeitura de São Paulo, diretor-fundador da Sociedade de Instrução Artística do Brasil, secretário do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus; jornalista, presidente da Associação Paulista de Imprensa	Poesia, traduções, prosa, ensaios, depoimentos políticos
Manoel de Medeiros	1894, São Gonçalo do Sapucaí (Minas Gerais)	Filho de um "industrial" falido, dono de uma companhia de bondes no Rio	Falência material	"De constituição franzina", pneumonia; internato (Ginásio Diocesano São José, Pouso Alegre)		Terceiro filho de uma prole de quinze	Seminário dos jesuítas (cinco anos); direito	1926, ensaios	1968	Professor de latim e psicologia em Belo Horizonte; bibliotecário de um colégio; conferente do Lloyd Brasileiro; diretor-geral do Instrução Pública no Distrito Federal; jornalista; magistrário superior; cargos públicos de cúpula	Ensaços, crítica literária, sociologia, estudos culturais, memórias
Osvaldo	1895, São José dos Campos (São Paulo)	Pequeno proprietário de terras (Várzea Grande); pequeno fazendeiro	Falência material			Segundo filho homem; um irmão médico e professor de medicina	Direito	1915, poesia	1937	Cargos políticos de confiança (antes e durante o governo Vargas).	Poesia, escritos políticos, crítica, memórias
Cláudio Duarte	1899, São Paulo	Pequeno funcionário público; comerciante; administrador da fazenda da mulher; pequeno comerciante; coletor federal	Falência material		Lado materno = ramo ilustre	Primogênito	Direito	1927	Não	Jornalista (<i>O Estado de S. Paulo</i> , <i>Diário Nacional</i>); membro do PP; assessor do prefeito de São Paulo Fábio Prado, deputado (Partido Constitucionalista); trabalhos em órgãos culturais (Anhembí etc.)	Depoimentos políticos, obras de documentação histórica, ensaios e biografias, memórias
Luigi de Mattia	1892, São Paulo (origem imigrante)	Pequeno empreiteiro, pintor, arquiteto	Falência material; órfão de mãe já moço	Hérnia inguinal; internato (Ginásio Diocesano São José, Pouso Alegre)	Trabalho de costura da irmã	Caçula; um irmão macrocéfalo, outro levado para Europa, outro letógrado	Direito	1917, ficção	1943	Emprego na Secretaria do Seminário; administrador de fazenda; escritório de advocacia e inspetor escolar em Itapira; redator político do governador Washington Luís; deputado estadual pelo PRP; diretor de órgãos culturais (período Vargas)	Crônicas, escritos políticos, poesias, romances, memórias
Cláudio Salgado	1895, São Bento do Sapucaí (São Paulo) (origem imigrante)	Farmacêutico e político local	Órfão de pai aos quinze anos	Internato (idem)		Único filho homem	Direito	1926, romance	Não	Político profissional	Romances, ensaios e estudos políticos

ES: Memórias e biografias

pido, incapaz de tolerar discussões por muito tempo [...] Considerava-se meu amigo e, com isso, encontrava em mim as virtudes que eu não tinha. Nunca travamos uma discussão. Nunca nos separou uma divergência. Carinhoso e meigo nas conversas que entabulávamos, procurava persuadir-me como se não comandasse. Depois, nos separamos. Ele ingressou no Colégio São Bento, e eu, que tinha ido para o Rio, me matriculei no Colégio Santo Inácio [...] Quando o reencontrei, já estava talado, patinando, jogando tênis, conhecedor de todas as notícias desportivas. Quem o visse assim, ao lado de seu irmão Antônio, concluiria que este, sempre aferrado aos livros, é que estaria na posse das virtudes intelectuais e políticas da família. Eu também gostava dos livros e gostava de ouvir Antônio.³⁵

O gosto de Brasília pelo esporte expressa sua identificação com o universo de valores masculinos, ao passo que os pendores literários de Cândido e de Antônio servem para familiarizá-los com as matérias-primas do ofício intelectual e enredá-los no clima de “encantamento” com que se acoberta a triagem de “vocações” para os trabalhos do “espírito”. Vale dizer, o interesse pelos esportes e a crença de que a prática esportiva poderia despertar as “qualidades” que ele atribuiu a Brasília — “um comandante”, “menino voluntarioso”, “nascido para dar ordens”, “seguro de si mesmo” — estão para os futuros homens de negócios assim como a “saúde precária” e a “timidez” estão para os futuros ocupantes de posições culturais.

[...] As minhas relações com Brasília tornaram-se mais freqüentes quando éramos alunos da Faculdade de Direito [...] Eu, com as minhas pueris inquietações literárias ou minhas ingênuas opções filosóficas, e ele, seguro de si mesmo, pondo fora as minhas dúvidas, como se fossem objetos inúteis. Falava com entusiasmo de seus planos desportivos, do jogo a que assistira, dos campeões do boxe, de golfe, de vôlei ou pólo... Contei-lhe que estava freqüentando, aos sábados, o Clube de Regatas Tietê, onde remava até Vila Maria. Gostou. Disse-me que era uma boa notícia que lhe dava, porque sem o exercício físico, sem o encontro com a vida, como ela é, o homem perde suas defesas. Com o decorrer do tempo, mais uma vez o destino nos separou. Ele foi para o comércio e eu para a advocacia e para o jornalismo. Aos poucos Brasília foi-se revelando o empresário, o homem de negócios sempre a enfren-

tar, com uma intuição incomum, os temas e os problemas das classes produtoras, prevendo, numa civilização de máquina, o relevante papel do comércio [...] Chegava aos trinta anos, com as habilitações de um capitão de longo curso. Tinha incorporado à sua maneira de agir a experiência de seus ancestrais [...] Brasília ficara em São Paulo, na direção de seus negócios e de certas organizações de classe.³⁶

O trecho a seguir permite reconstituir as posições que o autor consegue mapear no espaço da classe dirigente, desde a carreira (masculina) dominante no mundo dos negócios, passando pelas diversas carreiras políticas e intelectuais (advogado, professor, jornalista, letrado, pintor), até a carreira militar, que enxerga como o confirm da “degradação” social a que podem chegar os “parentes pobres” da oligarquia. Tais oscilações quanto à escolha de um caminho profissional também se devem, é claro, às novas demandas políticas e ideológicas da oligarquia.

[...] Que é que você vai ser? Brecheret, que fora meu colega de grupo escolar, queria ser índio. Eu, um dia, saí fora de meus moldes e ambicionei ter uma leiteria, igualzinha à que possuía um meu primo, na rua Jaguaribe, perto da Santa Casa de Misericórdia, ambição que durou o espaço de uma manhã [...] Quando alcancei os quinze anos, os projetos se tornaram impossíveis. A minha saúde fizera-se precária, e eu invejava um colega, filho de um coronel da Força Pública, que ia gloriosamente seguir a carreira das armas [...] Tentei animar-me, dizendo que eu era antes de tudo, pela curiosidade que revelava a todo instante, pela inconstância das minhas leituras, um jornalista, e o jornalismo é um curso complementar ao curso de direito, porque o jornal é uma tribuna do direito e da justiça (palavras que atribui a Carlos de Campos) [...] Porque, se eu não tinha, propriamente, aspiração a ser pintor, tinha certas inclinações pela pintura. Vivia rabiscando, e muitos me diziam que eu tinha bons traços. Freqüentava as exposições e procurava estar a par dos movimentos artísticos da Europa e da América [...] Depois de pensar em ser uma porção de coisas acabei por concluir que, para mim, a melhor carreira era a de professor [...] Sou filho de professor e neto de professor. Seguindo a meu pai e a meu avô, eu contornava o problema da minha timidez [...] [refere-se a seguir a Guilherme de Almeida, seu amigo]. Disse-me, numa dessas conversas, que todos os

professores têm um horizonte muito limitado [...] que os professores não são homens que sabem, mas homens que, quando muito, ensinam a saber. Não passam de estudantes que terminaram seu curso e que continuam estudantes em outro curso [...] Dentro dessa medida eu podia ser um bom professor. Além do exemplo de casa, eu tinha o do *Correio Paulistano*, que teve a dirigir-lo professores de direito... [...] eis senão quando leio nos jornais que estava aberto o concurso para a cadeira de literatura no Ginásio do Estado. Era sopa no mel [...] e tratei de escrever minha tese. Intitulei-a "O romantismo e o pensamento brasileiro". Terminei-a, e quando a terminei já tinha desistido do concurso. Transformei a tese num ensaio, que publiquei. E isso aconteceu quando tive notícia de que teria como concorrente Guilherme de Almeida [...] era meu amigo, desde os tempos em que frequentávamos a Faculdade de Direito [...] já viu um professor alegre? [palavras que atribui a Guilherme]. Veja, por exemplo, meu pai. É um encorujado. Os que são alegres o são porque são professores e mais alguma coisa [...] Estávamos no escritório de seu pai, onde o poeta fingia ser advogado. Era ele pequenino, com os olhos ligeiramente mongolóides, dotado de uma delicadeza quase incômoda. Achava, talvez por essa delicadeza, brutal a profissão de advogado. O advogado vivia, para ele, entre o furor da clientela de pagar ou não pagar... [...]"³⁷

Enquanto Rodolfo Miranda e Ataliba Leonel representavam modelos complementares dos políticos bem-sucedidos pertencentes à geração do pai de Cândido — quer dizer, o político interiorano e o político cosmopolita que é ao mesmo tempo um letrado diletante —, Alcântara Machado e Guilherme de Almeida prenunciavam a impossibilidade de reproduzir a carreira e o itinerário político de seus pais.

Atravessei um período em que se sustentava que o divórcio entre a literatura e a política se dava por incompatibilidade de gênios. Citava-se o exemplo de José de Alencar, que almejando ser ao mesmo tempo político e homem de letras, sofreu como político e como homem de letras. O senador Rodolfo Miranda era dessa opinião [...] E eu o admirava porque possuía um cavalo branco, majestoso como um cavalo de estátua. E eu sonhava ser, um dia, Rodolfo Miranda, para ter um cavalo branco... Desde que me encontrou, já estudante de direito, achou que era dever seu

falar-me das tradições republicanas [...] "Você precisa, menino, seguir seu pai, que está seguindo os passos do grande Cesário Motta Jr. Falo isso porque tenho visto no *Correio Paulistano* seus artigos e vejo que você gosta muito mais de poesia do que de política. Se isso continuar assim, o que acontece?... A República vai parar nas mãos de cafajestes e aventureiros [...]" A verdadeira glória se conquista na luta política [...] Nesse despertar da minha mocidade, ao querer abarçar o mundo com as pernas, eu me inclinava a manter os dois amores [...] Até que me aproximei de Alcântara Machado [...] encontrava nele um intelectual, típico, fazendo política [...] Ataliba Leonel foi um dos homens mais singulares que conheci. Em tudo e por tudo, oposto a Alcântara Machado e mesmo a Rodolfo Miranda. Nele se podia ver o homem do interior longínquo de São Paulo [...] enquanto que Alcântara Machado era um homem urbano e amigo dos livros [...] Apesar de formado em ciências sociais pela Faculdade de Direito, o dr. Ataliba deixava que o chamassem de "general". Ocultava os títulos, as homenagens que recebia, como disfarçava o que sabia, porque, como costumava dizer, preferia os homens inteligentes aos demasiadamente lidos [...] De outro lado estava Alcântara Machado, vendo os homens e os acontecimentos de modo diverso. Era um homem culto e viajado. Não havia novidade literária que não conhecesse. E sabia a Europa de cor e salteado [...]"³⁸

Em 1919, Cândido Motta Filho inicia sua atividade jornalística como repórter do *Correio Paulistano*, sendo também responsável pela página literária; logo depois de formado, é eleito juiz de paz no bairro de Santa Cecília, onde residia sua família; em seguida, torna-se advogado da prefeitura e do estado, participa de diretórios do Partido Republicano, ensina em ginásios da capital; depois de 1930, funda com Alcântara Machado, Abelardo César e Alarico Caiuby a Ação Nacional do PRP, inspirado no ideário político de Alberto Torres; derrotado junto com Guilherme de Almeida como candidatos a deputado federal pelo Partido Republicano, consegue eleger-se deputado estadual, no governo Armando de Sales Oliveira pelo Partido Constitucionalista e, em 1934, trabalha com Antônio de Alcântara Machado, para o escritório técnico da bancada paulista na Constituinte. Suas atividades intelectuais incluem a direção da revista *Política* e a participação no movimento modernista, no qual se alia à cisão diretista composta de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, responsáveis pelo

movimento verde-amarelo; aproxima-se de Plínio Salgado, com quem colabora na fundação da Sociedade de Estudos Políticos, da qual se desliga com a consagração do movimento integralista; durante o Estado Novo, toma o lugar de Cassiano Ricardo no Departamento de Imprensa e Propaganda e, em 1942, preside o concurso para catedrático da Faculdade de Direito com a tese "O Poder Executivo e as ditaduras constitucionais". Tendo iniciado sua carreira política no âmbito do perrepeismo, que era quase um prolongamento de seus interesses familiares e a cujo imobilismo tentou contrapor-se, engajando-se nas tentativas de renovação partidária, permanece nele mesmo após a derrota, em 1932. Durante o Estado Novo, ingressa na cúpula do estamento burocrático, em que escalou os mais altos cargos — ministro do Trabalho, ministro da Educação e Cultura, presidente nacional do Partido Republicano, presidente do Tribunal Superior Eleitoral —, encerrando sua carreira com a nomeação para ministro do Supremo Tribunal Federal, do qual foi também presidente.

Diante das mudanças por que passa o mercado de postos políticos e culturais no qual seus pais desfrutavam de posições estáveis e bem remuneradas, o rumo decisivo com que contam os herdeiros das famílias cultas, esses "homens em profissão", como eles próprios se denominam, reside na formação polivalente que adquiriram na Faculdade de Direito e cuja rentabilidade profissional é tanto mais apreciável quando se faz acompanhar de um capital de relações sociais que apenas as famílias de maior prestígio da classe dominante possuem. Lançando mão de uma espécie de faro social que lhes permite discernir antes de seus "primos pobres" os cargos mais bem pagos e as carreiras mais atraentes, esses "homens sem profissão" dispõem de condições excepcionais para uma prospecção criteriosa de ganhos e oportunidades, estando por isso mesmo dispostos a fazer dos investimentos arriscados a que se lançaram Mário e Oswald, quer da rejeição momentânea a tarefas subalternas a que sucumbiram seus "primos pobres" da oposição "democrática". Por todas essas razões, os "homens em profissão" imprimem maior velocidade às suas carreiras, ou seja, auferem de imediato os prêmios de consagração e reconhecimento que os demais só conseguirão muito mais tarde ou postumamente.³⁹

A SITUAÇÃO DO MERCADO DE DIPLOMAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930

Até meados da República Velha, a Faculdade de Direito era a instância suprema em termos de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais. No interior do sistema de ensino destinado à reprodução da classe dominante, ocupava posição hegemônica por força de sua contribuição à integração intelectual, política e moral dos herdeiros de uma classe dispersa de proprietários rurais aos quais conferia uma legitimidade escolar. A Faculdade de Direito atuava ainda como intermediária na importação e difusão da produção intelectual européia, centralizando o movimento editorial de revistas e jornais literários; fazia as vezes de celeiro que supria a demanda por indivíduos treinados e aptos a assumir os postos parlamentares e os cargos de cúpula dos órgãos administrativos; além de contribuir com o pessoal especializado para as demais burocracias, o magistério superior e a magistratura.⁴⁰

A vitalidade da política acadêmica — as lutas entre facções estudantis em torno da presidência do diretório, a segmentação da mocidade em grupelhos que operavam como extensões das dissidências oligárquicas, as inúmeras agremiações internas, cuja sociabilidade congregava herdeiros com aspirações e possibilidades idênticas de fazer carreira — constitui um indicador seguro da relativa autonomia de que dispunha a Faculdade de Direito para que pudesse cumprir a contento essa série de funções de que foi se incumbindo.

No início da década de 1930, a situação prevalecente no mercado de diplomas superiores espelha as mudanças provocadas pelas sucessivas reformas do ensino empreendidas ao longo da República Velha. Ao permitir que "qualquer indivíduo ou associação particular pudesse abrir cursos ou estabelecimentos de ensino jurídico", contanto que as condições de matrícula, o sistema de exames, o regime disciplinar e o programa das disciplinas seguissem os padrões vigentes nos estabelecimentos federais, a reforma Benjamin Constant (decreto nº 1232, de 2 de janeiro de 1891) extinguiu o monopólio que o poder público exercia nessa área, restringindo à ingerência do poder central aos encargos de inspeção e reconhecimento pelo Conselho de Instrução Superior. No ano seguinte, esse regime de equiparação passou a ser aplicado aos demais cursos superiores; e, por fim, a

na Rivadávia (1911), "ao instituir a liberdade de ensino" com vistas a "eliminar privilégios acadêmicos, estabelecer a competição livre, tudo isso com o fim de aperfeiçoar os padrões de ensino então vigentes";⁴¹ veio consolidar tais condições. Como era de se esperar, esse conjunto de medidas legais propiciou a desenfreada disseminação de escolas superiores" mantidas por particulares e por instituições religiosas, e cuja principal consequência consistiu em liquidar a supremacia das faculdades oficiais de São Paulo e do Recife na área do direito, do Rio de Janeiro e da Bahia na área da medicina, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e da Escola de Minas de Ouro Preto na área da engenharia.

Em 1932, as escolas superiores nos ramos tradicionais haviam se multiplicado em virtude da ampliação da rede de estabelecimentos privados, bem como em consequência da extensão do conjunto de estabelecimentos públicos.⁴² Nesse ano, nove faculdades politécnicas (quatro faculdades públicas — duas financiadas por governos estaduais e duas pelo governo federal — e cinco particulares), das quais oito haviam sido reconhecidas oficialmente; onze faculdades de medicina (seis faculdades públicas — três financiadas por governos estaduais e três pelo governo federal — e cinco particulares) sendo que apenas uma não havia alcançado reconhecimento oficial; e 21 faculdades de direito (doze faculdades públicas — cinco financiadas por governos estaduais e três pelo governo federal — e treze particulares), das quais catorze haviam logrado aprovação oficial.⁴³ Dessa maneira, as entidades particulares acabaram sobrepujando a iniciativa pública, fazendo com que as corporações religiosas e os empresários particulares se tornassem os principais investidores nessa área.

Embora a reforma João Luís Alves (decreto nº 16 782-A, de 1ª de janeiro de 1932) tivesse o intuito de brejar esse surto de "academias elétricas", fixando "a redução das matrículas" para buscar restabelecer o equilíbrio entre a oferta de vagas e a quantidade de postos disponíveis, tais gestões se revelaram inócuas e o desenvolvimento incipiente de outras profissões que pudessem "atrair as atenções que delas, inexplicavelmente, se desviam".⁴⁴ A essa altura, contudo, já se faziam sentir os efeitos da situação inflacionária no mercado de diplomas superiores, em especial nas profissões liberais tradicionais, de tal maneira que o crescimento da concorrência entre os efetivos dos diversos ramos das profissões

liberais atingiu inclusive áreas do mercado de trabalho em vias de expansão, como no caso dos postos de gestão em instituições escolares.

A desvalorização do título universitário nos ramos que habilitam ao desempenho das profissões liberais agravou-se ainda mais, porque os portadores desses títulos de repente se viram obrigados a enfrentar a concorrência movida tanto pela nova geração de especialistas em áreas em vias de expansão (cientistas sociais, educadores, psicólogos, economistas, estatísticos etc.) como pelos profissionais de outros ramos do ensino superior que passaram a disputar as mesmas vagas nas novas frentes de expansão do mercado de postos. Logo, a baixa cotação do título de bacharel tendia a se firmar em virtude da incipiente diferenciação que a formação escolar adquirida nesses institutos superiores imprimia à competência técnica e cultural de seus respectivos públicos.

Em resumo, a proliferação de faculdades livres, particulares ou estaduais, afetou em cheio as reservas do mercado de postos, até então monopolizadas pelos detentores de diplomas concedidos pelos cursos superiores oficiais.

"Entre nós, ela [a década de 1920] se caracterizou pela presença do engenheiro no domínio dos estudos sociais. Por muito tempo, esses estudos normalmente estiveram reservados aos juristas. Houve neles depois uma incursão dos médicos, através da medicina social. A era dos 20 assinalou a presença dos engenheiros não chamados ainda a resolver problemas estritamente tecnológicos, como agora, mas atraídos pelo desejo de estudar e explicar os problemas sociais em todo o seu conjunto."⁴⁵ Mas a concorrência que os engenheiros passaram a fazer aos bacharéis em direito também se fez sentir por ocasião das primeiras reformas e campanhas educacionais ao longo da década de 1920: Francisco Venâncio Filho, um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação, era engenheiro e professor de física; Vicente Licínio Cardoso, partidário da Escola Nova e responsável pelo inquérito "O problema universitário brasileiro" durante sua gestão como presidente da mesma associação, fundador da Federação Nacional das Sociedades de Educação, era engenheiro e professor da Escola Politécnica; J. G. Frota Pessoa, outro militante das campanhas educacionais e autor de diversas obras pedagógicas, havia feito parte do curso de engenharia na Escola Politécnica antes de ingressar na academia de direito.⁴⁶

A presença dos engenheiros nas áreas de estudos sociais, do pensamento político, da produção de obras pedagógicas, no exercício de cargos administrati-

s em instituições escolares ou entidades e associações corporativas ou, então, sumindo o trabalho executivo de implementar as reformas da instrução em curso explica-se, de um lado, pela formação humanista e letrada que subsistia nas escolas politécnicas desde os tempos do Império e, de outro, pelas transformações que passava o mercado de postos destinados aos detentores de diplomas superiores. Ante as resistências que vinham encontrando os projetos que visavam introduzir as ciências sociais no currículo dos cursos jurídicos,⁴⁷ os engenheiros punham de um mínimo de aptidões culturais para se lançar em novas especializações do trabalho intelectual, tidas como carreiras subalternas, incapazes de atrair os bacharéis em direito e desviá-los das carreiras tradicionais (a representação parlamentar, a magistratura, o magistério superior, o jornalismo).⁴⁸

Ao longo da República Velha, os estudantes dos cursos jurídicos tinham não apenas a pretensão mas também a possibilidade objetiva de ingressar nas carreiras ligadas ao trabalho político e intelectual ou, então, de ser convocados para os escalões superiores do serviço público, no âmbito seja das administrações estaduais, seja do governo central. Ainda que pudessem mobilizar o capital de relações e conhecimentos que facilita o acesso a esses setores do mercado de trabalho reservado às famílias dirigentes, nem por isso deixavam de sentir na pele os efeitos da inflação reinante no mercado de títulos em virtude do crescimento do número de bacharéis “livres” (egressos de faculdades abertas nas duas décadas anteriores). Mas também não estavam insensíveis à concorrência que lhes ofereciam os detentores de diplomas habilitados ao desempenho de novas especialidades (os recém-formados pelas faculdades de filosofia, educação, ciências exatas ou, então, a minoria de privilegiados que havia realizado estudos no exterior), cuja competência poderia pôr em risco e até mesmo fazer periclitar a legitimidade do saber jurídico para o desempenho dos encargos e mandatos políticos mais gratificantes e de maior prestígio.

Na impossibilidade de se saber ao certo, no início da década de 1930, a amplitude considerável a que chegaria o mercado de postos públicos no decênio seguinte, as ameaças de “desclassificação” social e profissional com que se confrontavam os detentores de títulos universitários (a começar pelos que haviam passado os chamados estabelecimentos “livres”) desencadearam a concorrência ideológica entre os intelectuais e favoreceram a adesão de muitos deles aos empreendimentos de “salvação” política que então surgiram (o partido integra-

lista, a Igreja, as organizações de esquerda). O “desemprego” conjuntural que afetou os “bacharéis” coincidiu com a derrocada do sistema de poder oligárquico e com a montagem de organizações políticas que vislumbraram a oportunidade de substituir os antigos grupos dirigentes apoderando-se do Estado. Não é de estranhar, portanto, que a criação de um partido de direita (a AIB) e que a mobilização suscitada pela Igreja tenham recebido alento decisivo em 1932, após se terem confirmado os prognósticos de derrota política da oligarquia.⁴⁹ Um número significativo de intelectuais que acabaram se filiando ao partido integralista só tomaram esse rumo quando se deram conta de que a derrota das facções dirigentes com as quais colaboravam havia truncado por um momento suas expectativas de carreira política; outros se engajaram nas instituições patrocinadas pela Igreja; os demais foram cooptados para cargos públicos ou, então, tentaram conciliar o emprego público com essas filiações partidárias. O futuro social e profissional desses bacharéis teria sido muitíssimo diferente caso as pressões que então passaram a exercer em favor da ampliação dos espaços e dos mecanismos de cooptação não tivessem sido absorvidas por uma conjuntura bastante favorável à expansão da aparelhagem burocrática do poder central. Vendo-se impedidos de retomar os passos da trajetória social e profissional de outras gerações de herdeiros da oligarquia, os intelectuais filiados ao partido integralista ou às instituições de domesticação ideológica mantidas pela Igreja tiveram que ajustar suas estratégias de sobrevivência no espaço da classe dirigente à necessidade de minorar os efeitos da concorrência que lhes faziam grupos sociais cujos interesses não eram os mesmos da oligarquia.

Seja como for, no início da década de 1930 o diploma superior deixara de ser um símbolo de apreço social como o fora para os proprietários de terras ou, ainda, um sinal de distinção capaz de validar ganhos provenientes de outras atividades econômicas das famílias dirigentes. Deixara também de ser garantia segura para os aspirantes ao exercício de funções políticas, administrativas e intelectuais. O contingente de bacharéis que pressionava o mercado de postos nessa época começou a utilizar o diploma como uma prerrogativa da qual só se podiam esperar vantagens de caráter profissional. Assim, o futuro de classe dessa leva avultada de “parentes pobres” que dispunham de um título universitário, adquirido em condições adversas que o haviam desvalorizado brutalmente, pas-

a depender, cada vez mais, da ampliação das oportunidades de serem coo-
pados pelo serviço público.

HERMES LIMA: MODELO DE BACHAREL "LIVRE"

Hermes Lima foi um desses bacharéis "livres" bem-sucedidos cujo itinerário
algo "errático" acompanha as oscilações da oferta em diferentes setores do
mercado de postos. Filho de um coletor público do sertão baiano, representa o
tipo cabal de integrante dessa geração de bacharéis "livres" em busca de um
trabalho ao sol em meio às transformações por que passava a divisão do trabalho
econômico e cultural nas décadas de 1920 e 1930. A análise de seu caso revela-se par-
ticularmente fecunda na medida em que permite evidenciar as estratégias que
foram determinadas conjuntamente no mercado de postos intelectuais tende a susci-
tar aqueles agentes que não dispõem de nenhum trunfo social senão a posse de
um diploma superior e de uma competência em ciências sociais, ferramentas
com as quais se lançam a uma intensa competição intelectual.

Embora as fontes disponíveis não tragam indicações precisas quanto à condi-
ção social e material de sua família e menos ainda a respeito de quem teria arca-
do com o ônus financeiro de seus estudos, talvez o pai ou um padrinho rico ao
qual se refere,⁵⁰ o fato é que acaba interno no Colégio Antônio Vieira, mantido
pelo Espírito Santo jesuítas em Salvador. Sabe-se ainda que teve a oportunidade de tomar aulas
privadas de filosofia e sociologia antes de prestar o vestibular para a Fa-
culdade de Direito na Bahia. Concluiu o curso jurídico em 1924, tendo antes rea-
lizado a terceira série no Rio de Janeiro; a respeito de sua estada carioca, não se
sabendo quais os motivos que teriam sido responsáveis por essa decisão e
nem mesmo pelo retorno à Bahia. Decerto encontrou dificuldades em arranjar
trabalho, a exemplo de tantos outros de sua geração.

Faltavam-me quatro preparatórios e eu decidira estudar direito, nunca pensei
mesmo em estudar outra coisa. Nascido e criado no meio de conversas políticas,
admirando-os que sobressaíam na vida pública, lendo romances que meu pai algu-
mas vezes tentava esconder de meus olhos, como esse então infernal *História de um*

beijo, de Pérez-Escrich, eu sonhava com a auréola de acadêmico e bacharel [...]. A
sedução do jornalismo era poderosa e, certo dia, logo no primeiro ano jurídico,
armado de uma crônica, procurei Homero Pires, sertanejo, como eu, professor da
faculdade [...] Nosso feudalismo agrário e a incipiente indústria do tempo ofere-
ciam escassas oportunidades aos homens de talento literário, na gama de suas
modalidades. O jornalismo era o destino mais acessível. Talvez tenha sido a boêmia
que salvou talentos dessa época do completo servilismo político e intelectual [...].
No horizonte provinciano, as perspectivas de trabalho intelectual resumiam-se ao
jornalismo e professorado e, quanto a possibilidades editoriais, mínima ou nenhuma.
Editar livro era façanha pessoal e rara [...] Leitores, escassos; editores raramen-
te se arriscavam. Além disso, na tarefa dispersiva de ganhar o pão de cada dia, per-
dia-se o melhor de cada um.⁵¹

A concorrência no âmbito do mercado local devia lhe parecer bastante acir-
rada, a ponto de sentir-se motivado a prestar concurso de livre-docência em
direito constitucional e sociologia no Ginásio da Bahia. "Num ambiente em que
o saber se ligava mais a pessoas que a instituições", apresenta-se com a tese
"Conceito contemporâneo de sociologia", que se inspirava em Durkheim. A
atenção com que esmiúça o conteúdo de suas leituras de juventude e o espaço
inusitado que lhes concede em suas memórias atestam o vulto dos investimen-
tos culturais a que se via obrigado um bacharel novato, destituído de "pistolões"
familiares mas desejoso de lograr uma reputação intelectual que lhe permitisse
encetar uma carreira pública e, se calhasse, política.

Virgílio [seu professor particular] ensinava a pensar e a escrever. Na base de minha
visão do mundo está a semente que ele plantou. Evolucionista (tinha um filho cha-
mado Haeckel), sua posição filosófica nutria-se do pensamento que, colocando a
ciência na base da explicação do cosmos, procurava abrir clareiras na vida do uni-
verso para que o homem aí se situasse como integrante dele e conhecedor de suas
leis. Banindo qualquer explicação sobrenatural ou metafísica para os fenômenos
da vida física, psíquica e social, no vazio da crença antiga, o professor construía um
mundo novo em que [...] o método científico, experimental, é mais importante que
as teorias. Por isso mesmo, ensinava o sentido melhor da tolerância, que não repe-
le firmeza na ação, mas exige cabeça aberta ao exame do contrário e do novo [...].

Em nosso tempo de faculdade já repercutiam correntes, tendências e reflexos do pós-guerra turbulento de 1918. À geração precedente nos ligavam mais os clássicos da literatura francesa e portuguesa do século XIX que as inquietações, ainda que teóricas, das doutrinas políticas e sociais que iam surgindo [...] Era Pareto que eu mastigava desde o colégio, era Maurras, era Daudet, era Barrès, chegamos na Bahia a ler a *Action française* [...] Certamente outras leituras e exemplos contemporâneos, em que o equilíbrio cético de Anatole France foi importante e mais a lição viva de Rui Barbosa, a influência abasileirante de Alberto Torres impediram que o veneno autoritário afogasse meu pensamento na abstração sectária dos conceitos. O sentido pragmático da organização política dominava, entretanto, meu espírito. A formação intelectual de minha geração [...] recebia contribuições e influências que as distinguiam da geração anterior. Além do choque da Primeira Grande Guerra, de sua literatura inspirada em costumes e audácias novas, luziam revérberos da Revolução Russa que coloriam conversas e debates de estudantes, abstratamente divididos em maximalistas e minimalistas [...] A teoria política bebia nas fontes tradicionais do direito americano [...] Eu levava para a faculdade pelo menos um nome que não fazia parte do elenco de autoridades de trânsito conhecido entre os catedráticos. O nome de Alberto Torres, sob cuja invocação organizamos um centro de estudos.⁵²

Assim, em 1925, Hermes Lima candidata-se ao concurso de direito constitucional na Faculdade de Direito de São Paulo, quando tinha apenas 24 anos. O fato dessa experiência revela quão extraordinário deve ter sido o fato de que um jovem recém-formado, carente de apoio político e de amparo social, decerheio às tradições universitárias num estado que nem era o seu, pudesse ter a ousadia de prestar um concurso cujo desfecho já se sabia de antemão. Seja o for, os riscos que implicava essa "jogada" foram cobertos adiante pelos resultados que sua "derrota" lhe proporcionou. Ainda que não tivesse plena consciência do alcance de suas pretensões, jamais poderia ter feito o cálculo de perder o concurso.

"Deseja alguma coisa?" "Inscrever-me no concurso de direito constitucional." Reparou bem minha figura, eu tinha exatamente 24 anos [...] "O senhor tem casa?" [...] Indaguei se os documentos que trazia deviam ter reconhecidas em São

Paulo as firmas dos tabeliães da Bahia [...] Era de estilo que o candidato visitasse os professores, entregando-lhes as teses [...] Naquele tempo, a congregação toda, comportadamente enfileirada numa bancada, participava do julgamento; não havia prova escrita e, após a arguição do candidato por quatro examinadores, realizava-se, com intervalo de 24 horas, a prova oral. Éramos dois os candidatos. O dr. Sampaio Dória, livre-docente, autoridade em direito constitucional e em assuntos de educação pública, que já dirigira no estado [...] Minha tese pessoal versava sobre "Direito de revolução" [...] A tônica da minha tese frisava a utilidade social da ordem, o primeiro dos bens experimentais na vida humana de relação [...] De Augusto Comte socorria-me, e dele aprendera que revoluções amam o absoluto e "o absoluto na teoria conduz necessariamente ao arbitrário na prática" [...] Maurras entrava com seu veneno autoritário pregando que o governo legítimo seria o governo útil. Mas em meu pensamento pesava sobretudo a mão de Vilfredo Pareto: "A estabilidade social é tão útil que para mantê-la é vantajoso recorrer a fins imaginários, a teologias diversas, entre as quais a do sufrágio universal pode encontrar aplicação" [...] Se a política era arte de governar, urgiam instituições adequadas para transformar em energia legal "a quantidade dinâmica de violência que é a seiva perpetuamente renovada das reivindicações sociais". Este o sumo da tese [...] Na segunda tese — "Quais os princípios constitucionais da União a cuja obediência estão obrigados os estados" [...] mantinha-me fiel ao pensamento de Alberto Torres que assim resumia: "Onde houver problemas, cuja solução importe à terra e ao homem, seja de ordem pública, seja de ensino, seja de saúde, seja de comunicação, seja enfim de civilização, problemas gerais, problemas nacionais, aí deve estar a União realizando com o estado ou sem o estado a obra de interesse comum."

Decerto Hermes Lima quisera granjear em tempo recorde um prestígio intelectual que dificilmente um jovem forasteiro, provinciano, conseguiria obter em condições normais de concorrência. E o próprio Hermes Lima admite as vantagens laterais que a livre-docência lhe trouxera a título de consolo. Começou a lecionar e a participar de bancas examinadoras, ampliou o círculo de suas relações e amizades entre os professores, vale dizer, a melhoria de sua posição junto à fração intelectual lhe assegurou novas oportunidades de emprego.

Em 1933, publica *Introdução à ciência do direito* pela Companhia Editora Nacional, primeiro manual brasileiro a ostentar o título da cadeira havia pouco

incorporada à seriação de matérias do curso jurídico. Nas condições do mercado intelectual da época, trata-se, sem dúvida, de um lance acertado, o qual lhe permitiu validar de antemão suas pretensões a essa mesma cátedra quando se abriu o concurso na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no ano seguinte. Os concursos acadêmicos que pontuam sua "travessia" pelo mercado e postos evidenciam as estratégias de risco de que lançaram mão aqueles postulantes à cooptação que, numa conjuntura bastante competitiva, buscavam compensar a carência de um sólido capital de relações sociais pela prospecção das oportunidades de trabalho em que podiam fazer valer sua competência propriamente intelectual.

Os concursos havidos na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro no início da década de 1930 revelam, por outro lado, os móveis centrais das lutas no campo intelectual da época na medida em que permitem aferir o valor social atribuído aos postos intelectuais e o estado da concorrência em relação às posições mais cobiçadas. O móvel da concorrência entre os candidatos às cátedras deslocou-se do terreno estritamente jurídico para a esfera das teorias políticas e sociais acerca do papel do Estado. O confronto entre os defensores de uma posição materialista e os porta-vozes de uma postura espiritualista que se manifesta por ocasião do concurso para a cátedra de economia política, ao qual se apresentaram Leônidas de Rezende (com a tese "A formação do capital e seu desenvolvimento") e Alceu Amoroso Lima (com a tese "Ensaio sobre a economia pré-política"), ressurgiu no momento do concurso para a cátedra de introdução à ciência do direito, ao qual se apresentaram dez candidatos, entre os quais Hermes Lima, o vencedor, com a tese "Material para um conceito de direito", de 34 páginas, e Alceu Amoroso Lima, com a tese "O materialismo jurídico e suas fontes", de 313 páginas.

[...] a tese de Alceu [...] entendia a expressão "materialismo jurídico" em dois sentidos — em sentido lato: "exprimindo a supressão de todo fundamento absoluto à idéia de direito"; e em sentido estrito: "exprimindo propriamente o resultado final dessa evolução não só pelo desconhecimento de qualquer valor absoluto ao direito, mas ainda pela subordinação necessária à organização dos diferentes regimes políticos e especialmente econômicos da humanidade". Concluía que a opção [...]

era — ou restaurar o direito em sua integralidade pura, prendendo-o de novo à fonte eterna e imutável de toda Justiça; ou aniquilar o direito pelo predomínio do egoísmo individual ou coletivo [...]. Minha tese [...] Nela se condensava a orientação sociológica e filosófica que inspirara o manual por mim publicado naquele mesmo ano de 1933. Partindo da constatação de que direito é fato social, logo advertia, usando da terminologia de Vilfredo Pareto, que sobre as causas explicativas da origem do direito se levantam duas sortes de teorias — as lógico-experimentais e as não-lógico-experimentais. Nas primeiras, os princípios "condensam os caracteres comuns de numerosos fatos", enquanto nas últimas "os princípios não dependem dos fatos, porém os regem". Estas acomodam sentimentos à realidade, ao passo que aquelas procuram melhor imagem dos fatos. Rejeitava como fonte do direito, a consciência social, o sentimento jurídico, o psicologismo, o racionalismo, que, embora aspectos da realidade, não detinham nenhuma capacidade criadora de regras jurídicas de conduta e organização. Repelia, enfim, qualquer fonte metafísica do direito [...] dizia não consistir o direito num ideal, numa categoria do espírito, ou noção que a atividade psíquica de um grupo ou de um povo houvesse elaborado como síntese de múltiplos elementos sociais livremente combinados, pois o direito aparece sempre acompanhando, refletindo a estrutura social [...] O homem não estabelece ou molda a constituição social, pois esta é que dá sentido e direção a seus pensamentos e desejos, sem considerar fins últimos, supremos [...] A evolução social, os sistemas de cultura, os sistemas de relações, formam-se, desenvolvem-se e desaparecem em função das variações dos elementos estruturais da sociedade: terra, densidade de população, produção e instrumentos de trabalho [...] censurava Rumpf porque, ao analisar as categorias do pensamento organizador, não assinalara a influência das classes sociais, as pressões das relações econômicas de domínio sobre o raciocínio organizador. Isso era importante para explicar por que os sistemas jurídicos são a couraça legal dos sistemas econômicos."

As disputas entre os defensores das doutrinas materialistas e os porta-vozes dos princípios espiritualistas permearam as lutas em torno das posições docentes, mas também se estenderam às organizações estudantis (de um lado, a Liga dos Estudantes Ateus, a Federação dos Estudantes Vermelhos e, de outro, o pessoal católico do CAJU, Centro Acadêmico Jurídico Utilitário). Na verdade, o que estava em jogo era o controle ideológico e de gestão da Faculdade de Direito, que

continuava sendo uma das principais instâncias de recrutamento e formação dos futuros quadros políticos e intelectuais da classe dirigente.

Os desafios políticos e doutrinários com que se defrontavam os candidatos estavam a exigir sistemas de pensamento menos permeáveis ao receituário jurídico e à influência das diversas correntes de filosofia social em voga. Em ambos os concursos, as vitórias de Leônidas de Rezende e de Hermes Lima não dependeram apenas dos conchavos que os catedráticos e professores de orientação socialista haviam acertado, tal como consta dos depoimentos de contemporâneos;⁵⁵ resultaram sobretudo das atitudes de intelectuais que, pela primeira vez, tiveram condições de invocar sistemas de pensamento leigos que reproduziam aqui um debate filosófico idêntico àquele em curso na Europa desde o início do século XX.

Passei do evolucionismo naturalista spenceriano ao evolucionismo criador bergsoniano [...] A grande novidade de Bergson era conceder a primazia ao espírito [...] Através de Bergson evolui para o vitalismo e o espiritualismo, contra o ceticismo e o materialismo anterior [...] [Silvio Romero me deu a conhecer a cultura brasileira filosófica, a filosofia da cultura jurídica e a filosofia ligada à sociologia [...] em sociologia estava ligado a uma escola católica, a École de Science Sociale, que vinha de Frederico Le Play, e tinha como discípulo Henri de Tourville. Lembro-me que nunca nos disse que Tourville era padre [...] Entre 1930 e 1934 passei a me interessar particularmente pelos estudos de economia e de sociologia [...] Foi precisamente por essa ocasião que retornei à leitura da obra de Maritain, que me revelava a democracia cristã, a democracia social, com o seu humanismo integral. Iniciei com ele uma correspondência regular, buscando novas fontes para os meus estudos de sociologia e de economia, autores católicos que me revelassem o ponto de vista cristão a respeito desses problemas.⁵⁶

O contraponto das leituras e influências a que estiveram sujeitos Hermes Lima e Alceu Amoroso Lima comprova a situação de dupla sujeição dessa geração de bacharéis "livres", que se encontram dominados seja no campo das relações de forças internas, seja porque pertencem à periferia do sistema internacional das relações intelectuais. Embora Hermes Lima e Alceu Amoroso Lima fossem intelectuais dependentes em relação aos centros europeus de produção cultural, o fato de ocuparem posições distintas no campo intelectual interno

levou-os a importar sistemas de pensamento que melhor se ajustavam às características de suas posições e às demandas a que deviam responder por intermédio de suas obras. As doutrinas de Le Play harmonizam-se com a orientação ideológica que Alceu é levado a imprimir às suas obras e práticas, da mesma forma que o ideário político de Durkheim e Pareto coincide com os interesses de Hermes Lima, adepto fervoroso da "hierarquia do saber" e, portanto, como diz Marx, da posse pela burocracia do "ser do Estado".⁵⁷ A idéia de que a família constitui a célula básica de cada sociedade, a crença de que a sociedade poderia ser reformada pela inculcação de um novo sistema de valores nas crianças da elite em vez de se alterarem os padrões de transmissão da herança, o respeito pela autoridade patriarcal, a correlação positiva entre estabilidade familiar e prosperidade econômica, são inerentes ao modelo de explicação adotado por Le Play, que, no mais das vezes, recorre a fatores não sociais para eximir-se de uma explicação de fato sociológica. Por sua vez, as propostas éticas e os modelos teóricos de Durkheim e Pareto poderiam tornar-se instrumentos eficazes para aqueles que, a exemplo de Hermes Lima, atribuíam "à ordem uma primazia feita de autoridade e manipulação política de elementos sociais, inclusive da religião".⁵⁸

O "REARMAMENTO" INSTITUCIONAL DA IGREJA CATÓLICA

Desde o início da década de 1920, a Igreja católica aferra-se ao projeto de ampliar suas esferas de influência política mediante a criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos. A amplitude desse projeto resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos.⁵⁹

Ao mesmo tempo que procuravam reformar as obras tradicionais de caridade, as associações leigas, as ligas destinadas ao culto e à oração, os círculos e as congregações votados ao recrutamento de "vocações", os altos dignitários do clero empenharam-se em preservar e expandir a presença da Igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais etc. Em troca da manutenção de seus interesses em setores em que a intervenção do Estado se fazia sentir de modo palpável (o siste-

ma educacional, o controle dos sindicatos etc.), a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair generosos dividendos em termos de popularidade.

“A união da cruz e da espada”, expressão recorrente na imprensa da época, toma corpo em congressos (o Congresso Arquidiocesano, em 1931), banquetes (Bernardes oferece um jantar no Itamaraty em homenagem ao cardeal Arco-verde), procissões solenes (em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, “padroeira oficial do Brasil”, em 1931), solenidades (inauguração do monumento ao Cristo Redentor, no Corcovado), bem como por ocasião das páscoas especiais para os militares, os intelectuais, os estudantes, os operários, com farta distribuição de sacramentos nas ruas da capital, em presença do episcopado, das grandes figuras da elite política e burocrática, civil e militar, do corpo diplomático e do próprio presidente da República.⁶⁰

No tocante às relações entre a Igreja e o campo intelectual, duas instituições de enquadramento ideológico receberam a incumbência de congregar o núcleo de intelectuais leigos que passariam a atuar como porta-vozes orgânicos dos interesses da corporação religiosa: a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922).⁶¹ Tendo sido criadas como centros de reunião e de difusão das doutrinas e tomadas de posição de intelectuais católicos acerca de inúmeras questões temporais, essas instituições acabaram assumindo um elenco cada vez mais diversificado de tarefas e funções. Sob sua égide foram organizados os retiros para intelectuais onde se promovia o encontro dos aspirantes às carreiras intelectuais com os mestres do clero em matéria de doutrina, a Ação Universitária Católica (1929), que mobilizava os estudantes das grandes cidades, o Instituto Católico de Estudos Superiores (embrião da futura Pontifícia Universidade Católica), editoras (Agir, entre outras) etc. O saldo mais importante do trabalho desenvolvido por tais agremiações foi o surto de “vocações” entre jovens intelectuais originários de antigas famílias (Almeida Prado, Penido etc.), que decidiram ingressar nas ordens religiosas de maior prestígio (os beneditinos, os jesuítas, os dominicanos).⁶² A influência da Igreja católica também se estendeu ao campo literário, por intermédio do grupo de escritores católicos reunidos em torno da revista *Festa* (publicada no Rio em 1927-8 e 1934-5); eles se diziam caudatários do “modernismo” mas procuravam se distinguir das correntes paulistas iniciadoras desse movimento invocando uma estética espiritualista que estaria na raiz de uma “tradição brasileira autêntica”.⁶³

Sentindo-se ameaçadas pelas reformas governamentais, pela importação dos métodos pedagógicos norte-americanos (inspirados pelo “pragmatismo” de Dewey e outros) e pela “infiltração” dos educadores profissionais nos cargos de gestão em todos os níveis do sistema de ensino, as autoridades eclesiásticas empenharam-se em defender seus interesses mediante a criação de um circuito de instituições — a Associação dos Professores Católicos, a *Revista Brasileira de Pedagogia*, entre outras — capazes de fazer frente à concorrência movida pelos educadores profissionais recrutados pelo Estado, cujas pretensões hegemônicas em matéria de doutrina pedagógica tiveram a contrapartida de uma prolixa literatura de proselitismo subsidiada pela Igreja.⁶⁴

Após 1930, o trabalho de mobilização e arregimentação levado a cabo pela Igreja assumiu proporções consideráveis. A nova orientação política do Vaticano vinha insistindo quanto à necessidade de reagrupar as diversas instituições católicas em torno de uma direção central, à maneira da Ação Católica, recém-implantada em alguns países europeus. Em junho de 1935, os bispos brasileiros promulgavam os estatutos da Ação Católica, moldada segundo os padrões italianos, com seus quatro grandes organismos de base (que guardavam certa semelhança com a organização política fascista): “os Homens de Ação Católica (HAC), para os maiores de trinta anos e os casados de qualquer idade; a Liga Feminina da Ação Católica (LFAC), para as maiores de trinta anos e as casadas de qualquer idade; a Juventude Católica Brasileira (JCB) e a Juventude Feminina Católica (JFC)”, tendo como órgão centralizador a Confederação das Associações Católicas (antiga Confederação Católica).

O quadro oficial da Ação Católica Brasileira, formado pelas organizações fundamentais e pelas associações confederadas, ramificava-se através do país, por meio de órgãos diretores e coordenadores. O primeiro e mais elevado desses órgãos era a Comissão Episcopal da Ação Católica [...] entregue ao arcebispo do Rio de Janeiro a incumbência de representar os demais bispos brasileiros e de resolver nos casos comuns e urgentes [...] Cria-se ainda a Junta Nacional da Ação Católica, aparelho diretor da mesma, que incluía entre suas atribuições “executar as diretrizes e resoluções que o episcopado assentar, através da Comissão Episcopal, da qual é órgão executivo” e “acompanhar, estimular, e coordenar as atividades da Ação Católica por meio dos Conselhos Diocesanos e Paroquiais”. Completava-lhe a atuação o Conselho Nacional de Ação Católica [...] Acrescentem-se a este as Juntas e Conselhos

Diocesanos, os Conselhos Paroquiais e os Conselhos Provinciais (de caráter facultativo, a juízo dos diferentes metropolitans e de seus sufragâneos) [...]⁶⁵

O feito institucional pelo qual se norteava a Ação Católica conferia à cúpula da hierarquia eclesiástica um poder análogo àquele de que dispunha o chefe integralista, além de prover as linhas de autoridade e gestão que uma implantação por todo o território parecia exigir, a começar pelas paróquias, passando pelas dioceses, até chegar às arquidioceses e, por fim, ao centro político sediado no Rio de Janeiro e sob a liderança do cardeal Leme.

Por ocasião da campanha eleitoral de 1933 a *intelligentzia* leiga voltou a pressionar em favor da organização de um partido político calcado no modelo da “democracia cristã” italiana, encontrando fortes resistências por parte da hierarquia eclesiástica. Temendo os efeitos desastrosos que poderia acarretar um resultado eleitoral desfavorável, e sem querer pôr em risco os dividendos políticos derivados da postura de “neutralidade” que a Igreja deveria continuar mantendo em relação aos detentores do poder temporal, os altos dirigentes católicos preferiram adotar uma solução de compromisso (segundo eles, “uma fórmula extrapartidária, que tornasse os católicos capazes de atuação indireta, mas eficaz, na política”). Dessa maneira, os católicos não interviriam como facção nas lutas partidárias nem desgastariam a autoridade moral e política da única corporação da sociedade civil em condições de ombrear-se com o Estado. A Liga Eleitoral Católica deveria divulgar as diretrizes e as tomadas de posição da Igreja entre os fiéis e canalizar os votos dos eleitores católicos em favor dos candidatos dos diferentes partidos que estivessem prontos a sustentar as posições católicas em questões delicadas e controversas, como, por exemplo, a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso nas escolas públicas, a assistência eclesiástica às classes armadas etc. Como a LEC não dispunha de uma lista explícita de candidatos, limitando-se a recomendar aqueles que se comprometiam a apoiar o elenco de exigências mínimas da Igreja, fica difícil avaliar o peso político efetivo que suas indicações tiveram na composição da futura Assembléia Constituinte. Sabe-se, contudo, que grande parte das reivindicações constantes do programa católico foi incorporada à Constituição de 1934. Na medida em que concedeu seu apoio a quase todos os partidos concorrentes, atuando como concessionária de fiança ideológica, “o pleito de maio de 33 levou à Assembléia Constituinte a maior parte dos candidatos e partidos eleitos pela Liga”. Segundo a mesma fonte, haveria ao certo trinta católicos práticos ao lado de uma maioria de confessionais

indiferentes entre os deputados eleitos, fincando-se as bases parlamentares católicas junto às bancadas pernambucana e paulista.

Assim como se dispuseram a apoiar o poder oligárquico na década de 1920 com vistas a recuperar o status de sócios privilegiados do poder político de que haviam desfrutado até a queda do Império, as autoridades eclesiásticas preferem adotar atitude semelhante em relação ao regime Vargas, antes e após o golpe de 37, em troca da caução oficial à criação de novas instituições educacionais e culturais (em especial, a Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a direção dos jesuítas). Em todas as circunstâncias mencionadas, o “realismo” inerente à política de acomodação da Igreja com o Estado se inspirava na orientação preconizada por Leão XIII em fins do século XIX, segundo a qual era preciso “aceitar a situação pública, tal como se apresentava, sem discutir-lhe praticamente a legitimidade”, a fim de assegurar “a existência biológica e empírica da Igreja no mundo”.⁶⁶

OS INTELLECTUAIS REACIONÁRIOS

Eu via em Paris, centro da Europa, que acabava um mundo. Era o fim da euforia [...] Terminava o diletantismo, a disponibilidade. Começava a vida dura, a opção, a obrigação de escolher entre os extremos, entre o pecado e o dogma [...] A partir desse decênio de 1920 e 1930, produziu-se uma inversão de alianças, uma reversão em relação a Anatole France, Machado de Assis e Sílvio Romero. É que eles haviam inoculado em nossos espíritos um ceticismo e um diletantismo que nós levariam a um choque diante da catástrofe da guerra. Fomos todos, sobretudo a partir de 1918, levados a rever as nossas idéias e tudo aquilo que para nós passou a representar a configuração do que hoje chamamos belle époque [...] Acabara para mim, como para tantos outros companheiros, a fase da disponibilidade, do absentismo, da indiferença, do ceticismo e do intelectualismo puro [...] A chamada campanha civilista ficou marcada em nosso espírito. Mas a derrota que a ela se seguiu, com a vitória do militarismo realista daquele tempo, deixou-nos profundamente decepcionados [...] O ceticismo filosófico,

aliado à decepção política provocada pela derrota do civilismo, faziam nos crer que nada existia que merecesse o nosso sacrifício, o nosso interesse [...] Não havia nada por que lutar [...] Éramos displicentes filhos do fim do século, em busca de uma vida agradável, cosmopolita, voltados para o estrangeiro. A guerra é que nos fez despertar [...] Em 1918 a canção que cantávamos era a canção dos fuzileiros navais norte-americanos. Os Estados Unidos eram para nós os salvadores da civilização e da democracia [...] Com o choque da guerra, com a redescoberta do Brasil, nos libertávamos do ceticismo, da ironia, da gratuidade intelectual, e iniciamos uma fase de revisão, de participação, de criação [...] Era nesse ambiente de uma vida nova, displicente e conformista, que se ia formando a minha geração, aqueles que como Ronald de Carvalho, Mário de Andrade, Leonel França, Jorge de Lima, Leonídio Ribeiro, Sobral Pinto e eu, haviam nascido em 1893 [...] Éramos todos nostálgicos do passado, à procura de grandes coisas, da Grécia, de Roma, da Idade Média.

Alceu Amoroso Lima, *Memórias improvisadas*. Petrópolis, Vozes, 1973, pp. 49, 57, 61, 66-7

Valendo-se de formas organizacionais de inspiração corporativa e alarmando um programa de “reformas” que levavam em conta os interesses de grupos sociais desatendidos pela oligarquia do antigo regime, as organizações políticas “radicais” (a Ação Integralista Brasileira, o circuito de instituições patrocinadas pela Igreja católica etc.)⁶⁷ que passaram a concorrer na arena política entre 1930 e 1937 conseguiram atrair um contingente elevado de quadros políticos e intelectuais egressos dos partidos republicanos da República Velha, cujas carreiras haviam sido truncadas de repente pela derrota da oligarquia.

Diante dos reveses sofridos em 1930 e 1932 e sentindo-se preteridos pela marginalização de forças que passara a deter o controle do Estado, os intelectuais engajados nessas organizações “radicais” não se contentaram apenas em reagir às mudanças políticas dando seu apoio às tentativas de reunificação dos antigos grupos dirigentes por ocasião das campanhas eleitorais de 1933 e 1934. Tendo como alvo alçar-se a qualquer preço à dupla condição de políticos profissionais e intelectuais em organizações que não se cingiam ao terreno em que operavam

os partidos a serviço da oligarquia, a cujas derrotas atribuíam o fato de terem sido alijados das carreiras políticas de maior prestígio, esses intelectuais não hesitaram em trocar de protetor, substituindo seus patrões oligárquicos por líderes “radicais” desejosos de restaurar, por vias autoritárias, as relações de força vigentes antes de 1930. Sem poder assegurar de outro modo sua sobrevivência no espaço da classe dirigente, deixaram-se enredar pelos “reformadores” de direita que lhes acenavam com um projeto idêntico — a ampliação das oportunidades no mercado de trabalho político e cultural — ao que a elite burocrática estava em vias de implantar. Os jovens aspirantes às carreiras intelectuais e políticas cooptados pela cúpula das novas organizações políticas, os mesmos que alguns anos mais tarde galgariam os altos escalões do serviço público federal, pertenciam, em sua maioria, a clientelas “destituídas” da oligarquia, cujas estratégias de reconversão estão na raiz da consolidação do poder emergente de uma fração “não econômica” da classe dominante, que vem se especializando, desde os tempos do Império, no desempenho de funções políticas e intelectuais.

Descendentes de famílias que ostentavam um passado político prestigioso no âmbito local, nascidos e criados em cidades afastadas dos principais centros da vida política e cultural, muitos deles tendo estudado em faculdades “livres”, os líderes do partido integralista foram dos que mais se ressentiram com a derrota dos grupos oligárquicos. As expectativas e os projetos intelectuais de Plínio Salgado, Olbiano de Mello e Gustavo Barroso, três dos principais dirigentes do movimento integralista, todos eles órfãos de pai e carentes de “protetor” político, delineiam-se em função dos serviços que vinham prestando aos grupos dirigentes na década de 1920.⁶⁸ A receptividade aos apelos do integralismo foi proporcional ao clima de desânimo e decepção que se abateu sobre certas alas que vinham colaborando com o velho regime. Por força de uma série cumulativa de desvantagens, esses intelectuais não se deram conta em tempo oportuno das mudanças que acarretaria a derrota da oligarquia porque, sendo ao mesmo tempo intelectuais e militantes, não conseguiam dissociar a representação de sua trajetória individual da representação do destino político de seu partido. Em outras palavras, os intelectuais mais dependentes dos partidos oligárquicos não se encontravam próximos das posições sociais capazes de proporcionar um mapeamento “realista” do estado das relações de força no interior da classe dominante. Não fora a derrota infligida às pretensões hegemônicas dos grupos

políticas de inúmeros quadros que
nio Salgado, Cândido Motta Filho,
eriam se sensibilizado a ponto de se
“redenção” da ordem burguesa. A
filiação doutrinária, passando do
da oligarquia à adesão sem reservas
em grande medida do fracasso polí-
rtenciam, processos que eles viven-

ingressaram no partido integralista
os romances regionalistas alcança-
República Velha. Diversamente dos
sua carreira no interior dos partidos
esses polígrafos já eram a esta altu-
guras políticas e culturais de prestí-
os, pertencentes a famílias tradicio-
n conseguido se inserir nos círculos
mento e a outros expedientes, todos
liberais, com acesso assegurado às
ais altos escalões da administração
de terem sido eleitos ainda bastan-

as.

is de 1930 um dos dirigentes do par-
era um bacharel “livre” originário de
vinha dos tempos do Império, e ainda
u estado; em 1910, transfere-se para
envia às revistas ilustradas (*Fon-Fon*,
mundanas (“A guerra”, “A dança” etc.),
alvo dos caricaturistas e retratistas, e
oldurado em página inteira dos alma-
s suas atividades de letrado, galga os
ndonar sua carreira parlamentar: em
ndência da Defesa da Borracha; entre

1915 e 1918, é eleito deputado federal na bancada cearense; na mesma época, é nomeado inspetor escolar no Rio de Janeiro; em 1919, é designado secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz; em 1922, é designado como diretor do Museu Histórico Nacional, cargo que continua ocupando até sua morte.⁷⁰

Afrânio Peixoto (um dos líderes da *intelligentzia* leiga a serviço da Igreja), filho de um negociante de diamantes no estado da Bahia, era um médico de grande reputação que, pelo casamento com uma das filhas de Alberto de Faria (abastado homem de negócios, político, publicista, embaixador, autor da biografia de Mauá, acadêmico), se integra aos círculos refinados em que serão recrutados dois dos principais líderes da reação católica, Alceu Amoroso Lima, que se casara com uma de suas cunhadas, e Octavio de Faria, seu cunhado.⁷¹ Após ter cumprido as praxes de uma trajetória bem-sucedida tanto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como em diversas instituições públicas de saúde, incumbiu-se de implantar a reforma dos serviços médico-legais da capital federal e elegeu-se deputado federal pela Bahia em duas legislaturas (1925, 1928), tendo sido eleito para a Academia Brasileira de Letras antes mesmo de publicar seu primeiro livro em circuito comercial. Sua produção intelectual abrange todos os gêneros aos quais se dedicavam os polígrafos anatolianos de maior prestígio: romances, crítica e história literárias, biografias, crônicas etc.⁷²

A maioria dos jovens intelectuais que se tornaram militantes nas organizações “radicais” de direita durante a década de 1930 eram bacharéis “livres” e letrados que estavam desnorteados, carentes de apoio político e sem perspectiva de enquadramento profissional e ideológico. Tendo permanecido durante a infância e a adolescência segregados geográfica e socialmente dos principais centros políticos e culturais, a exemplo de seus correligionários anatolianos, os futuros quadros intelectuais das organizações “radicais” de direita chegaram à capital federal no início da década de 1930, em seguida ao ostracismo político a que foram relegadas as frações oligárquicas com as quais colaboravam e em cuja continuidade haviam depositado suas expectativas de carreira. Tiveram, por conseguinte, que enfrentar toda sorte de obstáculos que se interpõem à escalada profissional dos migrantes egressos de setores em declínio dos grupos dominantes. Jorge de Lima e Demóstenes Madureira de Pinho enquadram-se nessa leva de jovens intelectuais em busca de uma posição no novo regime.

Jorge Mateus de Lima era o primogênito e primeiro filho homem de um comerciante abastado do interior alagoano.⁷³ Essa situação material lhe permitira desde cedo familiarizar-se com os grandes órgãos de imprensa e as revistas literárias de que seu pai era assinante, com as novelas de Conan Doyle, os romances de Dumas e Victor Hugo, e apurar seus penhores artísticos no "salão de arte" da casa paterna, onde se promoviam recitais de piano e de poesia. Teve, pois, a melhor formação a que podia obter um jovem da mesma condição social nessa região do país: depois de haver frequentado os colégios de elite da capital estadual, ingressa na Faculdade de Medicina da Bahia, da qual se transfere no terceiro ano para o Rio de Janeiro, onde conclui o curso em 1914. Apesar de suas disposições favoráveis em relação aos afazeres intelectuais, para o que decerto contribuiu significativamente o fato de ser asmático, Jorge de Lima se aferra, pelo menos até 1930, ao projeto de dedicar-se com seriedade à medicina. Daí seu empenho em publicar a tese de doutoramento, a constância com que se dedica às atividades de sua clínica em Maceió, e a freqüência com que se refere à honrosa classificação que obteve no concurso para médico do Hospital Central do exército. Procura, ao mesmo tempo, tirar partido de sua competência diversificando seus interesses com a abertura de uma indústria de produtos farmacêuticos. No correr da década de 1920, ao que tudo indica, confina suas ambições à medicina. E mesmo o fato de ter sido indicado para compor a chapa de deputados estaduais era uma recompensa do governador pela assistência médica que vinha prestando à sua família. Suas atividades como clínico particular lhe proporcionam recursos suficientes para o ponto de poder saldar as dívidas que contraiu em empreendimentos malogrados, de comércio como sócio de uma refinaria, depois de uma loja comercial, ambos em Maceió. Mais tarde, no Rio de Janeiro, onde tentou abrir com o cunhado uma espécie de farmácia-laboratório. Ao lado de suas atividades clínicas, dedica-se ao magistério em Maceió, primeiro lecionando higiene na Escola Normal, em seguida dando aulas de ciências físicas e naturais no ginásio estadual. Não é de estranhar, portanto, que esse período corresponda à sua produção intelectual "bissexta", quer dizer, o produto de uma atividade extemporânea e errática, quase um lazer em meio aos seus múltiplos cargos como médico, político, empresário e professor. Após a Revolução de 1930, tornando-se alvo de perseguições políticas e tendo sido vítima de um atentado, fecha seu consultório, vende sua casa em Maceió e transfere-se para o Rio de Janeiro, onde retomava com êxito seu trabalho clínico. Em seus primeiros tempos na capital federal, freqüenta círculos intelectuais de esquerda e, nos intervalos, liga-se a escritores e artistas de orientação espiritualista. De parceria com Murilo Mendes publica um livro de poemas, *Tempo e eternidade*, com o qual proclamam sua adesão às doutrinas da Igreja.⁷⁴ Essa ambivalência não se restringe ao plano da sociabilidade, transpõe-se no conteúdo das obras desse período e, ainda mais, manifesta-se nos gêneros pelos quais reparte seus investimentos: escreve romances sociais à maneira de

seus contemporâneos que vinham alcançando êxito no gênero — *O anjo* (1934), *Calunga* (1935) — e, com igual empenho, dedica-se à poesia de inspiração cristã e à produção hagiográfica (biografia de *Anchieta*, 1934).⁷⁵ O fortalecimento de seus laços com o Centro Dom Vital e com os beneditinos cariocas, que se tornam seus confessores, e, por fim, o convite que lhe faz Alceu Amoroso Lima para lecionar como assistente na cadeira de literatura na recém-fundada Faculdade de Filosofia acabam minando seus projetos intelectuais de tinturas socializantes. Apesar do esteio institucional da Igreja e do apreço intelectual que diversas correntes críticas concedem às suas obras, as sucessivas derrotas que barram seu ingresso na Academia Brasileira de Letras evidenciam a posição em falso a que foi relegado desde os tempos em que atuava como livre atirador intelectual.⁷⁶

Demóstenes dos Santos Madureira de Pinho, nascido na cidade de Salvador em 1911, e descendente dos Sena Madureira, família de "políticos, militares e brasonados do Império", era o caçula e o terceiro filho homem de um promotor público que enviuvara cedo, deixando a educação dos filhos a cargo da avó e das tias maternas. Tendo em vista as posições subalternas que vinham sendo confiadas ao pai desde a época em que se bandeara para as hostes oposicionistas da oligarquia local, Demóstenes e seu irmão Péricles teriam possibilidades remotas de alçar-se aos postos mais cobiçados. Entretanto, no momento em que as perspectivas profissionais de ambos se resumiam à carreira eclesiástica — "Durante muito tempo, cultivei a idéia de me fazer irmão marista, naquele recolhimento em que fugiria do mundo das tentações, da corrida sem freios que a vida oferece [...]" — e às ocupações liberais (direito e medicina), modifica-se a relação de forças no âmbito regional. A retomada do poder estadual pela oposição, com a eleição de Góes Calmon, repercute em casa com a nomeação do pai para o cargo de chefe de polícia. O fastígio político do pai coincidiu com um período decisivo para o encaminhamento escolar e profissional dos filhos, que passaram a vislumbrar a oportunidade de encetar uma carreira política. "Era um estímulo para dois rapazes que, sem saber e sem propósito, se estavam preparando para a vida pública. Sim, porque as nossas preocupações, as próprias leituras, a que Péricles misturava a sua forte inclinação literária, eram de quem sentia que o destino lhes apontava a vida política, como uma espécie de fatalidade."⁷⁸ O que admitem como "fatalidade" para si mesmos não é senão a aceitação de um futuro social que por essa época lhes pressagiou o senador Miguel Calmon: "[...] foi desafiando o que lhe parecia dever ser a minha futura carreira política. Na altura do Flamengo, eu já era deputado estadual; em Botafogo, líder da Assembléia do estado; e quando o carro enveredou por São Clemente, coincidindo com as eleições federais, eu estaria na chapa de deputados integrando a bancada da Bahia".⁷⁹ Em junho de 1930, o pai recebe do governador Vital Soares o que seria sua derradeira missão política, teria de vir ao Rio para reunir os chefes da política baiana e acertar a escolha do sucessor para a governança

estadual. O candidato vitorioso, Pedro Lago, convida Demóstenes para o cargo de secretário particular, enquanto o pai permaneceria à testa da Secretaria de Segurança, onde recebera a alcunha de "Mussolini". A vitória da Revolução de 30 sustou tais planos, pai e filhos iriam engrossar as fileiras dos "sem trabalho" da política.⁸⁰ Embora procure justificar sua desistência de uma carreira política pelas desilusões que lhe causou o envolvimento com o movimento integralista — sua prisão, as perseguições políticas de que seu pai foi vítima —, as razões determinantes para tanto se prendem ao ostracismo político a que foram condenados seus protetores. Tendo concluído o curso de direito em 1932, transfere-se para o Rio de Janeiro, onde arranja um lugar no escritório de advocacia de Levi Carneiro, na mesma época em que ingressa no movimento integralista. Nesse mesmo ano, inscreve-se para o doutorado na Faculdade do Catete, dando seqüência ao projeto paterno de torná-lo professor universitário, "o grande objetivo a ser atingido no tempo".⁸¹ Depois de um período como professor de direito em escolas secundárias técnicas vinculadas à Prefeitura do Distrito Federal, e de ser alçado à posição de promotor público adjunto da Justiça do Distrito Federal, é nomeado como substituto interino de Evaristo de Moraes na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil; em 1939, prestou concurso para livre-docência em direito penal com a tese "Das medidas de segurança" e, no ano seguinte, submete-se ao concurso para a mesma cátedra com a tese "O valor do perigo no direito penal". Daí em diante, incumbiu-se de diversos trabalhos de consultoria jurídica para órgãos do Estado e, ao mesmo tempo, assumiu postos de direção na área empresarial privada.

Outros militantes "integralistas" seguiram uma trajetória profissional semelhante àquela de Demóstenes Madureira de Pinho: Thiers Martins Moreira foi professor de direito administrativo na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e diretor do Centro de Pesquisas da Casa Rui Barbosa; San Tiago Dantas foi catedrático na Faculdade de Arquitetura (1932), catedrático de direito civil e comercial na Faculdade de Ciências Econômicas (1939) e catedrático de direito civil da Faculdade Nacional de Direito (1940), ambas da Universidade do Brasil, onde também ocupou o cargo de diretor da Faculdade Nacional de Filosofia (1941-4), antes de iniciar sua carreira política; Lysses Paranhos, Belmiro de Lima Valverde e Juvenil da Rocha Vaz, todos formados em medicina, cumpriram em seu domínio de atuação o mesmo tipo de arranjo profissional, ou seja, acoplaram posições docentes no ensino superior aos cargos de cúpula que vieram a ocupar nas instituições do sistema médico sob tutela do Estado.⁸²

As fontes disponíveis apontam o predomínio, nos órgãos de direção nacional e regional do integralismo, da média burguesia intelectual, proveniente das profissões liberais, e de uma parcela menor de jovens oficiais das Forças Armadas. Com a criação da Câmara dos Quarenta e da Câmara dos Quatrocentos, confirma-se a hegemonia da média burguesia intelectual urbana, havendo 57,1% de dirigentes que são profissionais liberais (em especial, médicos e advogados), embora se possa verificar a incorporação de elementos da burguesia comercial e industrial (13,3%), cuja presença é maior do que a fração de oficiais (8,7%). "Dois terços, portanto, dos dirigentes integralistas, se recrutam no seio da burguesia e da média burguesia. Resta à pequena burguesia não intelectual e às camadas populares uma participação bastante marginal: 15,2% do total dos dirigentes."⁸³ Mas não basta caracterizá-los como profissionais "liberais", pois quase a metade deles já se encontrava abrigada nos aparelhos de Estado ao tempo em que aderem ao movimento integralista, ocupando cargos de cúpula na administração e nas instituições culturais: Archimedes Memória, professor catedrático e diretor, desde 1931, da Escola Nacional de Belas-Artes da Universidade do Rio de Janeiro; Othon Leonardos, professor catedrático de geologia e paleontologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e, a partir de 1942, professor catedrático substituto de geologia econômica e noções de metalurgia da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil; Guilherme Fontainha, professor catedrático e diretor, desde 1931, do Instituto Nacional de Música da Universidade do Rio de Janeiro; Belisario Penna, ministro da Educação e Saúde; Mansueto Bernardi, diretor da Casa da Moeda, entre outros.

Assim, é bastante provável que inúmeros membros da liderança integralista tenham passado a manejar sua filiação ao movimento em termos de uma pauta de identidade que servia à sustentação de interesses do que seriam então incipientes anéis burocráticos em formação.⁸⁴

Nos anos 30, aos rapazes de minha geração, o dilema fascismo-comunismo esmagava qualquer capacidade de raciocínio, a não ser dos que, herdeiros de uma situação diluída pelo tempo, sonhavam manhosamente em prosseguir naquele jogo vazio e falso que se apelidava de liberal-democracia [...] Creio que nenhuma prisão terá sido mais justificada que a minha. Estávamos em plena ditadura e eu conspirarei com um punhado de idealistas [...] Não era uma conspiração puramente inte-

gralista, havia de tudo [...] desempenhei um papel muito secundário, condizente com a minha idade e a minha posição.⁸⁵

Em vez de mero acidente de percurso, tal como os próprios agentes o minimizam a posteriori, o envolvimento com o integralismo expressou a reação de jovens bacharéis que se sentiram acuados com a derrota paulista e o consequente avanço do poder central. Em sua condição de postulantes à cooptação pelo Estado, ao se verem ameaçados pela concorrência que lhes moviam os detentores de novas espécies de competência para o trabalho político e cultural, revidaram à exclusão e à desvalorização momentâneas de que eram objeto empunhando as palavras de ordem que congregavam muitos daqueles que se sentiam esmagados pela derrocada do antigo regime e, ainda mais pesarosos, pelos rumos que ia tomando a composição dos centros efetivos de poder.

2. A expansão do mercado do livro e a gênese de um grupo de romancistas profissionais

Em fins do Império e ao longo da primeira década republicana, uma parcela considerável das obras de escritores brasileiros era impressa na França e em Portugal. Não obstante, a crescente relevância do mercado sul-americano motivou a instalação de filiais de editoras francesas no Brasil e na Argentina, como, por exemplo, as livrarias Garnier, no Rio de Janeiro, e Garraux e Hildebrand, em São Paulo. Segundo Brito Broca, “os principais editores da década 1900-1910, no Rio, eram os Laemmerts, o Garnier, Francisco Alves, o Jacinto e o Quaresma. Na província, o movimento editorial continua a ser muito pequeno. Em São Paulo, ainda existe a Livraria Teixeira, que no século XIX lançou dois best-sellers: *Poesias*, de Bilac, e *A Carne*, de Júlio Ribeiro”.¹

Laemmert, Briguiet e Francisco Alves são imigrantes que, tendo se familiarizado com o comércio livreiro, em que começaram a trabalhar como balconistas, conseguem instalar-se no ramo por conta própria. Tendo chegado ao Brasil com dezessete anos, em seguida à proclamação da República, Ferdinand Briguiet empregou-se como lavador de garrafas, indo depois trabalhar na loja do sr. Lachaüd, que trouxera da França uma exposição de material escolar; dali se transferiu para a Livraria Garnier, onde se empregou como caixeiro. Graças a um empréstimo de dez contos de réis, torna-se proprietário da casa do velho

chaud, que acabara de requerer falência, montando então sua primeira livraria. Em 1893, inicia suas atividades como editor, publicando o *Tratado de direito penal*, de Von Liszt, e *O fogo*, de D'Annunzio. Após seu falecimento, em 1934, a livraria passa às mãos de um sobrinho que, dois anos mais tarde, procede à fusão das duas tradicionais editoras com o nome de Livraria Briguier-Garnier. É idêntico o caso do galego Francisco Alves, "um português ignorante, que vendia livros, como poderia vender carne-seca ou batatas, e que deixou a sua fortuna à Academia Brasileira".² Com exceção da Livraria Quaresma, precursora das editoras populares e pioneira da literatura infantil, os grandes best-sellers do início do século XX tiveram o selo da Garnier — editor de Machado de Assis e de *Canaã*, de Graça Aranha (1902) —, da Laemmert & Cia. — que arriscou com êxito e tombante na publicação de *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1902) — e de Francisco Alves — que editou *A esfinge*, de Afrânio Peixoto (1911).³

PONGETTI: UM EDITOR IMIGRANTE DA DÉCADA DE 1930

A exemplo de seus antecessores do início do século XX, muitos dentre os novos empresários do setor editorial eram imigrantes que estavam de alguma maneira enfronhados nos negócios de importação: alguns deles começaram investindo no comércio de livros estrangeiros, outros se lançaram à montagem de oficinas gráficas para imprimir as revistas mundanas e de vulgarização que então se multiplicavam. Vários comerciantes especializados na importação de livros resolveram ampliar suas atividades no ramo com a abertura de um departamento editorial: Pongetti, Vecchi, Petraccone, Garavini, Bertaso, Zagari etc.⁴ Foram sensíveis às mudanças que então se operavam e passaram a traduzir para o mercado interno as obras que antes eles mesmos importavam.

Nossa primeira casa de modas instalou-se na avenida Quinze de Novembro, perto da rua Paulo Barbosa. Tínhamos somente artigos finos importados, pois a incipiente indústria nacional mal chegava para a produção de riscados, zefires, chitas, morins e algodõezinhos de qualidade inferior e preço relativamente caro [...] Nossa residência era em cima da loja [...] Começamos fazendo bons negócios com os

veranistas [...] Quase tudo quanto tínhamos era exclusivo, escolhido pessoalmente por meu pai nas suas freqüentes viagens à Europa ou recebido diretamente de firmas estrangeiras, das quais tínhamos representação. A elite percebeu logo a originalidade e alta qualidade da nossa mercadoria e fez da nossa loja seu ponto de reunião, sobretudo quando a primeira-dama da República passou a vir quase todas as manhãs, às vezes apenas para uma conversinha com mme. Pongetti, pelo qual demonstrava grande simpatia, como tantas outras senhoras socialmente importantes [...] Vendíamos também perfumes e produtos de beleza. Roger et Gallet, Houbigant, Piver, Coty, Guerlain, Lubin, dominavam o mercado. Estava ainda longe de surgir o costureiro perfumista para as mulheres de classe, fora de série, identificáveis pela linha do vestido e pelo aroma. Certa vez Roger et Gallet tentou sair da modéstia de suas embalagens e lançou Souvenir de la Cour, numa caixa com a tampa em relevo imitando cerâmica. Era luxuosa, mas não seduziu as nossas freguesas sofisticadas, fiéis aos aromas e às apresentações sóbrias de Guerlain, o eterno [...] A loja de meu pai ficava no centro da mesma avenida e não tinha o espaço nem o estoque da anterior. Observava-se uma mudança no gosto do público: as fábricas de móveis começavam a combater o mobiliário importado, as camonas de ferro francesas, os grupos austríacos de madeira vergada ou os ingleses de couro [...] Com o desenvolvimento rápido dos negócios mudamos para outra loja muito maior, no centro da avenida Quinze de Novembro, bem próximo da nossa loja de móveis. Abria a loja às sete da manhã; fazia a limpeza de tudo, até da calçada; passava pano com álcool nos vidros das vitrinas; renovava os mostruários das portas dando caprichosos panejamentos aos tecidos; e botava o troco do dia na caixa registradora... Às oito da manhã minha mãe descia para começarmos a dura luta no balcão e no ateliê de chapéus [...] As lojas abriam às sete da manhã e fechavam às dez da noite, quando chegava o último trem do Rio [...] No verão, passávamos parte do domingo marcando o novo estoque, coisa exaustiva porque tínhamos também armarinho e era incontável o número de unidades cujo preço tínhamos de calcular e de escrever nas etiquetas. Nossa loja ficava semivazia dias e dias; só as poucas famílias da elite residente nos davam a honra de sua presença e de sua estima. Éramos considerados um feudo inexpugnável do capitalismo veranista [...] Tínhamos a solidariedade dos outros negociantes de artigos finos [...] Olá, Eppinghaus! Olá, Baldner! Olá, Falconi!...

O caso dos irmãos Pongetti revela as disposições sociais necessárias àqueles que na década de 1930, no início do processo de “substituição de importações” no setor editorial, se lançaram como empresários nesse ramo do mercado de bens culturais. A essa altura, havia se constituído nos principais centros urbanos do país, em especial no eixo Rio—São Paulo, uma categoria de importadores cujo êxito comercial dependia de seu faro e de sua capacidade de prescrever e satisfazer a demanda por artigos de luxo.⁶ Eram imigrantes dotados de qualificações profissionais para os requintes do trabalho artesanal e de padrões de “gosto” que haviam adquirido em seus países de origem. Estavam, portanto, habilitados a contribuir para o trabalho de reprodução do estilo de vida da classe dirigente local, ou seja, em condições de atender às demandas dessa clientela nas áreas do mobiliário e da decoração, do vestuário, dos artigos de tocador etc.

Diversas circunstâncias que favoreceram o envolvimento de importadores com a atividade industrial em São Paulo também contribuíram para a reconversão de vários comerciantes de artigos “finos” em empresários de bens culturais.⁷ Não bastava vender produtos acabados, “*cache-pots* monumentais, *biscuits* delícia-ssimos, quadralhaços acadêmicos de Paris”,⁸ era preciso conhecer a tecnologia, dispor das habilidades e dos segredos do ofício de decorador e de outros especialistas na confecção de reposteiros de brocado ou veludo, de *brise-bises* de renda vaporosa, e de encomendas similares. A perícia e o acabamento no reparo de “móveis embutidos de madrepérola e debruados de bronze” ou os cuidados dedicados na douração de toda sorte de utensílios constituíam requisitos tão importantes para o êxito nesse ramo como o conhecimento dos materiais, das cores, dos estilos, das revistas de moda e de outros periódicos de divulgação, dos fornecedores, das “dicas” e “bocas” que os contatos com os grandes centros metropolitanos lhes asseguravam.

Tinha minhas freguesas preferidas para as quais escondia, quando chegavam, as novidades que iriam encantá-las. Minha mãe fingia não perceber essa parcialidade um pouco anticomercial, mas tolerava-a certamente em homenagem à beleza e alta posição social das minhas eleitas [...] Retirava do esconderijo o *imprimé* de crepe-da-china ou de tafetá e mostrava-o [...] Sim, usava minha lista branca e minha lista negra. Mas como tínhamos criaturas bonitas e agradáveis na nossa fidelíssima

clientela! As Vidal, filhas dos barões de Santa Margarida, irmãs do famoso craque do Fluminense e meu companheiro de colégio, eram, como diria o colonista Figueiredo Pimentel, “um *bouquet* de flores humanas”. Os olhos azuis de Lulu Honold [...] Uma das irmãs Filgueiras, a do narizinho arrebitado [...] As Sá Pereira eram louras e esguias, uma tinha nome de grega, Eucaris [...] As Nolasco, as Quartim, as Vilar, as Costa Motta, as Bento Coelho, as Proença, as Graça Aranha, as Alberto Faria, Eliane Gomes, as Leitão da Cunha, as Maya Monteiro [...].⁹

Afora os contratos de representação que esses importadores firmavam com fabricantes e distribuidores europeus, a posição estratégica de importador de bens de luxo lhes facultava um conhecimento íntimo das características de sua clientela de privilegiados. Não é de estranhar, portanto, que esse trânsito entre as famílias dirigentes lhes permitisse identificar os ramos do comércio e dos serviços de luxo em que a expansão da demanda encorajou os importadores a diversificar seus investimentos.

Muitos italianos seguiram o mesmo itinerário, foram estabelecendo posições nas montanhas salubres antes da conquista da metrópole saneada [...] Mas meu pai, ainda desconfiado, tratou de comprar para nós administrarmos um hotel de veraneio e de turismo no Alto da Boa Vista, entre florestas e cascatas [...] na hora da decisão final fraquejaram como duas crianças à porta de um quarto escuro: permaneceram na serra dirigindo um outro hotel, o Modern, comprado do Fioretti já velho [...] Repentinamente virávamos hoteleiros, depois de uma longa experiência na feira de ostentações de uma casa de modas e na feira de intimidades de uma casa de móveis. Nos sairíamos bem desse negócio complexo e delicado como o ter de lidar com pessoas [...]? Meu pai permaneceu uma semana conosco para nos dar instruções e organizar a criadagem [...] tínhamos poucos hóspedes, mas o restaurante era procuradíssimo pelos turistas e passageiros de navios com tempo suficiente para a clássica “volta da Tijuca”. Nossa adega gabava-se de um sortimento de vinhos das melhores marcas e safras [...] Gostava de tudo, do novo campo de observação do comportamento humano, das paisagens, do clima ameno no inverno e no verão, das famílias eminentes que aos primeiros calores ocupavam seus palacetes e *bungalows* na pracinha próxima e no caminho do Lampião, das Furnas e da Gávea Pequena.¹⁰

O sucesso alcançado no ramo hoteleiro comprova a extensão do domínio de aplicação do “gosto” burguês, que pode ser usado como uma espécie de capital pronto a se tornar conversível num espectro diversificado de atividades economicamente rentáveis. De fato, a experiência como modistas, decoradores, chapelleiros, hoteleiros — em suma, como difusores e intermediários do estilo de vida importado da Europa — constituiu uma iniciação prática na produção de bens simbólicos que substituiu a primeira educação na classe dominante ou, então, a aquisição de capital cultural por meio do sistema de ensino. A familiarização “prática” com o gosto burguês que se realiza por intermédio de encomendas, da escolha dos modelos, das cores etc. é uma das condições para o êxito econômico de uma empresa familiar num ramo em que os irmãos Pongetti não dispunham de nenhuma outra vantagem e no qual não podiam mobilizar nenhum capital de relações sociais. Sendo originários de uma família especializada na prestação de serviços na área do “gosto” e do lazer, os irmãos Pongetti dispunham das aptidões profissionais necessárias para se aproveitar das oportunidades lucrativas de emprego da competência refinada que haviam adquirido em seus empreendimentos anteriores. Não é de estranhar, pois, que acabassem se tornando co-proprietários de uma gráfica que logo passou a operar como editora autônoma.

AS CARACTERÍSTICAS DO BOOM NO MERCADO DO LIVRO

Monteiro Lobato foi o maior best-seller de 1937, com 1,2 milhão de exemplares de livros e traduções sob sua responsabilidade, ou seja, mais de metade dos 2,3 milhões de exemplares impressos pela Companhia Editora Nacional e sua sucursal, a Editora Civilização Brasileira.¹¹ Tal cifra corresponde praticamente um terço da produção total brasileira nesse ano. Outros autores contribuíram para o sucesso comercial das principais editoras (Humberto de Campos [José Olympio], Machado de Assis [Jackson], Afrânio Peixoto [Guana-ara], Joaquim Nabuco [Civilização Brasileira], Aluísio Azevedo e Graça Aranha [Briguiet-Garnier], Agripino Grieco [Companhia Brasil Editora]), ou seja, algu-

mas das figuras de maior prestígio intelectual da geração de 1870 ao lado dos polígrafos anatolianos em evidência na República Velha.¹²

Contudo, esses escritores nacionais com êxito comercial assegurado não eram a única fonte importante de lucro para os editores ao longo das décadas de 1930 e 1940. A lista de autores estrangeiros que ostentam os recordes de vendas em 1937¹³ inclui figuras consagradas em companhia de expoentes nos chamados gêneros “menores”, segundo os padrões de legitimidade literária então dominantes. Esse consórcio encontra sua razão de ser tanto nas demandas que fazem as novas categorias de leitores, e que nem sempre se pautam pelos princípios de legitimidade vigentes, como nas mudanças dos critérios que passam a informar as decisões dos editores quanto às obras a serem importadas e traduzidas.

Os livros de aventuras, os romances policiais, os idílios de amor improvável no estilo “flor de laranjeiras” e as biografias romanceadas eram os gêneros de maior vendagem: as obras do criador de Tarzan, os romances épico-históricos de Alexandre Dumas e Rafael Sabatini, os folhetins de Charlie Chan, as obras de Disney, Lee Falk, as novelas açucaradas de M. Delly, Bertha Ruck, as biografias edificantes de Maurois, Emil Ludwig, Paul Frischauer, as histórias de detetive de E. Wallace, Horler, Rohmer, os manuais de viver que difundiam as receitas norte-americanas em todos os domínios do estilo de vida concentraram boa parcela dos investimentos editoriais numa conjuntura bastante favorável à substituição de importações no mercado interno de bens simbólicos e, em especial, no setor editorial.

Em meio às novas condições resultantes da crise de 1929 e, mais adiante, em virtude da impossibilidade de continuar importando livros portugueses e franceses com o início da Segunda Guerra Mundial, afrouxam-se os laços da sujeição cultural. A nova correlação de forças no plano internacional ensejou nas condições de dependência dos países periféricos mudanças de peso, que não se limitaram à troca da sede hegemônica, os Estados Unidos em lugar da Europa. A importação de bens culturais subsistiu, mas com feições distintas do que ocorria na República Velha. Doravante, em vez de venderem as edições originais de obras estrangeiras, os editores adquirem os direitos de tradução das obras, vale dizer, a produção destinada ao mercado interno acaba suplantando a produção estrangeira diretamente importada na língua original.

Conforme se depreende do quadro a seguir, a quantidade de títulos novos e edições nacionais foi sempre maior do que a de traduções, apesar da mudança que se observa nessa relação sobretudo a partir de 1942, nas circunstâncias da guerra: para cada 2,5 livros de autores estrangeiros eram lançados em média 7,5 livros de autores nacionais. Embora se possa registrar um aumento na participação dos autores brasileiros no mercado do livro, não se pode afirmar que tenha havido uma autonomização no plano cultural seja em relação à Europa, seja em relação aos Estados Unidos, uma vez que a produção nacional nesse período era insuficiente para cobrir a demanda relativa aos principais gêneros em ascensão, como, por exemplo, os manuais de viver, os policiais, os livros técnicos etc., ou então era bastante incipiente, no caso dos romances femininos. Tais mudanças em relação ao mercado internacional acabaram provocando transformações importantes no plano interno, desmentindo hipóteses correntes acerca do imobilismo que permearia as relações de dependência no âmbito cultural. Assim, em lugar de subsistir a importação do produto acabado, como ocorria na República Velha com os livros estrangeiros, os novos gêneros de origem norte-americana tornam-se objeto de adaptação por parte dos autores brasileiros.

O surto editorial da década de 1930 é marcado pelo estabelecimento de inúmeras editoras, por fusões e outros processos de incorporação que ocorrem no mercado editorial e, ainda, por um conjunto significativo de transformações que acabaram afetando a própria definição do trabalho intelectual: aquisição de rotativas para impressão, diversificação dos investimentos e programas editoriais, recrutamento de especialistas para os diferentes encargos de produção e acabamento, inovações mercadológicas nas estratégias de vendas — implantação do serviço de reembolso postal, contratação de representantes e viajantes etc. —, mudanças na feição gráfica dos livros, com o intento de ajustar o acabamento das edições às diferentes camadas do público, e, sobretudo, empenho das principais editoras em verticalizar o processo produtivo e diversificar suas atividades. As tarefas de composição e impressão autonomizam-se das atividades de cargo das diversas seções de que se compõe o departamento editorial. Este, por sua vez, passa a abrigar setores especializados de revisão, tradução e ilustração, motivando a contratação de especialistas, como, por exemplo, consultores e lei-

tores, paginadores, capistas, e também propiciando a formação de um pequeno grupo de escritores profissionais, os romancistas.

A SITUAÇÃO DO MERCADO DO LIVRO

A repartição da produção (em número de títulos publicados) segundo o porte das editoras era a seguinte:¹⁴ os pequenos empreendimentos gráficos, as edições avulsas de tipografias, mais as edições patrocinadas pelos próprios autores e aquelas sem indicação de editor detinham 24% do mercado; as editoras menores, cujo programa de lançamentos variava entre 21 e sessenta títulos,¹⁵ cobriam apenas 5% do mercado; os nove empreendimentos editoriais de porte médio (Alba, Panamericana, Jacinto, Antunes, Guanabara, Coelho Branco, Briguiet, Getulio Costa, Martins),¹⁶ cujo pacote de lançamentos oscilava entre 61 e 150 títulos, tinham 11% do mercado; as seis editoras de grande porte (Saraiva, Empresa Editora Brasileira, Vecchi, Freitas Bastos, Zelio Valverde e Edições e Publicações Brasil),¹⁷ cuja meta de lançamentos oscilava entre 151 e 250 obras, cobriam 13% do mercado; as seis maiores editoras independentes concentravam 36% dos lançamentos, sendo que apenas as três primeiras detinham a parcela de 25% do mercado, que se distribuía entre os 14% da Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, os 6% da Editora Globo e os 5% da José Olympio. Por fim, as edições financiadas por entidades religiosas, as publicações de iniciativa oficial e aquelas patrocinadas por órgãos da grande imprensa correspondiam a 11% do mercado. Essa segmentação deriva, em parte, das inúmeras iniciativas nessa área que eram um tanto impermeáveis aos veredictos do mercado, seja no caso daquelas obras financiadas pelos próprios autores, seja no caso das edições que dispunham de algum tipo de cobertura institucional. De qualquer modo, ao longo da década de 1930, ainda não se pode falar em diferenciação funcional entre instâncias de produção, difusão e legitimação.

Os percentuais do quadro 3 que correspondem às iniciativas editoriais com algum tipo de chancela oficial não dão conta da presença efetiva do Estado, das instituições religiosas e dos grandes órgãos de imprensa no mercado do livro. Talvez se possa atribuir esse resultado a um viés da fonte aqui utilizada, que so-

QUADRO 2 — PROPORÇÃO DE AUTORES NACIONAIS E DE AUTORES ESTRANGEIROS NA PRODUÇÃO DE LIVROS (1939-43)

Anos	Publicações novas nacionais	Reedições nacionais	Autores nacionais (total/%)	Publicações novas em diversos idiomas e traduções	Reedições em diversos idiomas e traduções	Autores estrangeiros (total/%)	Nacionais e estrangeiros (total geral)
1939	976	316	1292 (80%)	231	90	321 (20%)	1613
1940	940	359	1299 (77%)	280	99	379 (23%)	1678
1941	976	331	1307 (74%)	330	119	449 (26%)	1756
1942	774	308	1082 (69%)	392	88	480 (31%)	1562
1943	1063	417	1480 (70%)	514	109	623 (30%)	2105
Totais	4729	1731	6460 (74%)	1747	505	2252 (26%)	8714

FONTE: Anuário Brasileiro de Literatura (1943-1944), nºs 7-8. Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde, 1944, p. 476.

disponha de informações mais completas e confiáveis em relação às editoras particulares.¹⁸ Tendo em vista seu caráter de instrumento de propaganda e difusão comercial a serviço das editoras particulares, é bastante provável que não tenha sido contabilizada, ou, então, tenha sido subestimada, uma parcela considerável das publicações financiadas pelo Estado, pelos grandes órgãos de imprensa, por outras instituições externas ao campo intelectual — como, por exemplo, as entidades religiosas¹⁹ — e pelas editoras sediadas em estados relativamente marginais ao eixo dominante (Rio—São Paulo) do mercado de bens culturais. Não obstante, as indicações disponíveis sugerem a relativa amplitude da ingerência de instâncias políticas, que devem parte de seu poder e de sua influência à presença como empresários no âmbito da produção cultural. Por outro lado, a existência de uma quantidade considerável de pequenos produtores que operam com base em encomendas que lhes fazem certas instituições ou que atendem às demandas de um público diminuto, que não comporta tiragens em escala comercial, ou, então, a de autores que arcam eles mesmos com as des-

pesas de impressão e difusão de suas obras, constituem indicadores seguros dos obstáculos que ainda dificultavam a comercialização do livro e a diferenciação do mercado em questão.

AS DESIGUALDADES REGIONAIS E O MERCADO EDITORIAL

As instâncias de produção de bens culturais tendem a se concentrar fortemente na região Centro-Sul: em 1937, os estados de Minas Gerais, São Paulo e a então capital do país (Rio de Janeiro) detêm 59% das gráficas, sendo que o estado de São Paulo dispõe sozinho de 32%. Pode-se observar uma tendência semelhante no setor editorial, sendo que três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) reúnem 61% das editoras. Seis em cada dez livros editados no país em 1929 provinham da capital federal, dois de São Paulo e um do Rio Grande do Sul. No tocante às tiragens, o Distrito Federal e os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul detinham 94% do total de exemplares. O conjunto das editoras publicava aproximadamente 4,5 milhões de exemplares em 1929, quantidade que menos de dez anos depois (1937) corresponde apenas à produção das três maiores editoras.²⁰

Tal crescimento se fez acompanhar de modificações importantes na repartição das obras segundo o número de exemplares: a quantidade de obras com tiragens superiores a 5 mil (bem como aquelas cujas tiragens variavam entre 2 e 5 mil) aumentou de modo palpável em relação a 1929. Nesse ano, o número de edições com menos de quinhentos exemplares cobria 54% do conjunto das obras publicadas, ao passo que as obras com mais de 5 mil exemplares por edição representavam apenas 21% do conjunto de livros publicados.²¹ Em 1937, as cifras anuais das editoras de porte médio oscilam entre 50 e 100 mil: a Athena Editora alcançou uma tiragem de cerca de 70 mil volumes, a Companhia Brasil Editora atingiu o escore de 68 mil, ao passo que uma pequena editora, a Casa Mandarin, chegou no mesmo ano a uma tiragem global de 30 mil exemplares. A Livraria Brigueit-Garnier, situada no grupo das grandes, contou 60 mil volumes, sem incluir a edição de livros escolares. Por sua vez, a Livraria Francisco Alves, especializada em livros didáticos, atingiu o montante de 1,5 milhões de

QUADRO 3 — A PRODUÇÃO DE LIVROS SEGUNDO O GÊNERO E AS EDITORAS (1938-43)

EMPREENDIMENTOS EDITORIAIS/GÊNEROS	Seis maiores editoras (%)	Conjuntos das pequenas gráficas (%)	Conjuntos das seis editoras de grande porte (%)	Conjuntos das nove editoras de porte médio (%)	Conjuntos das pequenas editoras (%)	Conjuntos das editoras religiosas (%)	Edições financiadas pela grande imprensa (%)	Edições financiadas pelo Estado (%)	Edições financiadas pelos autores (%)	CONJUNTO
Ficção (1527 obras)	23,0	9,7	20,0	17,0	20,0	11,0	11,0	1,3	3,5	17,0
Didáticos (1240)	22,0	8,5	11,5	16,0	5,7	5,0	4,5	3,5	4,6	14,0
Direito (829)	2,5	9,4	24,2	14,5	8,5	0,6	9,8	15,0	7,9	9,0
Variedades (735)	5,5	12,0	7,0	4,9	6,6	9,0	9,8	11,0	24,0	8,0
Infantis (557)	8,0	7,0	4,0	2,0	1,3	10,0	10,0	2,5	1,5	6,0
História (521)	7,0	5,0	2,7	6,6	6,0	1,3	4,5	14,0	7,0	5,6
Biografias (499)	5,5	5,5	5,8	6,5	5,0	2,8	6,0	5,0	4,0	5,5
Medicina (439)	2,5	8,7	2,2	8,0	6,0	0,4	7,6	3,8	7,0	5,0
Crítica e história literárias (405)	4,0	4,6	2,8	5,0	4,0	3,5	7,0	9,0	6,5	4,5
Poesia (382)	4,5	6,7	2,0	2,3	3,0	0,6	6,8	3,0	5,8	4,0
Obras religiosas (382)	1,5	2,4	0,5	1,7	4,2	52,5	1,5	0,7	2,9	4,0
Ciências sociais (323)	4,5	3,7	2,0	3,9	2,0	0,8	4,0	7,0	3,2	3,5
Política (319)	3,0	5,0	3,2	2,5	5,3	1,0	4,9	3,8	3,5	3,5
Obras militares (224)	0,5	2,5	5,5	2,0	2,0	—	4,9	11,0	6,0	2,5
Livros técnicos (165)	1,5	2,8	1,5	1,4	1,5	—	1,2	2,5	4,6	2,0
Filosofia (154)	1,2	1,4	2,0	2,0	7,2	0,5	0,9	0,3	0,7	1,5
Teatro (101)	0,2	1,6	0,9	0,5	6,8	—	1,9	2,5	1,4	1,0
Ciências naturais (91)	1,5	0,8	0,5	1,4	0,6	0,3	0,3	0,4	2,5	1,0
Pedagogia (88)	1,5	0,9	0,5	0,1	0,8	0,4	0,9	1,3	1,0	1,0
Psicologia (62)	0,6	0,6	0,3	0,6	2,5	0,3	0,7	0,4	0,7	0,6
Belas-artes (46)	0,2	0,7	0,7	0,4	0,4	—	1,8	1,7	1,0	0,5
Matemática, estatística (33)	0,3	0,5	0,2	0,7	0,6	—	—	0,3	0,7	0,3
Total geral (9122)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Anuário Brasileiro de Literatura. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti e Livraria Editora Zello Valverde, 1939, 1940, 1941, 1942-3.

QUADRO 4 — A PRODUÇÃO DAS MAIORES EDITORAS SEGUNDO O GÊNERO (1938-43)

SEIS MAIORES EDITORAS/GÊNEROS	Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira (São Paulo/Rio de Janeiro) (%)	Editora Globo (Porto Alegre) (%)	Editora José Olympio (Rio de Janeiro) (%)	Editora Irmãos Pongetti (Rio de Janeiro) (%)	Editora Francisco Alves (Rio de Janeiro) (%)	Editora Melhoramentos (São Paulo) (%)	Conjuntos das seis maiores editoras (%)
Ficção (748 obras)	22,0	36,0	33,5	28,0	2,5	7,0	23,0
Didáticos (702)	26,0	11,0	1,5	4,0	65,0	28,0	22,0
Infantis (261)	5,0	8,9	0,5	5,2	4,0	38,0	8,0
História (218)	10,0	5,0	5,5	7,5	1,8	1,6	7,0
Biografias (181)	6,0	6,7	9,6	6,0	0,6	0,6	5,5
Variedades (172)	4,0	9,0	6,5	5,0	4,0	4,0	5,5
Poesia (141)	3,0	1,0	9,0	16,0	0,6	0,4	4,5
Ciências sociais (140)	5,0	3,2	6,0	5,7	1,8	1,3	4,5
Crítica e história literárias (132)	3,5	3,9	5,5	5,5	4,5	3,0	4,0
Política (95)	2,0	2,3	9,0	3,5	0,3	—	3,0
Direito (83)	2,9	4,0	1,0	3,1	2,8	—	2,5
Medicina (81)	2,0	2,3	1,5	1,0	3,0	7,5	2,5
Livros técnicos (48)	1,7	1,0	0,2	2,3	1,0	2,6	1,5
Pedagogia (48)	2,0	0,7	1,3	0,5	2,1	1,3	1,5
Ciências naturais (43)	1,0	1,6	1,7	1,8	0,9	1,3	1,5
Obras religiosas (43)	1,0	0,3	2,8	2,0	0,6	1,6	1,5
Filosofia (42)	1,6	0,7	1,5	1,5	1,2	0,4	1,2
Psicologia (22)	0,5	0,2	1,3	0,5	1,5	0,4	0,6
Obras militares (18)	0,2	1,6	—	0,5	1,5	—	0,5
Matemática, estatística (9)	0,3	0,3	—	0,3	0,3	0,6	0,3
Teatro (6)	0,2	—	0,8	—	—	—	0,2
Belas-artes (6)	0,1	0,3	0,4	—	—	0,4	0,2
Total geral (3239)	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Anuário Brasileiro de Literatura. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti e Livraria Editora Zello Valverde, 1939, 1940, 1941, 1942-3.

exemplares, superando a marca de toda a produção paulista em 1929, enquanto os Irmãos Pongetti, cujo departamento editorial só começou a funcionar em 1935, alcançou nesse mesmo ano a cifra de 400 mil exemplares.²²

Houve, portanto, uma extensão significativa dos circuitos de comercialização do livro no correr da década de 1930 e, em consequência, uma diminuição do número de obras financiadas pelos próprios autores ou por instituições dotadas de redes próprias de distribuição (o Estado, a Igreja, os grandes órgãos de imprensa etc.).

A HIERARQUIA DOS GÊNEROS E AS TRANSFORMAÇÕES DO PÚBLICO

Dentre todos os gêneros editados de 1938 a 1943, a literatura de ficção ocupa o primeiro posto em virtude dos elevados índices de venda que alcançam os chamados gêneros “menores”, isto é, os romances das coleções “menina-moça”, os policiais e os livros de aventuras, aos quais se podem acrescentar as biografias romanceadas, gênero que detém a sétima posição no *ranking*, e mais uma parcela das obras infantis.²³ Quando se considera o conjunto dos gêneros literários (ensaio, crítica, história literária, poesia, teatro etc.), a produção nessa área chega a cobrir 38% dos títulos.

Um terço dos romances — 52 títulos entre 156 publicados em 1942, sendo 52% de traduções e 38% de obras de autores nacionais — foi veiculado pelas diversas coleções endereçadas ao público feminino (Biblioteca das Moças, da Companhia Editora Nacional; Menina e Moça, da José Olympio; Biblioteca das Senhorinhas, da Empresa Editora Brasileira; Romance para Moças, da Anchieta).²⁴

Os outros romances publicados nesse mesmo ano eram, em sua maioria, obras de clássicos europeus, antigos e modernos (Cervantes, Goethe, Stendhal, Gautier, Flaubert, Dickens, Tolstoi, Dostoievski, Voltaire, Thomas Mann, Gide etc.), de romancistas norte-americanos em vias de consagração (Steinbeck, Sinclair Lewis, Hemingway etc.) ou, então, best-sellers (Stefan Zweig, Somerset Maugham, Margaret Kennedy etc.), incluindo inúmeros livros de autores com êxito assegurado desde a República Velha (Perez Escrich, Anatole France, Dumas

etc.). Tais obras eram publicadas em coleções que se firmavam às custas de uma dosagem equilibrada de autores consagrados e escritores de grande público. Quanto aos romances de autores nacionais, a maior parte dos títulos se enquadrava nos moldes do romance social, os autores “relegados” pela crítica (Fran Martins, Cecilio Carneiro etc.) junto às figuras em vias de consagração (Graciliano Ramos, Lúcio Cardoso, Ciro dos Anjos etc.). (Havia ainda alguns títulos, cinco ou seis, publicados em língua estrangeira.)

Sem dúvida, a extensão do contingente de leitores exerceu influência sobre os gêneros que acabaram se firmando de um ponto de vista estritamente comercial. O primeiro posto da literatura de ficção — e, nessa categoria, a predominância dos romances de amor, de histórias policiais e de livros de aventuras — deve-se em ampla medida à expansão da parcela de leitores recrutada nas novas camadas médias, que redundou no aumento da demanda por obras de mero entretenimento. Esse novo público constituiu-se por força das mudanças ocorridas na hierarquia de ocupações do setor terciário dos principais centros urbanos, impulsionado pelo aumento dos postos técnicos e de gestão nos setores público e privado e pela expansão considerável do número de portadores de diplomas superiores na área das profissões liberais. Dessa maneira, o volume significativo das obras de ficção, dos manuais de viver, de livros de conselhos para o “lar”, para “vencer na vida”, para “emagrecer”, de livros infantis etc. comprova a existência de um público de leitores cujas preferências e escolhas em matéria de leitura são um tanto independentes dos juízos externados pelos detentores da autoridade intelectual.

As transformações do panorama editorial se devem, de outro lado, às mudanças por que passava o sistema de ensino. A abertura das primeiras faculdades de educação, de filosofia, ciências e letras, a criação de novos cursos superiores, a reforma dos currículos, com a introdução de disciplinas recém-consolidadas, os impulsos que recebeu o ensino técnico e profissionalizante, decerto moldaram o ritmo e as feições que assumiu o surto editorial.²⁵ A farta produção de obras pedagógicas acompanhou de perto os lances do enfrentamento entre as diversas correntes de educadores profissionais que buscavam firmar suas posições diante das reformas empreendidas pelo Estado.

A área de "humanidades", incluindo o direito, a filosofia, as ciências sociais, a história, a política, a psicologia, a educação, a matemática e a estatística e as belas-artes, representa apenas 14% dos títulos; as obras constantes das rubricas ciências físicas e naturais, medicina, livros técnicos, correspondem a 8% dos títulos; as obras religiosas e militares representam 7%, cabendo outros 7% aos manuais de viver.

Observa-se também um aumento significativo das tiragens nos gêneros eruditos, cujo consumo se prende sem dúvida à expansão das instituições de ensino superior nas áreas das ciências sociais e da educação. Em vez de serem traduções dos clássicos ou de monografias conhecidas, quase todos os títulos em ciências sociais são ensaios, depoimentos e relatos jornalísticos que marcaram o debate político a respeito dos contornos que deveria assumir a nova organização do Estado em face da experiência por que estavam passando os regimes autoritários europeus; em direito, a maioria das obras, suscitadas pela intervenção crescente do Estado na área das "questões sociais", lidava com as reformas institucionais em curso, que envolviam os instrumentos de controle da classe operária, a previdência social, a justiça do trabalho etc.

PERFIL DE INVESTIMENTOS DOS EDITORES NOS DIFERENTES GÊNEROS

A poesia, a crítica e a história literárias são os gêneros mais publicados pelas pequenas editoras ou pelos próprios autores, ao passo que os livros didáticos e as obras de ficção são os gêneros que propiciam os maiores índices de lucratividade e que por isso mesmo favorecem, nem que seja de modo indireto, a concentração de recursos no setor editorial. A meio caminho entre os volumes de poesia e os romances, a publicação de obras de medicina e direito assegura a sobrevivência de editoras especializadas de porte médio.

As três maiores editoras — pela ordem, Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, Editora Globo e Livraria José Olympio Editora — são os principais investidores na publicação de obras de ficção, nacionais e estran-

geiras, embora cada uma delas aplique seus recursos segundo estratégias distintas. A Companhia Editora Nacional concentra seus investimentos na produção dos gêneros de maior rentabilidade no mercado (a saber, ficção e didáticos), enquanto a Editora Globo, não podendo contar com um público especializado de leitores fiéis, se empenha em repartir seus investimentos entre diversos gêneros (a saber, livros infantis, manuais de viver, livros didáticos etc.), com taxas de lucro bastante desiguais, buscando assim compensar sua relativa distância geográfica dos principais centros internos de produção e consumo cultural. O terceiro posto da José Olympio se deve, de um lado, aos investimentos seguros no gênero mais rentável (romances) e, de outro, à sua proximidade das instituições que detinham o poder intelectual (Academia Brasileira de Letras) e o poder político: inúmeros escritores pertencentes à "casa" ocupavam postos de relevo nos conselhos, institutos e outras instâncias decisórias do governo central.²⁶ As posições das editoras Melhoramentos, Francisco Alves e Freitas Bastos resultaram de sua especialização, respectivamente, nas áreas do livro infantil, das obras didáticas e das obras jurídicas. Aliás, como já foi observado, o direito e a medicina constituem domínios reservados às editoras especializadas, como, por exemplo, a Coelho Branco, Edições e Publicações Brasil, Saraiva, Jacinto e Guanabara.

Os editores cuja posição no mercado de livros dependia da venda de obras de ficção são aqueles que acolhem os maiores contingentes de autores estrangeiros;²⁷ por sua vez, os que se arriscam de preferência em gêneros que atendem às demandas do sistema de ensino (obras didáticas e jurídicas) priorizam as obras de autores nacionais.²⁸ Assim como a sustentação comercial dos primeiros repousa nos veredictos bem tangíveis que se fazem sentir no nível do mercado, as editoras especializadas se vêem instadas a negociar a aceitação das obras que publicam junto às diversas categorias do corpo docente e aos demais especialistas, que passam a operar como intermediários na difusão das obras voltadas para o trabalho pedagógico. Desse ângulo, a produção e o consumo dessas obras destinadas aos diversos segmentos do público escolar são reguladas, em medida significativa, pelos critérios de legitimidade invocados por grupos de agentes cujos interesses em preservar as posições de que desfrutam exigem a manutenção de uma reserva de mercado para as obras que produzem e a comercialização da autoridade intelectual de que se revestem os juízos que externam.

Eu era ainda muito novo para compreender que a fazenda lhe pertencia. Notava diferenças entre os indivíduos que se sentavam nas redes e os que se acocoravam no alpendre. O gibão de meu pai tinha diversos enfeites; no de Amaro havia numerosos buracos e remendos [...] Os caboclos se estazavam, suavam, prendiam arame farpado nas estacas. Meu pai vigiava-os, exigia que se mexessem desta ou daquela forma, e nunca estava satisfeito, reprovava tudo, com insultos e desconchavos [...] Meu pai era terrivelmente poderoso, e essencialmente poderoso. Não me ocorria que o poder estivesse fora dele, de repente o abandonasse, deixando-o fraco e normal, um gibão roto sobre a camisa curta [...] Hoje acho naturais as violências que o cegavam. Se estivesse embaixo, livre de ambições, ou em cima, na prosperidade, eu e o moleque José teríamos vivido em sossego. Mas no meio, receando cair, avançando a custo, perseguido pelo verão, arruinado pela epizootia, indeciso, obediente ao chefe político, à justiça e ao fisco, precisava desabafar [...] Temia vantagens, desconfiava dos lucros rápidos e fáceis, que exigiam capital e coragem — e após o desastre na fazenda [...] tornara-se precavido em excesso. Realmente era ambicioso, mas a sua ambição voava curto [...] Tomava todas as precauções, estudava o freguês pelo direito e pelo avesso, duplicava o preço da mercadoria, e se a fatura se elevava um pouco, suave numa angústia verdadeira. Findos os noventa dias de prazo, esfolava o devedor com juro de dois por cento ao mês. [...] continuava na faina de subir, nivelar-se aos parentes enraizados na lavoura.

Graciliano Ramos, *Infância*, 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, pp. 28, 153, 165

De maneira geral, nem os escritores da geração de 1870 (exceto alguns casos como José de Alencar e Bernardo Guimarães, cujos romances alcançaram ex-

pressivo êxito comercial), que forneceu os modelos de excelência nos diferentes gêneros literários (inclusive Machado de Assis, no caso do romance), nem os anatolianos, que eram a rigor polígrafos profissionais, nem mesmo os modernistas, consideravam o romance um gênero digno de amplos investimentos. Os casos excepcionais de Machado de Assis e Lima Barreto, romancistas negros que tiveram acesso à classe dominante em condições muitíssimo singulares, devem-se muito mais a razões de ordem sociológica do que aos padrões de legitimidade então vigentes no campo literário. Embora o alvo preferido dos ataques modernistas fosse o tipo de poesia praticado pelos parnasianos, decadentistas e outros círculos simbolistas, os escritores modernistas de São Paulo e Minas nunca conseguiram se desvencilhar por completo das normas intelectuais vigentes na década de 1920, segundo as quais a poesia era tida como o gênero social e intelectualmente mais rentável.³⁰

Não é de estranhar, portanto, que a "carreira" de romancista tenha se configurado em sua plenitude apenas na década de 1930, num momento em que o desenvolvimento do mercado do livro se alicerçava na literatura de ficção, então o gênero de maior aceitação e de comercialização mais segura. Os escritores que então investiram nesse gênero desde o começo de suas carreiras eram, em sua maioria, letrados da província que estavam afastados dos centros da vida intelectual e literária, autodidatas impregnados pelas novas formas narrativas e em voga no mercado internacional e que não dispunham dos recursos e meios técnicos a essa altura necessários aos que tivessem pretensões de sobressair na prática dos gêneros de maior prestígio da época (poesia e crítica literária).

Num período de intensa concorrência ideológica e intelectual entre diversas organizações políticas (integralismo, Igreja, forças de esquerda), o romance converteu-se em móvel importante da luta em torno da imposição de uma interpretação do mundo social a um público emergente: os grupos de esquerda classificavam as obras dos romancistas identificados com a Igreja de romances "introspectivos" ou "psicológicos", os críticos de direita ou de tendências espiritualistas rotulavam as obras dos militantes de esquerda de romances políticos em sentido pejorativo, ou seja, como obras de propaganda e proselitismo.

Acaso se estabeleça um balanço a respeito da condição social que caracteriza alguns dos personagens-chaves dos romances da década de 1930, poder-se-á verificar que muitos deles condensam, no espaço ficcional, a ambigüidade da trajetória de seus autores e realizam em registro negativo a experiência de vida desses autores. Tanto Belmiro Borba, o bacharel Carlos Melo, como João Valério e Luís da Silva realizam as diversas potencialidades objetivas das quais seus próprios autores conseguiram se livrar.³¹ Pertencendo quase sempre a famílias de proprietários rurais que se arruinaram, os romancistas e seus heróis não têm outra possibilidade senão a de sobreviver às custas de empregos no serviço público, na imprensa e nos demais ofícios que se “prestam às divagações do espírito”. Dessa posição em falso entre dois mundos, os heróis desses romances extraem a matéria-prima de que se nutrem suas veleidades literárias, quase sempre exteriorizadas seja sob a forma de diários mantidos em segredo, seja sob a modalidade de escritos encomendados por jornais e políticos venais. No limite, viram-se expropriados inclusive de sua identidade social: Luís da Silva era filho de Camilo Pereira da Silva e neto de Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, como se o encolhimento dos sobrenomes evidenciasse o descenso do portador na hierarquia social. Esses “romances de antiquário”, segundo a expressão cunhada por Mário de Andrade para dar conta das obras de Cornélio Pena, relatam a trajetória de grupos sociais que moldaram a visão de mundo dos cronistas da “casa assassinada”.

É curioso observar, no entanto, que esses escritores, os mais visados em princípio por tais injunções, tiveram a oportunidade de objetivar sua experiência do mundo social por meio do trabalho literário, ao passo que outros intelectuais da mesma geração levaram às últimas conseqüências o destino de classe que sua condição de “parentes pobres” lhes reservara. Quais seriam, pois, os fatores capazes de explicar, mediados antes de tudo pelas disposições culturais que foram adquirindo desde a primeira infância, o fato de estarem em condições de produzir uma reconstrução do mundo social — no caso, o romance — que se pautava por exigências mínimas de objetividade de que estavam dispensados outros gêneros literários?

Seria descabido atribuir o súbito do romance social à força do “talento” e da “vocaçãõ” artística de produtores que começaram por vezes a escrever nos tempos de folga que suas atividades costumeiras lhes propiciavam ou, então, que na prática escreviam sob o regime de encomendas a que os sujeitavam as grandes editoras. Também não parece convincente explicar essas obras invocando a tomada de consciência da situação “nacional” por parte de escritores cujas obras de estréia eram, sem reбуço, uma transposição literária de sua experiência pessoal. Ademais, seria inviável dar conta do gênero emergente apenas em função dos padrões de fatura então em voga na metrópole, ainda que muitos dos futuros romancistas tivessem se familiarizado com a produção cultural difundida pelos Estados Unidos. As histórias em quadrinhos, os romances lacrimogêneos, o cinema, os romances policiais, exerceram influência tanto no que diz respeito à eleição de determinados temas ou de certos pontos de vista como no tocante aos procedimentos narrativos e às inovações formais de que se valiam os romancistas norte-americanos (Dreiser, John dos Passos etc.).

Sem querer minimizar as determinações inescapáveis da dependência cultural, às quais nenhuma categoria de intelectuais periféricos consegue furtar-se — e que se revelam na importação de autores, de escolas de pensamento, de modelos de explicação, de paradigmas estéticos, e de uma série de técnicas de composição e estruturação do discurso literário —, convém salientar as condições sociais que contribuíram de modo decisivo para as estratégias de reconversão a que recorreram os romancistas e que lhes permitiram se apropriar em chaves simbólicas do mundo social em que se viram colocados à margem da classe dirigente.

Salientaria aquelas características sociais que, em outras conjunturas do campo intelectual, teriam decerto bloqueado o acesso à condição de escritor profissional. Com exceção de Octavio de Faria e José Geraldo Vieira, originários de famílias cultas da burguesia carioca³² e cuja estréia no gênero é bastante tardia, os demais escritores que se consagraram como romancistas não provinham dos grandes centros urbanos. Muitos deles seguiram uma trajetória escolar um tanto precária segundo os padrões da época, outros nem mesmo chegaram a frequentar uma faculdade, embora buscassem compensar tal carência por uma formação de autodidatas que, em geral, constitui o trunfo dos pequenos produto-

res intelectuais destituídos de quaisquer chances de obter uma competência cultural por intermédio do sistema escolar. E o autodidatismo revelou-se tanto mais importante quanto mais distante o futuro romancista se encontrava dos principais centros de produção cultural interna.

A maioria dos romancistas começou a produzir numa situação de relativa independência em face de demandas políticas, tendo firmado sua posição intelectual com base nas sanções positivas (vendas, tiragens, prêmios etc.) que recebiam das editoras e do público leitor. Mesmo aqueles escritores que se filiaram às claras a um determinado credo político — Jorge Amado, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz foram, durante certo período, militantes em organizações de esquerda, Octavio de Faria, Cornélio Pena e Lúcio Cardoso pertenciam de algum modo à *intelligentzia* católica, sendo que todos eles procuraram justificar suas obras em função de suas tomadas de posição ideológicas — só puderam conservar suas posições no mercado graças à boa acolhida do público e da crítica, e não apenas como resultado de sua atuação política ou de momentâneas sintonias doutrinárias.

Tem-se por vezes a impressão de que constituiriam o paradigma dos intelectuais do período na medida em que, na determinação complexa de suas trajetórias, se superpõem aquelas propriedades — positivas e negativas — que em outras categorias aparecem de maneira dispersa. Além de terem nascido em famílias às voltas com um estado adiantado de falência material, tiveram ainda que enfrentar situações extremamente penosas que bloqueavam as possibilidades de herdar a posição social dos pais. Mesmo quando não eram órfãos nem filhos de pais separados, foram os caçulas de famílias extensas, ou melhor, os “temporões”, segundo uma terminologia de parentesco que encobre o mal-estar que sua existência podia provocar no espaço familiar. Tais situações de relegação punham fora de seu alcance os investimentos com que são brindados os primogênitos e os ocupantes das demais posições privilegiadas no espaço da fratria e da linhagem. Todas essas determinações surtiram seus efeitos mais brutais em conjunturas marcadas por um processo de intensa feminização, afastando-os de vez dos nichos da classe dirigente em que poderiam acionar o capital de relações sociais em favor de carreiras objetivamente definidas como masculinas, tanto aquelas cujo trabalho consiste em alguma forma de assessoria técnica aos proprietários — engenharia, medicina, direito — como aquelas incumbidas do trabalho de representação política dos grupos dominantes.

Se no caso de Lima Barreto a experiência social determinante que permitiu sua produção literária residiu na convergência de dois movimentos opostos — saber, a familiarização com o universo de valores da classe dirigente por meio da educação singular que recebeu e a continuidade dos laços com sua classe de origem —, no caso dos romancistas, o elemento decisivo foi a diversidade de experiências de “degradação” social que o declínio familiar veio propiciar, dando-lhes a oportunidade de vasculhar as diferentes posições de que se constitui o espaço da classe dirigente. A posição em falso dos “parentes pobres” acelerou o trânsito entre as carreiras subalternas desse espaço e multiplica as ameaças objetivas de desclassificação social. No mais das vezes, as reiteradas migrações geográficas (inúmeras mudanças de domicílio, de cidade, de estado, de região) e a intensa rotatividade ocupacional dos pais se inscrevem no itinerário desses ramos “destituídos”, sendo quase sempre os tranSES dos “caminhos cruzados” pelos quais esses grupos buscam livrar-se de um processo irreversível de declínio social. Do ponto de vista da produção intelectual, esses deslocamentos bruscos no espaço da classe dirigente e, sobretudo, os riscos de a família ser daí desalojada em definitivo tendem a enfraquecer os laços com que seus filhos se prendem à classe de origem e repercutem nos veios expressivos com que apreendem o mundo social.

Essas experiências de intimidação social a que estão expostos os ramos declinantes — e que não têm nada a ver com os percursos lineares que o léxico da mobilidade descreve — são de molde não apenas a desgastar as relações que esses futuros escritores mantêm com seu ambiente de origem mas também a suscitar uma tomada de consciência da heterogeneidade de interesses e da diversidade dos móveis de luta no interior de sua própria classe, primeira condição para que se possam objetivar as relações de sentido e as relações de força entre os grupos sociais. Em tais condições, os romancistas vêem-se confrontados com todo tipo de situações de crise de que são poupados os detentores de uma posição estável na hierarquia social, os quais não conseguem vivenciar, nem mesmo no plano simbólico, a condição das classes dominadas.

Por conseguinte, não há chance de obter nenhuma garantia de objetividade acerca do mundo social a menos que os produtores dessa reconstrução simbólica — sejam eles artistas, escritores ou cientistas — tenham vivido a experiência dramática de serem desalojados da posição social que os seus vinham ocupando a única maneira de se familiarizarem com outros pontos de vista sem que por isso consigam se desvincular do setor da classe dirigente de que são originários.

ADRO 5 — ORIGEM SOCIAL, TRUNFOS, HANDICAPS E CARREIRA

ROMANCISTAS	Data e lugar de nascimento	Profissão do pai	Dilapidação social dos pais	Estigmas/handicaps	Gestão do capital de relações sociais	Posição na fratria/carreira dos irmãos	Curso superior	Data de estréia e gênero em livro	Academia Brasileira de Letras (ano de ingresso)	Carreira	Tipo de produção
ro Versiani os Anjos	1906, Montes Claros (Minas Gerais)	Comerciante, carreira política local, pequeno fazendeiro de gado	Falência material, pais muito velhos	Colégio de freiras		Caçula; treze irmãos, penúltimo recebeu o nome de Benjamin; filho temporão	Direito	1937, romance	1969	Ajuda o pai na fazenda; depois trabalha na loja; em 1922, é auxiliar de agrimensor; carreira no serviço público	Romances, memórias
ornélio Pena	1896, Petrópolis (Rio de Janeiro)	Médico	Falência material, órfão de pai aos dois anos	Cegueira da vista direita (acidente)	Apoio do ramo materno	Caçula; quatro irmãos (três irmãos e uma irmã)	Direito	1935, romance	Não	Jornalista em <i>O Jornal</i> ; pintor; em 1925 ou 1926, terceiro-oficial no Ministério da Justiça; 1936, diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal; 1938, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes (1938-9) etc.	Romances; 1928, primeira exposição de quadros
ddy Dias a Cruz (Marques tebello)	1907, Rio de Janeiro	Químico, professor da Escola Nacional de Química		Acidente com dezoito anos			Medicina (interrompido), direito	1931, novelas	1964	Dedicou-se ao comércio, nos mais variados ramos, durante doze anos; dirigiu a revista <i>Atlântico</i> ; tradutor; colonista; inspetor federal de ensino etc.	Romances, biografias, contos, literatura infantil, crônicas etc.
rico erissimo	1905, Cruz Alta (Rio Grande do Sul)	Farmacêutico, funcionário	Falência material, pais separados em 1922	Internato	Trabalho de costura da mãe	Primogênito; um irmão	Nenhum	1932, romance	Não	Empregado no armazém do tio; bancário; farmacêutico; professor particular de inglês e literatura; 1930, serviços editoriais (<i>Revista da Globo</i>); em 1936, faz na Rádio Farroupilha um programa dedicado às crianças; 1943, professor visitante de literatura brasileira em Berkeley; 1952, diretor do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, em Washington	Romances, literatura infantil, memórias, traduções, variedades etc.
raciliano ramos	1892, Quebrangulão (Alagoas)	Comerciante; juiz substituto	Falência material	Oftalmia (cegueira periódica)		Primogênito; uma irmã natural e uma irmã ilegítima (a primeira mais velha e a segunda mais nova), um irmão falecido quando criança	Nenhum	1933, romance	Não	1914, suplente de revisor no <i>Correio da Manhã</i> e em <i>O Século</i> ; 1915, proprietário de uma loja de fazendas em Palmeira dos Índios; 1929-30, prefeito; 1930, diretor da Imprensa Oficial do estado de Alagoas; 1933, diretor da Instrução Pública; inspetor do Ensino Secundário; jornalista	Romances, memórias etc.
Joaquim úcio Cardoso	1912, Curvelo (Minas Gerais)	Fazendeiro, comprador de gado, pequeno industrial etc.	Falência material, absentismo paterno	Internato	Trabalho de costura de mãe e tias	Caçula; três irmãos (três irmãos homens); filho temporão	Nenhum	1934, romance	Não	Em 1929, redige um jornalzinho com uma história folhetinesca; 1930, trabalha na Companhia Equitativa de Seguros; 1932, funda uma revista de literatura, com duração efêmera; 1946, jornalista profissional em <i>A Noite</i> ; outras atividades artísticas (cinema, teatro etc.)	Romances, teatro, cinema, memórias, pintura
Jorge Amado	1912, Itabuna (Bahia)	Fazendeiro (cacau) (antes comerciante de secos e molhados)		Internato		Primogênito; dois irmãos (um escritor um médico)	Direito	1931, romance	1961	Redator no <i>Diário da Bahia</i> ; 1935, publicitário na Livraria José Olympio; redator em <i>A Manhã</i> ; 1938-9, redator-chefe em <i>Diretrizes</i> e <i>Dam Casmurro</i> .	Romances
José Geraldo Manuel Germano Vieira	1897, Rio de Janeiro	Funcionário diplomático	Órfão de pai e mãe aos doze anos	Internato	Educado por um tio materno (grande industrial têxtil)	Filho único	Medicina (especialização em radiologia na Europa)	1922, contos	Não	Colaborou em <i>O Jornal</i> ; em 1922, monta consultório de radiologia no Rio e trabalha também na Beneficência Portuguesa e na Associação de Empregados no Comércio até 1941; tradutor etc.	Romances, poesias, contos, traduções, crítica literária e de artes plásticas
José Lins do Rego	1901, Pernambuco	Senhor de engenho	Falência material, órfão de mãe, segundo casamento do pai	Asmático	Ramo materno dominante; educado pelo avô	Filho único	Direito (Recife)	1932, romance	1955	Funcionário do Ministério da Fazenda; outras tarefas no serviço público (Conselho Nacional de Desportos); atividades na imprensa	Romances, memórias, literatura infantil, crônicas
Octavio de Faria	1908, Rio de Janeiro	Empresário, político, embaixador				Único filho homem	Direito (Rio de Janeiro); Faculdade Nacional de Direito	1931, ensaio político	1972	1927, colaborador em <i>A Ordem</i> e em <i>Literatura</i> , publicação dirigida por Joaquim Pimenta (no Rio); em fins de 1928, trabalha na General Motors, em São Paulo, como tradutor; jornalista no <i>Diário da Noite</i> e na <i>Folha da Manhã</i> ; trabalho na Rádio Record; de 1941 a 1942, dirige <i>O Planalto</i> , revista literária; março de 1942, segue para os Estados Unidos, contratado pelo coordenador de assuntos interamericanos; redator em agências de publicidade desde 1931	Escritos políticos, romances
Orígenes Lessa	1903, Lencóis Paulista (São Paulo)	Pastor protestante, jornalista, professor de teologia	Órfão de mãe aos sete anos	Internato; doenças		Cinco irmãos	Seminário protestante; Faculdade de Filosofia (não completou). Em 1928, matriculou-se na Escola Dramática (cursou durante um ano)	1929, contos	Não	Jornalista, colaborou no <i>Imparcial</i> e na <i>Tribuna Social Operária</i> (dirigida por Joaquim Pimenta, no Rio); em fins de 1928, trabalha na General Motors, em São Paulo, como tradutor; jornalista no <i>Diário da Noite</i> e na <i>Folha da Manhã</i> ; trabalho na Rádio Record; de 1941 a 1942, dirige <i>O Planalto</i> , revista literária; março de 1942, segue para os Estados Unidos, contratado pelo coordenador de assuntos interamericanos; redator em agências de publicidade desde 1931	Novelas, contos, contos infantis, romances, traduções
Rachel de Queiroz	1910, Fortaleza (Ceará)	Juiz em Quixadá, promotor em Fortaleza, professor secundário, dono de curtume, fa-		Internato		Primogênita; três irmãos, uma irmã	Escola Normal (Fortaleza)	1930, romance	1977	1930, professora da Escola Normal; 1944, colaboradora nos jornais <i>Correio da Manhã</i> , <i>O Jornal</i> e no <i>Diário de Notícias</i>	Romances, crônicas, poesias, teatro

Na escuridão percebi o valor enorme das palavras.

Graciliano Ramos, *Infância*, 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, p. 134

Os casos de nomadismo familiar desvendam estratégias típicas mediante as quais os "parentes pobres" da classe dirigente acionam o capital de relações sociais que lhes restou. Uma vez afrouxadas as ligações com o universo dos proprietários, o itinerário domiciliar da família acompanha os passos da iniciativa paterna em busca de um refúgio em outros domínios de atividade, à altura de suas expectativas. Não se pode, contudo, atribuir a relegação dos parentes pobres à instabilidade profissional, que, no mais das vezes, é a consequência direta da perda do patrimônio material. Caso se pudessem projetar num gráfico as variações sucessivas do itinerário cumprido pelos "parentes pobres", poder-se-ia constatar que o sentido da trajetória (quer em termos de reconversão, quer em termos de relegação) depende muito mais das exigências do trabalho de dominação que do número de membros da classe dominante que, tendo perdido seu aparato material, se encontram à procura de uma posição de "consolo" na periferia dos grupos dirigentes. Nos casos de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Orígenes Lessa etc., o sentido da trajetória ocupacional do pai, oscilando entre as posições de pequenos proprietários no comércio e/ou na agricultura e as posições burocráticas de relegação, contribuiu em medida muito mais significativa para o encaminhamento dos filhos em direção ao trabalho intelectual do que as conjunções ligadas à mera dilapidação da fortuna.

Entre 1892, ano de seu nascimento em Quebrangulo, de onde sai com um ano de idade, e 1915, quando, já casado, se instala como dono de uma loja de tecidos em Palmeira dos Índios, no interior de Alagoas, Graciliano Ramos acompanha sua família em sucessivas mudanças de residência: de Buíque, zona pastoril no interior de

Pernambuco, onde seu pai possuía uma fazenda de gado, a família transfere-se para Viçosa, zona açucareira no interior alagoano, onde o pai abre uma sociedade comercial e consegue ainda ser nomeado juiz substituto: daí Graciliano se desloca para Maceió a fim de prosseguir os estudos secundários e, em 1914, realiza sua primeira viagem à capital federal, sem chegar a conseguir o que desejava, uma inserção estável na imprensa carioca.

Se do lado paterno também descendia de proprietários de engenho, Rachel de Queiroz acabou cumprindo itinerário de efeitos semelhantes aos de Graciliano e bastante diverso da estabilidade que tiveram seus ilustres parentes maternos, por força dos inúmeros deslocamentos que marcaram a história ocupacional de seu pai. De Quixadá, no interior cearense, com casa na cidade e na fazenda, sua família transfere-se para Fortaleza, onde o pai fora nomeado promotor, cargo que abandona em troca de um posto no magistério secundário; em 1917, depois de falharem as tentativas de se fixar no Rio de Janeiro, o pai desloca-se para Belém do Pará, onde resolve abrir um curtume, em vez de aceitar um posto na magistratura local; dois anos depois, a família retorna ao Ceará, com rápidas passagens por Fortaleza e Guaramiranga; ao cabo dessa errância, de novo em Quixadá, reorganiza as atividades na fazenda, em torno da pecuária. A partir de 1921, Rachel estuda quatro anos num colégio de freiras em Fortaleza até diplomar-se como normalista; tendo passado mais dois anos no interior, volta com sua família para Fortaleza até transferir-se para o Rio e São Paulo no início da década de 1930.

Naquelas situações em que o declínio resulta do desaparecimento da figura paterna (falecimentos, absenteísmo, separação dos pais) — como nos casos de Cornélio Pena, Érico Veríssimo etc. —, o nomadismo familiar traduz os esforços da mãe em busca do apoio e dos recursos dos parentes abastados que possam complementar os rendimentos que auferir mediante trabalhos de baixa rentabilidade (costura, doçaria, bordados, flores de papel etc.), com vistas a propiciar aos filhos oportunidades de escolarização capazes de sustar o processo de "desclassificação" social. Lúcio Cardoso constitui um caso-limite em que os dissabores provocados pela falência econômica, social e afetiva do pai se associam aos efeitos produzidos pelo nomadismo da família.

Era o velho Joaquim Lúcio Cardoso natural de Valença e filho de fazendeiros daquela cidade fluminense. Estudou até o terceiro ano da Escola de Engenharia de

Ouro Preto, mas, com a morte do pai, abandonou os estudos. Foi então para Curvelo, acompanhando a turma de engenheiros encarregada de construir até ali a Estrada de Ferro Central do Brasil. Ficou no lugar, onde acabou por se casar com d. Regina [...] que morreria cinco anos depois, tuberculosa. Casou-se então [1899] com uma amiga íntima da mulher [...] que lhe deu seis filhos [...] Foi o velho Joaquim, na verdade, quem fundou Pirapora, civilizou-a e a fez prosperar. E chegou a ser proprietário de toda a cidade, e a possuir 8 mil cabeças de gado [...] acabou perdendo tudo. Desta vez, porque devia cem contos à Cia. de Fiação de Tecidos, de que era representante em Pirapora, e entregou todos os bens. Voltou então para Curvelo, onde nasceram os dois primeiros filhos [...] e onde fundou uma fábrica de sabão — a primeira do lugar. Mas acabando por se indispor com o comércio local, este, em represália, passou a adquirir a mercadoria no Rio e a vender mais barato à cidade. Teve ainda Joaquim inúmeras profissões e atividades em dezenas de lugares diferentes. Depois dessa segunda temporada em Curvelo vai para Diamantina, onde fica um ano e monta um restaurante.³³

Em vista do malogro de todos os seus empreendimentos, seu pai “decidiu ser fazendeiro e ir cultivar as terras que possuía nas bandas de Várzea da Palma”, onde passa a produzir derivados de cana: rapadura, melado, cachaça. Sérias dificuldades financeiras fazem-no vender a fazenda e retornar com a família a Curvelo, onde passa a morar num sobradinho alugado. Depois de algum tempo, o pai vai dirigir uma pequena firma ligada ao comércio de automóveis em Belo Horizonte, fixando-se adiante na profissão de agrimensor em Pirapora. A mobilidade geográfica da família — de Curvelo para a fazenda, volta a Curvelo, dali para Belo Horizonte, o traslado para o Rio de Janeiro em 1923, as constantes mudanças de residência na capital federal — resulta, via de regra, de fracassos econômicos que comprometem a sobrevivência familiar e que repercutem na trajetória dos irmãos mais jovens, que acabam sendo preteridos de alguma maneira. Quando advém a crise, a família trata às pressas de buscar um novo domicílio, na expectativa de que isso possa trazer melhores oportunidades de explorar fontes intatas do capital remanescente de relações sociais — parentes afastados, conhecidos e relações de amizade. A instalação da família num subúrbio carioca traz como dividendos um emprego de repórter para o irmão Aduato e, adiante, por intermédio de um amigo do pai que era na época um dos diretores do Lloyd Brasileiro, um posto de conferente de cargas; a transferência para

Belo Horizonte possibilita um casamento “para cima” de uma das irmãs e permite a Lúcio entrar em contato com a roda intelectualizada de seu tio materno.

O que distinguia ambas as famílias dominantes na cidade natal de Lúcio era o peso relativo das espécies de capital. Enquanto os Mascarenhas dispunham de um sólido patrimônio em terras e outras modalidades de imobilização do capital econômico, os Vianna constituem um típico exemplo de antigas famílias dominantes empobrecidas, cuja sobrevivência no espaço da classe dirigente se deve, antes de mais nada, à possibilidade de fazer valer seu cabedal de prestígio para que possam reorientar suas aspirações de mando e assumir as tarefas de dominação em âmbito local (comando do partido oligárquico e do jornal da cidade).³⁴

O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO

Eram três as “filipas”: Júlia, mãe de vovó, Filomena e Ritinha; a mãe de Babita, da qual não me recordo o nome, e Matilde, conhecida em Curvelo como Sá Bicota, delas a única que se casara, mas que não tinha nenhum filho. Mulheres inteligentes, espirituosas, de inclinação artística acentuada, eram filhas de um viúvo português que, obrigado pelo trabalho a que se dedicava, se ausentava da casa por períodos grandes, deixando-as completamente sós. Bem-dotadas e dispostas para o trabalho, ganhavam a vida como costureiras de fama na cidade e a casa, apesar de pobre, era muito freqüentada, não havendo quem não as apreciasse pela inteligência e espírito; era uma espécie de salão literário do Curvelo naquela época [...] Com a ausência prolongada do pai e não tendo mãe ou qualquer parenta mais idosa para aconselhá-las, cedo se perderam, seduzidas pelos filhos das famílias mais importantes da terra que, vindos da Corte, buscavam sua casa como o lugar mais interessante da cidade e mais tarde se casavam com outras, herdeiras de nome, deixando-as com filhos. Morreram moças, com exceção de Matilde: Júlia deixou cinco ou seis filhos que tinham sido perfilhados pelo amante, que os criou e educou à sua custa [...].

Maria Helena Cardoso, *Por onde andou meu coração*, 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968, p. 283

Ao cabo desse processo de “desclassificação” social do ramo materno, as mulheres passam a se dedicar em bases profissionais ao trabalho de costura, deixando uma fonte de renda para uma família de “parentes pobres” que já haviam esgarçado um bocado os laços com seu ambiente de origem, vizinhas de “todo um cor-de-casinhãs baixas, residência das ‘mulheres de vida airada’ da cidade”.³⁵

De sua remota origem oligárquica, a família preserva quando muito alguns objetos desemparelhados, atavismos, trejeitos, maneiras de ser e de se comportar, e um repertório de lembranças, com os quais mantém acesa a esperança de estabelecer a antiga situação de fausto e prestígio. O licoreiro é o remanescente das ligações remotas com a oligarquia e de todo o estilo de vida dessa classe. O fato de que a família de Lúcio ainda possa exibir objetos de luxo, deslocados de seu ambiente original, e utilizá-los em ocasiões especiais expressa a aptidão de que dispõem os “parentes pobres” para lembrar ou reviver a condição social perdida pelo recurso a rituais do passado.

[...] um guarda-louça, o móvel de mais luxo da casa, de madeira amarelo-escuro, envernizada, portas de vidro e uns ganchinhos onde se penduravam as xícaras [...] O aniversário de Tidoce era sempre festejado. Muitos dias antes eu e Zizina começávamos os preparativos: lavávamos a louça do guarda-louça, retirando com o máximo cuidado as xícaras penduradas nos ganchos, o licoreiro de vidro azul, bordado com florinhas brancas e seus minúsculos copos, que mais pareciam de bonecas. Sentia-me feliz em poder pegar com minhas mãos aquela jóia que contemplava o ano todo através dos vidros [...] Fazia questão de lavá-lo com o maior cuidado, repondo-o em seguida em sua armação de metal.³⁶

A avó fazia roupas de homem, a mãe e a tia cosiam para freguesas ricas da vizinhança, aceitavam encomendas para enxovais de batizado, vestidos de noite, fantasias. A instabilidade profissional do pai, os longos períodos em que sumia de casa, fizeram com que o sustento da família passasse a depender quase por completo do trabalho de costura realizado em mutirão pelas mulheres. Elas haviam alcançado fama pela “perfeição” do acabamento e pelo “bom gosto”, que lhes permitia confeccionar os modelos sofisticados dos figurinos parisienses. Assim, ao aprender a lidar com os princípios do gosto dominante constitui, ao mesmo tempo, o requisito mais “natural” dessa competência e a própria condição de êxito na prestação de serviços que se valem desse saber.

O melhor do Carnaval era o baile a fantasia que naquele ano se realizaria no Cinema Orion. Prometia ser de arramba. Tidoce já não podia mais aceitar encomendas e cosia até tarde da noite para poder dar conta. Toda a cidade ia ao baile e não se falava de outra coisa. As lojas viviam cheias de gente, comprando sedas, veludos, lantejoulas, vidrilhos, miçangas, rendas prateadas, douradas, plumas. A casa de vovó, um vaivém de moças e senhoras que entravam e saíam: umas para experimentar vestido, outras à espera e, finalmente, as que não tinham conseguido que Tidoce tomasse a encomenda escolhiam nos seus figurinos, os melhores que havia na cidade, modelos para as fantasias; junto às senhoras assentadas nos bancos da sala de costura, conversando, amontoavam-se confusamente as capas coloridas de *La Mode Illustrée*, *Chic Parisien*, *La Femme Chic* e outros.³⁷

Segundo o relato de sua irmã, é nessa conjuntura que nasce Lúcio, “o último filho de mamãe”, um ano antes de a família transferir-se para Belo Horizonte. Apesar da resistência do pai e do temor que a mãe tinha de perder de vez o marido e de ser obrigada a vender a casa recém-adquirida em Curvelo, as aspirações da mãe em relação à educação dos filhos, que contava poder financiar com a costura, e o exemplo de outras famílias nas mesmas condições que haviam conseguido empregar os seus acabaram minando os receios de que acontecesse o pior. Seria a humilhação de se verem forçados a retornar a Curvelo, o que também entrava no cálculo. Enfim, o projeto de se instalarem na capital do estado teve empurrão decisivo com a proposta paterna de empresar, em moldes semi-industriais, o trabalho de costura da esposa e da cunhada.

A penúria material torna os “parentes pobres” sensíveis a um tipo de demanda que possa lhes propiciar meios de subsistência e livrá-los das obrigações inerentes a outras formas de trabalho que consideram “indignas”. As “bocas” e os “bicos” consistem, em geral, em serviços de caráter pessoal que não se manifestam como trabalho, ou melhor, que acobertam a retribuição pecuniária. De fato, essa forma de trabalho apresenta dois traços peculiares: sendo ao mesmo tempo produção material e simbólica, a confecção de roupas e, em geral, de acessórios exigidos pelo estilo de vida das classes dirigentes supõe a experiência concreta dessa sociabilidade, o trato do gosto, a disposição de se colocar na posição do cliente; nesse caso, a relação de serviço é dissimulada pela prestação de conselhos, mediante a qual o artesão de luxo se torna como que um falsário credenciado em todos os domínios da aparência, detendo o monopólio e o manejo dos princípios

do gosto. Essas duas características mascaram a brutalidade da relação remunerada entre o cliente que faz a encomenda e o executante do serviço. Os rituais inerentes à interação — a troca de cortesias por ocasião da encomenda ou durante as provas — ocultam o caráter mercantil da prestação de serviço e transformam-na em relação social: ao recepcionar os clientes, é preciso mostrar tato, boas maneiras, não ser inconveniente, “açucarar” refrescos e iguarias; em suma, costuma-se mobilizar nessas ocasiões disposições idênticas às aquelas exigidas numa recepção mundana. E assim se constitui como especialidade (e, muitas vezes, como especialização profissional) o exercício das disposições sociais e intelectuais herdadas da convivência e da familiaridade com o estilo de vida das classes dominantes.

Os períodos de bonança — que correspondem, na representação dos filhos, à presença esporádica do pai — confirmam o padrão recorrente com que os ramos destituídos lidam com sua condição social. Contando apenas com a salvaguarda do estilo de vida de sua classe, com a qual permanecem identificados em suas atitudes, gostos e valores, a estratégia que lhes permite subsistir, fazendo de conta que poderiam voltar a ser o que já foram, consiste em dissimular todas as dimensões de sua existência social segundo os mesmos procedimentos que presidem à reforma de um vestido. Encurtando a bainha, ajustando o talhe ou acrescentando um adereço, os “parentes pobres” empenham-se em alcançar ao menor custo o máximo rendimento, o melhor efeito, ou então, o que dá no mesmo, se obstinam em preservar os vestígios de sua identidade penhorando seus trunfos mais exíguos.³⁸ É o único jeito de resguardar no imaginário e na prática o tão pouco que sobrou de um passado familiar de fausto, agora apropriado e vivenciado em termos rebaixados, o tempo todo sob risco de acabar em cacos, como o licreiro na cristaleira.

[...] Papai não mudara de temperamento. Era o sonhador de sempre, à espera de um golpe de sorte que o favorecesse à última hora [...] E a vida nós a levávamos de acordo com sua maneira de ser. Quando de visita em casa, nadávamos na fartura. Dinheiro, mesa lauta, vinhos, a maior animação; as compras se sucediam, nada nos era negado [...] repentinamente anunciava a sua partida e nós, embora o adorássemos, respirávamos aliviados. Íamos voltar à vida de inteira liberdade, embora as festas, o dinheiro e as compras se acabassem. Quanto a ele, se transformava com a proximidade da partida: voltava-lhe a animação interior e esquecia-se das queixas, conversando com mamãe, fazendo-lhe ver a necessidade de seu regresso imediato. Precisava trabalhar, “a fonte produtora era uma só”, à sua espera estava uma porção

de bocas abertas, seus empregados [...] Vinha aí o reverso da medalha. Os meses corriam e nada de dinheiro. Escrevia, falando sobre as dificuldades lá fora, a crise, e nos aconselhando paciência. Comíamos graças à conta que ele autorizara no armazém pegado ao lado da casa, porém agora sob o regime da mais severa economia. Mamãe, que via confirmados os seus temores, apertava o mais que podia, comprando apenas o estritamente necessário [...] Muitas vezes tamanha era a falta de dinheiro, que mamãe empenhava os poucos objetos de valor que possuía em casa.³⁹

Diversamente de outras categorias de intelectuais, os futuros cronistas da “casa assassinada” não puderam compensar a falência material da família com os dividendos que auferem os ocupantes de posições privilegiadas no espaço da linhagem. Muitas vezes tiveram de enfrentar os reverses provocados por estigmas físicos e sociais, que contribuíram para tornar irreversível a rejeição familiar de que eram vítimas.

Eu me comportava direito: encolhido e morno, deslizava como sombra. As minhas brincadeiras eram silenciosas [...] Afastou-me da escola, atrasou-me, enquanto os filhos de seu José Galvão se internavam em grandes volumes coloridos, a doença de olhos que me perseguiu na meninice. Torturava-me semanas e semanas eu vivia na treva, o rosto oculto num pano escuro, tropeçando nos móveis, guiando-me às apalpadelas, ao longo das paredes. As pálpebras inflamadas colavam-se. Para descerrá-las, eu ficava tempo sem fim mergulhando a cara na bacia de água, lavando-me vagarosamente, pois o contato dos dedos era doloroso em excesso [...] Sem dúvida o meu aspecto era desagradável, inspirava repugnância. E a gente da casa se impacientava. Minha mãe tinha franqueza de manifestar-me viva antipatia.⁴⁰

Vivia um pouco afastado dos colegas, sem amigos, mas já nesse tempo a vida me ensinara rudemente os seus perigos, pois aos dez anos ferí a vista direita, e perdi toda a visão, e daí o meu martírio de criança, proibida de ler, e ouvindo através da porta de meu quarto, a recomendação ansiosa: “Apague a luz, que você fica cego” [...] pois era uma criança solitária, inquieta, mas só interiormente, que não sabia brincar, e passava a maior parte do meu tempo em duas salas vazias, com os brinquedos diante de mim, a imaginar o que devia-se passar com eles.⁴¹

Sofrendo as conseqüências da perda do irmão mais moço, sob a forma de censuras veladas que seus pais lhe faziam e que acabaram por culpabilizá-lo, espremido entre a irmã bastarda e a irmã legítima mais nova, o apelido de “bezerro-encourado” que os pais de Graciliano lhe impingem equiparam-no a um bezerro órfão que consegue sobreviver às custas de um estratagema. “Quando uma cria morre, tiram-lhe o couro, vestem com ele um órfão que, neste disfarce, é amamentado. A vaca sente o cheiro do filho, engana-se e adota o animal.”⁴² A cegueira periódica de Graciliano, também chamado de “cabra-cega”, só serviu para aguçar sua suscetibilidade ante as atitudes familiares de rejeição, como que fazendo romper na própria pele a pecha que vinha confirmar seu status de intruso.

Embora fossem idênticas as conseqüências trazidas pela condição de caçula, enquanto Ciro dos Anjos teve de enfrentar as desvantagens de filho extemporâneo, nascido após o irmão Benjamin (o décimo segundo), a partir do qual seus pais haviam decidido sustar a prole, Lúcio Cardoso foi objeto dos cuidados e mínimos que envolvem um filho temporão, muito mais próximo de sua irmã Maria Helena do que de seus irmãos mais velhos. Além do relacionamento distante que mantém com os pais e a despeito da disparidade dos ganhos afetivos que lhe são dispensados, a condição de caçula se cristaliza desde cedo, em conseqüência dos interesses dos irmãos mais velhos. Com vistas a preservar as vantagens dos irmãos mais velhos quanto à utilização do capital familiar disponível, as relações no interior da fratria passam a ser escudadas por uma hierarquia velada de autoridade que exclui os menores do espaço de concorrência no âmbito doméstico. Assim, as relações de força entre irmãos atendem aos interesses dos que pretendem tirar o melhor proveito do montante e das formas de capital familiar a que cada um deles está em condições de aspirar. A irmã mais velha de Lúcio casa-se com um médico, outro irmão conclui o curso de medicina e um terceiro forma-se em direito, como primeiro passo de uma carreira de êxito na política profissional nos quadros da União Democrática Nacional (UDN) mineira. Nessas condições, a distância em relação aos pais surte efeitos sociais análogos àqueles provocados por outras modalidades de falência familiar, fazendo com que esses caçulas passem a viver a condição de cria dos irmãos mais velhos.

Conforme expressão do próprio Ciro dos Anjos, “os derradeiros da prole” nem mesmo podem se beneficiar dos investimentos em escolaridade que os mais velhos arrebatam e, a despeito de sua vontade, acabam enredados pelo universo dos valores femininos de sua classe. Como diz a irmã de Lúcio, “era isto mesmo,

filho criado sem o pai em casa, não dava cousa que prestasse”, ou seja, por haver incorporado as disposições inerentes às práticas femininas estava fadado a tornar-se um “filho da mãe” cuja única esfera de atividade possível no espaço da classe dirigente seria o trabalho intelectual sob alguma de suas modalidades, para onde pudesse transferir e pôr em prática os esquemas de ação e percepção que havia adquirido pelo contato prolongado com as mulheres. Inúmeras situações reforçam a identificação progressiva de Lúcio com o universo das práticas femininas, sua preferência pelas coisas de “mulher” e a distância correlata dos jogos de menino. Ao tornar-se o objeto dos cuidados e da proteção da mãe, das irmãs e das tias, acaba como que investido dos atributos socialmente definidos como femininos, a “sensibilidade”, a “delicadeza”, o “recato”, a “discrição”.

A irmã de Lúcio Cardoso relata como ele se converteu em objeto de disputa entre suas irmãs mais velhas, apartado por completo das brincadeiras entre os irmãos:

Quando Nonô [Lúcio] nasceu, Zizina e eu já éramos grandinhas e ficamos loucas de alegria, cada qual querendo tomar conta dele. Voltávamos da aula, mal atirávamos os livros para um canto e corríamos para ver quem segurava ele primeiro. Zizinha então se julgava a própria mãe: embalava-o, cantando, dormia com ele no canto da cama, com grande inveja minha, em quem mamãe não tinha tanta confiança [...] e o garoto vinha para baixo, aos nossos cuidados, sob a vigilância de Rita, a empregada que cuidou dele desde o nascimento [...] Para nós era um encanto [...] Outras tardes saía a passear com Miltinho, o filhinho de Josefina, e Nonô. Eram ambos da mesma idade e empurrava o carrinho de vime que dr. Duque tinha mandado vir do Rio para o filho. Todo forrado de cetim rosa, Miltinho assentava-se no fundo, no lugar principal, vestido de rendas e veludo. Nonô, vinha no banquinho da frente, e fazia sucesso por onde passava. Não havia quem não parasse para admirá-lo e dissesse [...] “[...] que gracinha de criança, Nhanhá é feliz por ter um filhinho assim” [...] Quando ficou maiorzinho e começou a falar era o orgulho da casa toda. Éramos loucas por ele. Muitas tardes mamãe tomava-o no colo e descia comigo a praça da Reforma, em direção à casa de vovó. Assim que chegávamos na entrada do beco de seu Juquinha, Raimunda da farmácia aparecia na janela do escritório, chamava mamãe, tomava Nonô dos braços dela, e enchia-o de balas, caramelos e pastilhas de mel que sobravam nos vidros da farmácia. De tal maneira ele se habituou àqueles agrados que, mal nos aproximávamos do beco, já começava a fazer barulho e a chamar a atenção de Raimunda [...]

E *Ciro dos Anjos* conta sua experiência de filho preterido e submisso à autoridade de seus irmãos mais velhos:

Desse modo, eu, o décimo terceiro filho, só me entendia com o mano Beijo, o décimo segundo, um ano acima de mim. Era natural que nos aliássemos, e sobretudo que associássemos os nossos engenhos [...] Embora coexistissem e se cruzassem esses dois mundos — o da cozinha e o da sala de jantar — não os explorou na mesma época a minha curiosidade. O de Luísa precedeu o de minha mãe, havendo o mano Benjamin e eu vivido, na primeira quadra da infância, à barra da saia da preta velha, por cujo intermédio tudo nos vinha [...] Falei em seu alheamento: era preciso que lhe puxássemos [refere-se à mãe] a manga da blusa várias vezes, para conseguirmos que reparasse no que dizíamos [...] pouco a conhecíamos. Além de Luísa, não havia outra fonte a consultar sobre os pais. Tínhamos de recorrer à própria observação e experiência, já que não puxávamos conversa com os manos mais velhos [...] A rígida hierarquia não comportava o direito de perguntar, e inflexível disciplina reinava no clã. Valdemar escondia o cigarro diante de Antonico; Artur não pilheriava na presença de Carlos; Tito não se atrevia a nos pregar peças, estando Pedro nas proximidades; e Zezé, sempre brincalhão, acautelava-se com os que o precediam na ordem da idade [...] Mais escasso, ainda, foi o meu convívio com o pai, na meninice [...] Minha primitiva idéia a seu respeito era, porém, aquela de uma entidade poderosa e distante, provavelmente justa, mas severa e inflexível, que imperava discricionariamente na casa, na loja e na fazenda.⁴⁴

A aprendizagem das disposições femininas ocorre por meio de episódios parentemente anódinos, como, por exemplo, a coroação da Virgem Maria, em que Lúcio assume o papel de padre, o estudo de piano, o fascínio pelo cinema, pela vida e pelas façanhas dos artistas, diversas práticas que, no limite, traduzem um rompimento quase que insensível com as categorias com que os “homens” tendem a apreender as alternativas profissionais e as posições correspondentes no espaço da classe dirigente. E o fato de Lúcio ter passado cinco anos num internato em Minas serviu apenas para tornar irreversível o sentido de sua trajetória, ao subtraí-lo do convívio com seus dois irmãos mais velhos e ao separá-lo de uma vez por todas de seu pai.

Maio era o mês mais lindo em Belo Horizonte e lá em casa o único cuidado era a hora da novena. Durante o dia, Lourdes e Nonô, ainda meninos, repetiam a coroação a que tinham assistido na véspera. Reuniam os amigos da vizinhança, teciam coroas de boninas, armando o altar em cima da mesa de engomar, na varanda dos fundos: Nonô fazia o padre, uma das meninas Nossa Senhora e as que sobravam, as coroantes. Entoavam cânticos de louvor à Virgem, desfolhando sobre ela flores do jardim lá de casa. Brincavam de coroação o mês inteiro, com o maior fervor [...] uma criança viva, ocupada sempre com brinquedos diferentes dos outros meninos. No barracão pegado à casa e que servia de depósito de coisas velhas, guardava recortes de jornais e revistas dos artistas de cinema de sua predileção [...] Quando não estava ocupado com cinema e o mês de maio já se tinha ido há muito, brincava de boneca com as meninas, escandalizando papai que por isso brigava com mamãe [...] Mais sensível, seus pressentimentos com relação àquele filho, o caçula, não a enganavam. Adivinhava nele um menino diferente dos outros, alguma coisa que ela própria não sabia o que [...] Nonô crescia realmente diferente: delicado, preferia as meninas e seus brinquedos à companhia dos garotos estouvados. Adorava cinema. Vivia debruçado sobre revistas de cinema, recortando e lendo tudo que se relacionava com os artistas [...] apesar de inteligente e sensível, não gostava da escola, onde era considerado um dos alunos mais apagados [...] Se ia conosco fazer alguma visita, não perdia nenhum detalhe da casa e dos seus moradores [...] Bem pequeno ainda, mamãe, notando sua inclinação para o piano, pois ficava horas tentando repetir no piano [...] mandou-o estudar com d. Cecília [...] Crescia sempre delicado, predileto de Tidoce, mas papai não compreendia aquele filho tão diferente dos outros, culpando mamãe pela sua educação defeituosa, com tantos mimos.⁴⁵

Os futuros romancistas são sensíveis às vicissitudes em que os indicadores menos equívocos são manipulados, com a inversão de sua carga distintiva, como no episódio em que uma freira coloca as calças em *Ciro dos Anjos* com a frente para trás, como que cancelando sua virilidade e fazendo-o parecer menina:

[...] Outra lembrança infeliz: meu vexame, no dia em que Soeur Blanche me vestiu a calça com a braguilha para trás. Voltando da casinha, que ficava ao fundo do quintal, escorreguei na lama, sujei a roupa: depois de lavá-la e enxugá-la, a inexperienced mestra arrumara-me daquele jeito [...] Quanto não sonhara em entrar para o

Grupo! Ali iria encontrar os bambas do futebol da várzea e do poção do padre Chaves; garotos famosos como Joaquim, filho de Manuel Barbudo, o açougueiro, peritos no empinar araras que subiam.⁴⁶

Não se trata de invocar tendências naturais ou congênitas a esses futuros escritores, sendo numerosas as evidências que comprovam o desejo de se verem identificados com os “bambas”, os “moleques”, os “craques da pelada”, em suma, com os rapazes de sua classe. Sentindo-se alijados das brincadeiras com as quais os meninos de sua cidade incorporam as maneiras de ser e de atuar características “daqueles que sabem soltar pipas”, estão condenados às danças de roda e a outras formas de entretenimento femininas. Por outro lado, parecem propensos a mirar-se na imagem dos padres, único corpo de especialistas cujo prestígio se assentava na execução de tarefas que assumiam dimensões mágicas aos olhos de crianças do interior. A condição de herdeiros de uma posição em falso tanto no espaço da classe dirigente como no interior de sua própria família, marcada pelas constantes mudanças de emprego do pai, posição reforçada pelas diversas variantes de nomadismo familiar, não apenas estimula uma familiarização crescente com as práticas e os trabalhos das mulheres mas também os leva a se aproximar das carreiras e dos agentes que se encontram mais impregnados pelos traços constitutivos do trabalho simbólico.

A frequência a escolas de meninas ou de freiras, os estigmas físicos e sociais, o envolvimento com os padres e o fascínio que então exerciam as carreiras ligadas ao culto tinham como contrapartida não apenas a mortificação que provocavam os “insucessos nos brinquedos que dependiam de força ou destreza”.⁴⁷ O trabalho de coroinha, por exemplo, permitia lidar com os únicos profissionais da produção simbólica que eram então acessíveis e participar de uma atividade socialmente prestigiosa e gratificante aos olhos desses deserdados da classe dominante. Responder de pronto às deixas do celebrante, ter o porte firme e ao mesmo tempo movimentar-se em torno do altar como se estivesse deslizando, convergir com dignidade a sotaina e a sobrepeliz, manejar os objetos do culto (uribulo, galhetas, pátena, missal, campainha), desempenhar com brilho o papel de fiel modelar na mira de toda a assistência, em suma, participar de um ritual cujas injunções impõem aos oficiantes o domínio prático de uma encenação marcada por valores estéticos, eis algumas das ocasiões em que o coroinha pode se iniciar e se exercitar nos segredos, nos desafios, nos interditos, nas

manhas e nas engrenagens de um desempenho cultural que não está muito longe do trabalho intelectual.

Seu Nuno quis transformar-me em ajudante de missa, e isto me atraiu, deixei-me suggestionar, embora ignorando que esforços a novidade exigiria de mim [...] Assim me edifiquei, a princípio moderadamente, depois excessivo e entusiasmado. Afeccionei-me aos toques de sino, ao cheiro de incenso, decorei as frases do ritual e, de casa para a loja, da loja para a casa, ao passar diante da igreja, tirava o chapéu, rezava um padre-nosso e uma ave-maria. Nesse tempo a minha grande ambição foi dedicar-me inteiramente ao serviço de Deus e entrar no seminário. Não entrei, mas andei perto. Guardadas na memória as palavras exóticas, recebi o favor que, em orações, à noite, ajoelhado no tijolo, pedi ao céu: uma batina de casimira e um roquete de linho com renda larga.⁴⁸

Só aos discípulos do emérito João Braga, e no impedimento do mestre, se permitia o manejo das cordas que pendiam dos badalos. Esses meninos, a quem minha imperícia votava uma admiração plena de humildade, conhecia, a fundo, a arte de tange e destange, picar e repicar, correr ou dobrar sinos. Ignaro coroinha, eu nem mesmo distinguia, pelo significado, os diferentes toques, a não ser o dobre de finados [...] A tal ponto crescera a emulação entre as diferentes escolas, e a tais requintes chegaram elas [...] Sabia-se quando o insigne Braga repicava: não era possível confundir-lo com Joaquim [...] que demorava muito nos graves [...] Criara-se uma casta entre os ortodoxos, e esta efetivamente se alicerçava no mérito, podendo abrir-se ao filho do açougueiro e, entretanto, fechar-se ao enteado do presidente da Câmara [...] Se se confiavam os sinos a poucos e raros, não era o uribulo objeto dos mesmos cuidados. Reputava-se de alta dignidade o ofício de trazer e alimentá-lo de brasas e incenso; como a tarefa não pedia habilidade especial, imperava porém o pistolão: para se alcançar o posto de turiferário, mais influentes as recomendações a seu Esdras Sacristão que os bons serviços prestados à Igreja, nos duros misteres relegados por Joana Gomes a mãos seculares. De quão espinhosa era a carreira de coroinha fui advertido, desde o primeiro dia, ao me negarem rudemente uma batina, fazendo-me ver que eu pretendia começar por onde os outros terminavam. Vesti desiludido a descorada opa que me estenderam, e nunca mais sonhei com o prestígio e a pompa das vestes talares. Meu tempo de serviço

encerrou-se, pois, sem que eu houvesse galgado sequer um degrau, ou, ainda como suplente, fosse convocado para ajudar à missa [...] Para nós, de engenho remisso, havia, entretanto, a esperança de poder acompanhar o sr. bispo, quando periodicamente visitava as famílias importantes da cidade. Então, seu Esdras nos confiava uma batina, a título precário, a fim de nossa indumentária não destoar das demais. Não passavam de meia dúzia os acompanhantes, e o encargo que recebiam, além das vantagens impalpáveis da Glória, proporcionava bens temporais, concretos e imediatos. Ora se lambiscava um calicezinho de moscatel ou de porto [...] ora se ganhavam caramelos, frutas, docinhos [...] Aos graduados, que recebiam batina e sobrepeliz, conferia-se um privilégio nas novenas de maio: sem disto suspeitar, seu Esdras Sacristão os colocava em lugar estratégico para os namoros, confiando-lhes a guarda do altar lateral onde se realizavam as coroações. Ficavam, assim, os felizardos perto das meninas mais taludas, a quem incumbia reforçar o cantinho fraco dos anjos.²⁹

O trecho a seguir evidencia algumas das estratégias a que recorrem os “parentes pobres” para fazer valer seu capital de relações sociais e cujo traço comum consiste em rentabilizar ao máximo qualquer investimento bem-sucedido. Congregar parentes na casa das filhas casadas, atribuir o ônus material dos filhos que se casam à família dos sogros e outros tantos expedientes, mediante os quais se explora a rede de relações e que são por vezes designados no plano da linguagem por uma série de expressões que foram se desvencilhando, ao longo do tempo, das condições sociais que as suscitaram: “tapar buraco”, “fazer das tripas pração”, “tapar o sol com a peneira”, “quem não tem cão caça com gato” etc., adições que denotam o equilíbrio precário da posição em falso em que essas famílias se encontram, quase sempre empenhadas em repartir os encargos materiais, encostando” alguns de seus membros em parentes abonados, restringindo a um mínimo as despesas dos que se vêem a braços com o sustento da família na maré e relegação para onde seus arrimos foram “despejados”.

Mamãe e Lourdes foram para o interior de Minas, para a casa de Zizina. Ficariam lá o tempo preciso para que as finanças da família se equilibrassem e pudéssemos abrir de novo a casa, com todos reunidos. Mais uma vez o nosso lar fracassara. Papai tinha voltado de Pirapora, mais velho, cansado e sem emprego, nada podia fazer para ajudar e nem tínhamos coragem de exigir alguma coisa dele. Fausto, já com

uma filha pequena e a mulher, tinha deixado a clínica em Divisa Nova para, a manutenção dela e dos seus parentes, fixar-se no Rio. Enquanto não tinha uma colocação que lhe permitisse esperar pela clínica particular, morava conosco. A pensão que nós dava, porém, cobria apenas as suas despesas e da família. A única fonte de renda era Dauto, empregado do Lloyd Brasileiro e percebendo um modesto ordenado. As coisas iam de mal a pior. O dinheiro não era suficiente e, como dizia mamãe, para se “tapar um buraco”, abria-se outro. Vivíamos tirando daqui para botar ali e a situação era cada vez mais grave. Tristes, sem ver uma saída, chegamos a um ponto em que o conselho de família se reuniu para deliberar sobre o que se podia fazer [...] chegou-se a um acordo quanto ao mais urgente: dissolver a casa tal como era: Fausto, com a mulher e a filha, iria morar provisoriamente com o sogro na Tijuca; mamãe, Lourdes e eu, iríamos nos juntar a papai que, há cerca de um mês, fora para a casa de minha irmã e que de lá escrevia sugerindo a providência que, por fim, vínhamos de adotar; Dauto e Nonô ficariam no Rio, com as despesas reduzidas a um mínimo, amortizando as dívidas acumuladas com o dinheiro resultante da economia. Mamãe e eu não ficamos satisfeitas com a decisão tomada. Aquela ida em massa, do elemento feminino da família, para o interior, não nos convinha. Não ficávamos tranquilas quanto à nossa volta. Estávamos cansadas de andar de déu em déu, ora aqui ora acolá, sem nunca podermos ter uma casa nossa, como todo o mundo. Mal começávamos a deitar raízes num lugar, nova crise e ordem de levantar o acampamento [...] Podíamos sair por uns tempos, enquanto a situação melhorasse, mas como garantia, um de nós permanecendo para vigiar as coisas como andariam e garantir a volta a um lar finalmente estável [...] O melhor mesmo era uma de nós não arrear pé, enquanto não visse garantida a nossa volta e a continuação da casa. E foi o que decidimos, depois de muito conversar. Onde podíamos, ficavam três. E mamãe comunicou a Dauto o nosso ponto de vista: o melhor para a continuação da casa, seria a permanência de uma das mulheres no Rio, ou do contrário papai imporia a sua decisão (a de ficar definitivamente em Viçosa onde morava a outra irmã casada). Depois de alguma relutância, acabou concordando, ficando assentado que eu ficaria. Três dias depois ele e Lourdes partiam para Viçosa, Fausto e família mudavam-se para a Tijuca e eu e Nonô, depois de vermos, não sem melancolia, sair o último móvel de Fausto, começamos a faina de procurar uma casa menor, mais barata e que acomodasse a nós e o resto da família, quando do regresso do exílio forçado.³⁰

Tanto os deslocamentos no espaço da classe dirigente como a familiarização com os instrumentos e as exigências do trabalho feminino tendem com efeito a minar os laços afetivos que prendem os futuros romancistas à sua classe e da qual vão aos poucos se desgarrando. O afrouxamento desses laços decorre da impossibilidade de virem a ocupar qualquer posição ligada à propriedade ou, então, de reproduzirem as estratégias de sobrevivência material que seus pais tiveram ensejo de acionar num estágio pregresso, quando ainda contavam com um capital de relações sociais mais intato. Seja qual for a variante em que se enquadra cada um dos casos, os futuros cronistas da falência de sua própria classe encontram-se impedidos de reproduzir a posição social paterna, a não ser no espaço da reconstrução literária. Essa experiência dramática de “desclassificação” social assume, no correr da primeira infância e ao longo da adolescência, a forma de uma identificação com as mulheres. E, em vez de constituir-se no lance derradeiro do declínio, o fato de se verem relegados ao universo feminino lhes permitiu utilizar sua trajetória social como matéria-prima de narrativas literárias produzidas em bases profissionais.

AUTODIDATAS E PROFISSIONAIS DO TRABALHO LITERÁRIO

Aos doze anos e meses de idade eu sabia que o pouco que aprendi valia bem pouco, se valesse alguma coisa. Não fui mais a escola nenhuma, desaprendia. Faltava-me estímulo, faltava-me apoio. Até hoje não sei por que fiquei sem estudar. Que razão houve para eu não voltar à escola? Não sei. Talvez prenúncio misterioso da minha mãe, antevendo que a partir dos meus quinze anos, por pobreza e outras desgraças, eu não poderia estudar mais nunca, regularmente. À parte a hipótese, naquela época havia a considerar o fato de que meu pai era professor, tinha feito tudo para que os sobrinhos estudassem.

Luis Jardim, *O meu pequeno mundo* (Algumas lembranças de mim mesmo). Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, p. 137

As quebras na continuidade da trajetória escolar de muitos dos futuros romancistas decorriam dos apertos por que passava o orçamento familiar. Enquanto alguns deles puderam se valer da ajuda financeira ou do apoio logístico de parentes e amigos da família, os demais se defrontaram desde cedo com a necessidade de prover o próprio sustento, ou então, como nos casos de Graciliano Ramos e Érico Veríssimo, tentaram por uns tempos tirar partido da reputação familiar no comércio. Por força das constantes mudanças de residência e cidade, viam-se forçados a mudar de colégio ou a depender dos préstimos das entidades mantenedoras das instituições de ensino. Alguns deles interromperam os estudos antes mesmo de concluir o secundário, outros no início do curso superior. Seja como for, a exclusão do sistema de ensino teve consequências drásticas no tocante à percepção das alternativas de carreira.

O mesmo conceito que Graciliano tinha de seu professor primário — um homem sem “lugar definido na sociedade”³¹ — poder-se-ia estender ao desnotamento que tolhia esses escritores de prenuenciar seu paradeiro como “homens-feitos”. Vários deles não dispunham de um diploma superior que os habilitasse a concorrer aos postos públicos destinados a acolher “parentes pobres” em situação idêntica; outros conseguiram se tornar bacharéis quando não era mais possível abrir mão dos investimentos que vinham fazendo como livres atiradores no campo da produção literária e artística. Se por uns tempos passam a atribuir a falta de perspectivas à exclusão do sistema de ensino, essa situação lhes dará condições para se aventurarem em gêneros de elevados riscos quanto às retribuições materiais e simbólicas. À medida que passaram a depender cada vez mais de suas atividades regulares nas profissões liberais, ou como assalariados da empresa privada, e até mesmo como comerciantes, mostravam-se menos sensíveis às gratificações e subsídios concedidos por instâncias externas ao mundo intelectual com vistas a tutelar a problemática das obras e direcionar as tomadas de posição dos produtores.

A irmã de Lúcio faz um balanço exaustivo das leituras que ambos faziam, relembra o fascínio que exerciam os gêneros em voga e aponta os personagens com que se identificavam:

[...] lia toda uma enfiada de livros a mais disparatada possível: *Capitain, Pardaillon*, *Fausta vencida* de Miguel Zevacco, *O piano de Clara*, *O violino do diabo*, *Anjos da*

Terra, de Perez Escrich, *Memórias de um médico*, *Visconde Bragelone*, *Vinte anos depois*, *Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, quase tudo de Júlio Verne, todos os fascículos de Sherlock Holmes, Nick Carter e Arsène Lupin e os primeiros romances de Paul Bourget, em grande moda, da *Bibliothèque de ma fille*, *A filha do diretor do circo*, que me pôs triste por muitos dias, tudo misturado com *Recordações da casa dos mortos*, *Le crime de Sylvestre Bonnard*, *Le lys rouge*, *Crime e castigo* e muita coisa de que não me lembro [...] Gustavo, menino feioso [...] se tornara para mim numa criança bonita [...] apenas porque possuía uma assinatura d'O *Tico-Tico*, recebendo no fim do ano, um almanaque grande cheio de histórias, cada qual mais linda. Como seria feliz se pudesse ler aquele jornalzinho com calma, folheando as páginas vagarosamente, contemplando bem todos aqueles bichos coloridos, personagens meus queridos, como Zé Macaco, Faustina, Chiquinho, Cachimbon na Pandegolândia [...] Até então só conhecia a literatura francesa. Coube a Nonô, ainda adolescente, me iniciar noutros mundos [...] ampliei meus conhecimentos na literatura russa [...] Tolstoi, Tchekhov, Gogol, Turgueniev. Fizemos mais uma aquisição: os grandes romancistas ingleses, sobre os quais não tinha a menor idéia: Galsworthy, Thomas Hardy, George Elliot, Mrs. Gaskell, as irmãs Brontë [...] Moore e Joseph Conrad [...] Eram tardes em que, inteiramente livre e alegre, partia em busca de romances policiais. Foi no recreio que [...] me falou um dia [...] dos romances policiais em fascículos, Sherlock Holmes e Nick Carter [...].⁵²

Em vez de serem colhidos pelos mecanismos usuais de cooptação pelos quais os “parentes pobres” eram remanejados no interior da classe dirigente, alguns desses futuros romancistas passaram a se defrontar com uma situação paradoxal quanto às possibilidades de fazer valer, no mercado de trabalho intelectual, o capital cultural que haviam acumulado. Conquanto não pudessem negociar títulos escolares legítimos que lhes facultassem o acesso às posições de refúgio no mercado público de postos, dispunham por outro lado de um capital cultural bem diversificado. Sabiam falar línguas estrangeiras, haviam incorporado as disposições culturais de suas famílias em relação ao consumo de gêneros artísticos eruditos — a ópera, a música clássica, os grandes mestres da pintura. Entretanto, esse tipo de formação cultural havia deixado de constituir por si só uma garantia para a obtenção de empregos no mercado de trabalho intelectual artístico. Afora o conjunto de determinações ligadas à sua origem de classe e à trajetória de suas respectivas famílias, contavam com o trunfo decisivo de terem

podido se familiarizar com as novas formas de produção cultural de procedência norte-americana.

A leitura das histórias em quadrinhos, dos romances policiais, dos romances de capa e espada e, em especial, a frequência ao cinema, os discos e os demais meios de comunicação, que então passaram a veicular os princípios de estruturação do discurso literário que viriam se substituir aos modelos narrativos consagrados na Europa do século XIX, foram as principais fontes de referência na nova etapa em que ingressava o processo de “substituição de importações” culturais numa formação social dependente. Se, para seus antecessores anatolianos, a cultura metropolitana era veiculada por intermédio “dos almanaques, dos manuais de viver, dos relatos de viagem, dos romances de aventura, das biografias edificantes, da história em sua forma literária ou épica, da ‘etnografia’ à Kipling” ou, então, pela retradução que as faculdades de direito faziam da economia, da filosofia e da sociologia européias,⁵³ os futuros romancistas tiveram que adquirir a competência cultural que então se exigia daqueles agentes que assumiram os trabalhos de adaptação, no plano interno, dos gêneros que o imperialismo começava a divulgar em veículos capazes de atingir públicos cada vez mais extensos e, eis a novidade, dotados de mecanismos próprios de legitimação que dispensavam o aval de instâncias — academias, cenáculos e demais comitês da cultura erudita — que haviam sido até então as concessionárias da consagração intelectual e artística na Europa.

As transcrições que seguem dão conta da “americanização” dos modelos culturais nos países dependentes por força da posição dominante que os Estados Unidos passaram a ocupar no contexto do sistema capitalista. Tal processo implicou transformações de peso tanto no que se refere aos gêneros de importação recente que passaram a ser produzidos no plano interno como no que diz respeito às inovações no plano da narrativa e aos padrões de relacionamento que a metrópole passou a manter com os intelectuais da periferia.

[...] lia também os livros franceses que encontrava, principalmente os da Bonne Presse de Paris e o *Noel*, as *Lectures pour tous*, de mistura com Nick Carter, Sherlock Holmes, *Tico-Tico*, os rodapés do jornal *O São Paulo*, José de Alencar, Perez Escrich, os irmãos Grimm, Feuillet, Alexandre Dumas, condessa de Ségur, Ohnet, cônego Achmid, Régnier [...] Um dia li *Quincas Borba* e fiquei trêmulo [...] durante a facul-

dade [...] eu tinha descoberto os russos e vivia unicamente entre os heróis de Dostoievski, de Puchkin, de Gorki, de Gontcharov, Tolstoi, Leskov e tantos outros, e, ao mesmo tempo, comecei a só me vestir de preto ou de escuro. Sentia-me profundamente infeliz, e gostava muito de discutir sobre os destinos finais do homem, mas continuava certo de que era pintor.⁵⁴

Eu precisava ler, não os compêndios escolares, insossos, mas aventuras, justiça, amor, vinganças, coisas até então desconhecidas. Em falta disso, agarrava-me a jornais e almanaques, decifrava as efemérides e anedotas das folhinhas [...] Arranjava-me lentamente, procurando as definições de quase todas as palavras, como quem decifra uma língua desconhecida. O trabalho era penoso, mas a história me prendia, talvez por tratar de uma criança abandonada. Sempre tive inclinação para as crianças abandonadas. No princípio do romance longo achei garotos perdidos numa floresta, ouvindo gritos de lobos.⁵⁵

Entre o princípio deste século e os primeiros anos da Primeira Grande Guerra, o cinema italiano e o francês ocupavam na América Latina — e também no resto do mundo — um lugar que lhes haveria de ser um dia arrebatado pelas companhias americanas [...] preferíamos as películas de guerra e aventuras, seriados da Pathé, Gaumont, como *Zigomar*, *Judex*, *Rocambole*, *Fantomas* [...] detestávamos os filmes de amor da Cines, da Ambrosio e da Pasquali [...] vibrávamos com os filmes históricos [...] tipo *Quo vadis*.⁵⁶

O empenho com que os modernistas fizeram avançar o processo de “substituição de importações” no campo cultural, ao privilegiar os princípios de produção introduzidos pelas correntes da vanguarda europeia, era em certo sentido uma maneira de dar continuidade à galomania de seus antecessores anatolianos. Os convites que instituições norte-americanas fazem a intelectuais brasileiros ao decorrer das décadas de 1930 e 1940 embutiam motivações distintas e obedeciam a um padrão sofisticado de cooptação político-ideológica. Enquanto os intelectuais do modernismo, em viliégatura na Europa, freqüentavam os círculos oficiais e diplomáticos, prova dos laços que mantinham com a fração culta e europeizada da oligarquia nativa, o aliciamento dos romancistas se realizou por meio das universidades e do próprio governo norte-americano. As novas relações de dependência tiveram que encontrar fórmulas capazes de atrair esses

intelectuais quase profissionais e persuadi-los a participar das novas modalidades de “intercâmbio cultural”. Não é de estranhar, portanto, que sejam as universidades e as agências oficiais voltadas para a luta ideológica as que mais contribuíram para a “americanização” dos intelectuais dependentes.

A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ROMANCISTAS

Dentre as mudanças que irão afetar a definição social do trabalho intelectual na conjuntura das décadas de 1930 e 1940, a mais importante delas se refere à possibilidade que encontraram alguns escritores de dedicar-se à produção literária como sua principal atividade profissional. De fato, havia apenas um grupo restrito de escritores que puderam se consagrar em tempo integral à produção de obras literárias e artísticas, seja voltados predominantemente para a atividade especializada num determinado gênero — como nos casos de Érico Veríssimo, Jorge Amado, José Lins do Rego, todos eles concentrando o grosso de sua escrita nos romances que lançaram no mercado —, seja repartindo seu tempo e seus investimentos em diversos gêneros — como nos casos de Lúcio Cardoso, que estendeu seus interesses ao teatro e ao cinema, de Cornélio Pena, que chegou a firmar-se como pintor e ilustrador antes de voltar-se com exclusividade para a ficção, de Luís Jardim, que manteve suas atividades de ilustrador e capista junto à sua produção literária. Um segundo grupo, em que se incluíam, entre outros, Orígenes Lessa, Graciliano Ramos, Ciro dos Anjos, Rachel de Queiroz, José Geraldo Vieira, mantém a atividade literária, pelo menos durante um período mais ou menos prolongado, como prática subsidiária, sendo que parcela substantiva de seus rendimentos provém de atividades profissionais externas ao campo intelectual e artístico. Estão reunidos nesse segundo grupo tanto aqueles escritores que tiveram condições para prosseguir sua carreira intelectual às custas dos mecanismos clássicos de cooptação — e, portanto, graças aos postos públicos com que foram aquinhoados (Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Ciro dos Anjos) — como os que derivavam suas condições de existência do exercício de ocupações (agências de publicidade etc.) vinculadas de modo um tanto marginal à sua competência cultural (Orígenes Lessa, José Geraldo Vieira etc.).⁵⁷

QUADRO 6 — A PRODUÇÃO DOS ROMANCISTAS

Ano	Autor	Obra
1928	José Américo de Almeida	<i>A bagaceira (estréia)</i>
1930	Rachel de Queiroz	<i>O quinze (estréia)</i>
1931	Jorge Amado Marques Rebelo	<i>O País de Carnaval (estréia)</i> <i>Oscarina (estréia)</i>
1932	Rachel de Queiroz José Lins do Rego Érico Veríssimo	<i>João Miguel</i> <i>Menino de engenho (estréia)</i> <i>Fantoches (estréia)</i>
1933	Graciliano Ramos José Geraldo Vieira Jorge Amado Érico Veríssimo Marques Rebelo José Lins do Rego	<i>Caetés (estréia)</i> <i>A mulher que fugiu de Sodoma (estréia)</i> <i>Cacau</i> <i>Clarissa</i> <i>Três caminhos</i> <i>Doidinho</i>
1934	Lúcio Cardoso Graciliano Ramos José Lins do Rego Jorge Amado	<i>Maleita (estréia)</i> <i>São Bernardo</i> <i>Bangüê</i> <i>Suor</i>
1935	Cornélio Pena José Américo de Almeida Érico Veríssimo José Lins do Rego Jorge Amado Marques Rebelo Lúcio Cardoso	<i>Fronteira (estréia)</i> <i>O boqueirão</i> <i>Coiteiros</i> <i>Música ao longe</i> <i>Caminhos cruzados</i> <i>O moleque Ricardo</i> <i>Jubiabá</i> <i>Marafa</i> <i>Salgueiro</i>
1936	José Lins do Rego Graciliano Ramos Jorge Amado Érico Veríssimo	<i>Usina</i> <i>Angústia</i> <i>Mar morto</i> <i>Um lugar ao sol</i>

Ano	Autor	Obra
1936	José Geraldo Vieira Lúcio Cardoso	<i>Território humano</i> <i>A luz no subsolo</i>
1937	Ciro dos Anjos Octavio de Faria Rachel de Queiroz Orígenes Lessa José Lins do Rego Jorge Amado	<i>O amanuense Belmiro (estréia)</i> <i>Mundos mortos (estréia/ficção)</i> <i>Caminho de pedras</i> <i>O feijão e o sonho (estréia/romance)</i> <i>Pureza</i> <i>Capitães de areia</i>
1938	José Lins do Rego Graciliano Ramos Érico Veríssimo Marques Rebelo Lúcio Cardoso	<i>Pedra bonita</i> <i>Vidas secas</i> <i>Olhai os lírios do campo</i> <i>A estrela sobe</i> <i>Mãos vazias</i>
1939	Rachel de Queiroz José Lins do Rego Lúcio Cardoso Cornélio Pena Octavio de Faria	<i>As três Marias</i> <i>Riacho doce</i> <i>Histórias da Lagoa Grande</i> <i>Dois romances de Nico Horta</i> <i>Os caminhos da vida</i>
1940/ 1945	José Lins do Rego Jorge Amado Érico Veríssimo Lúcio Cardoso Octavio de Faria Marques Rebelo José Geraldo Vieira Ciro dos Anjos	<i>Água-mãe (1941)</i> <i>Fogo morto (1943)</i> <i>Terras do sem-fim (1942)</i> <i>São Jorge de Ilhéus (1944)</i> <i>Saga (1940)</i> <i>As mãos de meu filho (1942)</i> <i>O resto é silêncio (1943)</i> <i>O desconhecido (1940)</i> <i>Dias perdidos (1943)</i> <i>O lodo das ruas (1942)</i> <i>O Anjo de Pedra (1944)</i> <i>Stela me abriu a porta (1942)</i> <i>A quadragésima porta (1943)</i> <i>Abdias (1945)</i>

Com vistas a ilustrar as condições sociais que permitiram a alguns escritores se tornarem romancistas profissionais, basta apresentar a biografia de Érico Veríssimo, cujas disposições favoráveis ao trabalho intelectual coincidiram com as demandas em expansão da editora mais importante fora do eixo Rio—São Paulo (Editora Globo). Descendente de famílias de grandes proprietários rurais falidos e filho de um farmacêutico cujos conhecimentos práticos em medicina levaram-no a improvisar uma espécie de hospital no interior gaúcho, Érico tentou por uns tempos tirar partido da reputação paterna adquirindo uma farmácia, mas não teve êxito nessa atividade.

Onde estava eu no último mês do ano de 1922? Em Cruz Alta, de volta de Porto Alegre, onde cursava o Colégio Cruzeiro do Sul como interno. Exatamente no dia em que cheguei à casa de meus sonhos, das minhas fantasias e da minha saudade, meu pai e minha mãe se separaram. Caí num estado de profunda depressão, decidi abandonar o curso ginasial inacabado e começar logo a trabalhar. E naquele resto de dezembro eu me preparei masoquisticamente para um Natal triste [...] Aceitei um emprego, com um salário ínfimo, no armazém duma firma que fornecia gêneros alimentícios para a guarnição federal da cidade [...] Tinha eu a impressão de que todos os meus sonhos e projetos se haviam desfeito em poeira [...] O meu consolo eram os livros e as minhas próprias fantasias [...] Do armazém passei para uma casa bancária, onde me entregaram um livrão de controle-geral [...] Fui mais tarde promovido a chefe da Carteira de Descontos [...] De bancário passei a boticário, sem a menor vocação para o comércio e sem saber sequer dosar papéis de calomelanos [...] Nos quatro anos e pico em que durou a minha aventura farmacêutica, lá de vez em quando eu reunia uns cobres, tomava o trem e ia passar uns dias em Porto Alegre [...] Em 1930, a farmácia foi à bancarrota [...] Estava falido, sem vintém no bolso, sem profissão certa... e noivo [...]⁵⁸

Entre 1922, pique de seu desnorteamento, e 1930, quando retorna de vez a Porto Alegre e ingressa na Editora Globo, Érico enfrentou todos os percalços que se vê exposto um intelectual autodidata dilacerado entre a ambição de dedicar-se às práticas simbólicas e a impossibilidade objetiva de ser colhido numa posição do mercado de postos capaz de lhe propiciar as condições neces-

sárias para encetar uma carreira intelectual segundo os padrões dominantes na época

Subia até ao ilustre território de Mansueto Bernardi, onde ficava folheando livros franceses [...] Com o rabo dos olhos observava o ambiente, na esperança de que se encontrassem ali alguns dos escritores gaúchos de renome que eu costumava ler em livros ou nas páginas do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*. O sujeito magro, sardento, anguloso, levemente encurvado, a pele transparente [...] ah! esse só podia ser Augusto Meyer [...] por quem eu tinha uma ilimitada admiração [...] Em Porto Alegre bati em muitas portas em busca dum emprego, mas sem nenhum resultado positivo. Em desespero de causa resignei-me à idéia de ser empregado público e, como me tivessem informado de que havia uma vaga na Secretaria do Interior, para lá me atirei. Fui levado à presença de Moisés Vellinho (que naquele tempo fazia crítica literária) [...] O chefe do gabinete de Osvaldo Aranha recebeu-me com grande cordialidade, e me declarou que havia lido com agrado vários contos meus [...] Para encurtar o caso, não havia vaga na secretaria [...] Aproximava-se o fim do ano, o dinheiro que eu trouxera comigo minguava e eu continuava desempregado. Uma tarde, porém, à porta da Livraria do Globo, encontrei Mansueto Bernardi, então diretor da *Revista do Globo* e que, como os jornais já haviam noticiado, preparava-se para ir dirigir a Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, a convite de seu amigo Getúlio Vargas.⁵⁹

Ante a inviabilidade de repetir os passos de seus modelos de excelência intelectual no plano local — tanto Mansueto como Augusto Meyer se deslocaram para o Rio de Janeiro, convocados a ocupar postos elevados nos aparelhos do Estado —, Érico arranja um emprego na *Revista do Globo*, passando a ganhar seiscentos mil-réis.

Na realidade, nunca havia entrado numa tipografia. Não conhecia nem de vista um linotipo. Não tinha idéia de como se fazia um clichê ou se armava uma página [...] Em cima de minha mesa achavam-se os meus melhores colaboradores: a tesoura e o vidro de goma-arábica. Não havia verba para pagar colaborações. Eu tinha de encher a revista praticamente sozinho, pirateando publicações alheias, de preferência estrangeiras. Um gerente prático me havia prevenido contra o perigo de publi-

car muita "literatura", pois o importante era fazer uma revista popular, com muitas figuras — retratos dos assinantes, o galante menino tal, a bela senhorita fulana, rainha do Clube Recreio de Muçum, ecos do carnaval de Cacimbinhas ou São Sepé. Publicávamos também sonetos da autoria de coronéis reformados ou coletores aposentados que acontecia serem bons fregueses da casa [...] era meu hábito mandar fazer clichê de alguns dos belos desenhos que ilustravam os contos das revistas americanas. Quando me vinham as provas desses clichês eu, invertendo o processo habitual em todas as revistas do mundo [...], inventava e escrevia às pressas contos que se adaptassem àquelas ilustrações e firmava-as com um pseudônimo estrangeiro. Gilbert Sorrow apareceu como autor da estória (pasticho de Remarque) intitulada *Lama das trincheiras*. Mais tarde um tal Dennis Kent escreveria *O navio das sombras*. E quantas vezes, para "tapar buracos" nas páginas da revista, fui poeta árabe, chinês, persa e hindu? [...] uma espécie de factótum literário. Se uma equipe anônima organiza um livro ou escreve um ensaio e precisamos de um nome para aparecer como autor dessas tarefas, convocamos Gilberto Miranda que, assim, tem sido, além de tradutor, especialista em crítica literária, modas femininas e masculinas, trabalhos manuais, política internacional, história natural, psicologia etc.⁶⁰

No ano seguinte, inicia sua colaboração na página literária dominical do *Diário de Notícias* e do *Correio do Povo*, além de traduzir livros do inglês, tudo isso para suplementar os ganhos com a revista. Dividia seu tempo entre suas múltiplas atividades na revista e na editora, e os trabalhos que fazia em casa como tradutor e autor. Na editora e na revista, ele se incumbia de todo tipo de tarefa, incluindo leitura de originais inéditos, sugestões para aquisição de obras, montagem de novas coleções na área ficcional, contatos com autores e tradutores e assim por diante.

Em 1932, consegue editar seu primeiro romance, *Fantoches*, numa tiragem de 2500 exemplares, e, em seguida, publica *Clarissa* numa coleção de bolso bastante eclética do ponto de vista da legitimidade dos autores selecionados, com tiragem de 7 mil exemplares; conclui no mesmo ano a tradução de *Contraponto*, de Huxley, que ele mesmo havia sugerido e que seria um êxito comercial surpreendente.

Levei oito duros meses para traduzir o *Contraponto*, que foi publicado em 1935, no mesmo ano em que apareceu o meu *Caminhos cruzados* [...] Por mais ridículo e

absurdo que pareça, a crítica que se fez em torno do meu romance de certo modo chamou atenção do público brasileiro sobre a obra de Huxley. Dizia-se que eu havia "imitado" o romancista inglês na minha nova obra, principalmente no que dizia respeito à construção e à intenção simultaneísta. (Esses críticos ignoravam ou esqueciam a existência do *Manhattan transfer*, de John dos Passos, que eu lera em Cruz Alta, ainda na botica, e do *Moedeiros falsos*, de André Gide, que me chegara às mãos, já em Porto Alegre, numa brochura de bolso.) [...] A coleção Nobel foi também idéia de Bertaso: uma série que incluísse não apenas autores que haviam ganhado o famoso prêmio mas também outros autores de valor literário. Organizei uma lista de escritores que poderiam fazer parte dessa ilustre companhia.⁶¹

Já em 1935 recebe o prêmio anual de romance concedido a *Caminhos cruzados* pela Fundação Graça Aranha, escreve *A vida de Joana D'Arc* e publica *Música ao longe*, novela em que reaparece a personagem Clarissa, e com a qual concorre ao Prêmio de Romance Machado de Assis, instituído pela Companhia Editora Nacional. Entre 1936 e 1940, ano de sua primeira viagem aos Estados Unidos, convidado pelo Departamento de Estado, escreve e publica outros cinco livros: três romances (*Um lugar ao sol*, *Olhai os lírios do campo*, *Saga*), uma obra de literatura infantil (*As aventuras de Tibicuera*) e uma fantasia sobre os monstros antediluvianos (*Viagem à aurora do mundo*). A essa altura firma sua posição como escritor profissional com o êxito estrondoso de *Olhai os lírios do campo*, cuja primeira edição de 3 mil exemplares se esgota em poucas semanas, sucedendo-se no mesmo ano a segunda e a terceira edições.

Sem sombra de dúvida, sua carreira intelectual coincide na íntegra com o surto havido no mercado do livro, fazendo com que a diversidade de suas obras nesse primeiro período retrate em *close* as demandas que lhe fazia a Editora Globo. A rigor, torna-se quase impossível estabelecer um relato de sua trajetória intelectual, vale dizer, os gêneros em que investiu, as problemáticas que converteu em matéria ficcional, os padrões narrativos que adotou, sem referi-la às encomendas e solicitações que se via obrigado a atender: a "cozinha" da revista, os encargos como "olheiro" de autores e títulos novos a ser comprados, traduzidos e editados, e demais tarefas que lhe cabiam como conselheiro editorial.

Para desempenhar a contento os encargos de assessoria cultural com que os próprios editores estavam em larga medida autonomizando as funções estritamente intelectuais numa organização que nada mais tinha a ver com as dimen-

sões de uma editora provinciana, era suficiente conhecer e manejar os procedimentos de fabricação então em voga nos gêneros "americanizados" com que ele havia se familiarizado. Não fossem, por outro lado, a existência da Globo em nível regional e, ainda mais, as possibilidades de levar a cabo um projeto editorial em escala nacional, em concorrência com as principais editoras do Rio e de São Paulo, é quase certo que Érico não teria tido a oportunidade de deslanchar sua capacidade produtiva na mesma medida, tornando-se, na hipótese mais otimista, um letrado provinciano.

3. Os intelectuais e o Estado

O emprego do Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, essa é condição ideal para bom número de espíritos: certa mediana que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectivas de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o frio [...] Cortem-se os vlvres ao mesmo temperamento, e as questões de subsistência imediata, sobrelevando a quaisquer outras, igualmente lhe extinguirão o sopro mágico [...] o escritor-homem comum, despojado de qualquer romantismo, sujeito a distúrbios abdominais, no geral preso à vida civil pelos laços do matrimônio, cauteloso, tímido, delicado. A Organização burocrática situa-o, protege-o, melancoliza-o, inspira-o. Observe-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos. Nessa figura máxima, aquela que podemos mostrar ao mundo [...] foi um diretor-geral de contabilidade do Ministério da Viação, Machado de Assis [...] Raul Pompéia, diretor de estatística do Diário Oficial e da Biblioteca Nacional; Olavo Bilac, inspetor escolar no Rio; Alberto de Oliveira, diretor de instrução no estado do Rio, como também o fomen

José Veríssimo e Franklin Távora, respectivamente no Pará e em Pernambuco; Aluísio Azevedo, oficial-maior no estado do Rio e cônsul; Araújo Porto-Alegre, cônsul; Mário de Alencar, diretor de biblioteca na Câmara; Mário Pederneiras, taquígrafo no Senado; Gonzaga Duque, oficial da Fazenda na Prefeitura do Rio; B. Lopes, empregado nos Correios, como Hermes Fontes; Ronald de Carvalho, praticante de secretaria e depois oficial no Itamaraty; Coelho Neto, diretor de Justiça no estado do Rio; Humberto de Campos, inspetor federal de ensino; João Ribeiro e Capistrano de Abreu, oficiais da Biblioteca Nacional; Guimarães Passos, arquivista da mordomia da Casa Imperial; Augusto de Lima, diretor do Arquivo Público de Minas; Araripe Jr., oficial do Ministério do Império; Emilio de Menezes, funcionário do recenseamento; Raymundo Correia, diretor de Finanças do governo mineiro, em Ouro Preto; Luís Carlos e Pereira da Silva, da Central do Brasil; Ramiz Galvão e Constâncio Alves, respectivamente diretor e diretor de seção da Biblioteca Nacional; José de Alencar, diretor e consultor da Secretaria da Justiça; Farias Brito, secretário de Governo no Ceará; Lúcio de Mendonça, delegado de instrução pública em Campanha; Manuel Antônio de Almeida, administrador da Tipografia Nacional e oficial da Secretaria da Fazenda; Lima Barreto, oficial da Secretaria da Guerra [...]; João Alphonsus, funcionário da Secretaria das Finanças em Minas; o grande Gonçalves Dias, oficial da Secretaria de Estrangeiros... Mas seriam páginas e páginas de nomes, atestando o que as letras devem à burocracia, e como esta se engrandece com as letras [...] Há que contar com elas, para que prossiga entre nós certa tradição meditativa e irônica, certo jeito entre desencantado e piedoso de ver, interpretar e contar os homens [...] o que talvez só um escritor-funcionário, ou um funcionário-escritor, seja capaz de oferecer-nos, ele que constrói, sob a proteção da Ordem Burocrática, o seu edifício de nuvens, como um louco manso e subvencionado.

Carlos Drummond de Andrade, *Passaios na ilha*, pp. 658-9

A despeito da ampliação constante do número de postos e cargos destinados aos intelectuais nos escalões superiores do serviço público, não conviria des-

carnar o sentido particular da contribuição dos intelectuais ao trabalho e dominação desde fins do Império até hoje. As tarefas políticas que suscitaram o engajamento da geração de 1870 — mormente, a questão dos escravos e o encaminhamento do processo que culminou com a instauração da República — vieram suprir demandas radicalmente distintas daquelas a que seus remanescentes (entre os quais se incluíam alguns dos intelectuais mais consagrados da Primeira República, como, por exemplo, Rui Barbosa e Olavo Bilac) se empenharam em atender, por meio das ligas nacionalistas e das campanhas de mobilização da mocidade acadêmica, aos primeiros sintomas de desagregação do pacto oligárquico. Nessa mesma época, a expansão da imprensa e de outros veículos para produção cultural (revistas ilustradas, de humor etc.) propiciou o surgimento dos primeiros intelectuais profissionais, os anatolianos, que não chegaram a ocupar posição apenas a título individual, como costumava ocorrer com aquelas poucas figuras de porte da geração de 1870 (Machado de Assis, José de Alencar, Bernardo Guimarães), que não encontravam dificuldades em comercializar suas obras.

Se os anatolianos eram polígrafos que se esforçavam por satisfazer a todo tipo de demanda que lhes faziam a grande imprensa, as revistas mundanas, e dirigentes e mandatários políticos da oligarquia, sob a forma de críticas, rodapés, crônicas, discursos, elogios, artigos de fundo, editoriais etc., os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade. Durante o período "populista" (1945-64), verificou-se uma ampliação das carreiras reservadas aos intelectuais ao mesmo tempo que se intensificou o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração etc.); muitos deles se alçaram aos postos-chaves da administração central, dos quais foram sendo excluídos outros grupos de intelectuais e especialistas que resistiram à implantação das diretrizes e dos programas adotados pela nova coalizão dominante nos últimos quinze anos em que os militares se apoderaram do controle do Estado.

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a contratação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc.). Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui

domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.

O aumento considerável do número de intelectuais convocados para o serviço público provocou um processo de burocratização e de “racionalização” das carreiras que pouco tem a ver com a concessão de encostos e prebendas com que os chefes políticos oligárquicos costumavam brindar seus escribas e favoritos. Embora seja inegável que o recrutamento dos intelectuais ao longo do período Vargas continuou, como antes, a depender amplamente do capital de relações sociais dos postulantes aos cargos — vale dizer, caudatário de “pistolões” cuja rentabilidade poderia sobrepujar aquela proporcionada pelos títulos escolares ou pelas aptidões profissionais —, cumpre admitir que o novo estágio da divisão do trabalho administrativo acabou suscitando mudanças de peso nas relações entre os intelectuais e a classe dominante. Enquanto os anatolianos contavam com as sinecuras que os dirigentes oligárquicos lhes ofertavam como paga por serviços prestados, os intelectuais do regime Vargas estavam muito mais vinculados aos figurões da elite burocrática do que aos dirigentes partidários ou às facções políticas de seus respectivos estados. Os anatolianos participavam de corpo e ânimo das campanhas eleitorais de seus manda-chuvas ou de candidatos por eles indicados, ao passo que os intelectuais do regime Vargas se empenhavam com garra em ampliar, reforçar e gerir as “panelas” burocráticas de que faziam parte e só se sentiam credores de lealdade em relação ao poder central. Dessa maneira, os intelectuais contribuíram decisivamente para tornar a elite burocrática uma força social e política que dispunha de certa autonomia em face tanto dos interesses econômicos regionais como dos dirigentes políticos estaduais.

Os anatolianos eram polígrafos porque deviam satisfazer às mais diversas demandas da imprensa e dos políticos que os protegiam, mas também porque o grau incipiente de diferenciação do mercado cultural fazia com que apenas a imprensa pudesse garantir a difusão daqueles gêneros literários de baixa rentabilidade quando veiculados no varejo cultural. Apesar da quantidade apreciável de polígrafos entre os intelectuais do regime Vargas, pode-se observar que os intelectuais que se incumbiam de tarefas estritamente administrativas preferiram confinar suas pretensões intelectuais a um determinado gênero ou, então, repartiam seus investimentos entre obras literárias e textos de celebração política. Seja como for, um número considerável de intelectuais teve condições mate-

riais e institucionais para conciliar seus encargos no serviço público com os projetos intelectuais, meta que se revelou tanto mais viável à medida que o próprio Estado foi se tornando uma instância hegemônica de difusão e consagração de obras produzidas em tais circunstâncias.

A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO CENTRAL DE POSTOS PÚBLICOS

Entre 1930 e 1945, o processo de centralização autoritária, bem como a redefinição dos canais de acesso e influência para expressão dos interesses econômicos regionais junto ao poder central, esteve ancorado na constituição de um aparato burocrático que prestou uma contribuição própria ao sistema de poder então vigente. Esse trabalho de “construção institucional” determinou a abertura de ministérios — Educação e Saúde Pública (1930), Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Aeronáutica (1941) —, de uma série de organismos vinculados em linha direta à Presidência da República — Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), Departamento de Imprensa e Propaganda (1938), Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Conselho de Imigração e Colonização (1938), Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia (1939), Conselho de Segurança Nacional etc. — e de uma rede de autarquias, conselhos, departamentos e comissões especiais:

A expansão colossal da máquina burocrática ocorreu tanto no âmbito da administração direta como na esfera estratégica de espaços emergentes de negociação entre o estado-maior executivo e os diversos setores econômicos — Institutos do Café, do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, do Sal, Conselho de Planejamento Econômico etc. —, entre o governo central e outros grupos de interesse. Tais espaços dispunham, via de regra, de atribuições predominantemente consultivas e operavam como frentes de legitimação para a crescente ingerência do Estado em domínios da realidade até então sob a tutela de outras frações da classe dominante. O circuito de aparelhos sobre que se alicerçou esse processo veio propiciar as condições necessárias à cristalização de uma nova categoria social, o pessoal burocrático civil e militar.

O ingresso no serviço público permitiu aos herdeiros dos ramos empobrecidos da classe dirigente resgatar o declínio social a que se viam condenados desempenhando diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação. O funcionário público federal, civil e militar, recebeu um tratamento privilegiado que se refletiu, no essencial, num conjunto articulado de direitos e prerrogativas estabelecidas em leis especiais que envolviam os principais aspectos relativos à reprodutibilidade das condições materiais e do status da maioria dos escalões do pessoal administrativo de carreira.² Tornando-se o depositário de benefícios significativos, o funcionalismo público acabou convertendo-se numa das bases sociais decisivas para a sustentação política do regime. Apenas a título de ilustração, bastaria citar o decreto 22 414, de janeiro de 1933,³ que regula a concessão de montepios aos funcionários públicos civis da União, matéria até então regulada por um decreto de 1890.

A definição de contribuinte inclui tanto os funcionários ativos como os aposentados, adidos ou em disponibilidade. A contribuição corresponde a um ordenado do cargo efetivo do funcionário, mas, para tais fins, o ordenado é reduzido a apenas dois terços dos vencimentos. Nos doze primeiros meses, os funcionários são obrigados a concorrer com mais um dia em cada mês, a título de jóia. No caso de haver aumento de ordenado em função da elevação de vencimentos ou de uma seqüência de promoção ou nomeação para cargos mais altos, cada funcionário ficará obrigado ao pagamento da diferença de jóia correspondente ao novo ordenado, embora tal reajuste não incida sobre a contribuição. Aqueles funcionários aposentados ou em disponibilidade, percebendo ordenados inferiores aos que auferiam quando se encontravam ativos, poderão continuar contribuindo na proporção do ordenado anterior, de modo a assegurar à família a pensão mais vantajosa. Também poderão continuar a contribuir os funcionários demitidos a bem do serviço público por abandono do emprego, ou a arbítrio do governo, desde que o façam dentro do prazo de seis meses da data da demissão. Dessa prerrogativa estão excluídos os funcionários demitidos a bem do serviço público ao cabo de um período de serviço regular. As faltas não incidem sobre a arrecadação. O montante da pensão concedida não guarda proporção com o volume dos vencimentos auferi-

dos, assim como o tempo e a quantidade de trabalho não constituem, para efeitos da pensão, o parâmetro de base na estipulação da pensão. A família recebe a pensão dos funcionários demitidos a arbítrio do governo ou em virtude de condenação especial por força de faltas estranhas à função pública, mesmo que não disponham de meios para continuar contribuindo. Pelo artigo 7º, os funcionários temporariamente afastados do cargo, por condenação judicial, suspensão administrativa "ou outro qualquer motivo independente de sua vontade", que tenham deixado de contribuir, deverão recolher as prestações atrasadas mediante desconto pela quinta parte de seus vencimentos. No caso de o funcionário falecer antes de voltar a exercer o emprego ou de ter satisfeito a sua dívida, a família entrará no gozo da pensão com a obrigação de pagar as prestações em atraso. E os funcionários que enlouquecerem darão ensejo à concessão da pensão em vida à família.

O aspecto decisivo diz respeito à amplitude da rede de pessoas da família às quais a legislação faculta o benefício da pensão. Por ordem de prioridade, as pensões estão asseguradas, em primeiro lugar, à viúva, aos filhos menores, às filhas solteiras, legítimos, legitimados e naturais, reconhecidos e adotivos, cabendo metade da pensão à viúva e a outra metade sendo repartida aos filhos e filhas; em segundo lugar, aos filhos e filhas, seja qual for sua condição legal, devendo repartir a pensão entre si; em terceiro lugar, às filhas viúvas desamparadas, à mãe viúva ou solteira, ao pai inválido ou decrépito, dividindo-se a pensão em partes iguais pelos ascendentes e descendentes; em quarto lugar, às irmãs, solteiras e viúvas, sem nenhum outro arrimo; e enfim, na falta dos acima indicados, "a pensão será dividida igualmente pelos outros concorrentes classificados na mesma ordem". Pelo artigo 17º, fica assegurado o mesmo direito aos filhos varões maiores que sejam inválidos ou declarados interditos, bem como aos irmãos nas mesmas condições, que, nesse caso, passam a concorrer com as irmãs em partes iguais. O artigo 19º permite a acumulação de pensões de qualquer origem, até o limite de 3:600\$000 anuais. A pensão extingue-se apenas com a maioridade dos pensionistas do sexo masculino, salvo nos casos de invalidez e interdição, ou com o casamento das pensionistas do sexo feminino. A lei prevê inclusive os casos em que pode ocorrer a reversão, ou seja, a pensão da viúva passa aos filhos menores e filhas solteiras, e vice-versa, ou a pensão do filho menor ou da filha solteira que vierem a falecer cabe à viúva. Pelo artigo 29º, "além da pensão, tem a família do

tribuinte direito à importância de 400\$000 para o funeral, paga de uma só vez ao ser apresentada a certidão de óbito”.

As medidas destinadas à reorganização dos quadros administrativos, bem como as instituições que assumiriam o encargo de implementá-las — o Conselho Federal do Serviço Público Civil, o Departamento Administrativo do Serviço Público e suas extensões nos diversos estados, as Comissões de Eficiência —, deram atenção especial aos requisitos destinados a garantir o êxito do processo de ampliação dos mecanismos de cooptação daqueles contingentes e viriam a ocupar os escalões superiores do estamento burocrático. Nesse sentido, basta proceder ao exame da Lei do Reajustamento, que, segundo Graham,⁴ induziu a solução a que o Poder Executivo dera preferência, dentre as alternativas de reforma administrativa que a última comissão encarregada de estudar a matéria lhe havia encaminhado.

Conviria ressaltar os aspectos dessa lei que permitem, de um lado, distinguir grupos funcionais cooptados que monopolizaram os privilégios e, de outro, identificar os mecanismos institucionais que definem as formas de trabalho e o modo de contribuição que esses mesmos grupos deveriam propiciar aos novos moldes da organização do poder. Instada a conciliar as exigências de racionalização e controle dos padrões de ingresso e promoção dos escalões burocráticos inferiores com as condições especiais em que se daria o suprimento de cargos em favor dos ramos “destituídos” a serem pinçados à cúpula do estamento, a referida lei prevê fórmulas adequadas de atendimento a ambos os tipos de demanda.

Ao mesmo tempo que estabelece a exigência de um concurso público para o ingresso nos quadros de carreira, a Lei do Reajustamento institui um conjunto de posições independentes, sob a designação de *cargos isolados*, cujo acesso dispensava exames e que poderiam ser preenchidos *ad hoc* a critério do Poder Executivo.⁵ O capítulo IV, sobre o funcionalismo, estabelece a clivagem entre os funcionários de carreira e o pessoal extranumerário, cuja parcela majoritária concentrava-se nos escalões inferiores do serviço público. Essas discriminações materiais e hierárquicas motivam tensões crescentes entre os pequenos funcionários admitidos por concurso e o escalão médio de supervisores convocados em bases clientelísticas, bem como entre o pessoal de carreira e os extranumerários.

O capítulo II cria o Conselho Federal do Serviço Público Civil (cinco membros nomeados pelo presidente da República), cujas atribuições convertem-no

em instância de mediação pela qual o Estado intervém no mercado de postos administrativos, científicos e culturais. Além da incumbência de organizar e gerir a realização de concursos de provas e títulos, esse conselho deve determinar quais os cargos públicos que, além de outras exigências legais ou regulamentares, *somente possam ser exercidos pelos portadores de certificado de conclusão de curso secundário e diplomas científicos de bacharel, médico, engenheiro, perito, contador, atuário e outros, expedidos por institutos oficiais ou fiscalizados pelo Governo Federal*”.

Dessa maneira, ocorre a centralização do mando político no bojo do mercado de postos públicos, na medida em que essa instância dispõe de autoridade para fixar os níveis de rentabilidade dos títulos escolares, podendo ademais restringir ou ampliar as oportunidades de emprego para as diversas categorias de profissionais diplomados. O Estado transforma-se, por essa via, na instância suprema de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico e científico, passando a atuar como agência de recrutamento, seleção, treinamento e promoção do público portador de diplomas superiores. Esse conselho não se define por sua capacidade de intervenção no domínio econômico, mas pelo fato de deter os instrumentos que estabelecem o grau de expansão e a margem de diferenciação desejáveis no âmbito do serviço público. Tornando-se o eixo do mercado público de postos, passa a decidir não somente no que concerne ao tamanho dos contingentes convocados mas também no que diz respeito às qualificações dos agentes a serem cooptados.

A despeito da fachada “científica” que ostentavam, as reformas administrativas resguardavam condições especiais de acesso em favor dos portadores de títulos superiores, cujo contingente havia se ampliado nos últimos anos. A posse de um diploma superior e de pistolões ou outras modalidades de capital social era o trunfo decisivo para ingresso nos quadros do funcionalismo, em especial nos escalões médios e superiores, que tendiam a monopolizar os privilégios. Inúmeros artigos da Lei do Reajustamento empenhavam-se em definir múltiplas vantagens em favor daqueles agentes cooptados que dispunham de alguma modalidade de capital social. Assim, após reiterar a vigência do princípio que impede a acumulação de cargos e vencimentos, o artigo 22^a da Lei do Reajustamento abre uma exceção para “os cargos efetivos e os exercidos em comissão no magistério ou de caráter técnico-científico, desde que haja com

bilidade dos horários de serviço". O artigo 29º dispõe quanto à futura criação e um regime de tempo integral para o exercício de certos cargos técnicos, científicos e de magistério, mencionando as vantagens que daí proviriam. O artigo 30º institui uma reserva de mercado na periferia dos centros decisórios, cujas posições seriam alocadas tão-somente com base em critérios clientelísticos: "As funções de secretário, chefe, oficial e auxiliar de gabinete serão exercidas em comissão, por pessoas livremente escolhidas e designadas [...]". O artigo 41º vincula a primeira investidura em cargos técnicos e administrativos à prévia habilitação em concurso de provas ou de provas e títulos, abrandando essa exigência no artigo seguinte, que abre a possibilidade de o ingresso, nesses casos, ficar a critério de uma avaliação dos títulos, a ser feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil. Seria ocioso esmiuçar todas essas prerrogativas de que foi investido o conselho, que assume uma autoridade paraescolar que, por meio dos cursos que promove, dos estágios de treinamento e especialização, da montagem de seu corpo docente, de programas, bancas etc., lhe permite dispensar seus próprios títulos, cuja rentabilidade vai se acrescentar àquela que conferem os títulos escolares.

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União⁶ reitera a orientação política de pessoal adotada pela Lei do Reajustamento. E nem poderia ser de outra maneira, na medida em que se mantém o alicerce do sistema, vale dizer, a classificação da classificação bipartida dos cargos, que se apóia no princípio das profissões e carreiras mediante o qual se instaura uma reserva no mercado de postos públicos. Os portadores de títulos superiores continuarão tendo acesso a essas funções, em especial aos cargos isolados, independentemente de concurso público de provas, cristalizando a clivagem decisiva entre dois segmentos do corpo funcional de carreira e repercutindo nas demais dimensões da vida funcional cobertas pelo estatuto.⁷

NOVO ESTATUTO DAS PROFISSÕES LIBERAIS

Num momento em que as últimas turmas de bacharéis exerciam pressões no mercado de trabalho, em busca de empregos condizentes com sua habilitação escolar, a ampliação do mercado de postos públicos destinados em princípio a

esse contingente de bacharéis se faz acompanhar da ingerência do poder central no processo de regulamentação das profissões de nível superior. Os grupos corporativos que haviam permeado a intervenção do Estado com vistas ao controle da atividade política da classe operária⁸ estenderam-se à montagem das associações das diversas categorias de profissionais liberais e afins. Com efeito, o período 1930-9 caracteriza-se pela ingerência do poder central na organização das ocupações de nível superior, "baixando as competentes regulamentações vinculando as ordens ou conselhos ao Ministério do Trabalho".⁹ Esse processo envolveu tanto os ramos tradicionais das profissões liberais já sedimentadas no sistema de ensino e no mercado de trabalho — a saber, direito, medicina, engenharia, farmácia, odontologia — como novas especialidades que passaram a dispor de jurisdição própria — como, por exemplo, agrônomos, veterinários, químicos e outros.

É idêntico o teor substantivo dos decretos que visavam regulamentar essas profissões. Uma parte dos artigos trata das exigências quanto à habilitação, restringindo o exercício profissional aos diplomados no país por escolas ou institutos de ensino oficiais, equiparados ou oficialmente reconhecidos, e àqueles diplomados no exterior que tenham revalidado seus diplomas. Os demais artigos empenham-se em delimitar a reserva de cargos técnicos a serem preenchidos pelos efetivos de cada categoria no âmbito dos mercados de postos público e privado. Afora a descrição das atividades, funções e atribuições privativas de uma categoria de especialistas, a legislação busca demarcar no mercado de trabalho as fronteiras que possam suscitar litígios entre profissionais de ramos conexos.

A intervenção estatal visava, de um lado, disciplinar os requisitos legais escolares para o desempenho das profissões superiores, congelando os contingentes de rúbulas e práticos, cujos direitos, não obstante, foram reconhecidos pelos regulamentos da época. De outra parte, estabeleciam-se barreiras legais à concorrência entre profissionais de áreas afins, procedendo-se à monopolização de setores e funções nos mercados público e privado de postos. Vale dizer, a diferenciação na divisão do trabalho técnico, político e cultural se fez acompanhar do reconhecimento oficial das regalias e prerrogativas a que passaram a fazer parte os contingentes de especialistas entre os quais se recrutava parcela apreciável dos futuros ocupantes de cargos públicos de nível superior.

Os membros das profissões liberais e a maioria dos intelectuais que disputam de postos no serviço público foram alguns dos principais beneficiados pelo reescalonamento salarial empreendido na década de 1930. Enquanto uma elite diminuta, em torno de 150 altos funcionários (ministros de Estado, altos magistrados, diretores das principais instituições, dos serviços de propaganda e segurança, embaixadores etc.), ganhava entre 3500 e 7 mil cruzeiros por mês, 3% dos funcionários de carreira (em sua maioria, profissionais liberais, professores universitários, altos escalões administrativos etc.) recebia entre 1500 e 400 cruzeiros mensais, cabendo à massa dos pequenos funcionários de carreira salários entre duzentos e novecentos cruzeiros.¹⁰ A reforma salarial instituiu faixas especiais em favor dos profissionais liberais e dos demais portadores de títulos de nível superior; todos eles, quando não conseguiam obter postos adequados a sua competência escolar, acabavam recebendo uma remuneração semelhante àquela a que faziam jus os detentores de títulos enquadrados em postos mais elevados. Na verdade, os bacharéis em direito procuraram compensar a situação inflacionária que corroía o valor de seu diploma pelo trânsito em posições administrativas em que por vezes eram alojados por força da fluidez que caracterizava sua competência. Por isso, recebiam salários melhores do que outros profissionais de nível superior — como, por exemplo, os engenheiros e agrônomos, que, pelo fato de só poderem ocupar postos ajustados às suas qualificações e aptidões, tendiam a se distribuir pelas faixas mais elevadas, a que tinham acesso as diversas classes da carreira de oficial administrativo. Dentre os 3 padrões de vencimento que as diferentes classes de cada carreira passam a conferir, a referência L abrange a totalidade dos professores catedráticos das faculdades de direito e medicina, das escolas politécnicas e de minas, das escolas nacionais de agronomia e veterinária, incluindo ainda uma parcela dos professores catedráticos de outros estabelecimentos oficiais de ensino, uma parcela dos dependentes do domínio da União, os redatores e os chefes do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, uma parcela dos procuradores da República, os consules de primeira classe, os primeiros secretários do corpo diplomático, os ligados comerciais, uma parcela dos atuários, dos inspetores de previdência e de cargos homólogos. Essa referência constitui, portanto, o lugar geométrico para o qual convergem o ponto de partida de determinadas carreiras, o padrão único

de outras carreiras especializadas e o nível mais elevado a que podem aspirar os integrantes da carreira de oficial administrativo em todos os ministérios. Distribuindo-se entre as referências H, J, K e L, os oficiais administrativos encontram-se lotados num ponto de intersecção entre os padrões de vencimento característicos das classes iniciais de carreiras a que só têm acesso os portadores de diplomas superiores e as carreiras que abrigam os efetivos dos escalões inferiores do funcionalismo, servindo a esse título de refúgio para os relegados que possuem um diploma de bacharel e o sinal de distinção conferido à "aristocracia" de burocratas que comanda os escalões inferiores.

A mera indicação das escalas de remuneração poderia fazer crer que a distribuição dos efetivos de carreira obedece a critérios objetivos e impessoais de qualificação escolar e profissional, ou seja, de estrita competência técnica. Decerto não era essa a situação, ainda mais quando se sabe que determinadas categorias funcionais, dispendo de trunfos escolares, alcançam teto salarial idêntico e até mesmo inferior àquele com que são aquinhoados os ocupantes de cargos de confiança e os assessores.

Esses resultados cobrem apenas a parte fixa dos vencimentos mensais, não tendo sido computados diversos tipos de gratificação e subsídios pecuniários nem outras modalidades de rendimentos indiretos que, desde então, já representavam cota apreciável dos rendimentos auferidos pelos escalões privilegiados. Outras vantagens — como, por exemplo, as viagens de estudo e especialização no exterior, as possibilidades de acumular cargos e vencimentos, a designação para trabalhos extraordinários, a participação em comissões e toda sorte de expedientes que complementavam os salários de base — destinam-se exclusivamente a certas categorias funcionais e encontram-se reguladas por leis especiais.

OS DOMÍNIOS RESERVADOS AOS INTELECTUAIS NO SERVIÇO PÚBLICO

Uma vez ou outra, alguns escritores e repórteres me têm feito perguntas sobre assuntos considerados públicos — a situação da cultura e do espírito, no conflito de forças — ou sobre a minha vida literária. Procuro responder com boa vontade, mas nunca respondi coisa que não me ser lida, me agradasse realmente. Culpa do entrevistado ou do jornalista.

Não sei. Sei apenas que a minha pequena e pobre vida intelectual não encerra nenhuma verdade grande, cujo conhecimento interesse ao público. E observo ainda que tudo que eu pudesse dizer, em entrevista ou depoimento, está dito ou expresso nas minhas poesias. Elas traduzem minha experiência pessoal, refletem a minha visão e o meu conceito do mundo, e a minha atitude (se não for pretenciosa esta expressão) diante das lutas revolucionárias do nosso tempo.

Trecho da carta que Carlos Drummond de Andrade endereçou a Edgard Cavalheiro, desculpando-se por não prestar o depoimento solicitado. Transcrito em Edgard Cavalheiro, *Testamento de uma geração*. Porto Alegre, 1944, p. 280

[...] *Eu sou um homem sem biografia. Origem honrada, mas humilde. Vida honesta, mas tormentosa, de pobreza, de aventura, de sofrimento... Eis tudo. Nasci pobre e triste.*

Trecho do depoimento prestado por Peregrino Júnior a Edgard Cavalheiro, op. cit., p. 208

Embora não se possa afirmar ter havido a monopolização, por parte da fração intelectual, de certas carreiras, constata-se, não obstante, que os intelectuais tenderam a se concentrar naqueles cargos que dispunham de padrões de vencimento elevados e de uma série de regalias e vantagens na hierarquia burocrática, com exceção de alguns poucos especialistas que começaram suas carreiras ocupando as posições típicas de pequeno funcionário. Os intelectuais foram cooptados seja como funcionários em tempo parcial, seja para a prestação de serviços de consultoria e congêneres, seja para o desempenho de cargos de confiança no estado-maior do estamento, seja para assumirem a direção de órgãos governamentais, seja para preencherem os lugares que se abriam por força das novas carreiras que a extensão da ingerência estatal passou a exigir, seja, enfim, ocupando inúmeras dessas posições e auferindo rendimentos dobrados.¹¹ No estarte, conseguiram se inserir nos espaços privilegiados do serviço público, firmemente entrosados com os expedientes usuais de apropriação de cargos,

comissões extras e prebendas que a estrutura patrimonialista de poder permitia em seu alcance. Convertendo-se na modalidade preferencial de cooptação dos intelectuais, o ingresso nas fileiras do estamento alcançou extensão considerável e passou a constituir um trunfo indispensável para o êxito nas demais instâncias do campo intelectual, inclusive naquelas instituições cuja sobrevivência dependia a rigor dos favores e concessões do poder público.

A ELITE INTELECTUAL E BUROCRÁTICA DO REGIME

"CAMPOS, Francisco da Silva, Advogado. Dores do Indayá, MG, 18 de novembro de 1891. *Instrução*: superior: Faculdade de Direito, Universidade de Minas Gerais, 1914. *Carreira*: professor de direito público e constitucional, 1917; deputado estadual, MG, 1917; deputado federal, MG, 1921; secretário do Interior, MG, 1926-30; ministro da Educação e Saúde Pública, 1930-2; ministro da Justiça, 1932; consultor-geral da República, 1933-5; secretário de Educação, Distrito Federal, 1935-7; ministro da Justiça e do Interior, 1937-43; autor da Constituição Brasileira de 1937. *Títulos honoríficos*: prêmio Barão do Rio Branco, Universidade de Minas Gerais, 1914. *Participação*: representante brasileiro e presidente da Comissão Jurídica Interamericana. *Obras*: *A doutrina da população*, 1916; *Imposto progressivo*, 1916; *Introdução crítica à filosofia do direito*, 1916; *O animus da posse*, 1916; *Natureza jurídica da função pública*, 1917; *Pela civilização mineira*, 1930; *Ciclo de Helena*, 1932; *Parêceres*, 1933, 1935; *O Estado nacional*, 1939; *Educação e cultura*, 1940; *Antecipação à reforma política*, 1940."¹²

Um grupo "seleto" de intelectuais foi convocado para assumir cargos de cúpula do Executivo ou, então, para ocupar as principais trincheiras do poder central seja no âmbito estadual, seja no nível dos conselhos e das comissões que faziam as vezes de instâncias de negociação sob supervisão da Presidência da República. Tais cargos conferiam a seus ocupantes acesso direto aos núcleos de poder em que tinham participação efetiva no processo decisório em matérias de sua alçada. Além de contarem com o prestígio de que desfrutaram os funcionários capazes de oferecer as garantias mais sólidas de legitimação, o traço característico que permite identificá-los como os mandantes do estamento consiste nas múltiplas posições e atribuições de que são investidos.

A tal ponto a atividade intelectual dessa elite se confundia com a prestação de serviços políticos que se torna ocioso discriminar as modalidades de competência e os gêneros de "saber" que asseguraram a seus integrantes o acesso às funções dominantes nos círculos de assessoria ao poder central.

Entretanto, a única maneira de diferenciar os membros dessa elite intelectual e burocrática é privilegiando o perfil de seus investimentos na atividade intelectual em detrimento do conteúdo de suas obras, tal como aparece reificada na história das idéias. Enquanto alguns deles sujeitaram seus escritos às exigências postas pelos encargos da convocação política que os trouxe ao convívio nos núcleos executivos, outros procuraram resguardar uma parte de sua produção intelectual das injunções partidárias e das demandas que lhes faziam certas relações com que colaboravam.¹³ Todos eles, contudo, acabaram se tornando modelos de excelência social da classe dirigente da época à medida que suas obras se converteram em paradigmas do pensamento político no país.

O traço mais característico da contribuição dessa elite intelectual e burocrática reside nas diversas frentes em que se desdobrava sua atuação política e cultural. Alguns foram ministros de Estado, até mais de uma vez, outros constituíram a reserva especial do Executivo para o preenchimento de cargos de estrita confiança, como, por exemplo, nos conselhos consultivos;¹⁴ quase todos monopolizavam as disciplinas básicas do curso jurídico nos estabelecimentos oficiais;¹⁵ nos intervalos entre o desgaste produzido por uma missão e o início de um novo mandato, eram designados para os cargos honoríficos do Poder Judiciário e do Ministério Público, alguns para o Tribunal de Contas, os que mais se expunham para a consultoria-geral da República ou, então, para o consórcio de procuradoria ou da instância suprema da Justiça Eleitoral.¹⁶ A legitimidade intelectual e ética dessas figuras de proa assegurava-lhes, portanto, trânsito livre pelas principais instâncias do sistema de poder.

O valor social conferido à colaboração dessa elite transparece com nitidez nas recompensas com que foi brindada, sendo que as retribuições abertamente pecuniárias parecem desprezíveis se comparadas àquelas cujos lucros materiais simbólicos derivam das eleições para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico, das designações para o desempenho de representações oficiais no exterior ou para a participação de colegiados internacionais, dos conciliábulos para a indicação do presidente da Ordem dos Advogados

e outras associações corporativas, das comendas e outros sinais de deferência. No mais, incumbiam-se do trivial variado em que consiste a faina cotidiana dos juristas de renome que eles todos eram: pareceres, assessoria a grupos econômicos, colaboração nos principais órgãos da imprensa.

OS "HOMENS DE CONFIANÇA"

"RENAULT. Abgar de Castro Araújo. Professor. Barbacena, MG, 15 de julho de 1908. Pais: Leon Renault e Maria José de Castro Renault. Casamento: Ignez Caldeira Brant Renault. Filhos: Caio Márcio, Carlos Alberto, Luís Roberto. Instrução: superior. Faculdade de Direito, Universidade de Minas Gerais; língua e literatura inglesa; pedagogia. Carreira: professor, Gymnasio Mineiro, Escola Normal de Belo Horizonte; deputado estadual; secretário de Educação, MG; secretário do Interior e Justiça, MG; professor da Universidade do Distrito Federal; diretor do Colégio Universitário da Universidade do Brasil; diretor do Departamento Nacional de Educação; secretário de Educação, MG; ministro da Educação; professor da Faculdade de Filosofia, MG; professor do Colégio Pedro II; diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, MG. Membro: Academia Mineira de Letras; Instituto de Estudos Latino-Americanos; Universidade de Stanford; Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Belo Horizonte. Títulos honoríficos: visiting professor da Universidade de Nova York; cavaleiro da Legião de Honra, França; comendador, Most Excellent Order British Empire; grão-mestre, Ordem Nacional do Mérito. Obras: *Missões da universidade; A crise no ensino secundário; Aspecto da crise no Brasil; A palavra e a ação; The termination, história e psicologia da língua inglesa; poesias, traduções, ensaios.*"¹⁶

Outra parcela dos intelectuais foi chamada para dar conta do trabalho de assessoria no interior dos núcleos executivos, incluindo-se aí a maioria dos cargos de confiança, em geral exercidos em comissão e dando direito a uma complementação salarial, junto aos diversos ministros, à Presidência da República e aos demais órgãos vinculados à extensão dos interesses do poder central. São os chefes e auxiliares de gabinete, os secretários particulares, os assessores diretos e os ocupantes de cargos homólogos. A carreira típica dos integrantes desse grupo inclui, via de regra, a disponibilidade para assumir, interinamente, a chefia de institutos e departamentos e, sobretudo, a autoridade para fazer valer a orientação ministerial nas instâncias pelas quais o Poder Executivo multiplica seus bra-

ções” de controle sobre a vida funcional no âmbito de cada ministério. Refiro-me à presença desses “homens de confiança”, designados em portarias, nas comissões de eficiência e nas seções de segurança nacional.¹⁹

Se para a elite intelectual do regime é possível apreender os liames entre sua competência escolar e profissional e as modalidades de trabalho que ela assume, nesse segundo grupo o acesso às posições repousa, quase por completo, nas provas de amizade e, por conseguinte, na preservação dos anéis de interesses de que são os mais legítimos porta-vozes e os principais beneficiários.

Esse grupo de “confiança” abriga tanto os protótipos do funcionário-escritor como algumas figuras de projeção entre os próprios intelectuais. Os primeiros eram, muitos deles, escritores apagados, cronistas da vida intelectual, ou então praticantes em gêneros da chamada subliteratura, polígrafos que dispersaram seus investimentos em função de modismos e das encomendas difusas com que procuravam retribuir os favores de seus protetores no serviço público, e por todas essas razões aliados dos assentamentos da história e da crítica literária.²⁰ Os escritores-funcionários mantêm uma relação exatamente inversa com os chefes políticos sob cujos ditames se deixam abrigar. Situados entre os objetos de devoção da crítica militante nos aparelhos de celebração que circulam entre as “painéis” de letrados, buscam minimizar o quanto suas obras devem aos laços clientelísticos de que são beneficiários.²¹ Afinal, eles são os grandes interessados em corroborar a imagem de que suas obras pouco devem às servidões do mundo temporal. Enfim, uns diferem dos outros, mas decerto não pelas razões inefáveis em que declarações a respeito de si próprios e de suas obras querem fazer crer.

OS ADMINISTRADORES DA CULTURA E CIA.

“ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Advogado. Belo Horizonte, MG, 18 de agosto de 1898. *Pais*: Rodrigo Bretas de Andrade e Dália Melo Franco de Andrade. *Casamento*: Graciema Melo Franco de Andrade. *Filhos*: Rodrigo Luís, Joaquim Pedro, Clara. *Instrução*: superior: Faculdade Nacional de Direito, 1919. *Carreira*: redator da *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 1926; diretor de *O Jornal*, DF, 1928; chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde Pública; presidente da Comissão Nacional de Belas-Artes; diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, 1936-60. *Membro*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Academia Nacional de Belas-Artes de Portugal; Comitê Executivo do Conselho Internacional de Museus. *Títulos honoríficos*: doutor *honoris causa* da Escola de Belas-Artes da Universidade do Recife; cavaleiro oficial da Ordem do Mérito, República Italiana. *Obras*: *Velórios* (ficção), 1936; *Brasil, monumentos históricos e arqueológicos*, 1952; *Rio Branco e Gastão da Cunha*, 1953; *Artistas coloniais*, 1958.²²

Tirante um pequeno contingente de letrados que firmaram sua reputação intelectual no âmbito de seus respectivos estados, onde por vezes ocuparam cargos de relevo nas instâncias locais de representação do poder central,²³ inúmeros intelectuais tenderam a monopolizar aqueles cargos em cujo desempenho podiam fazer valer, em alguma medida, seu cabedal de saber especializado. Nessa categoria, incluem-se tanto aqueles que ocuparam os postos de direção de instituições culturais — por exemplo, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, o Serviço Nacional do Teatro, o Museu Nacional etc. — como os que se valeram de seus instrumentos de produção intelectual para o cumprimento de tarefas subalternas nas instituições de difusão cultural, de propaganda e de censura.²⁴ Enquanto os administradores das entidades culturais percebem salários idênticos aos de certos níveis da magistratura e do magistério superior, os redatores e censores dispõem de uma situação equivalente àquela de que desfrutam os oficiais administrativos em fim de carreira, e os responsáveis pelo aparato de censura e pela repressão cultural desfrutam da situação típica dos mais altos funcionários.

AS CARREIRAS TRADICIONAIS

“CALMON, Pedro (Pedro Calmon Moniz de Bittencourt). Advogado, professor, escritor. Amargosa, BA, 23 de dezembro de 1902. *Pais*: Pedro Calmon Freire de Bittencourt e Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt. *Casamento*: Hermínia Caillet Calmon de Bittencourt. *Filhos*: Maurício e Pedro. *Instrução*: secundária: Ginásio da Bahia; superior: Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Carreira*: professor catedrático da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil; diretor da Faculdade Nacional de Direito; professor catedrático do Colégio Pedro II; reitor da Universidade do Brasil; deputado estadual e federal, Bahia; ministro da Educação. *Membro*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Academia Brasileira de Letras; Instituto dos Advogados do Brasil; institutos históricos e academias do país e do estrangeiro. *Títulos honoríficos*: grã-cruz da Ordem de Santiago, Portugal, e outras condecorações da Espanha, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Paraguai etc. *Participação*: numerosos congressos de história e conferências diplomáticas. *Obras*: *História da civilização brasileira*; *História social do Brasil*; *História do Brasil*; *O rei cavaleiro*; *O rei filósofo*; *História das idéias políticas*; *Anchieta*; *História da literatura baiana*; *As minas de prata* etc."²⁵

Todavia, a parcela majoritária dos intelectuais continuou ingressando nas antigas fileiras da burocracia civil — a saber, o magistério superior,²⁶ as carreiras judiciárias,²⁷ o corpo diplomático²⁸ —, que atravessavam um período de transformações em virtude das numerosas frentes de expansão que então se abriam para essas atividades. A intervenção do Estado na regulamentação dos conflitos entre patrões e operários acarretou a criação de uma nova instância judiciária, a Justiça do Trabalho; o projeto do poder central de assumir a formação escolar e ideológica das novas frações intelectuais levou à criação das faculdades de filosofia, ciências e letras, dando ensejo à introdução de novas disciplinas (sociologia, antropologia e etnografia, geografia humana, economia política, ciência política etc.) e ao recrutamento de especialistas brasileiros e estrangeiros que dispunham de remuneração equivalente àquela auferida pelos docentes dos ramos tradicionais. As faculdades de filosofia abrigavam não apenas os especialistas das ciências humanas e exatas, mas também serviram de estímulo à atividade crítica e erudita nas diversas cátedras em que o ensino literário foi segmentado. Aliás, o magistério superior era a única atividade que não constituía empecilho ao desempenho legal de outras funções públicas remuneradas, privilégio de que se valeram diversos intelectuais. A carreira diplomática, por sua vez, ainda subsistia como refúgio de letrados bissextos, poetas antiquados, memorialistas mundanos e outras categorias de intelectuais diletantes.

AS NOVAS CARREIRAS TÉCNICAS

Ademais, verifica-se a abertura de cargos especializados — técnicos de educação, de organização, assistentes e ajudantes técnicos etc. —, que são preenchidos pelos detentores de uma competência estrita em áreas do conhecimento que

a essa altura não dispunham de um mercado de trabalho próprio. São os economistas, estatísticos, geólogos, cientistas sociais, educadores, que, muitas vezes, ingressam nos escalões inferiores do setor público mas que de algum modo fazem valer sua presença e ascendem na hierarquia graças à raridade de suas qualificações. Havia ainda aqueles que se incorporaram às fileiras estáveis que então se abriam no quadro permanente dos ministérios recém-criados, os inspetores de ensino, de imigração, do trabalho etc. Por fim, um contingente apreciável de intelectuais e artistas prestaram diversos tipos de colaboração à política cultural do regime Vargas, aceitando encomendas oficiais de prédios, livros, concertos, manuais escolares, guias turísticos e obras de arte, participando em comissões, assumindo o papel de representantes do governo em conferências, congressos e reuniões internacionais, em suma, prestando múltiplas formas de assessoria em assuntos de sua competência e interesse. Vários deles não chegaram a estabilizar sua posição funcional nos quadros permanentes de carreira, embora desfrutassem de posições que pareciam indiferentes às exigências do mercado ou, então, impermeáveis às servidões impostas pelo mecenato oficial.

O ESTADO COMO ÁRBITRO EM ASSUNTOS CULTURAIS

Em muitos desses postos os intelectuais prestam serviços estritamente burocráticos e que não guardam, por vezes, nenhuma relação com o trabalho intelectual como tal, que continuam a desenvolver paralelamente às suas atividades funcionais. Em outros casos, os laços entre uma e outra atividade permeiam a própria definição do trabalho intelectual. De qualquer maneira, instaura-se uma situação de dependência material e institucional que passa a moldar as relações que as clientelas intelectuais mantêm com o poder público, cujos subsídios sustentam as iniciativas na área da produção cultural, colocam os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio, imunes às sanções de mercado, e definem o volume de ganhos de parte a parte.

Por todos esses motivos, os escritores do Estado Cartorial encontram-se numa situação contraditória perante sua produção intelectual. Operando numa conjuntura político-ideológica de complexidade muito maior se comparada

àquela vivida pela geração de 1870, eles acabam negociando a perspectiva de levar a cabo uma obra pessoal em troca da colaboração que oferecem ao trabalho de “construção institucional” em curso, silenciando quanto ao preço dessa obra que o Estado subsidia de algum modo indireto. Na condição de presas da máquina do Estado e, ao mesmo tempo, desejosos de se livrarem dos cerceamentos que costumam tolher os praticantes de uma arte e uma literatura oficiais, eles resolveram esse dilema cedendo ao encanto de justificações idealistas.

O mérito dessa solução era o de manter estantes, no plano das representações, as dimensões de sua existência como escritores e como funcionários. Na medida em que não dispunham de recursos alternativos para minorar a servidão de intelectuais subvencionados, esquivaram-se de lidar com a questão das condições institucionais de que eram beneficiários. Com vistas a compatibilizar as demandas oficiais com aquelas derivadas do processo de autonomização da produção intelectual, levaram às últimas conseqüências as fórmulas de auto-indulgência.

Diante dos dilemas de toda ordem com que se debatiam por força de sua filiação ao regime autoritário que remunerava seus serviços, buscaram minimizar os favores da cooptação lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em álibis nacionalistas. Pelo que diziam, o fato de serem servidores do Estado lhes concedia melhores condições para a feitura de obras que tomassem o pulso da nação e cuja validez se embestia dos anseios de expressão da coletividade e não das demandas feitas por qualquer grupo dirigente. Dando seqüência à postura inaugurada pelos modernistas, esses intelectuais cooptados se autodefinem como porta-vozes do conjunto da sociedade, passando a empregar como crivos de avaliação de suas obras os indicadores capazes de atestar a voltagem de seus laços com as primícias da nacionalidade. Vendo-se a si próprios como responsáveis pela gestão do espólio cultural da nação, dispõem-se a assumir o trabalho de conservação, difusão e manipulação dessa herança, aferrando-se à celebração de autores e obras que possam ser de alguma utilidade para o êxito dessa empreitada.

É nesse contexto, sem dúvida, que tomou corpo a concepção de “cultura brasileira” sob cuja chancela, desde então, se constituiu uma rede de instâncias de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos, às custas das dotações oficiais. No tocante às ideologias quase profissionais que os produtores desenvolvem a respeito de si mesmos, do valor do que fazem e, acima de tudo, da

posição singular que ocupam no espaço da classe dirigente, foi esse o momento-chave na definição da autoridade de que se reveste o mandato dos incumbidos de gerir a política cultural do regime.

Em torno desse álibi quase perfeito — ao dissimular os ganhos que auferiam das encomendas oficiais —, passaram a partir de então a manipular um sistema de queixás e louvores cujos destinatários são os mecenas do estamento burocrático e do qual podiam se servir consoante as oscilações de prestígio de sua posição relativa nas lutas entre as facções dominantes nos centros de poder. Se tais estratégias lhes permitiram furtar-se aos testes do mercado mais amplo, por outro lado tiveram êxito em monopolizar as instâncias de financiamento que lhes deram o controle das concessões públicas de serviços e recursos nessa área e a autoridade intelectual para externar juízos em assuntos culturais.

Em outras palavras, foram os artífices de um mercado paralelo de bens culturais cuja força deriva do jugo que passaram a exercer nas instâncias de consagração que vieram substituir os veredictos do mercado privado. Estando a iniciativa governamental impossibilitada de dispensar os empreendimentos particulares no campo cultural, as cotações registradas pela bolsa de valores intelectuais em vigência no setor público passaram a repercutir no âmbito do mercado mais amplo. Ao garantir o acesso dos autores que ungiu ao plantel das grandes editoras particulares — como, por exemplo, a José Olympio — e às principais sinecuras com feições culturais, as autoridades do poder público converteram-se na instância suprema de validação e reconhecimento da produção intelectual. Assim, não é por acaso que, do total de trinta acadêmicos eleitos entre 1930 e 1945, 70% pertenciam aos altos escalões do estamento burocrático, sendo que muitos deles garantiram sua vitória em função da rede de influências que tiveram a oportunidade de acionar, em detrimento daqueles que concorriam apenas pelo mérito de suas obras.²⁹

Mesmo que não tenha chegado a monopolizar o controle do mercado e a contratação de serviços culturais, o poder público impôs-se não obstante como concessionário-mor dos padrões da legitimidade intelectual. As encomendas, os prêmios, as viagens de representação, as prebendas, tudo que ostentasse o timbre do oficialismo passou a constituir a caução daqueles que aspiravam ingressar no panteão da “cultura brasileira”. Nas palavras de Raymundo Faoro, “o brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração no aparelhamento

estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e *curriculum vitae* aprovado de cima para baixo".³⁰

Nesse sentido, a gestão Capanema erigiu uma espécie de território livre refratário às salvaguardas ideológicas do regime, operando como paradigma de um círculo de intelectuais subsidiados para a produção de uma cultura oficial. À frente do Ministério da Educação e Saúde Pública desde 1934, convocou seus conterrâneos de geração que haviam participado do surto modernista em Minas Gerais, mobilizou figuras ilustres que haviam se destacado nos movimentos de renovação literária e artística da década de 1920, no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Pará etc., acatando os representantes que a Igreja designava e cercado-se de um grupo de poetas, arquitetos, artistas plásticos, e de alguns médicos fascinados pela atividade literária.

A exemplo do que vinha ocorrendo em outras esferas da máquina federal, a cooptação desses intelectuais não obedeceu a requisitos de ordem doutrinária, sendo inviável deslindar princípios de recrutamento alheios ao predomínio do estamento burocrático. Atuando em nome de seus interesses próprios e manejando os recursos políticos que o comando da máquina governamental lhe ofereceu, essa camada burocrática passa a acolher indivíduos que pouco antes se haviam filiado a movimentos e a forças políticas concorrentes. Por conseguinte, muito embora se possam reconstruir os laços que serviram à montagem dos primeiros anéis burocráticos calcados na identidade de pontos de vista quanto aos rumos que deveria tomar a reorganização do poder, seria de todo inexequível apontar a matriz ideológica vitoriosa entre os que foram convocados nessa época. Fazendo um retrospecto das principais clivagens ideológicas vigentes nas décadas de 1920 e 1930, poder-se-á constatar que quase todos os matizes do espectro foram pinçados no processo de expansão do aparelhamento estatal: militantes em organizações de esquerda, quadros da cúpula integralista, porta-vozes da reação católica, figuras pertencentes à intelectualidade tradicional e os praticantes das novas especialidades.

Passada a crise dos "anos cruciais", muito embora nenhum agrupamento ideológico ou facção partidária se destaque como beneficiário exclusivo do regime, nenhum deles tendo logrado a conversão de seus pontos de vista em ortodoxia doutrinária, os ganhos posicionais de maior vulto favoreceram os quadros a

serviço do movimento integralista³¹ e da reação católica, a cujos apelos foi aderível toda uma geração de bacharéis que se viu na iminência de engrossar a fileira dos "sem-trabalho" da política, diante do colapso dos grupos dirigentes da República Velha. Em ambos os casos, sua presença nos aparelhos do Estado articula em *lobbies* que pressionam em prol de iniciativas de interesse de seus antigos patrocinadores ou, então, buscando amaciar os efeitos provocados pelo crescente intervencionismo estatal. Essa tendência revela-se com vigor no caso da Igreja católica, que não hesitou em preencher os lugares que o regime estava disposto a lhe conceder.³² Diante de uma correlação de forças que lhe era bastante desfavorável se comparada à conjuntura de crise do regime oligárquico, a hierarquia eclesiástica e suas extensões leigas preferiram alocar seus quadros nas arenas de negociação onde havia maiores chances de preservar ou ampliar a margem de manobra em matérias capazes de afetar os domínios de atividade em que se concentrava o grosso dos investimentos confessionais. Por força dos prejuízos que um eventual alijamento pudesse provocar, a Igreja empenha-se em limitar as áreas de atrito com o Estado, viabilizando o trânsito de seus pontos de vista pelos setores em operação recente, cujas decisões ameaçavam de perto seus interesses estratégicos.³³

OS EDUCADORES PROFISSIONAIS E OS PENSADORES AUTORITÁRIOS

Os autores de obras políticas inspiradas pelas correntes de pensamento filiadas aos modelos deterministas europeus do início do século xx (Ratzel, Gobineau etc.), os chamados "pensadores autoritários", e os educadores profissionais foram as únicas categorias de intelectuais convocadas pela elite burocrática em virtude da competência e do saber de que dispunham em suas respectivas áreas de atuação. Por estarem muitas vezes ocupando postos de cúpula com os quais podiam fazer valer seus pontos de vista no encaminhamento das reformas em curso ou, então, operando na qualidade de porta-vozes oficiais nos espaços de negociação que lidavam com as principais questões em pendência com os demais grupos de interesses fora do âmbito do Estado, prestaram serviços relevantes à ordenação jurídico-institucional e à sustentação do pacto de força então vigente.

Em ambos os casos, não se pode aferir o valor de sua contribuição ao trabalho de organização do poder com base apenas nas cauções de legitimação que trazia sua presença nos aparelhos do Estado. Em particular no caso dos pensadores autoritários, o fato de pertencerem a antigas famílias dirigentes, beneficiando-se de todo tipo de vantagens e privilégios, inclusive de uma generosa rede de relações sociais, decerto contribuiu de maneira decisiva para a consagração que receberam no campo intelectual. A eficácia política de seus escritos derivou, portanto, da conjunção dos trunfos sociais que estavam em condições de acionar para converter seus pontos de vista em ortodoxia ideológica com as rupturas com as doutrinas e modelos jurídicos então dominantes.

Costuma-se incluir sob o rótulo de pensamento autoritário autores cujas trajetórias políticas não são coincidentes e cujas obras respondiam a demandas de setores diferentes da classe dirigente. Havia, pois, os precursores “anatolianos”, cuja carreira política sucedeu no contexto das lutas oligárquicas, tendo revertido à produção intelectual após o período de “presença na política”, como nos casos de Gilberto Amado e José Maria Bello;³⁴ havia os publicistas, cujos escritos de proselitismo se vinculam mais às necessidades do “partido” católico do que às demandas estamentais, como no caso de Alceu Amoroso Lima; havia ainda os jovens pensadores cujos libelos e panfletos exprimiam o projeto de se ornarem os mentores “espirituais” da classe dirigente, como, por exemplo, Octavio de Faria, Cândido Motta Filho e Afonso Arinos de Melo Franco. Mas os principais artífices do “pensamento autoritário” — Oliveira Viana, Azevedo Amaral etc.³⁵ — falavam em nome da elite burocrática, na crença de que a organização do poder em mãos do Estado viria substituir-se ao entrechoque de interesses privados, habilitando seus representantes a auscultar os reclamos do conjunto da sociedade. Os escritos desses pensadores propunham uma solução alternativa à crise do poder oligárquico, ou melhor, um projeto substitutivo à prevalência do liberalismo inscrito na carta de 1891. Mas, por outro lado, serviram também para dissuadir uma geração de bacharéis intoxicados por idéias salvaçãoistas de buscar esteio institucional fora dos domínios do Estado.

A maioria dos pensadores autoritários provinha de famílias de estirpe, cuja antiguidade na classe dirigente remontava aos tempos do Império ou, então, se originava de antigos ramos senhoriais ligados à propriedade da terra. Quando não descendiam de famílias havia muitas gerações especializadas no trabalho

político e cultural, contando entre seus antepassados com figuras de renome nas profissões liberais, nas letras, na atividade parlamentar e no desempenho das mais altas funções públicas — como era o caso de Azevedo Amaral, Afonso Arinos de Melo Franco e Octavio de Faria —, eram filhos de fazendeiros cujas famílias se encontravam em acentuado declínio material, como nos casos de Oliveira Viana, José Maria Bello e Gilberto Amado. Dispondo de toda espécie de trunfos sociais e culturais para que pudessem levar a cabo uma trajetória escolar bem-sucedida — professores particulares, colégios de elite e a passagem de praxe pelo curso jurídico —, e pertencendo a famílias cuja sobrevivência na classe dominante implicava a repartição dos filhos pelas posições políticas, intelectuais e burocráticas, o fato de que tenham se especializado na atividade intelectual deve-se muito mais ao imperativo de reproduzirem as posições de classe que os seus vinham monopolizando do que às conveniências impostas por uma estratégia recente de reconversão.

Em suma, diversamente de outras categorias de intelectuais cooptados pelo estamento burocrático nas décadas de 1930 e 1940, as famílias de alguns dentre os pensadores autoritários estavam ligadas desde muito tempo à cúpula da elite burocrática, valendo-se de seu capital de prestígio e honorabilidade para se assenhorear das benesses concedidas pelo poder central. Os pensadores autoritários eram, na verdade, herdeiros que puderam tirar partido de uma correlação de forças extremamente favorável à produção de obras cujos reclamos reformistas coincidiam com os interesses de autopreservação da fração de classe a que pertenciam.

Quanto aos educadores profissionais, talvez se devessem buscar os princípios que regem sua trajetória nas dissensões entre a iniciativa pública e as instâncias concorrentes do Estado (a Igreja católica e as denominações protestantes, importantes investidores no sistema de instituições educacionais) em torno dos rumos que deveriam tomar as reformas do sistema de ensino. A convocação de jovens egressos dos bancos acadêmicos por parte de certos governos estaduais no correr da década de 1920 inscreve-se no esforço derradeiro de “modernização” que tentaram empreender alguns dirigentes oligárquicos. São exemplos dessa política a contratação de Lourenço Filho, Francisco Campos, Mário Casassanta, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, para levarem a cabo as reformas da instrução, respectivamente, no Ceará, em Minas Gerais, na Bahia,

Distrito Federal e em Pernambuco, bem como a designação de alguns deles para integrar o segundo escalão dos Executivos estaduais ou, então, para ensaiar primeiros passos de uma carreira parlamentar. Por conseguinte, a profissionalização de um grupo de especialistas em problemas educacionais correu por conta de exigências postas pelo próprio sistema de poder oligárquico, que por uns tempos passou a enxergar na extensão das oportunidades de escolarização uma estratégia que poderia lhe proporcionar dividendos políticos consideráveis.

Nas condições em que se encontrava o sistema de ensino na década de 1920, o Estado não poderia estender sua tutela à esfera educacional sem negociar as normas previstas com a Igreja católica, que era o principal investidor e concorrente nessa área. Por outro lado, numa conjuntura de escassez de pessoal qualificado para gerir tais iniciativas, as determinações impostas pela origem social se fazem perante os trunfos conferidos por uma formação escolar profissionalizante. A seleção dos agentes que passariam a integrar essa nova carreira na divisão do trabalho pedagógico não se restringiu apenas aos efetivos das famílias abastadas, na medida em que a distribuição desses postos pinçou também profissionais de extração social modesta que conseguem, às custas de vantagens relativamente escolares, ocupar cargos a que não teriam acesso em uma conjuntura distinta de funcionamento desse mercado de trabalho especializado.

As biografias de Anísio Spínola Teixeira, um dos quatro filhos homens de um médico, senhor de terras e líder político numa região do sertão baiano, e de Manuel Bergström Lourenço Filho, filho de um comerciante português instalado numa cidade do interior paulista, revelam as duas principais vias de acesso à carreira de educador profissional. Enquanto Lourenço Filho auxiliava o pai em suas atividades como pequeno comerciante de bens culturais — “[seu pai] inaugurou, ali, o comércio de livros e a arte fotográfica, instalou uma tipografia, fundou e manteve durante trinta anos um semanário, montou um cinema”³⁶ —, o qual tentava compensar o acanhamento dos gastos com bens culturais de uma família interiorana pela diversificação de suas atividades, Anísio era entregue aos cuidados dos jesuítas, primeiro no interior e depois no Colégio Antônio Vieira, em Salvador, onde realizou o secundário.

A chance de escrever os resumos dos filmes a serem editados nos programas distribuídos no cinema local e de colaborar no jornal da cidade, ambos de propriedade do pai, a leitura das obras que estavam à venda na loja e outras expe-

riências similares decerto contribuíram para o entusiasmo com que Lourenço Filho se afezrou aos estudos a partir do momento em que se torna aluno de um jovem professor normalista recém-formado em São Paulo. Da primeira à última série, conservou o lugar de primeiro aluno da turma; após um breve estágio no Ginásio de Campinas, inscreve-se para os exames de admissão à série inicial da Escola Normal Primária de Pirassununga, onde também manteve seu posto de melhor aluno até o último ano.³⁷ Enquanto Lourenço Filho cumpria os passos de uma habilitação profissional para tornar-se professor primário, a família de Anísio, pressentindo a “vocação” que os jesuítas estavam prestes a aliciar, dispõe-se a financiar seus estudos jurídicos no Rio de Janeiro, onde conclui o curso em 1922. Dois de seus irmãos haviam realizado o curso de engenharia e um terceiro faria carreira política como deputado estadual. Ao mesmo tempo que Lourenço Filho tira partido dos estímulos e das facilidades com que são contemplados os integrantes da primeira leva de postulantes a uma carreira docente profissionalizada, Anísio Teixeira se beneficia das dívidas políticas cujo resgate seu pai estava em condições de exigir. Tendo assumido o governo estadual o banqueiro Góes Calmon, “do qual era uma das colunas de sustentação” no sertão baiano, o pai de Anísio reivindica para o filho a promotoria pública de Caetite, pedido tanto mais legítimo pois Anísio se empenhara na campanha da sucessão; em lugar do posto solicitado, Góes Calmon convida-o para o cargo vitalício de inspetor-geral de ensino. Os biógrafos oficiais de Anísio costumam atribuir a sua nomeação para a direção do ensino as características de um chamado divino. Conforme o depoimento que Anísio lhes fez, “achavam os padres que o fato [...] de tão extraordinário estaria a indicar que a vontade de Deus talvez fosse que lavrasse eu no campo do apostolado leigo e não nas fileiras jesuíticas”.³⁸ Sem se dar conta por completo da missão política que os jesuítas lhe estavam confiando, Anísio empreende sua primeira viagem à Europa para entrar em contato com os sistemas escolares da França e da Bélgica, em companhia do arcebispo e futuro cardeal d. Augusto. É quase certo que a “desistência” dos jesuítas em trazê-lo para as suas fileiras deveu-se às resistências do pai, mas não obstante sua nova missão continuava a depender quase inteiramente do aval da Igreja. De fato, os investimentos com que vinha sendo agraciado pela Igreja ligavam-se ao projeto de convertê-lo em líder católico leigo, uma espécie também em gestação em outros setores da classe dirigente em outros estados. Contando com o financia-

mento do Banco Econômico, do qual Góes Calmon era o diretor, sob a forma de um empréstimo de cinquenta contos que veio a ser saldado pelo pai, "vai direto à Espanha, ao santuário de santo Inácio de Loyola, onde passou três dias meditando se devia ou não entrar para a ordem. Daí segue para Roma, onde se aloja, na companhia de cerca de vinte bispos, no Colégio Pio Latino-Americano. Foi o primeiro leigo a merecer tal deferência. É recebido em audiência pessoal por Pio XI. De Roma segue para Paris, onde passa quatro meses ouvindo lições na Sorbonne".³⁹ Sem dúvida, essa peregrinação acabou por despertar em Anísio a consciência de estar predestinado a ser um grande reformador do ensino. Compreende uma segunda viagem de estudos ao exterior, dessa vez aos Estados Unidos, que assinala uma inflexão decisiva em sua trajetória.

Não encontrando possibilidade de continuar à testa do ensino estadual, ingressa aos Estados Unidos para estudar na Universidade de Columbia; frequenta as aulas dos pedagogos de renome da época, Dewey, Kilpatrick, Bagley e, ao cabo de dez meses, obtém o mestrado em educação; em 1928, publica seu primeiro livro, *Aspectos americanos de educação*, impresso por uma tipografia da capital baiana; em 1929-30, leciona filosofia da educação na Escola Normal de Salvador; em 1931, vem para o Rio de Janeiro, sendo logo convocado por Francisco Campos, então ministro da Educação, para ocupar-se do ensino secundário; em 1931, é nomeado pelo prefeito Pedro Ernesto para a Diretoria de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, onde permanece até 1935, sendo demitido logo após a revolta comunista, acusado de simpatizante do movimento; implanta a efêmera Universidade do Distrito Federal, afora outros empreendimentos na área educacional; em 1938, vendo-se alvo de perseguições, Anísio volta-se para atividades empresariais, tendo sido exportador de minérios na Bahia durante os anos da guerra; e só retoma sua carreira pública na área educacional após 1945.

A trajetória profissional de Lourenço Filho é o exemplo cabal de um agente especializado que deve quase tudo à escola e que por isso mesmo tende a concentrar seus investimentos na aquisição de títulos escolares. O trabalho que desenvolve e a carreira à qual se devota resultam da coincidência entre a boa vontade cultural que permeia suas disposições e os interesses do poder público em contar com um corpo de especialistas voltado para a gestão do sistema de ensino.

De posse do diploma de normalista, inicia-se no magistério primário em Porto Ferreira, conseguindo sua nomeação como substituto efetivo em novembro de 1915; em 1916, transfere-se para São Paulo, onde pretende cursar os dois últimos anos da Escola Normal da praça da República, pois a lei assim o permitia; passa a trabalhar como redator do *Jornal do Comércio*, quando conhece Monteiro Lobato, que o chama para auxiliá-lo na recém-fundada *Revista do Brasil*; em 1918, matricula-se no primeiro ano da Faculdade de Medicina na esperança de galgar os postos reservados em princípio aos portadores de diplomas mais legítimos e mais rentáveis que o seu de normalista, mas acaba desistindo no segundo ano; em 1919, ingressa na Faculdade de Direito, outra tentativa de escapar ao mercado de trabalho especializado do qual se sentia cativo; no final do mesmo ano, Sampaio Dória, recém-nomeado diretor-geral da Instrução pelo governador Washington Luís, convida-o para substituir Roldão de Barros na cadeira de pedagogia e educação cívica da Escola Normal Primária, anexa à Escola Normal da capital; e, pouco antes do confronto entre Sampaio Dória e o governador, a propósito da duração do curso primário, Lourenço Filho é nomeado professor de psicologia e pedagogia da Escola Normal de Piracicaba, equiparada, a exemplo das demais escolas estaduais, à Escola Normal da praça da República; a partir de 1922, por escolha da administração paulista, em atendimento à solicitação do governo cearense, é designado para dirigir a reforma do ensino público naquele estado; de volta a São Paulo em 1925, assume o cargo de professor de psicologia e pedagogia na Escola Normal de São Paulo; em 1926, publica seu primeiro livro, *Juazeiro do padre Cícero*, fruto de sua estada cearense, que recebeu o prêmio da Academia Brasileira de Letras; no mesmo ano, na Companhia Melhoramentos de São Paulo, organiza a Biblioteca de Educação, primeira do gênero no país, onde publica traduções de obras de Claparède, Piéron, Durkheim, Binet-Simon e Leon Walther; no ano seguinte, com um grupo de educadores desejosos de se tornarem empresários no setor — Sampaio Dória, Almeida Júnior etc. —, funda o Liceu Nacional Rio Branco, onde passa a dirigir a Escola Primária Experimental; em 1929, é eleito membro da Academia Paulista de Letras, gradua-se bacharel em direito e, no ano seguinte, publica o livro *Introdução ao estudo da escola nova*; no mês de outubro, é designado diretor-geral do Ensino do estado de São Paulo, cargo em que permanece até fins de 1931, marcando sua gestão por uma série de iniciativas, como, por exemplo, a reforma

do ensino normal e profissional, a criação do Serviço de Psicologia Aplicada, de uma biblioteca central de educação e do Instituto Pedagógico, onde se realizaram os primeiros cursos de educação em nível superior; em 1932, é convocado para integrar os quadros de especialistas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, prosseguindo sua carreira no âmbito federal.

JOAQUIM PIMENTA: A TRAJETÓRIA DE UM ANTIGO MILITANTE

Entre o pessoal de esquerda, alguns elementos da liderança anarquista atuante ao longo da República Velha foram atraídos aos círculos de cúpula do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.⁴⁰ A cooptação desses intelectuais relacionava-se de perto às aptidões de liderança da classe operária que já haviam demonstrado em diversas oportunidades, como, por exemplo, na direção de órgãos e associações de classe, bem como na condução de greves e outros movimentos reivindicatórios. A convocação desses militantes tarimbados era um dos instrumentos de legitimação da política oficial de controle do movimento operário então em vias de implantação. Não há dúvida de que a adesão desses velhos militantes às diretrizes do projeto governamental, que consistia em outorgar concessões paternalistas aos trabalhadores, em troca do esvaziamento de seu potencial contestatório, se traduziu pela venda de sua força de trabalho político e ideológico, que haviam adquirido por intermédio de uma experiência concreta do meio operário.

É o caso de Joaquim Pimenta, que constitui uma boa mostra dos laços precários em que se assenta a delegação política que um setor da classe operária concede a um pequeno intelectual provinciano que estava fadado a converter-se num servidor da Igreja não fosse a oportunidade repentina de obter um diploma superior.

Nascido por volta de 1888 numa pequena cidade do interior cearense, Joaquim Pimenta ficou órfão de mãe com dez anos de idade. Seu pai vivia dos rendimentos que auferia de uma pequena farmácia e de receitas que aprendera a aviar com um esculápio em trânsito; além disso, tinha roçados onde plantava milho, feijão, melancia, jerimum, tudo para consumo doméstico. Sendo um dos três irmãos menores de uma prole de onze filhos sobreviventes, desde cedo

Joaquim envolve-se com os trabalhos de sacristia, dando continuidade à tradição familiar e sobressaindo pelo zelo que imprimiu às suas atividades. Seu irmão da Conferência Vicentina em sua cidade natal e como professor de escola noturna para menores sob os auspícios da mesma instituição. Durante esse período em que se destaca como líder vicentino sua iniciação em leituras que aos poucos vai abandonando, fascinado pelos princípios evolucionistas de Spencer.

Como sacristão, era o terceiro da família; o Néo e o Zé serviram com padre Alexandre. Minhas irmãs cantavam na igreja, e entre os músicos que tocavam o coro, tinha um cunhado, um tio e três primos. Não era eu o tipo clássico do sacrista, que, à medida que se vai familiarizando com a profissão, mais indiferente e menos cortês se torna com as imagens, que espana e acomoda nos seus nichos. Embora pecadora, a minh'alma, ardente de fé, mergulhava e perdia-se em devaneios místicos naquele seráfico ambiente de incenso e cantochão. Metido em uma batina que me dava pelos joelhos, tão justa que se me enroscava nas pernas, com o risco de rebolar pelos degraus do altar; com um roquete de linho barato, escandalosamente largo e comprido; ouvindo atrás de mim o rumor de risos mal contidos que aquela exótica paramentação provocava; quando balanceava o turíbulo, numa nuvem de fumo, ou sobraçava o missal, fazendo uma genuflexão, ao passar de um lado para outro; ou respondia, alto, em latim, a cada texto ou versículo litúrgico que o padre proferindo, eu me sentia, num misto de êxtase e de orgulho, uma partícula do culto, um fragmento do sacerdócio [...] ampliava o meu círculo de cultura religiosa com um curso de Bíblia por dois volumes do padre Roquette; e lia sermões de Vieira, histórias de santos e de milagres; e folheava a teologia do padre Gury e a filosofia de Soriano de Sousa, toda impregnada de tomismo; além de outros livros de educação católica, de apologética, de doutrina, que o padre trouxera do seminário.

Uma iniciação tão sistemática no domínio prático e simbólico dos rituais e princípios do apostolado católico teria sido infrutífera não fosse a contrapartida em capital cultural que pôde acumular de lambujem em meio aos investimentos destinados a atraí-lo para a carreira sacerdotal.

Os meus estudos de português, francês e latim prosseguiram com certo êxito. Já me havia familiarizado com a análise gramatical e ensaiava a análise lógica. Fazia descrições que o padre ia corrigindo, uma delas sobre o levantamento, no alto da serra de Quinamuiú, de uma cruz comemorativa da passagem do século [...] Em francês já havia decorado quase toda a gramática de Halbout e estava bem avançado no volume dos temas. Traduzia para um caderno trechos das orações fúnebres de Bossuet, de sermões de Massillon, de Lacordaire, de Bourdaloue, quatro grandes luminas da oratória sacra.⁴²

Tamãha diversidade de aquisições culturais lhe permitiu contudo vislumbrar as alternativas de carreira que então se abriam a um rapaz com a sua modesta condição social, muito embora não pudesse por enquanto abrir mão dos parcos rendimentos que de algum modo lhe proporcionavam os serviços prestados à Igreja como professor primário num estabelecimento privado e mestre particular em casas de famílias católicas da capital cearense.

Os únicos círculos sociais que eu freqüentava eram a conferência de S. Vicente de Paulo, aos domingos, na igreja do Coração de Jesus, e um pequeno grupo de colegas do liceu, que, todos os dias, invariavelmente, de seis às nove da noite, se reuniam em um dos recantos arborizados da praça do Ferreira. Na igreja do Coração de Jesus, logo conquistei, entre os companheiros de confraria, o mais carinhoso acolhimento. Sabiam dos meus serviços à irmandade, em Tauá; testemunhavam o meu empenho em cooperar na obra de assistência aos necessitados, tendo fundado, sob os auspícios do barão de Studart, no boulevard Visconde de Rio Branco, uma pequena escola para crianças pobres; sendo eu, ainda, o distribuidor de esmolas pelos casebres de palha perdidos nos areais adjacentes à estrada de Mecejana. Tudo isso me valeu ser designado para membro do Conselho Central das Conferências, posto de que há muito me ufanava, pois, além do bispo d. Joaquim, o mesmo que me crismara [...] do conselho faziam parte, entre outros varões austeros, dois ou três desembargadores.⁴³

O relato acerca de seus primeiros tempos em Fortaleza permite equacionar os dilemas com que se debatia. Tendo como trunfos os serviços prestados à Igreja, à qual continuava ligado, e as recomendações dos padres, das quais dependeu, em parte, sua aceitação no liceu, encontrava-se não obstante numa

situação de virtual isolamento social, não podendo freqüentar senão os grupos de jovens carolas que, como ele, barganhavam sua permanência na capital do estado em troca de pequenos trabalhos de apostolado. Sendo assim, Joaquim teve inclusive de ocultar as leituras "escabrosas" que vinha fazendo e recalcar o desgosto e o distanciamento crescentes que vinha sentindo em relação à Igreja. Graças ao patrocínio clerical e aos préstimos familiares junto aos figurões da oligarquia local, consegue os meios de subsistência para continuar estudando e acaba sendo brindado com a matrícula gratuita no primeiro ano do curso jurídico, recém-inaugurado em Fortaleza.

Insensivelmente ia-me habituando a esse ambiente, sem que me roçasse, mesmo vago temor de respirar um ar viciado por "doutrinas deletérias"; também, insensivelmente, me ia esquecendo dos apologistas católicos, do *Bon sens de la foi*, de Chateaubriand e dos oradores sacros. Arrefecia o entusiasmo pelas contendas e que antes me empenhava em defesa da fé. Lía Victor Cousin, um velho tomo que continha a biblioteca, generosamente, às escondidas, permitia que eu levasse para casa. Saboreava aquele novo gênero de eloqüência, um tanto à Bossuet, mas com um fundo espiritualista liberto da rígida ortodoxia eclesiástica. Abandonei, ali, sem pena, o filósofo eclético, quando, com uma curiosidade quase infantil, abri os primeiros princípios de Herbert Spencer, tão comentados em aula. Longe estava o supor que tinha entre as mãos a máquina infernal que ia fazer saltar pelos ares a montanha de dogmas que eu acreditara graniticamente estratificados nas profundas e ancestrais camadas do meu ser [...] A minha passagem para as hostes do Livro do Pensamento, contra o qual tanto e tão inutilmente me prevenira o bom abade Canet, operou-se, assim, sem resistências, sem choques, sem hesitações [...]. Torturava-me, entretanto, um mal-estar moral que me não permitia ficar tranquilo, coerente comigo mesmo. Era que continuava a ser tido, entre os confrades de S. Vicente de Paulo, por um irmão, fiel cumpridor de seus deveres espirituais [...].⁴⁴

Prevenido pelos seus professores da faculdade de direito quanto aos riscos em que incorreria caso levasse à público o rompimento de seus laços com a Igreja, nem assim desiste de fundar primeiro uma revista, e depois um jornal abertamente anticlerical e contrário à entrada de frades estrangeiros no Brasil. O ingresso no curso jurídico abre-lhe novas perspectivas de trabalho. Assim

como, por ocasião de sua vinda para Fortaleza, imaginava-se trabalhando num jornal como paladino das causas da Igreja, “desancando hereges e incrédulos”, “defendendo a religião católica, os seus milagres, o seu clero” e “investindo, implacável, contra os seus inimigos, os quais eu congregava todos na maçonaria”, troca de vassalagem para exercer sua militância sem se dar conta de que a “máquina infernal” que lhe inculcava a “vocaçào” para esse novo apostolado anti-Igreja se devia muito mais às disposições para o trabalho simbólico, que fora insensivelmente incorporado, do que às leituras “ímpias” a que esteve exposto. Em vez de a mola propulsora de sua trajetória residir no “secular conflito [...] entre a ciência e a religião, entre a razão e a fé”,⁴⁵ o elemento decisivo para os rumos que tomou no espaço da classe dirigente consistiu na possibilidade de acesso ao corpo docente da mesma faculdade que o livrara do destino social que lhe estava reservado, o de tornar-se um letrado clerical ou, então, um militante semiprofissional da reação católica. Por ocasião das greves ocorridas em Recife em 1919, Joaquim Pimenta já se tornara um professor popular na Faculdade de Direito daquela cidade, divulgando os escritos marxistas. Um mês antes da eclosão do movimento grevista havia se oferecido para atuar, em caráter profissional, como intermediário das reivindicações operárias junto aos patrões. O sucesso alcançado nesse primeiro mandato lhe permitiu converter-se aos poucos no principal líder do movimento operário no âmbito local.⁴⁶ Em 1921, participa na fundação da extensão brasileira do Grupo Clarté — a “internacional” dos intelectuais sediada em Paris e liderada por Barbusse —, que esboçou o projeto de um Partido Socialista. Em 1925, Pimenta transfere-se para o Rio de Janeiro, onde aceita um cargo no Ministério da Justiça, atitude que desagradou a seus antigos companheiros de militância operária em Pernambuco. Temendo represálias do ministro que o convocara, recusa-se a conceder apoio ao capitão da Marinha Protógenes Guimarães, que vinha contando com a adesão do movimento operário para o êxito de um movimento revoltoso em andamento. Após 1930, já alcançara o status de consultor oficial de Vargas em matérias relativas à “questão social”, tendo participado do comitê oficial de recepção que, no Catete, deu boas-vindas à representação operária por ocasião da parada dos trabalhadores em solidariedade ao governo provisório.

Muito embora a carreira da maioria dos intelectuais cooptados dependesse dos subsídios que o Estado lhes concedia, não se pode afirmar que as posições que chegaram a ocupar no interior do campo intelectual é, mais, que os prêmios de consagração que suas obras receberam possam ser reduzidos, nas mesmas proporções, às benesses do mecenato governamental. De fato, as vantagens associadas à origem social e que, transformadas, ressurgem e se definem tanto pelo volume como pelas espécies de capital escolar e cultural e, de outro lado, as circunstâncias que envolveram a convocação desses intelectuais para o serviço público constituem os princípios de diferenciação pertinentes para distinguir escritores-funcionários dos funcionários-escritores.

Augusto Meyer, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade eram escritores-funcionários que mantinham laços de amizade com políticos estaduais que, em Minas, haviam liderado o movimento revolucionário em 1930, sendo que alguns desses homens políticos se tornaram dirigentes do primeiro escalão no novo regime. Osvaldo Orico, Herman Lima, Peregrino etc., por sua vez, são funcionários-escritores que iniciaram suas carreiras no capital federal sem contar com o apoio de uma “pánela” bem situada que pudesse lhes garantir empregos e oportunidades complementares de ganho. Enquanto os primeiros se transferiram para o Rio de Janeiro a chamado dos chefes políticos do novo regime, os outros eram migrantes sequiosos de encontrar um lugar ao sol. Em outras palavras, a convocação de Drummond, Abgar Renault e Augusto Meyer, para que preenchessem os cargos de confiança no segundo escalão do estamento, inscrevia-se numa estratégia que consistiu em esfacelar a autonomia das oligarquias estaduais pela formação de um quadro de agentes em que “o principal trunfo é o acesso ao centro dominante de poder econômico e político, o governo federal”.⁴⁷

Para confirmar a disparidade das carreiras intelectuais desses escritores basta contrapor o ponto de partida de sua escalada nos aparelhos do Estado. Carlos Drummond de Andrade já começa como chefe de gabinete do ministro da Educação e Saúde Pública; Augusto Meyer transfere-se do Rio Grande do Sul para dirigir o Instituto Nacional do Livro, cargo do qual se afasta apenas em 1944, quando viaja aos Estados Unidos a convite do Departamento de Estad

Oswaldo Orico inicia sua carreira de funcionário como inspetor regional de ensino; Herman Lima consegue vir para o Rio de Janeiro, removido da Delegacia Fiscal de Salvador para o Tesouro Nacional; o primeiro emprego de Peregrino Jr. no Rio é de escrevente extranumerário na Central do Brasil, fazendo em seguida o concurso para auxiliar de escrita.⁴⁸ Os funcionários-escretores, sendo quase sempre originários de estados periféricos em relação aos centros culturais e políticos, portadores de diplomas superiores de baixa conversibilidade no mercado federal de postos, iniciam sua trajetória intelectual buscando filiar-se aos remanescentes anatolianos da República Velha⁴⁹ que haviam conseguido estabilizar sua situação de emprego e, ao mesmo tempo, fazendo lances arriscados em áreas da produção cultural cuja rentabilidade ainda era uma incógnita. Por conseguinte, muito embora sua carreira pública deslanche a partir de posições nos escalões intermediários da burocracia federal, a mobilidade horizontal que caracterizou a circulação desses homens no interior da máquina governamental, aliando-se à disponibilidade relativa que uma formação cultural precária propicia, acabou lhes trazendo vantagens na prospecção de postos em novos espaços que se abriam no interior dos aparelhos do Estado.

Neto e sobrinho de professores ilustres que se haviam transferido para o Brasil para prestar serviços culturais à colônia alemã, Augusto Meyer, “um cria de imigração” segundo suas próprias palavras, teve a oportunidade de adquirir uma refinada competência cultural que não estava ao alcance de Oswaldo Orico, filho de um ferreiro que havia trabalhado na Marinha como embarcado. Na mesma época em que Meyer se enfastiava com os cadernos quadriculados da aula de aritmética que lhe pareciam “as grades de um cárcere”, exercitando-se na aprendizagem de idiomas estrangeiros e na leitura dos clássicos da literatura, Oswaldo Orico sofria na carne as conseqüências da crise da borracha que, ao afetar o volume de encomendas feitas à oficina paterna, determina sua transferência de colégio em Belém do Pará. Do Instituto Amazônia, “o mais acreditado estabelecimento de ensino naquele tempo”, “o pequeno orador do Instituto” vai para um grupo escolar para onde seus irmãos já haviam sido relegados.

Segundo um perfil biográfico de Augusto Meyer,

ao deixar o Bom Conselho (colégio de freiras onde cursou o primário), matricula-se o menino no Colégio Anchieta, dos padres jesuítas, onde teve, como um dos

principais professores, o padre Werner von und Zu Muhlen, excelente francês, que já ensinara na cidade de Gand, na Bélgica, e fora amigo de Maquiavel. Já àquele tempo obrigava o padre Werner os alunos à leitura de textos em francês que eram depois comentados e analisados literariamente, espécie do que hoje se faz em nossa Faculdade de Filosofia [...] Terminado o segundo ginásio, o menino abandona o Anchieta, para frequentar o curso de seu tio, o professor Emilio Meyer, figura muito conhecida no estado, e que preparou várias gerações de rio-grandenses para os estudos superiores. Por influência desse tio, estudou Augusto com afinco o português, o inglês, o francês, o italiano e o latim. Por influência do ambiente aprendeu muito cedo a cultivar a poesia alemã e a ler Goethe, Schiller e Heine original; suas primeiras tentativas poéticas foram traduções de Heine. Mas logo deixou empolgar pela literatura francesa. Uma prova disso é que, aos dez anos, andava o menino às voltas com o *Han d'Islande*, de Victor Hugo [...] Concluídos os preparatórios, matricula-se na Faculdade de Direito, mas não chega a fazer o curso logo compreendendo que a advocacia não é a sua vocação [...] Dos dez aos quinze anos, o rapaz dedica-se à pintura: acreditava-se uma vocação para aquela arte, e recorda de ter pintado duas paisagens, a óleo, de Porto Alegre, chegando mesmo a expô-las.⁵⁰

O relato de suas experiências culturais ao longo da adolescência revela disparidades de capital cultural herdado e adquirido que estão na raiz das diferenças entre suas carreiras intelectuais e do nível de reconhecimento que obtiveram. Ao tempo em que Augusto Meyer e seus companheiros se dedicavam a “corrigir os poetas e refutar os filósofos”, em que ele atuava como ilustrador oficial “das revistas fabricadas a mão que então circulavam pela praça da Matriz, entre leitores esotéricos”, vacilante entre a pintura e a “mania literária”, partilhando tempo, inventiva e engenhos entre colaborar como caricaturista amador no *Kodack* e fazendo publicar seus primeiros contos, Oswaldo Orico se esmerava em fazer proezas como orador das cerimônias escolares.

Estudava pintura então com o velho João Riedel, e neste momento se me debruçava um pouco para dentro de mim mesmo, vejo-o de tal modo vivo; a entrar-me pelos olhos, que não sei onde meter o calendário e as águas passadas. Basta agora dizer que estudava pintura e andava a copiar aquela paisagem da tampa da caixa de música, para mim, toda impregnada de mistério. [...] Eis-me, pois, em certos dias

da semana, a sondar a nobre arte do desenho, que brincando brincando, foi a maior escola da minha vida. Muito devo aos rigores incansáveis do velho João Riedel. O desenho geométrico, a teoria da perspectiva e das sombras, e suas aplicações ao desenho acadêmico, encheram-me os dias de comoção e inquietude, atulharam grandes pastas de rijas folhas torturadas [...] Copiei traço a traço, fibrila a fibrila, com finíssima ponta de nanquim, uns dois ou três cadernos de desenho anatômico; a armatura do esqueleto, revestida aos poucos de feixes musculares, desvendava a harmonia das formas orgânicas, em que tudo converge para o mesmo equilíbrio, e a aparência tão simples da forma exterior era a manifestação de uma profunda complexidade interna, traduzida em adequação funcional, em círculo indissolúvel de ser e parecer. Comecei a trabalhar com modelo vivo. Depois de lidar muito tempo com a ponta-seca, o *fusain* e a aquarela, vi-me diante do cavalete, armado de paleta, pensando [...].⁵¹

Costumava eu fazer discursos decorados em nome das crianças paraenses, sempre que o general Lauro Sodré voltava à sua terra, onde era recebido como um ídolo [...] Não havia solenidade pública, abertura de cursos ou distribuição de prêmios, a que eu não comparecesse com um discurso ou com uma poesia de memória.⁵²

Assim, a incorporação das disposições exigidas pelo ofício de poeta se reapercebia de uma utilização do tempo de molde a despertar aptidões para saber com as emoções como matéria-prima da produção intelectual.

[...] Comecei a entrar numa sombra de nuvem, que era a primeira mocidade. Não a vejo senão pelo seu lado sombrio, quando penso na crise de pessimismo dos meus vinte anos, feita de descrença, intoxicação livresca, neurastenia, abuso do fumo, falta de hábitos disciplinados de trabalho [...] versejava em francês, enchia cadernos de apontamentos em francês [...] Era um desprendimento de tudo, uma espécie de sonambulismo lúcido o clima de aparente equilíbrio em que ele respirava, entre duas crises mais agudas. Permitia-lhe andar, falar, praticar todos os ritos da vidinha cotidiana, aparentemente viver como todo o mundo, mas, no fundo, sentia-se cada vez mais ausente, voltado para o avesso das coisas, ele mesmo revirado pelo avesso. Não é fácil descrever aquele estado de ânimo, pois caracterizava-o justamente a indefinição do Vazio numa náusea de vacuidade. Adoecera gravemente de uma dispepsia nervosa, que durou bem uns dois anos e parecia empurrar-me aos poucos para a cova.⁵³

Decerto a interrupção do curso de direito esteve ligada à conjuntura de transição da adolescência à primeira mocidade, em que a ausência de um apoio associada ao estado doentio se misturou às seqüelas de uma crise existencial. Tudo isso tendo contribuído para “confirmar” sua “entrega” ao ofício de poeta. Ao mesmo tempo que firma sua reputação por meio das colaborações literárias que publica na imprensa de Porto Alegre, aproxima-se do grupo de letrados políticos que se reuniam defronte à Livraria do Globo. E, ao contrário de outros intelectuais de sua geração que não encontraram meios de vencer as resistências que se interpunham às suas pretensões de ingresso na administração pública, Meyer consegue desde então compatibilizar seu trabalho intelectual com os encargos como funcionário. Tendo passado de primeiro a terceiro oficial e, mais tarde, a diretor da Biblioteca Pública do Estado, acaba recebendo o chamado de Vargas para assumir a direção do Instituto Nacional do Livro.

O retrato que Osvaldo Orico faz de Lucídio Soares, protótipo do letrado provinciano, como que antecipa o itinerário que o próprio Osvaldo teria cumprido numa conjuntura anterior do campo intelectual.⁵⁴ Nesse caso, não teria como se safar das amarras em que se viu enredado seu primeiro modelo de excelência: depois de passar uns tempos no Rio, cavando um lugar no espaço intelectual ou político da classe dirigente, acabaria aceitando um cargo de juiz no Pará (“que lhe fora oferecido sem que fosse necessário rogá-lo”), entremendo a leitura dos autos com as práticas diletantes de versejador, e de olho na cátedra de direito civil na faculdade local; iria se casar com a filha de um advogado de grande prestígio no estado e que também lecionava direito romano na mesma faculdade; fundaria revistas, animaria cenáculos de admiração mútua, faria o mensário *Efémeris* e, por fim, levaria ao prelo um livro de versos intitulado *Vida obscura*, dando o fecho à carreira viável para um homem de letras numa província distante.

Em vista da ampliação do número de postos no serviço público e dos empregos em tempo parcial na imprensa e em outros empreendimentos culturais, Osvaldo Orico conseguiu sair da província e tornar-se ao mesmo tempo um alto funcionário e um escritor “menor” cujo único título de glória era o de ter sido eleito para a Academia Brasileira de Letras. Ainda em Belém, Osvaldo ingressara no jornal *Estado do Pará* como suplente de revisor, tornando-se depois redator por intermédio de um senador seu conhecido; daí transfere-se para outro órgão recém-fundado, no qual, além de um salário maior, tem a oportu-

unidade de ampliar o círculo de suas relações sociais. Com quase vinte anos decide tentar a vida na capital federal, onde começa trabalhando na imprensa até arranjar um lugar no corpo docente da Escola Normal, regendo a cadeira de português e literatura. Quando está prestes a desistir de fazer carreira no Rio, consegue um posto na secretaria do Museu Nacional por meio de um conterrâneo que então dirigia essa instituição, sujeitando-se a constar da folha de pagamento na qualidade de jardineiro. Graças à proteção do ministro Alfredo Pinto, pertencente à mesma roda de coestaduanos em que se apoiava, acaba sendo nomeado para a cadeira de desenho na Escola Normal, pois chegara tarde à competição pela cadeira de literatura e estética da língua, que coubera a um apaniguado com melhores pistolões. Enquanto na secretaria do Museu Nacional ganhava 120 mil-réis para datilografar os artigos feministas de Berta Lutz, o cargo docente na Escola Normal rendia por volta de 450 mil-réis mensais.

A exemplo de outros escritores às voltas com dificuldades semelhantes às suas, como Herman Lima, que inicia sua produção cultural como ilustrador e capista das revistas mundanas de grande tiragem,⁵⁵ ou, então, como Peregrino r., que se dispõe a assumir o trabalho de colunista social, Osvaldo Orico atua como franco-atirador que, por força dos óbices que coíbem as chances dos autodatas, compensa uma habilitação precária para o trabalho intelectual pela diversificação de suas frentes de risco. Data desse primeiro período no Rio seu lance profissional mais certo. Não tendo como se livrar dos encargos subalternos característicos da “cozinha” da produção cultural, Osvaldo concentra seus investimentos no domínio da educação, área em vias de expansão e que por isso mesmo acolhia intelectuais destituídos das qualificações escolares exigidas nos tempos tradicionais do ensino superior. É nessa conjuntura de candentes debates acerca do sistema de ensino que consegue faturar o prêmio Francisco Alves — concedido pela Academia Brasileira de Letras, pelo seu trabalho a respeito dos meios de disseminar o ensino primário no país —, no valor de dez contos de réis. Ao longo dos anos, galga os diversos degraus na hierarquia do serviço público: é inspetor regional de ensino, passa a diretor da Divisão de Educação Extra-escolar do Ministério da Educação e Saúde Pública e, afinal, ingressa na carreira de conselheiro comercial afeta ao Ministério das Relações Exteriores, sem falar nos inúmeros trabalhos, encargos e missões de representação oficial de que foi incumbido.

As memórias de Osvaldo Orico e de outros acadêmicos eleitos em razão dos serviços prestados à elite burocrática do que em virtude do valor conferido às suas obras deixam transparecer os ganhos materiais e demais vantagens que derivavam da condição subsidiada de funcionário-escritor. Os empreendimentos intelectuais seguem à risca as prescrições do mecenato oficial. Nesse sentido, o balanço que Osvaldo estabelece acerca dos altos e baixos de sua carreira não está muito longe de uma análise científica da situação dos intelectuais que viviam às custas do Estado durante o período Vargas. Além de revelar, num tom cândido que beira o cinismo, as estratégias de que se valeu para alcançar sua posição, o trecho a seguir explicita a receita de quem desejou lograr o intento de ingressar na Academia Brasileira de Letras, retribuição máxima a que podia aspirar um trabalhador intelectual às voltas com todo tipo de desvantagens sociais.

Não me gabo nem me louvo das dificuldades e tropeços da jornada. A única que me envaidece é a certeza de não haver empregado, para vencê-los, nenhum meio de que me possa arrepender [...] Não foram [os postos que alcançou], ademais, nem títulos altos que me pudessem deslumbrar nem tão pequenos que lograssem obscurecer-me [...] Realizei a minha vocação: a de escritor. Bom ou mau, ninguém me nega este título [...] Os livros [os que escreveu] me abriram as portas da vida pública: magistério, a diplomacia, a política. Tudo o que fui, tudo o que sou, a eles [aos livros] devo. Não é muito, mas é o bastante para não sentir-me frustrado [...] Ainda, à casa dos trinta anos, sem prestígio social ou bafejos oficiais que me garantissem êxito, cheguei à Academia, vencendo em três décadas uma distância considerável que vai da bigorna de um ferreiro ao solar das eminências estelares do país.⁵⁶

Os intelectuais cooptados pela administração federal não tiveram que pagar o mesmo preço ao Estado e ao mecenato oficial: os funcionários-escritores tiveram que se curvar às diretrizes políticas do regime, os escritores-funcionários puderam se abrigar sob a postura de uma “neutralidade” benevolente em relação ao Estado, o que lhes permitiu salvar muitas de suas obras do acesso às lutas políticas. Nas palavras do maior poeta nacional, os integrantes de ambos os grupos se comportaram como “poetas ajuizados” que, em meio a essa “maneira de vida subvencionada”, tentaram construir “edifícios de nuvens”.

Os resultados a que chegou este trabalho se prendem, de um lado, às dimensões privilegiadas pelo modelo de explicação adotado e, de outro, às relações históricas de causalidade que alicerçam a argumentação. Foi da junção entre a análise dos componentes classistas e a exigência de contextualizar as práticas intelectuais que se constituiu o perfil do objeto. Em outras palavras, a trajetória dos intelectuais aqui tratados deveu-se tanto aos efeitos provocados pela experiência de declínio de antigas famílias dirigentes como às perspectivas de expansão do mercado de trabalho político e cultural.

O capítulo I situou os intelectuais no âmbito das lutas e dissensões internas do sistema político-partidário em São Paulo. As iniciativas de "construção institucional" dos grupos dirigentes tornaram o campo regional de produção cultural num dos eixos dominantes da vida intelectual no país, tendo-se firmado uma rede de instâncias de produção, difusão e consagração, cujos padrões de legitimidade perduram até hoje. No entanto, os parâmetros que passaram a nortear o trabalho intelectual parecem indissociáveis do projeto de hegemonia política então formulado pelos grupos dirigentes locais. Desde o movimento modernista até a criação da Universidade de São Paulo, os vários empreendimentos na esfera educacional e cultural foram dimensionados sob a chancela de uma "bur-

guesia" que alimentou a esperança de reformar o sistema oligárquico sob novas condições de representação política do operariado e dos setores médios urbanos que poderiam lhe servir de sustentação. Nas condições da época, os intelectuais que viriam integrar o "estado-maior" intelectual em São Paulo não puderam se furtar às demandas de um mecenato privado propenso a subsidiar a produção de obras de vanguarda, cujo êxito não dependeu do valor comercial que porventura tivessem. Em consequência, não foi por acaso que os movimentos de renovação surgidos na literatura, nas artes plásticas, na arquitetura, coincidiram com a formulação de um projeto reformista do poder oligárquico.

Esse mesmo capítulo também abordou algumas das condições institucionais que favoreceram o recrutamento daqueles intelectuais que se engajaram na "inteligência" do movimento integralista e da reação católica, movimentos sociais que tomaram impulso ante o recuo paulista, abrigando os contingentes da "alta classe média não econômica" desejosos de tomar em suas mãos o controle do Estado, valendo-se da intensa mobilização de setores sociais que pela primeira vez faziam sentir sua presença na arena política.

A falência dos grupos dirigentes que poderiam ter empalmado a bandeira "liberal", os estigmas de separatismo e antinacionalismo que minaram suas bases de legitimidade, o impacto das eleições para a Constituinte, as ameaças que trazia a extensão dos direitos de representação às mulheres e a outros grupos sociais, a emergência dos grupos de esquerda, o grau de incerteza quanto a rumos que tomaria o regime centralizado e quanto à extensão em que se daria a crescente ingerência estatal, a voga dos movimentos autoritários na Europa entre guerras, configuraram a conjuntura que engendrou a adesão aos movimentos radicais. No caso daqueles intelectuais que vivenciaram a derrubada do sistema oligárquico como a ruína de suas pretensões de carreira política, a crise da década de 1930 parecia confirmar seus desígnios antiliberais.

Esses movimentos de "salvação" política colheram muitos quadros intelectuais que haviam permanecido fiéis ao projeto paulista até a derradeira eleição em 1932. Desse ponto de vista, aqueles que se bandearam para as hostes integralistas, outros que foram engrossar as fileiras do "partido" católico e, em especial, a fração da "inteligência" que fazia a ponte entre ambos os movimentos, abriram nessas entidades a oportunidade de influir e moldar os rumos dos movimentos do novo regime. Assim como haviam colaborado para truncar a ascensão das forças políticas vitoriosas em 1930, muitos deles se filiaram à bandeira anti-

ria que lhes parecia o sucedâneo eficaz para o qual poderiam canalizar suas esperanças de reforma elitista e, lance certo, cobrar o quinhão de sua presença na coalizão de forças de que se sentiam aliados. Estou querendo chamar a atenção para o fato de que o integralismo e a reação católica se constituíram, nos chamados "anos cruciais", em esforços de mobilização caudatários da derrocada do sistema oligárquico. A despeito das peculiaridades de seus respectivos programas e das diferenças entre os setores sociais que estavam em condições de rebanhar e mobilizar, tais movimentos se firmaram em meio ao esvaziamento da alternativa "liberal", civil e burguesa que os grupos dirigentes paulistas não conseguiram empolgar.

Pelo menos no que diz respeito às características sociais e às perspectivas de carreira da maioria dos integrantes da "inteligência" desses movimentos, a evolução de 30 e os primeiros anos do governo provisório não apenas lhes infligiram a condição momentânea de "sem-trabalho" da política como pareciam anular a possibilidade de que viessem a prestar serviços aos novos "donos do poder". Estou convencido de que razões semelhantes favoreceram o recrutamento intelectualidade católica, com a agravante de que a hierarquia eclesiástica tinha interesses e investimentos consideráveis a serem resguardados nos negócios do ensino e da cultura. Quando se levam em conta os dividendos que a Igreja tinha logrando pelo compromisso de colaborar com o poder oligárquico, a concorrência ideológica do início da década de 1930, no interior dos próprios grupos dirigentes, só veio ativar a arrematamento de quadros para o circuito de instituições sob seu controle.

Ao longo desse capítulo, salientei alguns aspectos da formação escolar e cultural que, na conjuntura da época, contribuíram para o aprofundamento da crise ideológica que grassava entre as clientelas de bacharéis. Desse prisma, a inflação inflacionária no mercado de títulos, as ameaças de relegação que rondavam os portadores de diplomas e, em especial, a emergência de modalidades de trabalho político e cultural para as quais eles não se sentiam competentes e possibilitados tiveram o condão de atraí-los para os movimentos de "reação". O círculo intelectual do estado-maior integralista era um jovem bacharel egresso das faculdades "livres" de direito e medicina que completou os estudos convencido de que a missão política a que estava destinada sua geração definiria os destinos nacionais. Era dessa convicção e do acirramento da concorrência ideológica que se nutriam as veleidades radicais de participação. Daí a tendência de

tomarem a República Velha como prova de liquidação do liberalismo, da posição de se filiarem a soluções messiânicas de teor espiritualista.

Procurei avaliar o engajamento nesses movimentos à luz das alternativas então em aberto, sem pretender encarar as atitudes políticas dos integralistas sob uma perspectiva maniqueísta que se compraz em situá-los no terreno do inornável. Em vez de imputar à experiência desses agentes conteúdos de sentido alheios às suas experiências ou, então, de recobrar no passado, termo a termo, as vantagens que são nossas e que estavam fora de cogitação na época, a análise realizada nesse capítulo privilegiou as dimensões capazes de qualificar a crise ideológica e profissional em que se viram imersas as elites intelectuais.

O capítulo 2 examinou a expansão do setor editorial como um dos requisitos institucionais que moldaram o perfil do campo intelectual. Decerto os resultados obtidos por esse levantamento oferecem pistas fecundas para o conhecimento das tendências da demanda por bens culturais no período em apreço. O aspecto decisivo residiu no êxito comercial da literatura de ficção, gênero pelo qual sucedeu a transição dos padrões de dependência cultural e que, ao mesmo tempo, propiciou a gênese de um grupo restrito de escritores profissionais. A concentração de investimentos das principais editoras nas diversas modalidades da literatura de ficção foi o eixo dinâmico do processo de substituição de importações no setor editorial, estimulando a produção local de obras que passaram a concorrer com as traduções. A montagem de editoras comerciais de médio e grande porte, a rentabilidade da literatura de ficção e o surgimento de um núcleo de romancistas produzindo para o mercado interno compõem o tripé em que se alicerçou a infra-estrutura da produção de livros.

Apesar das condições políticas adversas impostas pelo regime, por meio de uma rede de aparelhos de repressão e censura, o surto no setor editorial beneficiou-se com a transição dos pólos de hegemonia externa. Embora estivessem incorporando padrões narrativos que os escritores norte-americanos haviam introduzido, os romancistas sujeitaram esse instrumental ao tratamento realista das transformações por que passava a sociedade brasileira da época, e, no limite, o êxito por eles alcançado derivou da sintonia com as demandas do público. Data desse mesmo período a publicação de uma fornada de obras que alteraram o perfil do diagnóstico acerca da realidade social e política, em geral escritos por

intelectuais munidos de um instrumental analítico a par das principais correntes de pensamento que inauguraram as ciências humanas na Europa.

Tomara que a análise empreendida no capítulo venha contribuir para qualificar as mudanças por que passam as relações de dependência no plano cultural sem incorrer no vizo de privilegiar os efeitos "alienantes" porventura causados pela importação direta de sistemas de pensamento e tampouco deixando-se guiar pelos estereótipos em voga a respeito das "trevas" em que estaria submersa a produção intelectual durante o Estado Novo. As décadas de 1930 e 1940 deitaram os alicerces da infra-estrutura necessária à produção de livros em escala industrial, sendo que os padrões de legitimidade que norteavam o perfil de investimentos das editoras ainda influenciam os empresários atuais do setor.

O capítulo 3 procurou dimensionar os efeitos provocados pela expansão das atividades do setor público no mercado de trabalho cativo dos intelectuais. Ao mesmo tempo que esse processo se prende à gênese de uma categoria social, o funcionalismo público de carreira que foi uma das bases em que se apoiava o regime, teve a preocupação de apontar a diversidade de situações funcionais — as modalidades de inserção e a prestação de serviços que lhes são inerentes — que permearam as práticas dos intelectuais então convocados. Foi possível averiguar as maneiras como os encargos burocráticos interferem no trabalho intelectual, condicionando o perfil de investimentos culturais dos diversos tipos de escritores, definindo os conteúdos da condição intelectual e delineando as pretensões políticas e intelectuais dos letrados conforme a posição que ocupavam na hierarquia burocrática e o vulto da colaboração que prestavam. São essas algumas das condições que permitiram ao poder público arvorar-se em árbitro da concorrência intelectual, montando instâncias próprias de consagração de autores e obras e ampliando as garantias para a continuidade da atividade cultural.

Todavia, é do confronto entre os componentes classistas e a situação prevalente no âmbito dos mercados que regulam a distribuição dos contingentes de classe relegados à atividade intelectual que se configura o argumento central da tese. Ao afirmar que o autoritarismo político resulta de uma "reduzida capacidade social de articulação e representação de interesses em um contexto de concentração 'excessiva' de poder nas mãos do Estado", essa interpretação sugere que os mecanismos de cooptação redundam na "debilidade e dependência contínuas dos grupos sociais articulados em relação ao centro político".¹ Parece-me, por-

tanto, que esse ponto de vista dá por assentes os interesses próprios dos grupos cooptados pela elite burocrática que, por essa via, reforçam sua presença em centros públicos de decisão.

Sem descartar o peso dos fatores ligados à função política e organizacional, este trabalho encaminhou tais questões para o domínio das propriedades sociais dos grupos cooptados, ou seja, a ênfase incidiu sobre os componentes classistas que alicerçam de maneira coerciva as orientações ideológicas e os rumos políticos daqueles grupos que se autodesignam para o trabalho político e cultural, e que para ele são convocados por terceiros. Assim, a concentração de poder em mãos da elite burocrática vem responder, de um lado, às novas exigências do trabalho de dominação que não tiveram atendimento adequado no nível das instituições a serviço dos grupos dominantes da "sociedade civil" e, de outro, resultando das pressões que os grupos relegados da classe dirigente fazem no sentido de extensão de oportunidades de trabalho no setor público. Esse padrão de troca entre decadência econômica e dependência patrimonial permeia a transação entre os detentores do mando político e os agentes em vias de serem incorporados ao sistema de poder, os primeiros "comprando" não apenas os serviços mas ainda a teia de servidões por meio da qual os demais são pinçados. Não obstante, a prospecção de postos públicos se daria não por necessidade de "recursos para a implementação de interesses de tipo econômico" nem "como forma de mobilidade social e ocupacional";² hipóteses segundo as quais os agentes propensos à cooptação proviriam de posições intermediárias na hierarquia social. Com efeito, o êxito relativo das estratégias de reconversão de que se valeram certos grupos sociais em declínio se deveu, em última análise, ao fato de terem coincidido com um momento de transformações cruciais no âmbito do mercado de trabalho político e cultural.

Nesse passo, este estudo traz alguns subsídios no sentido de esclarecer a dinâmica característica das relações internas aos grupos dirigentes na sociedade brasileira. É mediante esses mecanismos de cooptação que tais grupos têm podido resistir ao impacto de sucessivas crises econômicas e às mudanças que se impõem à gestão política e cultural. A análise dos intelectuais permitiu revelar a imbricação entre as determinações de classe que impelem à carreira intelectual e as demandas político-ideológicas que possibilitam a absorção dos efeitos ameaçados de serem despejados da classe dirigente. O destino social de que

ram vítimas os intelectuais apresenta vários traços comuns com a trajetória empreendida pelos contingentes que se encaminharam para o clero, para a carreira militar e para a política profissional. Sem sombra de dúvida, esse engendramento de pessoal político e intelectual no interior da classe dirigente constitui um requisito indispensável para que se possam discernir as peculiaridades de um sistema de dominação cujas raízes remontam à crescente disjunção entre os detentores do poder econômico e os grupos (militares, intelectuais, políticos profissionais) que foram tomando as rédeas do comando político. Na medida em que o recrutamento de pessoal político e intelectual não extravasa o espaço da classe dirigente, pinçando seus quadros nas franjas que concentram os ramos constituídos, seria impensável que esses "parentes pobres" aos quais se delegaram o comando político e a autoridade intelectual possam assumir iniciativas destinadas à extensão dos terrenos de negociação e, portanto, à incorporação dos grupos excluídos, sem que instilem nesses arranjos a marca de seus interesses. Por essa via, o trabalho se enquadra na mesma linha do diagnóstico contido em outras obras em que a persistência dos mecanismos de cooptação, impregnando os padrões de concorrência estimulados pelos processos de urbanização e industrialização, aparece como o cerne da história das transformações políticas no Brasil contemporâneo.

Por fim, gostaria de salientar os resultados obtidos no que diz respeito às mediações institucionais que regulam o mercado de trabalho em que se insere o pessoal político e intelectual. Mesmo sem entrar no mérito da validade empírica das teses que o trabalho procura sustentar, acredito que essa questão é um dos pontos nevrálgicos para a compreensão das relações de classe no país. Como se sabe, diversos estudos têm privilegiado o papel das dimensões organizacionais inerentes ao funcionamento dos partidos, sindicatos e outras instituições da sociedade civil. A pertinência dessa linha de investigação reside, antes de tudo, no fato de ter conseguido nomear os limites dos modelos de explicação economicista, embora a fecundidade desse ponto de vista seja proporcional à preocupação de referir o arcabouço do sistema político às bases sociais em que ele se funda. Outros estudos preferem encarar o sistema partidário como um espaço de enfrentamento em que o saldo das lutas reside nos ganhos obtidos em relação ao controle dos instrumentos e recursos capazes de satisfazer as demandas das respectivas bases eleitorais. Contudo, cumpriria incorporar à análise política o

exame dos terrenos de concorrência que moldam o espaço das alianças e das relações entre as forças sociais. É no âmbito desses mercados — o sistema de ensino, a indústria cultural, o terciário político e cultural etc. — que sucede a legitimação das diferenças sociais, isto é, neles se constitui o valor desigual das formas disponíveis de capital — títulos e diplomas, postos e cargos, padrões de gosto etc. — de que se apropriam os diversos grupos e classes segundo as posições que lhes cabem na estrutura social. Enquanto prevalecer a tendência de enxergar as relações de classe como o confronto entre entidades coletivas movidas por um destino inescapável, cuida-se pouco da heterogeneidade produzida por padrões de diferenciação sutilmente inculcados pelo sistema escolar, pela indústria cultural e pelas demais instituições que se incumbem do trabalho cotidiano de veicular as linguagens que expressam as diferenças sociais sob a capa de diferenças biológicas, escolares, culturais etc. Insisto nesse ponto por acreditar que o trabalho de investigação em ciências sociais só tem sentido quando se dispõe a estourar os princípios de expropriação material e simbólica que permeiam as relações entre dominantes e dominados e cujos artifícios são fabricados pelas instituições que dependem dos produtos do trabalho de nós mesmos, intelectuais, sejam estes artistas, cientistas, escritores ou demais especialistas do ramo.

Pelo fato de haver lidado com um campo de produção cultural que dispunha de um grau restrito de autonomia em relação às demandas da classe dirigente, quase todos os grupos de escritores focalizados, com exceção dos romancistas, derivam sua identidade e o perfil de seus investimentos intelectuais das obrigações que essa filiação política lhes impõe. Seja no caso dos integrantes do "estado-maior" da oligarquia em São Paulo, seja no caso daqueles que aderiram aos movimentos de "salvação" do início da década de 1930, seja enfim no caso do grupo heterogêneo de escritores que converteu a prestação de serviços ao Estado na "rotina" com que passaram a nutrir suas "quimeras", essas alternativas de colaboração marcam uma transição na história das relações entre os intelectuais e a classe dirigente no país. Assim como os anatólios da República Velha romperam com os padrões do trabalho intelectual tal como era praticado pela geração de Nabuco — que não conseguia, conforme sublinha em seus depoimentos, diferenciar a produção intelectual da prestação de serviços políticos —, os intelectuais aqui tratados não cingiram suas atividades aos redutos da grande

mprensa e da representação parlamentar, em que se concentravam os letrados profissionais do regime oligárquico.

E por isso mesmo os intelectuais de hoje devemos muitas de nossas características às transformações institucionais em que estiveram envolvidos esses recursos, ampliando o espaço de autonomia em que operamos, forjando as magens conflitantes que temos a respeito de nossa condição social e fazendo ver os limites que constroem nossa contribuição.

Notas

INTRODUÇÃO (PP. 76-87)

1. Este trabalho deve muito mais à leitura de estudos a respeito da vida intelectual em outras formações sociais do que ao projeto de pôr à prova um determinado modelo teórico. A rigor, a construção do argumento obstina-se em detectar as peculiaridades da condição intelectual na sociedade brasileira, o que não deixa de ser uma resposta positiva às análises de Gramsci sobre a Itália, de Bourdieu sobre a França contemporânea, de Williams sobre os escritores ingleses, de Ringer sobre o mandarinato alemão, para indicar apenas alguns dos autores que se colocam na raiz dos problemas aqui abordados. Assim, poder-se-ia filiar este trabalho à tradição de uma história social das classes encaradas do ângulo de sua dinâmica interna, vale dizer, dos processos que dão conta tanto dos padrões de identidade e do estilo de vida como das mudanças e clivagens que presidem sua diferenciação em grupos e frações especializados.

2. Embora fosse viável aprontar uma definição prévia do objeto segundo os cânones teóricos da análise materialista, estou convencido de que proezas desse gênero acabam descolando os instrumentos de análise dos materiais sobre os quais deverá investir. Como o leitor terá a oportunidade de constatar, a definição do que seja o fazer intelectual numa determinada conjuntura constitui, por si só, um dos móveis centrais que impulsionam a concorrência entre os diversos tipos de produtores em luta pela monopolização da autoridade de legislar em matéria cultural. Por outro lado, a possibilidade de solucionar de antemão esse problema implicaria lidar apenas com as representações que os intelectuais dominantes oferecem de si mesmos, logrando o tento de reduzir as relações que mantêm com seus patrocinadores e com seu público aos modelos de perfeição estética e política, de que se valem no trabalho de administrar sua imagem oficial.

3. Ver Sérgio Miceli, *Poder, sexo e letras na República Velha (Estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo, Perspectiva, 1977, incluído neste volume (pp. 13-68).

4. Contudo, alguns dos "candidatos" às profissões intelectuais mais carentes de triunfos sociais escolares foram por vezes bem-sucedidos nas áreas e nos gêneros mais arriscados da vida intelectual, ao passo que outros "postulantes" bem-dotados socialmente assumiram encargos intelectuais de prestígio declinante. Vale dizer, embora a probabilidade de assumir funções intelectuais de grande prestígio seja tanto maior quanto mais elevado o montante de capital social e escolar, as exigências do trabalho de dominação por vezes atraíram para as novas carreiras e profissões alguns agentes relativamente carentes dessas modalidades de capital.

5. Como não existem recenseamentos sobre o conjunto de escritores do período em questão, a seguir o conjunto de escritores de uma determinada corrente ou escola, optei pelo levantamento da quase totalidade das memórias e biografias de escritores atuantes entre 1920 e 1945. Os títulos dessas obras foram compulsados em volumes de referências ou em repertórios de fontes para a história do Brasil, tendo-se procurado preencher os claros dessas listas com levantamentos em bibliotecas públicas, consulta a bibliografias, a obras de história literária e a catálogos de sebos etc. O levantamento comportou aproximadamente 110 memórias e cinquenta biografias. Os materiais biográficos coligidos em memórias e biografias foram confrontados àqueles constantes de diretórios biográficos, obras de história literária, de história das idéias, coletâneas de entrevistas e volumes de depoimentos.

6. Ver Sérgio Miceli, op. cit., pp. 17-21.

A TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL POLÍTICO E CULTURAL DOS INTELECTUAIS DA OLIGARQUIA (pp. 88-141)

1. "O que os comerciantes paulistas queriam, no entanto, era outra coisa. Tinham seus próprios patrimônios, e estavam interessados em controlar os mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados. Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar seus negócios; para quase todos os outros, a política era seu negócio. E é nisso que reside a diferença e, em última análise, a marginalidade política do Estado." Num trecho adiante, completando seu argumento a respeito das razões determinantes da Revolução de 30, Simon Schwartzman sugere o eixo móvel central do enfrentamento oligárquico: "Era, aparentemente, o momento de São Paulo firmar sua hegemonia nacional. O candidato oficial e paulista ganha as eleições, mas termina por perder o poder para Vargas" (Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, Difel, 1975, pp. 123 e 126).

2. Ver Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira (Introdução ao estudo da cultura no Brasil)*, 5ª ed., em especial a terceira parte, "A transmissão da cultura" (São Paulo, Melhoramentos, 1976, pp. 140 ss.), em que se faz um retrospecto das principais iniciativas, em São Paulo, nos diversos níveis do sistema de ensino: as reformas do ensino primário e normal (1890, 1892); a criação de uma rede de escolas normais, complementares e ginásios; os diversos experimentos educacionais que tinham como centro irradiador a Escola Normal de São Paulo; a criação do Instituto

Bacteriológico (1892), da Escola Politécnica e do Museu Paulista (1893, 1895); as reformas que passaram o Instituto Agrônomo; a criação da Escola de Engenharia do Mackenzie College (1895), do Instituto Butantan (1899), da Escola Superior de Agricultura em Piracicaba (1901), das primeiras escolas de comércio (a do Mackenzie e a futura Álvares Penteado), da primeira faculdade de medicina (1911), das primeiras escolas técnico-profissionais, sem falar da reforma do ensino empreendida na gestão Sampaio Dória e da formação de um grupo de educadores profissionais que chegaram a ser contratados inclusive por outros estados. A respeito das principais figuras do movimento em prol da reforma do ensino em São Paulo, consultar Fernando de Azevedo, *Figuras de meu convívio (Retratos de família e de mestres e educadores)*, 2ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973.

3. Entre 1890, quando Júlio Mesquita assume a direção de *O Estado de S. Paulo*, e 1917, a tiragem passa de 7 mil para 53 600 exemplares diários.

4. Em 1901 ocorre a primeira dissidência, motivada, entre outras razões, pela defesa cerrada que Júlio Mesquita faz da candidatura de seu sogro; a segunda dissidência encabeçada por Júlio Mesquita também eclode em virtude de dissensões quanto à composição da chapa para o governo estadual; em 1918, a facção Mesquita lidera um movimento de resistência à indicação do cônego José Valois de Castro, conhecido por suas tendências germanófilas, para uma cadeira na câmara estadual. Consultar Paulo Nogueira Filho, *Ideias e lutas de um burguês progressista (O Partido Democrático e a Revolução de 30)*, 2 vols., 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, e Paulo Duarte *Júlio Mesquita*. São Paulo, Hucitec, 1977.

5. Em 1896, o jornal contratou Euclides da Cunha para uma série de reportagens a respeito da guerra de Canudos, de que resultaria *Os sertões*. Aliás, era o único órgão da imprensa fora da capital federal a contar com a colaboração regular de figuras intelectuais de prestígio, entre as quais José Veríssimo, Bilac, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Oliveira Lima, Artur Azevedo, Amadeu Amaral etc. "A mocidade inteligente de São Paulo fez do *Estadinho* o seu órgão oficial. Frequentavam-no ou trabalhavam Moacir Pisá, Ademar de Paula, o Pintor, como era conhecido esse 'mirabeauzinho brasileiro', como o chamava Júlio de Mesquita Filho; Antônio Mendonça, que alternava os seus trabalhos de advocacia no escritório de Plínio Barreto, numa sala ao lado, com as vespertais jornalísticas do *Estadinho*, onde redigia também com o Pintor notas vibrantes contra a política de Araras; Alexandre Marcondes Machado, o Juó Bananere, Antônio Figueiredo, excelente cronista de esportes e excelente repórter, Otávio de Lima Castro, Pinheiro Júnior, Paulo Duarte que se iniciava no jornalismo [...] Foi Pinheiro Júnior quem levou Monteiro Lobato para o *Estadinho* e depois, em 1919, para o *Estado*" (Paulo Duarte, op. cit., p. 79).

6. Edgard Cavalheiro, *Monteiro Lobato (Vida e obra)*, 2 tt., 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1967, p. 149. Sendo um "mensário de ciências, letras, artes, história e atualidades", a *Revista do Brasil* resultava de uma dosagem entre as contribuições literárias — trechos de novelas, contos, poemas e ensaios críticos, artigos de celebração —, as matérias institucionais — cobertura das atividades acadêmicas, de eventos culturais —, o noticiário editorial e os ensaios voltados para questões políticas, econômicas, sociais, relatos de viagem etc.

7. O catálogo da editora incluía poesias de autores simbolistas (Alphonsus de Guimarães e parnasianos (Francisca Júlia), anatolianos (Paulo Setúbal, Medeiros e Albuquerque), de epígonos das escolas literárias até então dominantes (Ribeiro Couto, Menotti del Picchia); contos de autores regionalistas (Roque Callage, Carvalho Ramos, Valdomiro Silveira), anatolianos (Guar-

arroso, Álvaro Moreyra, Humberto de Campos); romances de autores clássicos (Manuel Antônio de Almeida), de anatolianos (Paulo Setúbal, Lima Barreto, Coelho Neto), de naturalistas (Júlio Ribeiro), de estreates e futuros modernistas (Oswald de Andrade, Menotti del Picchia etc.); obras de filologia de João Ribeiro, Assis Cintra, Agenor Silveira; obras de sociologia e educação de Oliveira Viana, Sampaio Dória e Ingenieros; ensaios e estudos de Graça Aranha, Nestor Vitor, Martim Francisco, Alcides Maia, Miguei Osório de Almeida, Gilberto Amado, Almáquio Dinis, Amadeu Amaral, Fábio Luz, Artur Mota etc.; livros técnicos e de divulgação científica, de medicina, higiene, veterinária, contabilidade, gastronomia, educação física, engenharia, história, política, viagens, incluindo a edição de clássicos da historiografia (Saint-Hilaire, Hans Staden); obras diversas em direito, psiquismo e ocultismo; livros didáticos; e, por último, as obras de literatura infantil que a Monteiro Lobato & Cia. impulsionou como um dos gêneros de maior vendagem.

8. “[...] Júlio Mesquita, nesses afastados dias com que se fechava o ano de 1915, iniciou uma pregação [...] A primeira nota, do dia 25 de dezembro, esboçava um histórico da subvenção à imprensa, iniciada no Império, que a praticava já. O governo provisório não a praticou, mas já Prudente e Campos Sales o fizeram, o último com bastante exagero. Durante o Império, entretanto, isso se realizava naturalmente, às escâncaras e principalmente para defender causas coletivas, como a abolição. Prudente a praticou da mesma forma. Campos Sales gastou mil contos com a imprensa, durante todo o seu governo [...] Hoje gastava-se por mês muito mais do que Campos Sales despendeu durante todo o seu quadriênio [...] Depois de demonstrar, no dia 30, quanto custam os cofres públicos a corrupção da imprensa e os perniciosos efeitos políticos disso, fala da imprensa chamada amarela que foi uma reação. ‘Contra a passividadelouvaminheira dos jornalistas domesticados, ergueu-se a altivez feroz e não raro desbragada do que hoje se chama imprensa amarela, a imprensa de escândalo que, por sistema, acha tudo mau, vê tudo podre e substitui o argumento pelo insulto bravo, a prova pela calúnia’” (Paulo Duarte, op. cit., pp. 89-90). Por aí pode-se observar a postura assumida por uma facção partidária que enxerga a possibilidade de contribuir com um peso próprio na competição oligárquica, eqüidistante da oposição profissional e dos aparelhos venais.

9. “A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores [...] o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte [...] É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal” (Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 315).

10. A composição social do conselho deliberativo da Liga Nacionalista revela a predominância da fração intelectual, incluindo os diretores das faculdades de medicina, direito, e da Escola Politécnica. A Liga constitui o prelúdio da oposição democrática, pelo menos no que diz respeito aos principais tópicos de sua plataforma e à posição social de sua cúpula e do público que pretendia mobilizar.

11. Paulo Nogueira Filho, op. cit., vol. 1, pp. 66-8.

12. Além do Centro Acadêmico e do Grêmio Literário Álvares de Azevedo, fundada em 1916 e de cujas tertúlias participaram diversos integrantes do futuro núcleo modernista (Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto, Antônio Carlos Couto de Barros etc.), a “República Destruidora”, a “Catacumba” e a “plebe acadêmica” eram “painéis” para as quais os estudantes eram cooptados segundo suas características sociais: a primeira reunia os “playboys” da época, a segunda era uma espécie de sociedade secreta restrita aos membros do grêmio (eram “seres perfeitos”, segundo os estatutos), cada sócio tendo como patrono um letrado ou um sábio, a terceira congregava rapazes do interior de condição social acanhada, vários deles com acentuadas inclinações pelas ideologias revolucionárias de esquerda, leitores de Marx, Dostoiévski, Merejkovski, Gorki. Consultar Paulo Nogueira Filho, op. cit., vol. 1, p. 110, e Aureliano Leite, *Páginas de uma longa vida*. São Paulo: Martins, 1966, o primeiro pertencendo a uma família de grandes proprietários e políticos, o segundo do plenamente identificado com as causas sustentadas pela “plebe acadêmica”.

13. “Nesta, aparecia um ‘chaveiro’, bacharelado, a entregar o objeto simbólico a um colega da turma anterior promovido ao quinto e último ano do curso. Solenidade tradicional: Base do Grupo da Chave; naquela época, disputava, invariavelmente, a presidência do Centro Acadêmico em 30 de Agosto. Constituído uma espécie de aristocracia, nos pleitos eleitorais dificilmente conseguia vencer [...] O ‘Grupo da Chave’ era, então, erradamente denominado ‘Grupo do Estado’, quer dizer, do jornal *O Estado de S. Paulo*, ou, ainda, ‘Grupo dos Mesquita’, isto é, dos filhos de Júlio Mesquita [...] Certo era que nem todos os elementos ligados por laços vários a *O Estado de S. Paulo* faziam parte desse ‘Grupo da Chave’, assim como a circunstância de pertencerem a este não acarretava, necessariamente, a integração no ‘Grupo do Estado’ [...]”, Paulo Nogueira Filho, op. cit., vol. 1, pp. 65-6.

14. Tácito de Almeida, Mário de Andrade, Rubens Borba Alves de Moraes e outros aderiram desde o começo à oposição democrática, tendo assinado o termo de fundação de uma sociedade secreta de ação política, em agosto de 1924: “Foi a primeira tentativa de organização política criada pelo mesmo grupo que, ano e meio após, participava com outros núcleos e sob a inspiração e direção exclusiva do conselheiro Antônio Prado, na fundação do Partido Democrático” (Paulo Nogueira Filho, op. cit., vol. 1, pp. 138 ss.). Entre a ala jovem de fundadores do Partido Democrático estavam Antônio Carlos Couto de Barros, Prudente de Moraes Neto, Paulo Vicente de Azevedo, sendo que o segundo deles logo assumiu encargos administrativos na máquina partidária. Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Luís Aranha fizeram parte do diretório central; Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, Antônio Carlos Couto de Barros, Caio Prado, Francisco Mesquita, Mário Pinto Serva, Tácito de Almeida, Paulo Duarte, Reinaldo Porchat foram membros do conselho consultivo. Diante dos atritos e das ameaças que os perrepistas lhes faziam, um grupo de jovens democratas assinou um compromisso pelo qual se algum correligionário calasse sobre o exercício de seus direitos políticos, “[...] tomaríamos solidariamente uma iniciativa: não sobreviveria o mandante, para nós, o chefe do PRP, na capital” (Paulo Nogueira Filho, op. cit., vol. 1, p. 180). Entre outros, assinaram o documento, além dos já citados, Sérgio Milliet, Joaquim Sampaio Vidal etc. Esse mesmo grupo encaixou alguns de seus membros (Paulo Duarte, Sérgio Milliet) em postos na redação e gerência do órgão partidário, o *Diário Nacional*, lançado em julho de 1927.

15. Não foi por acaso que vários modernistas que trabalhavam no órgão oficial perrepista, o *Correio Paulistano* — Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho, Oswald de Andrade —, se bandearam para as organizações radicais, à direita e à esquerda, após a Revolução

de 30 e a derrota de 32, quando verificam o bloqueio que suas carreiras sofreriam com o desmonte do antigo esquema situacionista.

16. Consultar Paulo Duarte, *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, Hucitec, 1977, pp. 17 ss., e Oneyda Alvarenga, *Mário de Andrade, um pouco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. Antes de passarem aos cargos de chefia no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, durante a gestão Mário de Andrade, Rubens Borba Alves de Moraes tinha um cargo na reitoria de bibliotecas e Sergio Milliet, cunhado de Paulo Duarte, era bibliotecário da Faculdade de Direito de São Paulo.

17. Antes de 1932, a situação ainda não sofrera grandes modificações: "O jornal do PRP se tornou o quartel-general nosso, na 'Revolução sem Sangue'. O secretário Antônio Carlos da Fonseca e mais Agenor Barbosa, Brasil Gerson, Fausto de Almeida Prado Camargo, Francisco Pati, Genolino Amado, Hélio Silva, Hermes Lima, Alcides Cunha, João Raimundo Ribeiro, José Lannes, Vítor Azevedo, Nóbrega da Siqueira, Oswaldo Costa, formavam o corpo intelectual do órgão do PRP e alguns deles se puseram ao lado dos guerrilheiros verde-amarelos. A redação era frequentada por elementos da velha-guarda partidária, como Washington Luís [...], Júlio Prestes, Ataliba Leonel [...]" (Cassiano Ricardo, *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970, p. 41). Eis o mapeamento fixado por outro membro da mesma ala: "Dois jornais polarizavam então a opinião: o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*. Eram como duas capitâneas de duas esquadras em combate, tremendos couraçados tendo cada um seus ágeis navios auxiliares. O *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP, mantinha ciosamente nas suas colunas uma quase majestática dignidade mas delegava a obra de provocação e reconhecimento então à *A Gazeta* e à *Platéia*, enquanto, sem uma vinculação política mas por suas afinidades de independência à influência do governo, movia-se, nas águas do *Estado*, o corajoso e prestigioso *Diário Popular* — 'jornal das cozinheiras', como o apelidavam, mas de forte repercussão na opinião pública, respeitado e temido pelo governo" (Menotti del Picchia, *A longa viagem, 2ª etapa — Da revolução modernista à Revolução de 1930*. São Paulo, Martins, 1972, p. 58).

18. Ver Aracy A. Amaral, *Tarsila — Sua obra e seu tempo*, 2 vols. São Paulo, Perspectiva, 1975, e Oswaldo de Andrade, *Um homem sem profissão — Memórias e confissões, 1890-1919 (I. Sob as ordens de mamãe)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.

19. Em 1920, São Paulo já contava com cerca de vinte editoras, "representando capital entre 3500 e 4 mil contos de réis: lançando 203 títulos no ano, com tiragem global superior a 900 mil exemplares sendo 1/3 de livros didáticos e apenas 100 mil de literatura; *Urupês* vendera 8 mil exemplares, em 1920; *Alma cabocla*, de Paulo Setúbal, 6 mil, em duas edições — tudo conforme dados da *Revista do Brasil*, em seu número 63, de março de 1921. O que não se vendia ainda era a poesia de *Paulicéia desvairada*, de Mário de Andrade, versos divulgados em 1920, mas só consagrados em livro em 1922" (Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 397).

20. "[...] toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. Os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros que havia pouco importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica. [...] o êxito que alcançavam por meio de sua pena poderia lhes trazer salários melhores, sinecuras burocráticas e favores diversos" (Sergio Miceli, *Poder, sexo e letras na República Velha [Estudo crítico dos anatólicos]*. São Paulo, Perspectiva, 1977, pp. 15 e 74, incluído neste volume, pp. 17 e 55).

21. Edgard Cavalheiro, op. cit., pp. 96, 114-6.

22. *Ibidem*, p. 145.

23. A primeira edição das obras completas de Monteiro Lobato data de 1946-7, dividida em uma série de literatura geral, contendo treze volumes, e a série de literatura infantil, com dez volumes, com o selo da Editora Brasiliense; a tradução em espanhol das obras infantis data de 1947, pela Editorial Americale, de Buenos Aires, e a segunda edição das obras completas, também da Brasiliense, data de 1950. Consultar Edgard Cavalheiro, op. cit., vol. II, pp. 261 ss.

24. Em trabalho recente, Maria Cecília Spina Forjaz fornece subsídios que deixam entrever a consistência do processo de diferenciação político-partidária no final da década de 1920. Os movimentos dissidentes que irrompem no nível partidário redundaram na montagem de núcleos de oposição "democrática" no então Distrito Federal e em outros estados (Santa Catarina, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará, Pernambuco), aos quais se vem juntar o Partido Libertador, do Rio Grande do Sul, em março de 1928, todos eles com programas idênticos ao do Partido Democrático paulista, configurando o que a autora designou, acertadamente, de "revolução civil". Contrapondo-se ao continuísmo que o perrepsismo vinha tentando lograr no plano federal, a rede de núcleos "democráticos" pretendia instaurar a hegemonia paulista por outra via, qual seja, a reforma dos mecanismos de representação. As agremiações democráticas estaduais eram, na verdade, diretórios da sede paulista, para a qual convergiam as facções aliadas dos partidos republicanos. Sob a égide da Aliança Libertadora, todos esses partidos e agremiações se congregam para a formação de uma organização nacional capaz de abrigar os núcleos oposicionistas, "Participar das reuniões preparatórias para a fundação do Partido Democrático Nacional [...] algumas correntes políticas independentes, chefiadas pelo deputado federal Adolfo Bergamini e pelo intendente municipal Maurício de Lacerda, eminente defensor da causa tenentista e também das reivindicações políticas, econômicas e sociais dos trabalhadores urbanos" (Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e Aliança Liberal, 1927-1930*. São Paulo, Polis, 1978, p. 50). O programa do PDN retomou os principais tópicos e bandeiras sustentados pela oposição democrática paulista. "[...] foram constituídos grupos para organizar o PDN no Pará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará", e é justamente por meio dessa campanha destinada a obter o apoio das oligarquias do Norte e do Nordeste que diversos intelectuais desses estados se juntam às hostes "democráticas" entre eles Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes, Fernandes Távora e alguns dos futuros quadros dos primórdios da política populista, como, por exemplo, Café Filho e Pedro Ernesto. Ver Paulo Nogueira Filho, op. cit., vol. I, pp. 377 ss. Consultar ainda Boris Fausto, *A Revolução de 1930 — Historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970, e, do mesmo autor, o ensaio "A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930", in *O Brasil republicano*, Boris Fausto (org.), t. III, vol. 2 ("Sociedade e instituições [1889-1930]"). São Paulo, Difel, 1977.

25. Armando de Sales Oliveira assume a inventoriação em São Paulo, em agosto de 1933. No momento até o golpe de 37, o genro de Júlio Mesquita, e, portanto, o herdeiro político da ala "liberal" da oligarquia paulista, procura juntar os diversos setores dirigentes com vistas à retomada do poder em nível federal. Em fevereiro de 1934, cria-se o Partido Constitucionalista, "partido de todos os paulistas", congregando as antigas forças democráticas e outras agremiações. Nas eleições de 1934, ambos os partidos concorrem em raia separada e, como era de se esperar, o Partido Constitucionalista leva a melhor, confirmando Armando de Sales Oliveira no cargo de governador. Finalmente, com o apoio de seu próprio partido e de uma ala do PRP, seu nome

gado como candidato à Presidência da República. Consultar Edgard Carone, *Oligarquias e classes sociais na Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1974, pp. 283 ss., e Hélio Silva, *1932, a guerra paulista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, e vols. VI, VII, VIII e IX do "ciclo de Vargas", do mesmo autor.

26. Trecho do manifesto de criação da Escola de Sociologia e Política, in L. A. Costa Pinto e Edison Carneiro, *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES, 1955, pp. 16-7. A respeito dessas instituições, consultar também Fernando de Azevedo, *As ciências no Brasil*, vol. II. São Paulo, Melhoramentos, 1956, cap. XIV, "A antropologia e a sociedade no Brasil", e, do mesmo autor, *História da minha vida*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, quinta parte. O Departamento Municipal de Cultura foi implantado durante a gestão Fábio Prado à frente da Prefeitura de São Paulo, no ano de 1935. Resultou de um projeto elaborado por um grupo de intelectuais que eram companheiros desde os primeiros tempos da oposição democrática, sob a liderança de Paulo Duarte e Mário de Andrade, o primeiro então assessor direto do prefeito e Mário, nomeado para diretor da Divisão de Expansão Cultural e do próprio departamento. Outros antigos militantes e membros do *Diário Nacional* — Sergio Milliet, Rubens Borba Alves de Moraes — seriam chamados para dirigir as demais divisões, a saber, de Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos. Para um levantamento exaustivo a respeito dos projetos e realizações do departamento até o afastamento dessa equipe, em 1938, consultar Paulo Duarte, op. cit., em especial o texto "O lindo sonho e a dolorosa realidade", pp. 59 ss., bem como o depoimento já citado de Oneyda Alvarenga, que se incumbiu da direção da Discoteca Pública Municipal.

27. Em 1929, ocorre o rompimento definitivo de Oswald com Paulo Prado, Alcântara Machado e Mário de Andrade, em virtude de razões políticas — vale dizer, Oswald sintonizado com o sistema dominante e os demais filiados à oposição democrática. Em 1931, Tarsila do Amaral faz uma viagem à União Soviética com uma exposição de suas obras em Moscou; datam do mesmo período as inclinações esquerdistas de Oswald e seu posterior ingresso no PCB. Após a Revolução de 1930, alguns membros da ala perrepesta do modernismo se engajam em movimentos autoritários de direita (Plínio Salgado) ou, então, manifestam ampla sintonia com o ideário e as tendências de um regime autoritário (Cândido Motta Filho, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia). A história literária faz tábula-rasa dessas injunções de ordem política tanto para a constituição dos critérios de classificação de autores e obras como para uma análise compreensiva do conteúdo dessas obras. Por força dos interesses em jogo em conjunturas posteriores do campo intelectual, a história literária passou a operar com simplificações grosseiras, segundo as quais o leme da inovação caiu sobre Oswald, Mário e, em menor medida, sobre Alcântara Machado e outros filiados à oposição democrática, ao passo que os demais foram recobertos pelos mantos da ideologia, quer dizer, do passado e do obscurantismo.

28. "Nós sabíamos que o departamento era o germe do Instituto Brasileiro de Cultura. O primeiro, um Instituto Paulista, que Armando Sales no governo já nos garantiria. Para isso o projeto do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, lá estava na Assembléia Legislativa [...]. Depois, com Armando Sales na Presidência da República, seria o Instituto Brasileiro, uma grande fundação libertada da influência política, com sede no Rio, inicialmente instalados, além do de São Paulo, paradigma, outros núcleos em Minas, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. Tivéramos uma idéia genial que Armando Sales aprovou: os

institutos de cultura assistiriam com assiduidade todas as grandes cidades, com a colaboração da Universidade, porque, não comportando evidentemente essas cidades uma faculdade, teriam contato íntimo com esta, através de conferências, cursos, teatro, concertos etc. [...] o Departamento de Cultura era apenas um início. Entusiasmado com esse início, Armando de Sales Oliveira, um estadista que o Brasil teve, inscreveu-o no programa com o qual se apresentava para a Presidência da República" (Paulo Duarte, op. cit., pp. 54-60). Logo, não pairava nenhuma dúvida, no entendimento desses intelectuais, quanto ao significado político de sua contribuição. Ademais, alguns dos projetos aludidos, como, por exemplo, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, acabaram sendo encampados no âmbito federal após 1937, e diversos intelectuais de prestígio foram convidados a colaborar, inclusive o próprio Mário de Andrade.

29. "Mário sempre foi, de começo, absentefista. Não era apenas apolítico [...] não tivera nenhum entusiasmo pela campanha de Olavo Bilac, nem tomara partido por ocasião da Guerra de 1914-8, mas vibrou de indignação quando do torpedeamento de navios brasileiros pelo Reich [...] Foi indiferente ao primeiro 5 de julho [...] Pouco ligou à Revolução de 1924, em São Paulo, muito menos à Coluna Prestes, como não quis saber da campanha da Aliança Liberal, da qual o irmão era um dos líderes [...] Fato impressionante! Na longa correspondência que manteve com Manuel Bandeira, não há uma só palavra sobre política. A grande lição [...] Mário recebeu em 1937, com o golpe de 10 de novembro [...] É que ele dirigia o Departamento Municipal de Cultura, criado no governo de Armando de Sales Oliveira, com Fábio Prado na prefeitura. O departamento fora idéia sua. A essa obra [...] dera o melhor de si mesmo. Sem mais aquela, da noite para o dia [...] veria esboroar-se todo o seu trabalho" (Francisco de Assis Barbosa, *Retratos de família*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968, p. 159). Esse depoimento deve, no entanto, ser matizado, levando-se em conta a colaboração que tanto ele como alguns de seus companheiros prestaram ao Partido Democrático, em cujo órgão, *Diário Nacional*, inicia uma nova seção ("Táxi"), em que escreve quase diariamente sobre os mais diversos temas. "Compromissado com a Revolução (de 1930)", com sua adesão ao Partido Democrático aos poucos arrefece seu entusiasmo "à medida que crescem as contradições de São Paulo com a Revolução e então passa ao ataque dos próceres do movimento, envolvendo-se com a propaganda revolucionária paulista, aderindo em 1932 e adotando o pseudônimo de Luís Pinho." Consultar Telê Porto Ancona Lopes, *Mário de Andrade: ramais e caminhos*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1972, pp. 46, 47, 62, 63.

30. Enquanto Oswald faz sucessivas viagens à Europa, Mário realiza suas viagens de estudos e pesquisa pelo interior do país, aproveitando os materiais coligidos para diversificar suas áreas de produção intelectual, ou então servindo-se deles na sua produção literária, como, por exemplo, no caso de *Macunatma* (1928), do qual fizera uma revisão após sua viagem à Amazônia. Também em 1928, publica o *Ensaio sobre música brasileira*, que se vale dos materiais coletados a respeito das formas musicais populares. Mais tarde, publica outros estudos sobre folclore, artes plásticas e inúmeras obras sobre temas musicais. Nessa mesma época, as obras de Oswald repartem-se entre sua produção poética e volumes de prosa, não havendo nenhuma tentativa fora dos gêneros estritamente literários. O teatro de Oswald data da década de 1930 e seus ensaios políticos e culturais são ainda posteriores, tendo sido motivados por exigências acadêmicas ao tempo dos concursos que prestou na Faculdade de Filosofia em São Paulo.

31. A respeito de Mário de Andrade, ver Francisco de Assis Barbosa, *op. cit.*; Oneyda Alvarenga, *op. cit.* Sou grato ao professor Antonio Candido pelas informações preciosas que me transmitiu a respeito do ambiente familiar de Mário de Andrade.

32. Ver as memórias dos "primos pobres": Paulo Duarte, *Memórias, I. Raízes profundas*. São Paulo, Hucitec, 1974; Cassiano Ricardo, *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970; Menotti del Picchia, *A longa viagem*, 2 vols. São Paulo, Martins, 1972; Fernando de Azevedo, *História da minha vida*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

33. Cândido Motta Filho, *Contagem regressiva (memórias)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972, p. 253 do capítulo "Um homem sem profissão".

34. A família Alcântara Machado estabilizou sua posição na classe dirigente por meio de cargos de cúpula na magistratura e no magistério superior. O avô de Alcântara Machado fora promotor público, lente da Faculdade de Direito, presidente da província do Paraná, membro do Conselho de Instrução Pública de São Paulo e do Conselho Superior de Ensino da República; seu pai seguiu todos os passos de uma carreira parlamentar nos níveis estadual e federal, além de ter sido também professor da Faculdade de Direito de São Paulo e seu diretor no início da década de 1930, e membro das academias Paulista (1919) e Brasileira (1931) de Letras. Dados biográficos extraídos de Luís Correia de Melo, *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

35. *Ibidem*, pp. 64-7.

36. *Ibidem*, pp. 64-7.

37. *Ibidem*, pp. 228-30, 252, 253, 255.

38. *Ibidem*, pp. 194-8.

39. Guilherme de Almeida foi o primeiro escritor modernista a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1930, na vaga de Amadeu Amaral. O ingresso de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia durante o Estado Novo (respectivamente em 1937 e 1943) se explica em parte pelos serviços que vinham prestando à testa dos aparelhos ideológicos do regime. Alcântara Machado teria certamente herdado a cadeira de seu pai caso não tivesse falecido em 1935.

40. A respeito do papel desempenhado pelas faculdades de direito na formação do *habitus* da classe dirigente, consultar o trabalho organizado por A. Almeida Jr., *Problemas do ensino superior*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956. No que se refere à passagem das últimas gerações oligárquicas pela Faculdade de Direito de São Paulo durante a República Velha, utilizei os materiais constantes da obra de Paulo Nogueira Filho, *op. cit.* Ver, ainda, o trabalho recente de Alberto Venâncio Filho, *Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de ensino jurídico no Brasil)*. São Paulo, Perspectiva, 1977, que contém um balanço crítico das transformações por que passou o ensino jurídico.

41. Ver Jorge Nagle, *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU/Edusp, 1974, p. 158.

42. Em 1891, são abertas a Faculdade Livre de Direito da Bahia e a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, ambas por iniciativa particular, e mais a Faculdade Livre de Direito, que contou com o respaldo dos monges beneditinos no Rio de Janeiro; em 1892, cria-se a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, empreendimento liderado pela família Melo Franco com subsídios do governo estadual; em 1900, foi instituída a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, por iniciativa do governo estadual. Até 1930, foram criadas faculdades livres de direito no

Pará, Ceará, Amazonas, Niterói e Paraná, "sem falar de numerosas outras que apareceram e desapareceram em pouco tempo, por força das facilidades trazidas pela reforma Rivadávia (1911)" (apud Alberto Venâncio Filho, *op. cit.*, p. 201).

43. Dados extraídos do "Resumo da estatística geral do ensino no Brasil em 1932", *Diário Oficial da União*, 16 de outubro de 1934.

44. Jorge Nagle, *op. cit.*, p. 160.

45. Lourenço Filho, "Vicente Licínio Cardoso e os estudos sociais", in *Educação*, 1959, p. 33, apud Alberto Venâncio Filho, *op. cit.*, p. 289.

46. Consultar os perfis biográficos desses educadores in Fernando de Azevedo, *Figuras de meu convívio (Retratos de família e de mestres e educadores)*, *op. cit.*, pp. 67-71, 83-96.

47. A respeito desse problema, ler o capítulo "O ensino jurídico na República Velha" da obra citada de Alberto Venâncio Filho, pp. 221-69.

48. A inflação de bacharéis na Alemanha, durante o período de Weimar, assumiu contornos distintos, pondo em risco a hegemonia política e intelectual dos setores cultivados. Para uma perspectiva comparativa, consultar o trabalho magistral de Fritz K. Ringer, *The decline of the German mandarins: the German academic community (1890-1933)*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1969.

49. "Ele [o integralismo] corresponde, não na forma, mas na essência, tirante o ritual fascista à manutenção do poder pelos revolucionários de 30 saídos dos grupos dominantes, Osvaldo Aranha, este, na verdade, em rápida conversão à democracia, Gustavo Capanema e, sobretudo Francisco Campos" (Raymundo Faoro, *Os donos do poder — Formação do patronato político brasileiro*, 2 vols., 2ª ed. Porto Alegre, Globo, 1977, vol. 2, p. 699).

50. Hermes Lima, *Travessia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, p. 11: "Guardo na memória do coração a doída tristeza com que me separei do meu padrinho Leopoldino José de Lima, na pequena sala de visitas do Colégio Antônio Vieira. Ele voltava para o sertão sem o seu companheiro de todo o dia em casa, na roça, nas viagens, nas conversas. Parecia que sem mim ficaria abandonado [...] Possuía algumas das melhores propriedades do município e sua fortuna tinha fama de ser a segunda da comarca".

51. *Ibidem*, pp. 17, 18, 20, 31, 38.

52. *Ibidem*, pp. 17, 18, 20, 22, 25, 28, 34, 35.

53. *Ibidem*, pp. 42-6.

54. *Ibidem*, pp. 81-2.

55. Consultar as memórias de Carlos Lacerda, "Rosas e pedras do meu caminho", *Manchetes*, n.º 782-92, de 15/4/1967 a 27/6/1967, e de Mario Lago, *Na rolança do tempo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, tendo ambos participado do movimento estudantil da época.

56. Alceu Amoroso Lima, *Memórias improvisadas (Diálogos com Medeiros Lima)*, pref. de Antonio Houaiss. Petrópolis, Vozes, 1973, pp. 35, 42, 148-9.

57. Ver Karl Marx, *Oeuvres philosophiques*, ed. Molitor, vol. IV, p. 103. A gênese da sociologia francesa oferece um contraponto sugestivo à disputa havida nas faculdades de direito em torno de paradigmas de explicação científica da realidade social e política. Sendo originários da primeira geração de judeus assimilados, vindos do interior do país, e filhos da pequena burguesia judaica, Durkheim, Mauss, Halbwachs e outros membros do círculo chegaram a ocupar postos elevados no sistema universitário. Esse percurso explica boa parte da orientação que imprimiram as

...madas de posição políticas, mormente o *éthos* missionário do grupo, a crença nas virtudes do regime republicano e o desejo otimista de construir uma república progressista. De outro lado, não se instados a dar combate às orientações prevalecentes no âmbito da filosofia, que constituía o espaço real de concorrência no interior do qual as tendências espiritualistas ainda dominantes tentavam resistir ao avanço dos modelos positivistas. O projeto durkheimiano é contemporâneo ao surto de filosofias antiintelectualistas e à reação anticientífica contida nas obras dos metafísicos e de outras correntes filosóficas que marcam o recuo do positivismo. É nesse estado do tipo filosófico que toma corpo a intenção de construir uma sociologia objetiva (teórica e empírica) que seja capaz de enfrentar a tradição especulativa e idealista. Para Durkheim e seguidores, a sociologia científica aparecia como, no âmbito intelectual, o homólogo da vontade de reconstrução republicana, e, por conseguinte, boa parte da problemática e das formas que assumem as novas disciplinas estão ligadas ao *éthos* das frações em ascensão da pequena e média burguesia, na medida em que a disposição para o trabalho científico se opõe, de um lado, à reação que o letrado tradicional manifestou contra o produto de seu trabalho e, de outro, ao diletantismo característico da relação burguesa com a cultura. No entanto, o projeto de erigir a sociologia de Durkheim em fundamento de uma moral republicana e positiva implicava uma definição da moral em oposição às filosofias dominantes. Por essa via, a ciência dos costumes apresenta-se como alternativa aos antigos princípios absolutos. A dualidade que tal projeto encerra, ou seja, a vontade de fundar uma moral positiva contra os absolutos revelados pela consciência ou pela tradição, não consegue sobrepor a intenção de reencontrar na sociedade o absoluto que veio substituir as antigas morais. É a razão pela qual inúmeros tópicos dessa sociologia, as reflexões acerca da anomia e dos processos de integração e as análises da divisão do trabalho encontram-se referidos ao tema ideológico da desorganização característica da sociedade moderna e à demanda por uma ideologia da conciliação entre as classes. Consultar Terry N. Clark, *Prophets and patrons, the French university and the emergence of the social science*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973, e o artigo de Fernand Braudel, "Sociologie de la sociologie et intérêts sociaux des sociologues", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 2, Paris, março de 1975, pp. 2-17.

58. Hermes Lima, op. cit., p. 25.

59. A despeito da separação oficial entre o Estado e a Igreja, decretada pelo governo republicano, o Vaticano reconheceu o novo regime desde 1890, passo inicial de uma política de conciliação seguida pelos altos dirigentes católicos: em 1901, a representação diplomática do Vaticano no Rio de Janeiro é promovida à categoria de nunciatura; em 1905, o papa designa o arcebispo do Rio de Janeiro, d. Joaquim Arcoverde, como primeiro cardeal brasileiro e de toda América Latina. Ver Sérgio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida, "A Igreja na Primeira República", in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano*, t. III, vol. 2 ("Sociedade e instituições [1889-1930]"). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p. 328.

60. Laurita Pessoa Raja Gabaglia, *O cardeal Leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972, pp. 238, 240 ss. Col. Documentos Brasileiros, vol. 113.

61. Ver Antônio Carlos Villalça, *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, pp. 100; Alceu Amoroso Lima, "Notas para a história do Centro Dom Vital", *A Ordem*, junho de 1958; Pe. Luiz Gonzaga da Silveira d'Elboux, S. J., *Padre Leonel Franca*. Rio de Janeiro, Agir, 1953.

62. Alceu Amoroso Lima, *Pela Ação Católica*. Rio de Janeiro, Anchieta, 1935, pp. 230-1; Antônio Carlos Villalça, op. cit., pp. 158 ss.

63. Consultar Neusa Pinsard Caccese, *FESTA (Contribuição para o estudo do movimento)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1971.

64. Ver, por exemplo, os seguintes artigos publicados em *A Ordem*: Xavier de Mattos, "A base da educação", julho-agosto de 1933, que constitui uma crítica ao manifesto educacional de 1932; Paulo Sá, "Posições católicas (Os católicos e o problema da educação)", julho de 1934, discute a respeito da degradação da moral e dos costumes; Tristão de Athayde, "Ainda o ensino religioso", setembro de 1935, em que discorre sobre as falhas na implantação do ensino religioso no Rio de Janeiro e ataca Anísio Teixeira.

65. Laurita Pessoa Raja Gabaglia, op. cit., pp. 335 ss.; Alceu Amoroso Lima, op. cit., é do mesmo autor, *Pela cristianização da idade nova*. Rio de Janeiro, Agir, 1946, que reúne a parte teórica do curso de Ação Católica que proferiu no Instituto Católico de Estudos Superiores em 1932, e em que define os princípios, os instrumentos, os agentes e os fins da Ação Católica, explicitando a vinculação desse organismo com a hierarquia eclesiástica e as relações que mantém com a atividade política.

66. Laurita Pessoa Raja Gabaglia, op. cit., pp. 297-8.

67. Ver Helgío Trindade, *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo, Difel, 1974, e Robert Levine, *The Vargas regime (The critical years, 1934-1938)*. Nova York, Columbia University Press, 1970.

68. Antes de fundar, em 1932, a Sociedade de Estudos Políticos, com muitos de seus antigos companheiros da jovem guarda literário-perrepista, Plínio escreve no jornal paulista *A Razão*, financiado pelo mesmo Alfredo Egydio de Souza Aranha que liderara o grupo "reformista" do PRP de que ele participara. Em seguida, apóia a Legião Revolucionária, incumbindo-se de redigir o manifesto de março de 1931. Não é por acaso que o Manifesto Integralista foi publicado após a derrota paulista de 32, fazendo crer que Plínio somente se dispôs a organizar um movimento "independente" das forças políticas dominantes em São Paulo quando se deu conta do alijamento que haviam sofrido. A ambigüidade de sua identidade política transparece nas constantes oscilações que sofre seu posicionamento perante a Revolução de 1930, passando "da hostilidade à colaboração", ou seja, "depois, do fracasso de sua tentativa de influenciar a revolução, volta à atitude crítica" (Helgío Trindade, op. cit., pp. 81 ss.). "Em minha terra pertencia eu ao grupo da 'situação' que tinha, em Belo Horizonte, como chefe e orientador, o sr. Alfredo Sá, vice-presidente do estado [...]"; eis a autodefinição política de Olbiano de Mello em *A marcha da revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1957, p. 28. Mais tarde, alia-se à Concentração Conservadora, facção contrária à Aliança Liberal que era liderada, no plano estadual, pelo vice-presidente de Washington Luís, dr. Melo Viana. A respeito dos contatos que manteve com outros integrantes dessa facção, dos planos que então propôs com vistas a preservar o antigo regime e das manifestações com que se tentou mobilizar os proprietários rurais em Minas, consultar o relato que faz na obra acima citada, pp. 42 ss.

69. No plano estadual, as posições propriamente políticas tendiam a ser preenchidas, em medida crescente, por figuras originárias da "alta classe média não econômica", o que vinha ocorrendo desde a formação da Liga Nacionalista e que recebe confirmação quando se averigua a posição de classe dos militantes do Partido Democrático de São Paulo. Nesse sentido, é bastante semelhante a composição social da Chapa Única, que reúne os 22 candidatos paulistas às eleições de 1930. Constituinte: dezessete advogados (dos quais seis são também professores da Faculdade de

Direito), três médicos e dois engenheiros (um deles professor da Escola Politécnica). Vale dizer, no tocante à representação política dos grupos dirigentes, membros da fração intelectual acabam empalmando essas oportunidades de trabalho. É sintomático o fato de os herdeiros de antigas famílias — como, por exemplo, o irmão mais velho de Mário de Andrade, os Alcântara Machado, Cândido Motta Filho etc. — terem encontrado maneiras de se filiar de algum modo ao esquema de representação que a Chapa Única cristalizava. Por sua vez, são aqueles intelectuais que se encontram socialmente mais afastados de um convívio mais íntimo com os círculos dirigentes — e o melhor exemplo é Plínio Salgado — que procedem naquela conjuntura pós-30 à reversão radical do sentido que passam a assumir suas práticas e tomadas de posição políticas.

70. Consultar os três volumes de memórias de Gustavo Barroso: *Coração de menino*. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa Editora, 1939; *Liceu do Ceará*. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa Editora, 1940; e *Consulado da China*. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa Editora, 1941. A respeito de Gustavo Barroso, ver também o depoimento de um novato, seu conterrâneo e grande admirador: Herman Lima, *Poeira do tempo — Memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, em especial pp. 56, 58, 96, 97.

71. Informações coligidas no volume de Josué Montello, *Na casa dos 40*. São Paulo, Martins, 1967, pp. 54-6. A respeito do círculo Faria, ver o esboço biográfico de Octavio de Faria in Renard Perez, *Escritores brasileiros contemporâneos*, primeira série. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, pp. 307-13, e Alceu Amoroso Lima, *Memórias improvisadas (Diálogos com Medeiros Lima)*, op. cit., pp. 124-6 ss.

72. Consultar Leonídio Ribeiro, *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro, Edições Condé, 1950, panegírico com mais de quatrocentas páginas com um levantamento completo das obras, edições e tiragens de um dos polígrafos de maior êxito comercial na Primeira República. Ver também a entrevista concedida pelo autor a Homero Senna, in *República das letras (20 entrevistas com escritores)*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1968, pp. 75-102.

73. A respeito de Jorge de Lima, consultar não apenas a biografia redigida por seu cunhado (Povina Cavalcanti, *Vida e obra de Jorge de Lima*. Rio de Janeiro, Ed. Correio da Manhã, 1969), mas também as memórias desse mesmo autor (*Volta à infância*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972).

74. "Depois dos *Poemas escolhidos* que apareceram em 1932, comecei a sentir-me insatisfeito com a minha poesia, a ansiar por novas soluções. Passei a inclinar-me, então, não mais pelo gênero de poemas que fazia, mas por outro, de fundo místico. E como não tinha compromissos de escola, senti-me inteiramente à vontade para empreender a desejada renovação, já havendo compreendido que o plano mais elevado para isso seria uma poesia que se restaurasse em Cristo, que é a mais alta Poesia, a mais alta verdade, o nosso destino mesmo, e tivesse não uma tradição regional ou nacional, mas sim a mais humana e universal das tradições, que é a bíblica. Aconteceu que, em palestra com Murilo Mendes, notei que ele estava animado do mesmo desejo" (trecho de uma entrevista que Jorge de Lima concedeu a Homero Sena, apud Povina Cavalcanti, op. cit., pp. 140-1).

75. "Deram-me este prêmio pelo romance *Calunga*. Estão gostando desse meu livro lá fora. Quando apareceu, chamaram-no de romance proletário. Eu sempre achei que isso era tolice [...] Julgaram ver neste meu livro uma queda para a esquerda, mas eu sou antes de mais nada, o poeta de *Tempo e eternidade* [...] Ora, apesar de seus cultores viverem entre operários, observando-os como os cientistas observam suas cobaias, essa literatura não tem, salvo raras exceções, a naturalidade e a força da águia do filósofo. Outra coisa será quando o operário ou o intelectual proletariado puderem escrever suas vidas, fixar no papel, contos, romances [...], suas rebeldias triunfan-

tes" (Povina Cavalcanti, op. cit., p. 123). Na década de 1940, Jorge de Lima escreveu dois volumes hagiográficos, a *Vida de São Francisco de Assis* e a *Vida de Santo Antônio* (1947).

76. Jorge de Lima candidatou-se quatro vezes à Academia Brasileira de Letras, por duas vezes em 1937 para Barbosa Lima Sobrinho, de novo em 1937 para Cassiano Ricardo, em 1944 para Peregrino Jr. e, em 1945, para Vianna Moog.

77. Demóstenes Madureira de Pinho, *Carrossel da vida (Páginas de memórias)*, apresentação de Pedro Calmon, prof. de Leonídio Ribeiro. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, p. 33.

78. *Ibidem*, p. 81.

79. *Ibidem*, p. 92.

80. Expressão cunhada por Arnon de Mello para designar os políticos da República Velha que a Revolução de 1930 relegou ao ostracismo, e título de seu livro *Os "sem trabalho" da política*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1931.

81. "Para mim, após aquele episódio do integralismo, a minha profunda decepção do momento, como força política, da desilusão que me causaram pessoas e idéias, senti-me tão tolhido como se continuasse preso, porque estava em verdade preso em mim mesmo, nas hesitações e desconfiança do meu próprio critério [...] De qualquer modo, essa decepção política, aos 22 anos de idade, destorceu-me o destino, segundo eu pensava, até ali, fadado à vida pública. Essa não veio nunca. Talvez por culpa minha, por não querer buscá-la, por não desentocá-la onde ela esgueirasse. De qualquer forma, não me ocorreu e isso constituiu, para mim, a grande frustração da vida [...] Como sentir-me frustrado, ante um êxito profissional indiscutível? Onde achar frustração, onde tantos acharam pretexto de inveja? Como encontrar esse vazio numa vida tão cheia? Não sei bem, mas a verdade aqui deve ser dita nua e crua. E eu já disse. Restava-me a profissão e concursos a me desafiarem a coragem" (op. cit., p. 126).

82. Consultar Afrânio Coutinho (dir.), *Brasil e brasileiros de hoje*, 2 vols. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, vol. II, pp. 142, 225, 517-8, 590, 600.

83. Helgio Trindade, op. cit., pp. 139, 140, 142.

84. Retomo essa hipótese no último capítulo, ao fazer um balanço dos ganhos posicionais dos integralistas e católicos no interior dos aparelhos do Estado ao longo das décadas de 1930 e 1940.

85. Demóstenes Madureira de Pinho, op. cit., pp. 112-5.

2. A EXPANSÃO DO MERCADO DO LIVRO E A GÊNESE DE UM GRUPO DE ROMANCISTAS PROFISSIONAIS (PP. 142-94)

1. Brito Broca, *A vida literária no Brasil, 1900*. Rio de Janeiro, MEC/Serviço de Documentação, 1956, p. 141.

2. Medeiros e Albuquerque, *Homens e cousas da Academia Brasileira*. Rio de Janeiro, Renascença Editora, 1934, p. 135: "Tempo houve nesta cidade em que dois amigos, um português e outro brasileiro, tinham duas pequenas livrarias. Vendiam-se nelas principalmente livros vendidos em segunda mão [...] preocupados com questões de ensino, hesitando entre o comércio e o magistério, pensaram em fundir as duas livrarias. Um deles ficaria gerindo o importante estabelecimento e o outro iria fazer vida no ensino [...] quando os apuros eram mais sérios, o português, o

foi chamado para a loja de um tio [...] Mais tarde, Alves voltou ao comércio, por conta própria, e começou a editar livros pedagógicos”.

3. Brito Broca, op. cit., cap. XIV, “Editores e ‘best-sellers’”, pp. 141 ss.

4. Mano Zagari era proprietário da Tipografia e Papelaria Coelho; P. Petraccone fundou em 1935 a Athena Editora, voltada para a edição de obras da literatura clássica; Nello Garavini adquiriu em 1934 a Minha Livraria Editora.

5. Henrique Pongetti, *O carregador de lembranças (Memórias)*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1971, pp. 73-4, 78-80, 104.

6. Ver Warren Dean, *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971, primeira parte, “Origens econômicas e sociais do empresariado (1880-1914)”, cap. II, “A matriz econômica, a importação”, pp. 25-50.

7. “Em primeiro lugar, por sua própria natureza, a importação requeria certo número de operações realizadas *in loco* [...] Uma segunda explicação da transição da importação para a manufatura reside na posição estratégica do importador na estrutura do comércio. O importador, e mais ninguém, possuía todos os requisitos do industrial bem-sucedido: acesso ao crédito, conhecimento do mercado e canais para distribuição do produto acabado [...] Mas havia outro aspecto em que a posição do importador era estratégica como industrial potencial. Um sem-número de vezes os importadores converteram suas agências de vendas em fábricas autorizadas” (Warren Dean, op. cit., pp. 26-8).

8. Henrique Pongetti, op. cit., p. 110.

9. Ibidem, p. 103.

10. Ibidem, pp. 153-4, 156-7.

11. Octalles Marcondes Ferreira iniciou-se no ramo editorial como sócio de Monteiro Lobato; em 1925, fundou a Companhia Editora Nacional, adquirindo a maquinaria do então falido autor de *Urupês*. Em 1932, estende suas atividades à capital federal com a empresa Civilização Brasileira S. A., que no início da década de 1940 passa a denominar-se Editora Civilização Brasileira S. A. Além dele, outros membros da família constam da diretoria ou se incluem entre os principais acionistas da filial carioca; dados extraídos de atas de assembleias da empresa, datadas respectivamente de 20 de março e 30 de maio de 1941 (*Diário Oficial da União*, 25 de março e 30 de maio). Mais tarde, na década de 1950, a direção editorial da Civilização Brasileira passou às mãos do genro de Octalles, Ênio Silveira, que começara a trabalhar no departamento editorial da Companhia Editora Nacional, depois de concluir a Escola Livre de Sociologia e após um período de estudos nos Estados Unidos. Consultar esboço biográfico in Afrânio Coutinho (dir.), *Brasil e brasileiros de hoje*, 2 vols. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, vol. II, p. 494.

12. É o caso típico de Afrânio Peixoto. Ao longo da década de 1930, foram impressas a sexta, sétima e oitava edições de *Medicina legal*, a quarta, quinta e sexta edições de *Psicopatologia forense*, a quarta, quinta, sexta e sétima edições de *Noções de higiene*, a quinta e sexta edições de *Elementos de higiene*, a primeira edição de *História da literatura geral* e da *História da literatura brasileira*, a primeira e a segunda edições de *Martha e Maria*, todas com o selo da Livraria Alves, e mais a primeira edição de suas obras completas pela Jackson, em 25 volumes, sem falar dos romances e das obras em todos os gêneros, publicados por outras editoras; dados extraídos de Leonídio Ribeiro, *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro, Edições Condé, 1950, pp. 419-26.

13. Entre outros, Edgar Rice Burroughs, M. Delly, Edgar Wallace, Will Durant, Stefan Zweig, H. G. Wells, Gide, Darwin, além de Humberto de Campos e José Lins do Rego, conhecidos como autores de vendagem certa que teriam quebrado a tradição das pequenas editoras e romances, conforme depoimento de um responsável pela José Olympio, in “O que se lê no Brasil”, inquérito publicado pelo *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1937, pp. 401 ss.

14. Os dados relativos à produção de livros são resultado de um levantamento junto ao *Anuário Brasileiro de Literatura* nos anos 1939-43. As diferenças entre os totais apurados pelo *Anuário Brasileiro de Literatura* e aqueles constantes do quadro 3 se devem à exclusão dos periódicos e alguns poucos títulos que não se enquadravam em nenhuma das rubricas. Como pretendia obter a distribuição das obras por editora e não apenas por gênero, tal como consta do resumo estatístico com que se encerra o movimento bibliográfico da fonte aqui utilizada, os títulos do registro bibliográfico anual foram compulsados e classificados segundo esses critérios. Preliminarmente, contudo, introduzi algumas modificações no sistema de classificação por gênero de que se valia o anuário, seja pela fusão de gêneros que antes apareciam isolados (romances, novelas, lendas, contos etc. — ficção), ou, ao contrário, isolando gêneros que antes estavam agrupados (direito e ciências sociais, por exemplo).

O “Movimento bibliográfico”, principal seção do anuário, oferece as seguintes indicações para cada obra editada: autor, título da obra, número de volumes, de páginas, coleção, número e série da edição, preço, tamanho, formato, mês e ano do aparecimento, ilustrações etc. Exemplo: “*Pra Júnior (Caio) — Formação do Brasil contemporâneo. Colônia*. (17/24). 389 p., 1 mapa, il. br. C 40,00. (9/42)”. Foi com base nesse tipo de registro que os quadros foram construídos, obedecendo à discriminação por gênero, por editora, ao mesmo tempo que se colgiam informações acerca de contingente de autores nacionais e estrangeiros, e a respeito dos tradutores, tiragens, coleções etc. Os quadros foram montados para cada ano, efetuando-se em seguida o cômputo para o período 1938-43. Embora estivessem disponíveis informações referentes aos anos de 1936 e 1937, decidi não incluí-los no cômputo global em virtude das lacunas observadas. Nesses anos, a seção e pauta restringia-se a um balanço acerca das atividades desenvolvidas pelas principais editoras que dela se serviam para divulgar seus futuros lançamentos e reedições. Tratava-se, a rigor, de uma seção de títulos de apelo comercial, que por vezes se fazia acompanhar de um fac-símile da capa e de informações sucintas a respeito do conteúdo e da relevância da obra. Por conseguinte, o material divisório era a própria editora e a seção consistia numa seqüência de listas que, ao que tudo levaria a crer, eram organizadas sob a forma de anúncios pagos pela editora interessada. Exemplo de um lançamento característico da seção em 1936: “*A vida começa aos quarenta — de Walter B. Pitkin*. Este livro, que nos oferece uma nova e amável filosofia de vida, causou vertiginoso sucesso nos Estados Unidos, onde as edições se sucederam. Quanto ao êxito aqui alcançado, basta dizer que, no mesmo ano, com espaço de poucos meses, fizeram-se duas edições da tradução brasileira (“Movimento bibliográfico de 1936”, *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1937, pp. 306-7). Somente a partir de 1938 o registro dos lançamentos passou a obedecer à classificação por gêneros, seguindo à risca e uniformemente certos padrões de documentação bibliográfica.

15. Incluem-se nesses grupos alguns editores que atendem a um público cativo: a Editora Athena, especializada na difusão dos “clássicos” em literatura e filosofia; a Editorial Calvino; q

se dedicava à publicação de obras políticas de esquerda e dos "clássicos" do marxismo; a Jackson, cuja fórmula "obras completas" privilegia uns poucos autores brasileiros de ficção que aliam o reconhecimento da crítica à continuidade do prestígio junto aos leitores; a Papelaria Coelho, que só publicava praticamente obras de teatro, bem como outros editores especializados em obras médicas e jurídicas (Cultura Moderna, Livraria Científica etc.). Também fazem parte desse grupo alguns livreiros cujas atividades editoriais iam a reboque de seus interesses como importadores de livros estrangeiros.

16. Esse grupo comporta algumas editoras de fundação recente, como, por exemplo, a Martins, cujas atividades editoriais começam em 1940, ao lado de editoras tradicionais, como a Briguiet-Garnier, a Antunes, cuja presença no ramo se deve tanto às suas iniciativas propriamente editoriais como aos negócios que mantêm como *experts* na importação de livros franceses e portugueses.

17. As editoras desse grupo devem suas posições seja à concentração de recursos em áreas especializadas — é o caso da Freitas Bastos, da Saraiva e, em menor medida, das Edições e Publicações Brasil, em relação às obras jurídicas —, seja aos lançamentos de edições populares de obras de ficção estrangeiras, em geral de escritores de ampla aceitação junto ao público leitor, como nos casos da Empresa Editora Brasileira e da Editora Vecchi.

18. O *Anuário Brasileiro de Literatura* foi fundado pelos Irmãos Pongetti e depois passou às mãos da Livraria Editora Zelio Valverde. Além do "Movimento bibliográfico", continha balanços críticos a respeito dos lançamentos anuais nos diversos gêneros, uma resenha da vida literária internacional, um panorama da vida intelectual nos estados, matérias e entrevistas com editores, uma lista de endereços de intelectuais e escritores do Rio de Janeiro e dos estados, pequenos contos e novelas, poemas, anúncios de lançamentos, reedições, novas coleções, artigos sobre a vida literária, resenhas etc. O veículo centralizava informações a respeito dos editores particulares, que eram os principais interessados nesse trabalho de divulgação e quase os únicos anunciantes.

19. Ademais, no caso das edições financiadas por entidades religiosas, por exemplo, somente foram computadas aquelas obras sobre cuja filiação confessional não restava a menor dúvida, deixando de lado os títulos publicados por um selo editorial aparentemente leigo e a respeito do qual não se dispunha de outros critérios de qualificação.

20. Ver *Anuário Estatístico do Brasil*, ano V, 1939-40. Rio de Janeiro, IBGE/Conselho Nacional de Estatística, pp. 1124-6.

21. Dados extraídos de *Estatística intelectual do Brasil*, 1930, p. 41.

22. Ver *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1938, pp. 401 ss.

23. "Há duas camadas: a dos que só lêem romances policiais e a dos que lêem tudo, inclusive os romances policiais. A influência embrutecedora da novela policial na nossa adolescência ainda não foi devidamente encarada pelas nossas autoridades e pelos nossos professores [...] Ela é nefasta porque toma o lugar das obras verdadeiramente construtivas, daquelas que realmente concorrem para a formação do espírito. A novela policial atrasa a nossa cultura [...] O público, a massa, refere a literatura de ficção, que distrai sem fazer pensar [...] Diz um dos nossos mais eminentes críticos, que este interesse vem da 'necessidade de sonho, a premência de distrair a mente na oscilação igual da vida cotidiana, a procura daquilo que eles não vivem, aquilo que está além dos limites das suas existências pacíficas e metodizadas'" (trechos das declarações prestadas por Galeão Coutinho, romancista e proprietário das Edições Cultura Brasileira, de São Paulo, e por um dos

dirigentes da Companhia Editora Nacional, também de São Paulo, ao inquérito "O que se lê no Brasil", *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1938, p. 407).

As lamúrias dos editores em face do "mau gosto" que revelam as preferências dos leitores em gêneros "vulgares" juntam-se às reivindicações quanto ao suprimento de papel. Na época, o editor não buscava proteger a produção interna, embora ainda fosse quase total a dependência em relação à matéria-prima importada. A grande maioria dos editores entrevistados é unânime em apontar a falta de qualidade do papel produzido no país: "[...] se ressentem de uma calandragem incerta, desigual na metragem, no peso; e escuro; absolutamente heterogêneo e relativamente caro, em vista das franquias de que goza com a proteção oficial" (op. cit., p. 405). Entretanto, se é idêntico o diagnóstico que expressam, as soluções propostas obedecem a interesses distintos. Enquanto diversos editores insistem na necessidade de se proceder à nacionalização da indústria do papel, louvando a crescente ingerência do governo no setor, outros, em especial aqueles cuja parcela decisiva de lucros continua dependente dos negócios de importação, lançam mãos dos mesmos argumentos para justificar a necessidade da concorrência estrangeira, "como um incentivo para a nossa indústria" (op. cit., pp. 401-8).

24. O prolongamento da escolaridade feminina, a feminização de inúmeras carreiras e ocupações na divisão do trabalho pedagógico, entre outras razões, devem ter contribuído para a ampliação do público a que se endereçava a literatura de ficção. Consultar o trabalho clássico de Ian Watt *The rise of the novel (Studies in Defoe, Richardson, and Fielding)*. Londres, Penguin, 1966, sobretudo o capítulo inicial, intitulado "The reading public and the rise of the novel", pp. 36-61.

25. A respeito das mudanças ocorridas no sistema de ensino que repercutiram mais diretamente sobre o perfil do mercado do livro, consultar as obras de Jorge Nagle (*Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU/Edusp, 1974), Leonor Maria Tanuri ("A Escola Normal do estado de São Paulo no período da Primeira República [Contribuição para o estudo de sua estrutura didática]". Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1973, mimeo.) e Fernando de Azevedo (*A cultura brasileira [Introdução ao estudo da cultura no Brasil]*, 5ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1976), entre outros.

26. O plantel de José Olympio abrange tanto o grupo de intelectuais orgânicos do regime recém-cooptados pelo governo central (Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima, Pontes de Miranda, Oliveira Viana, Otávio Tarquínio de Sousa), como as figuras de maior prestígio literário da leva de romancistas (Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Octavio de Faria, Ciro dos Anjos, Lúcio Cardoso, João Alphonsus), sem esquecer toda uma categoria de escritores que obtinham a chancela da casa pelo fato de pertencerem aos anéis burocráticos em operação nos aparelhos do Estado. Não custa lembrar que os discursos e escritos de Getúlio Vargas, sob o título *A nova política do Brasil*, foram publicados por essa mesma editora.

27. Vale a pena chamar a atenção para o modelo de legitimidade cultural que norteia o programa de publicações das principais editoras do período em questão. Tendo que satisfazer às demandas objetivas do público da época e, ao mesmo tempo, veicular a produção crescente das novas categorias de produtores — pensadores políticos, sociólogos, antropólogos, historiadores, folcloristas, educadores — que estavam à frente do processo de diferenciação do campo intelectual, as grandes editoras repartem seus lançamentos entre dois tipos de coleção: as coleções destinadas exclusivamente a aprofundar os diversos gêneros ficcionais, desde as traduções dos clássicos até as obras de literatura policial, e as coleções de estudos brasileiros, sendo que essa repartição de

da diversificação a que chegavam os investimentos dos editores e, sobretudo, da autoridade intelectual e do poder de consagração de que dispunham. Enquanto a José Olympio dispõe da coleção Documentos Brasileiros ao lado das coleções Fogos Cruzados, Menina e Moça, O Romance para Você, a Companhia Editora Nacional desenvolve a coleção Brasiliana junto com as coleções Paratodos, Terramarear, Negra, Biblioteca das Moças, e a Martins, a Biblioteca Histórica Brasileira ao lado da coleção Excelsior.

28. Em 1942, por exemplo, a Francisco Alves, primeiro posto em livros didáticos, editou aproximadamente apenas uma tradução para cada dez livros de autores nacionais, a Melhoramentos editou duas traduções para cada doze livros de autores nacionais, proporção que se deve confrontar com os índices das editoras dependentes de obras de ficção. Nesse mesmo ano, o volume de traduções editadas pela Companhia Editora Nacional igualou o de obras de autor nacional; o Globo lançou 44 traduções e apenas 24 obras de autor nacional. Em 1943, a Freitas Bastos publicou apenas uma tradução, a Saraiva apenas duas, enquanto a Martins e a Pongetti se encontravam na mesma situação da Companhia Editora Nacional, o mesmo ocorrendo, em menor medida, com a José Olympio (43 traduções e 38 nacionais) e a Globo (41 traduções e 27 nacionais), até chegar ao extremo da Editora Vecchi, uma das mais dependentes da venda de obras de ficção, que imprimia tão-somente um livro de autor nacional para cada lote de onze traduções.

29. Subtítulo inspirado no romance de Lúcio Cardoso, *Crônica da casa assassinada*, cujo tema central é o relato das taras e perversões a que se vê condenada uma antiga família dirigente cujos herdeiros perderam quaisquer esperanças de recuperar o antigo prestígio familiar.

30. A maioria dos escritores modernistas produziu poesia ao longo da década de 1920, e os poucos que tentaram o romance só se lançaram nesse gênero muito mais tarde, aproveitando-se do clima favorável provocado pelo êxito do romance social.

31. Belmiro Borba, pequeno funcionário público, é o personagem central de *O amanuense Belmiro* (1937), romance de Ciro dos Anjos, que busca compensar a mesmice de sua situação profissional e aliviar o convívio com as irmãs neuróticas com um diário em que registra suas veleidades literárias; bacharel Carlos de Melo, personagem de *Bangüê* (1934), romance de José Lins do Rego, é o neto de um senhor de engenho decadente que, em meio a uma conjuntura adversa, não consegue preservar as terras da família; João Valério é o guarda-livros de *Caetés* (1933), de Graciliano Ramos, também às voltas com suas pretensões de literato, situação semelhante àquela vivida pelo funcionário interiorano Luís da Silva, outra criação de Graciliano Ramos, no romance *Angústia* (1936).

32. Ver o perfil biográfico de ambos in Renard Perez, *Escritores brasileiros contemporâneos*, duas séries, 47 biografias seguidas de antologia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, primeira série, 1960, pp. 235-41 e 307-9, bem como as referências a respeito de Octavio de Faria contidas em depoimentos e memórias de Alceu Amoroso Lima e na biografia de Afrânio Peixoto já citada, de autoria de Leonídio Ribeiro.

33. Renard Perez, op. cit. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, segunda série, 1964, pp. 193-4.

34. "Curvelo se dividia em duas famílias: Vianna e Mascarenhas. Os que não eram seus membros, a elas se ligavam pelo casamento ou pela amizade, quaisquer desses tipos de relações excluindo automaticamente qualquer ligação mais profunda com a outra [...] A separação na sociedade local era completa: na igreja, nas festas, em tudo. Os Viannas tinham o seu cinema, os Mascarenhas inaugurariam um para eles; os Viannas frequentavam a igreja matriz, os Mascarenhas, a igreja velha

de São Geraldo, dos padres redentoristas [...] Os Mascarenhas eram gente boa, honrada, de educação largo, a sua caridade famosa entre a gente pobre. Possuidores de grande fortuna, casados entre si [...] Os Viannas eram pobres, seus antepassados tendo perdido quase toda a fortuna que possuíam. Em matéria de inteligência e espírito, porém, eram bem providos. Inteligentes e críticos, não perdoavam aos adversários a sua simplicidade, gosando-os impiedosamente no jornal [...] Ambas eram famílias dignas, honradas, de grande tradição, vinculadas àquela terra longos anos. Pelo lado materno pertencíamos à família Vianna, e disso nos orgulhávamos bastante" (Maria Helena Cardoso, *Por onde andou meu coração*, 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, pp. 51-2).

35. Ibidem, p. 41.

36. Ibidem, pp. 40-1.

37. Ibidem, p. 47.

38. "Se eu não tinha roupa, isto não constituía problema. Zizina trazia um dos vestidos dela e ajeitava-o no meu corpo. Quase da mesma altura, eu mais magra apenas, apertada aqui, pregada ali, lá, pronto, lá estava eu vestida, apesar dos alinhavos e alfinetes" (ibidem, p. 215).

39. Ibidem, pp. 209-11.

40. Graciliano Ramos, *Infância (Memórias)*, 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, pp. 101-131.

41. Cornélio Pena, *Romances completos*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1958, pp. lvi e 1368.

42. "Devo o apodo ao meu desarranjo, à feitura, ao desengonço [...]" (Graciliano Ramos, op. cit., p. 132).

43. Maria Helena Cardoso, op. cit., pp. 220-1.

44. Ciro dos Anjos, *Explorações no tempo (memórias)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, pp. 28-9, 32, 46.

45. Maria Helena Cardoso, op. cit., pp. 272-4.

46. Ciro dos Anjos, op. cit., p. 15.

47. Ibidem, p. 9.

48. Graciliano Ramos, op. cit., pp. 183-4.

49. Ciro dos Anjos, op. cit., pp. 94-7.

50. Maria Helena Cardoso, op. cit., pp. 114-5.

51. Graciliano Ramos, op. cit., pp. 180-1: "Este não tinha lugar definido na sociedade. Para bem dizer, não tinha lugar definido na espécie humana: era um tipo mesquinho, de voz fina, modo ambíguo, e passava os dias alisando o pixaim com uma escova de cabelos duros [...] mirando num espelho, namorando-se, mordendo a ponta da língua [...]"

52. Maria Helena Cardoso, op. cit., pp. 66, 116, 202.

53. Sergio Miceli, *Poder, sexo e letras na República Velha (Estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo, Perspectiva, 1977, p. 81, incluído neste volume, p. 59).

54. Cornélio Pena, op. cit., pp. lvii-lviii.

55. Graciliano Ramos, op. cit., pp. 201-10.

56. Érico Veríssimo, *Solo de clarineta*, vol. 1. Porto Alegre, Globo, 1973, pp. 104 ss.

57. A respeito da trajetória ocupacional e intelectual dos romancistas, consultar o quadro que acompanha este capítulo.

58. Érico Veríssimo, *Um certo Henrique Bertaso*. Porto Alegre, Globo, 1973, pp. 8-11, 15 e 16.

59. Ibidem, pp. 15, 19-20.
 60. Ibidem, pp. 21, 24-5, 57-8.
 61. Ibidem, pp. 41-2.

OS INTELLECTUAIS E O ESTADO (PP. 195-237)

1. Ver o trabalho de Mário Wagner Vieira da Cunha, *O sistema administrativo brasileiro (1930-1950)*. Rio de Janeiro, MEC, 1963, em especial o cap. IV, dedicado à burocracia civil e militar entre 1920 e 1940, pp. 111-45. Conforme indica o autor, em todos os estados brasileiros houve nesse período um aumento absoluto do número de funcionários civis e militares, sempre maior do que o crescimento da população.

2. Os ministérios políticos (Justiça e Negócios Interiores, Educação e Saúde Pública, Trabalho, Indústria e Comércio, Relações Exteriores) detinham 23% dos funcionários civis, sendo que a maior parcela (aproximadamente 11%) desse grupo estava sediada no Ministério da Educação; os ministérios econômicos detinham, em conjunto, 68% do total de funcionários civis, cabendo 6% ao Ministério da Agricultura, 19% ao Ministério da Fazenda e 43% ao Ministério da Viação e Obras Públicas; por fim, os restantes 9% dos funcionários civis estavam lotados nos ministérios militares existentes em 1939. Dados extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1941. A parcela majoritária do pessoal extranumerário concentra-se nos ministérios econômicos (79%), cabendo 11% e 10%, respectivamente, aos ministérios políticos e militares, segundo a mesma fonte citada acima, que transcreve os resultados de um inquérito que abrange todo o pessoal extranumerário, a saber, contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros. A situação funcional do pessoal extranumerário regia-se então pelos preceitos contidos no decreto-lei nº 240, de 4 de fevereiro de 1938. A categoria dos contratados destinava-se ao desempenho de funções especializadas, não havendo indicação de limites salariais; os mensalistas eram admitidos "para suprir temporariamente deficiências dos quadros do funcionalismo", nas funções de menor salário; os diaristas eram admitidos para trabalhos de conservação e limpeza, sendo vedada "a admissão de tarefeiros para funções inerentes às profissões liberais, trabalhos de escritório, de qualquer natureza". "Tarefeiro é a pessoa admitida pelo diretor da repartição para o desempenho de determinadas funções" e que percebe salário na base da produção por unidade, enquanto o pessoal para obras recebe seus vencimentos por conta das verbas para tal fim, estes últimos nem mesmo se enquadram entre as categorias de extranumerários. Pelo artigo 53ª dessa lei, os extranumerários estão impedidos de receber gratificações de qualquer espécie, "em virtude da natureza e condições especiais de trabalho ou pelo desempenho de atribuições pertinentes a funcionários com vencimentos maiores que os seus salários", a menos que haja dispositivos expressos na legislação e dotação orçamentária própria. Somente os contratados e mensalistas têm direito a férias, licenças e consignações, "dentro do prazo de validade do contrato" para os primeiros e "do exercício financeiro" para os segundos. O artigo 62ª veda ao pessoal extranumerário a possibilidade de sindicalizar-se.

3. Publicado no *Diário Oficial da União*, de 11 de março de 1933.

4. Trata-se da lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, publicada no *Diário Oficial da União*, de 30 de outubro do mesmo ano, que "reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências". Conforme salienta Graham, a subcomissão montada com base na Comissão de Reajustamento e Reforma Tributária havia proposto diversas

sugestões para a reforma do serviço público, entre elas "a criação de dois sistemas gerais para o serviço público, dividido entre uma administração central e uma regional; o estabelecimento de um plano de classificação uniforme e a formação de uma agência central de pessoal". Após rejeitar o relatório, o governo nomeou outra comissão para lidar com os problemas de classificação e renovação no serviço público, a qual, por sua vez, apresentou três planos alternativos: "uma classificação de posições baseada em desempenho; um plano salarial com cinco escalões independentes de promoção; e um reajuste geral baseado na criação de uma carreira ao nível de cada ministério, sendo que o pagamento estaria vinculado ao desempenho e as promoções correriam por conta da qualificação". Vargas escolheu a terceira alternativa porque ela facilitava a coexistência dos mecanismos de cooptação com uma fachada burocratizante. Ver Lawrence S. Graham, *Civil service reform in Brazil (Principles versus practice)*. Austin, University of Texas Press/Institute of Latin American Studies, 1968, p. 25.

5. Dos 1 173 cargos exercidos em comissão em 1939, o Ministério da Educação e Saúde Pública detém o maior contingente (412, ou 35%), seguido pelo Ministério da Fazenda (30%), pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (21%), os demais 14% estando distribuídos pelos outros ministérios. Tal distribuição constitui pista segura para desvendar os espaços de inserção para intelectuais, tanto mais quando se sabe que 263 cargos em comissão alocados no Ministério da Educação se concentram na referência H, a faixa característica da carreira de oficial administrativo, em que se alojam os contingentes de bacharéis que não tiveram oportunidade ou que estão aguardando a chance de obter vagas nos escalões superiores a que têm direito em virtude de seus trunfos sociais e, em menor medida, escolares.

6. Ver o decreto-lei nº 1713, de 28 de outubro de 1939.

7. Por outro lado, os incisos IV e V do artigo 120, cap. III, do estatuto estipulam as seguintes situações dentre aquelas que propiciam gratificações: "(IV) Pela elaboração ou execução de trabalho técnico e científico; V) A título de representação, quando em serviço ou estudo no estrangeiro, ou quando designado, pelo presidente da República, para fazer parte de órgão legal de deliberação coletiva ou para função da sua confiança". No caso previsto no inciso IV, a gratificação seria arbitrada pelo ministro de Estado, ou dirigente dos órgãos diretamente subordinados ao presidente da República, ao passo que as gratificações pela prestação de serviços extraordinários não poderão exceder a um terço do vencimento mensal do funcionário. É em meio ao emaranhado dessas concessões que se configura a disparidade de tratamento entre os diversos escalões da hierarquia, favorecendo aqueles contingentes que dispõem dos trunfos escolares e da competência cultural para se aninhar nos espaços privilegiados e para se apropriar do máximo de vantagens.

8. Ver Kenneth Paul Erickson, *Labor in the political process in Brazil: corporatism in a modernizing nation*. Ann Arbor, Michigan, University Microfilms, 1971.

9. José Carlos Garcia Durand, "A serviço da coletividade — Crítica à sociologia das profissões", *Revista de Administração de Empresas*, vol. 15, nº 6. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, novembro-dezembro de 1975, p. 60. Entre 1930 e 1939, foram regulamentadas treze profissões de nível superior, o que só veio a ocorrer nessa proporção na década de 1960.

10. A cúpula salarial incluía nove faixas de vencimentos, da referência O à referência X; o contingente de funcionários distribuídos entre as referências H a N comportava 11 190 funcionários e 37 660 estavam classificados entre as referências A e G; dados extraídos das tabelas referências

peço ordinário da administração civil federal, in *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE/Conselho Nacional de Estatística, 1941.

11. As nomeações de intelectuais para cargos públicos foram compulsadas no *Diário Oficial da União*, desde o início do governo provisório até a queda do Estado Novo. Esse levantamento abrangeu os ministérios da Justiça e Negócios Interiores, Relações Exteriores, Trabalho, Indústria e Comércio, Educação e Saúde Pública, outros órgãos diretamente vinculados à Presidência da República, como, por exemplo, o Departamento de Imprensa e Propaganda, o Conselho de Migração e Colonização, o Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo caráter exaustivo apenas em relação às carreiras judiciárias, ao magistério superior, ao corpo diplomático, aos cargos executivos e ao pessoal técnico e especializado desses ministérios. Foram deixados de lado os ministérios da Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, bem como os ministérios militares. Esse critério não resultou apenas de injunções práticas — volume de verbas da pesquisa, tempo destinado à coleta de material etc., que evidentemente tiveram seu peso —, mas também da hipótese segundo a qual as diversas categorias de intelectuais tenderiam a se concentrar naqueles espaços da atividade estatal voltados aos encargos políticos e culturais. No correr da pesquisa, constatou-se a existência de uma parcela de intelectuais que se alojava em outras esferas do serviço público — alguns no Ministério da Fazenda, outros no Ministério da Agricultura, sem falar dos militares que se dedicavam à produção intelectual. Tanto por razões de ordem material como pelo fato de não se tratar de um contingente cuja ausência prejudicaria a demonstração empírica, decidi sustentar o critério inicial, mantendo esses nomes fora do alcance das “malhas” do levantamento. As diferentes posições e categorias funcionais com as quais se procurou explicitar as modalidades de inserção dos intelectuais na máquina governamental correspondem, via de regra, a padrões idênticos de remuneração e a graus homólogos de prestígio, influência, autoridade e poder no interior da hierarquia burocrática. Os nomes selecionados como exemplos dessas modalidades, seja no corpo do texto, seja em notas, assim o foram por força de uma série de critérios estritamente operacionais: a disponibilidade de dados e materiais biográficos complementares, a existência de fontes que permitissem qualificar de modo mais detido o perfil institucional de suas carreiras e a preocupação de não reincidir nos mesmos nomes a cada passo da argumentação.

12. Afrânio Coutinho (dir.), *Brasil e brasileiros de hoje*, 2 vols. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, vol. I, p. 243.

13. Basta confrontar as obras produzidas por um Francisco Campos ou por um Levi Carneiro, escrevendo quase sempre ao sabor das circunstâncias e conveniências suscitadas por determinadas conjunturas de crise política ou, então, produzindo em regime de encomenda o elenco de justificativas que acompanham seus pareceres e projetos, com a parcela de obras de autoria de um Oliveira Viana ou de um Alceu Amoroso Lima, cujo burilamento incluía os expedientes de que se vale o trabalho erudito, compulsando referências (revistas estrangeiras, dados estatísticos, informações históricas etc.) em apoio às teses que sustentavam.

14. Foram ministros de Estado: José Américo de Almeida (Viação e Obras Públicas), Agamenon Sergio de Godoy Magalhães (Justiça e Negócios Interiores), José Carlos de Macedo Soares (Justiça, Relações Exteriores), Levi Fernandes Carneiro e Francisco José de Oliveira Viana foram membros do conselho consultivo do estado do Rio de Janeiro.

15. Levi Fernandes Carneiro (direito comercial, Rio de Janeiro), Francisco Campos (direito do direito, Rio de Janeiro), Agamenon Magalhães (direito público e constitucional, Recife), José Carlos de Macedo Soares (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas) etc.

16. Levi Fernandes Carneiro, Francisco Campos e Temístocles Brandão Cavalcanti ocuparam o cargo de consultor-geral da República; José Américo de Almeida e Oliveira Viana foram postulados com o posto de ministro do Tribunal de Contas em fins do Estado Novo. Inúmeros membros do grupo fizeram parte da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição (1932), entre eles José Américo de Almeida, Francisco Campos, Temístocles Brandão Cavalcanti, Alceu Amoroso Lima, Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda e Francisco José de Oliveira Viana.

17. Oliveira Viana, Levi Carneiro e José Carlos de Macedo Soares eram membros da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo que o segundo ocupou ainda a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil e a vice-presidência da Federação Interamericana de Advogados. Levi Carneiro integrou a delegação brasileira à 8ª Conferência Internacional Americana, em Lima (1938), e atuou como juiz da Corte Internacional de Justiça em Haia; Pontes de Miranda foi representante no Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho, em Montreal (1941); e José Carlos de Macedo Soares chefiou numerosas delegações ao exterior. O Estado lhes fez também as principais encomendas de aconselhamento institucional: Levi Carneiro participou da elaboração do projeto para o Código do Processo Civil e Comercial; Francisco Campos incumbiu-se de redigir a Carta Magna de 1937; Oliveira Viana e Levi Carneiro prestaram assessoria de alto nível, respectivamente, na consultoria jurídica dos ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores. Para outros dados a respeito da carreira desses intelectuais, consultar o repertório já citado de Afrânio Coutinho, e mais as seguintes obras: Levi Carneiro, *O livro de um advogado*. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1943, e *Na Academia (Discursos e conferências)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1943, em especial o discurso de posse, em que faz sua profissão de fé jurídica, pp. 7-13; Andrade Lima Filho, *China Gorda Agamenon Magalhães e sua época*. Recife, Editora Universitária, 1976; José Américo de Almeida, *A palavra e o tempo (1937-1945-1950)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965; José Américo de Almeida, *Antes que eu me esqueça (Memórias)*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976; José Rafael de Menezes, *José Américo, um homem do bem comum*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967; Homero Senna, *República das letras (20 entrevistas com escritores)*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1968, entrevista com José Américo de Almeida, pp. 205-13.

18. Afrânio Coutinho (dir.), op. cit., vol. II, p. 343.

19. As comissões de eficiência foram instituídas pela Lei do Reajustamento, e deveriam operar em cada um dos ministérios, sendo compostas de cinco membros “escolhidos dentre altos funcionários federais e nomeados, em comissão, pelo presidente da República, por proposta do respectivo ministro”, conforme reza o artigo 16º. Sua atribuição básica consistiria em elaborar os critérios a serem adotados numa política de pessoal, com a autoridade de sugerir transferências, promoções de funcionários. Cada membro receberia cinquenta mil-réis por sessão a que comparecesse, no limite mensal de quinhentos mil-réis. Apesar de não terem se revelado instrumentos eficazes como se supunha, a participação nessas comissões é por si só um indicador inequívoco do grau de confiança de que seus integrantes desfrutavam junto ao ministro. Entre outros, pertenceram à Comissão de Eficiência de seus respectivos ministérios Heitor Lira, Luís Avelino Gurgel Amaral, Carlos Maximiano de Figueiredo (Relações Exteriores); Carlos Drummond de Andrade

Educação e Saúde Pública); Rubens d'Almada Horta Pôrto (Trabalho); Arthur Hehl Neiva (Justiça) etc. As seções de segurança nacional, operando também em cada um dos ministérios, foram criadas por um decreto de 1934, mas somente tiveram sua organização definitiva em 1937, sendo o órgão de ligação entre cada ministério e a Secretaria-Geral de Segurança Nacional. Nem é preciso insistir nos sentimentos de lealdade que seus membros deviam despertar na cúpula estatal. Tiveram participação nesse órgão, entre outros, Luiz Augusto do Rego Monteiro (Trabalho); José Roberto de Macedo Soares e Heitor Lira (Relações Exteriores); Rubens d'Almada Horta Pôrto (Trabalho); Fernando Magalhães (Educação) etc.

20. Os típicos funcionários-escritores são, por exemplo, João Peregrino da Rocha Fagundes Jr., oficial de gabinete do ministro da Educação e Saúde Pública, médico clínico de carreira e catedrático de biometria na Escola Nacional de Educação Física e Desportos; Gilson Amado, promotor da Justiça do Distrito Federal, que passa a servir no gabinete do ministro do Trabalho; Gregório Porto Fonseca, secretário de Vargas durante o governo provisório, oficial reformado do Exército, autor de uma coletânea de versos (*Templo sem deuses*) e de um volume póstumo de conferências (*Heroísmo e arte*), em que cultua "Apollo e Dionisos, Fausto e Prometeu, Caliban e Ariel, D. Juan e Shakespeare", e defende a guerra e as batalhas como "fonte perene de inspiração da arte"; participou na Liga de Defesa Nacional, foi amigo íntimo de Bilac, tendo recebido como prêmio pelos serviços prestados a Vargas o cargo de embaixador no Vaticano; Heitor Moniz, oficial de gabinete do Conselho Nacional do Trabalho e, mais tarde (1937), do próprio ministro do Trabalho, polígrafo publicista do regime de 37, autor de romances históricos, biografias, crônicas, estudos literários e históricos, plaquetas de proselitismo político (*Comunismo, Alerta, brasileiros!, Os homens precisam ser mais felizes, Ação social, literária e política*); Alexandre Abadie Faria Rosa, bacharel em direito, oficial de gabinete do ministro da Justiça e, em 1938, primeiro diretor do Serviço Nacional do Teatro, onde se manteve até 1945, presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, jornalista, crítico, teatrólogo; Luiz Fernandes Vergara, bacharel, oficial de gabinete do chefe do governo provisório e secretário da Presidência da República, servindo a Vargas por quase dezoito anos; Ernani Guaragna Fornari, jornalista, subdiretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inspetor federal do ensino secundário, secretário-geral do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça, diretor-substituto da Divisão de Divulgação do Departamento de Imprensa e Propaganda, chefe da Comissão de Censura Cinematográfica, secretário do ministro da Justiça, jornalista e teatrólogo.

Os materiais biográficos a respeito de Gregório da Fonseca foram extraídos do discurso de posse de Levi Carneiro na Academia Brasileira de Letras (*Na Academia [Discursos e conferências]*, op. cit., pp. 43-60); sobre Abadie Faria Rosa e Ernani Fornari, consultar José Galante de Sousa, *O teatro no Brasil (Subsídios para uma bibliografia do teatro no Brasil)*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1960, pp. 243 e 465-6. Ver, em especial, o volume de autocelebração Rubens Porto. *Rubens Pôrto em 60 anos..., artigos e discursos*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970, coletânea de artigos e discursos de autoria desse alto funcionário que iniciou sua carreira na seção de engenharia do Conselho Nacional do Trabalho, passando depois a assistente técnico do gabinete do ministro do Trabalho e diretor da Imprensa Nacional; e mais Luiz Vergara, *Fui secretário de Getúlio Vargas (Memórias dos anos de 1926-1954)*. Porto Alegre, Globo, 1960; Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Globo, 1960.

21. Entre outros, basta dar os exemplos de Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Augusto Meyer. Consultar Carlos Drummond de Andrade, *Confissões em Minas, Passeios na ilha*, bem como o estudo "As várias fases de um poeta", de Emanuel de Moraes e "Fortuna crítica" e "Cronologia da vida e da obra", in *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1964.

22. Afrânio Coutinho (dir.), op. cit., vol. 1, p. 71.

23. Como, por exemplo, nos casos de Ciro Versiani dos Anjos, membro (1940) e presidente (1942) do Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais; Mário Casassanta, membro do conselho administrativo da Caixa Econômica Federal do Estado de Minas Gerais e da Comissão Nacional do Ensino Primário (1939); Prudente de Moraes Neto, diretor do conselho administrativo da Caixa Econômica de São Paulo; Manoelito de Ornellas, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda no Rio Grande do Sul (1943). Para ter uma idéia da figura típica do intelectual provinciano que chegava a ocupar esses postos de responsabilidade, é interessante consultar Paulo de Carvalho Neto, *Um precursor do direito trabalhista brasileiro*. Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1964, biografia de seu pai, Antônio Manoel de Carvalho Neto, consultor jurídico e membro do Conselho Consultivo do Estado de Sergipe durante a interventoria de Maynard Gomes.

24. Nesse grupo, incluem-se, entretanto, intelectuais cuja posição funcional é radicalmente distinta tanto do ponto de vista do trabalho que desenvolvem como no que se refere à sua proximidade dos centros de poder. Por um lado, são os ocupantes dos cargos de chefia e direção das instituições culturais propriamente ditas: Rodovalho Augusto de Amorim Garcia, diretor do Museu Histórico Nacional e, a partir de 1932, da Biblioteca Nacional; Edgard Roquette-Pinto, professor de história natural e diretor do Museu Nacional, mais tarde primeiro diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo, que ele próprio idealizara; Sérgio Buarque de Holanda, diretor da divisão de consulta da Biblioteca Nacional; Rubens Borba Alves de Moraes, diretor da divisão de preparação da Biblioteca Nacional; Luís Camillo de Oliveira Netto, diretor da Casa Rui Barbosa, depois chefe do serviço de documentação da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores (1942); Alcindo Sodrê, diretor do Museu Imperial de Petrópolis etc. Mas também faziam parte desse grupo os censores, redatores, auxiliares e responsáveis pelo aparato de repressão cultural e ideológica, bem como os ocupantes de posições homólogas: Genolino Amado e Hélio Viana, redatores, respectivamente, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural do Distrito Federal (1935) e do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça; Lourival Fontes, diretor-geral do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça (até 1937), membro da Comissão Censitária Nacional do IBGE (1939), e diretor-geral do Departamento de Imprensa e Propaganda; José Condé e José Emar de Oliveira Morel, ambos redatores do Departamento de Imprensa e Propaganda; Raymundo de Monte Arraes, censor na Polícia Civil do Distrito Federal (1933) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (1940); André Carrazzoni, censor lotado no Ministério da Justiça etc. Para maiores detalhes biográficos, consultar Genolino Amado, *O reino perdido (Histórias de um professor de história)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. Sobre a origem social dos irmãos Amado, ver as memórias de Gilberto Amado, *História da minha infância*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, e *Minha formação no Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, bem como a análise do caso Gilberto Amado in Sergio Miceli, *Poder, sexo e letras na República Velha (Estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo, Perspectiva, 1977, pp. 61-7, incluído neste volume, pp. 48-52. Monte Arraes e Carrazzoni são exemplos típicos de escri-

oficiais, especialistas na redação de panegíricos do regime e no culto bombástico de suas principais figuras. Carrazzoni é autor de uma biografia, *Getúlio Vargas*, publicada pela José Olympio em 1939, enquanto Monte Arraes escreveu, entre outras obras, "Idéias e sentimentos de Viriato Vargas", sem casa editora, 1945.

25. Afrânio Coutinho (dir.), op. cit., vol. I, p. 232.

26. O magistério superior comportava tanto os docentes nas disciplinas e ramos tradicionais do direito, medicina, engenharia, como os especialistas das novas disciplinas das faculdades de filosofia, ciências e letras. No primeiro grupo se incluem, entre outros, Almir Bonfim de Andrade (direito constitucional), Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (teoria geral do Estado), Hermes Lima (introdução à ciência do direito), Olavo Bilac Pinto (direito administrativo), Alfredo Dalladão (direito judiciário) etc., todos eles catedráticos na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, embora alguns deles tenham investido em áreas das ciências humanas, como a sociologia e a história, que não guardavam relação direta com o conteúdo das disciplinas que lecionavam. Aliás, algumas das principais clivagens teóricas e metodológicas com que passou a operar o campo intelectual foram impostas pelas obras de vários praticantes das novas disciplinas na área das ciências sociais: Josué de Castro (geografia humana), Gilberto Freyre (sociologia), Victor Nunes Leal (política), Djacir Menezes (economia política e história das doutrinas econômicas), Artur Ramos (antropologia e etnografia), todos eles catedráticos que lecionavam na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. O setor literário da Faculdade Nacional de Filosofia permitiu a convocação de inúmeros escritores que se haviam identificado com o movimento modernista: Manuel Carneiro de Souza Bandeira, membro do conselho consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, catedrático de literatura hispano-americana; Jorge Mateus de Lima, professor assistente de literatura brasileira, afora os críticos, gramáticos, filólogos e outros estudiosos da língua (Antenor Nascentes, Sousa da Silveira etc.), alguns deles tendo começado nos quadros da carreira docente do Colégio Pedro II, como foi o caso de Álvaro de Barros Lins (catedrático de literatura e história geral).

Consultar Gilberto Freyre, *Tempo morto e outros tempos (Trechos de um diário de adolescência primeira mocidade, 1915-1930)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975; Manuel Bandeira, *Itinerário Pasárgada*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957; Stefan Baciu, *Manuel Bandeira de corpo inteiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966; Sergio Miceli, op. cit., em especial o tópico "Doença e carreira masculina interrompida", pp. 51-7 (incluído neste volume, pp. 42-7), que analisa o caso de Manuel Bandeira; Renard Perez, *Escritores brasileiros contemporâneos*, duas séries, 47 biografias guiadas de antologia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, segunda série, 1964, esboço biográfico de Álvaro Lins às pp. 21-9.

27. Entre outros, Rosário Fusco, presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo; Ivan Monteiro de Barros Lins, que passou de cargos burocráticos nos ministérios da Agricultura e do Trabalho a ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal; Aníbal Monteiro Machado, distribuidor dos Juízos de direito das varas pares dos Feitos da Fazenda Municipal e de incidentes do Trabalho; Carlos Sussekind de Mendonça, promotor público adjunto da Justiça do Distrito Federal e mais tarde subprocurador; Rodrigo Octavio Filho, membro substituto do Tribunal Superior Eleitoral; Otávio Tarquínio de Sousa, representante do Ministério Público no Tribunal de Contas; Ademar Tavares, desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal etc. Consultar o esboço biográfico de Aníbal Monteiro Machado in Renard Perez, op. cit., primei-

ra série, pp. 17-26. Carlos Sussekind de Mendonça escreveu diversas obras virulentamente políticas, entre elas *Afirmções acatolicas em torno de vários temas, segundo volume do curso de literatura a Ação Católica no Brasil* (1ª ed., 1930), e *O catholicismo, partido político estrangeiro*. Rio de Janeiro, Calvino Filho Ed., 1934.

28. Raul Bopp, Ronald de Carvalho, Ruy Ribeiro Couto e outros intelectuais que ingressaram no corpo diplomático estiveram ligados de algum modo ao surto literário modernista. São Cosme e Theodemiro Tostes, por exemplo, participaram ativamente do movimento modernista em Porto Alegre, tendo colaborado nos principais órgãos do grupo, o segundo com poemas, ensaios e crônicas, e o primeiro como ilustrador, caricaturista e capista da revista *Madrugada*, de cuja direção editorial e artística ambos faziam parte. Ver, a esse respeito, o trabalho de Ely Chiappini Moraes Leite, *Modernismo no Rio Grande do Sul (Materiais para o seu estudo)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1972. Embora já tivessem publicado diversas obras antes de 22, Ruy Ribeiro Couto e Ronald de Carvalho também se bandearam para as hostes modernistas. Consultar Raul Bopp, "*Bopp passado-a-limpo*" por ele mesmo. Rio de Janeiro, Gráfica Tupy, 1972, pequeno volume que contém dados biográficos a respeito de sua trajetória anterior e posterior ao ingresso na carreira diplomática, e *Memórias de um embaixador*. Rio de Janeiro, Gráfica Record, 1968, uma espécie de caderno de notas sobre suas atividades e iniciativas funcionais. Além desses, a carreira diplomática abrigava ainda letrados pouco conhecidos, como, por exemplo, Osório Dutra e Luís Guimarães Filho, ambos poetas de estilo convencional. Luís Avelino Gurgel do Amaral, Heitor Lira, cujos volumes de memórias permitem reconstruir todo um período da história do Itamaraty, a concorrência para os postos mais cobiçados, o trem de vida que levavam os diplomatas, suas ambições, círculos de sociabilidade etc. Consultar Luís Avelino Gurgel do Amaral, *Traços a carvão (Reminiscências)*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1938; *Cousas idas e vividas (Lembranças íntimas e da carreira diplomática)*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959; e *O meu velho Itamaraty*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949; Luís Guimarães Júnior, *A caminho do Egito*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação/MEC, 1957; Heitor Lira, *Minha vida diplomática (Coisas vistas e ouvidas, 1916-1925, Secretaria de Estado e Embaixada em Londres)*. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972. (Outros intelectuais que teriam participação destacada em conjunturas mais recentes iniciaram no mesmo período sua carreira no Ministério das Relações Exteriores: Roberto de Oliveira Campos, Paschoal Carlos Magno, Vinicius de Moraes, João Guimarães Rosa, Antonio Houaiss etc.)

29. Dos trinta eleitos para a Academia Brasileira de Letras entre 1930 e 1945, inclusive, pelo menos seis deles pertenciam à cúpula dirigente da elite civil: João Neves da Fontoura, bacharel em direito, deputado estadual (1921-8), deputado federal (1928-30, 1935-7), consultor jurídico do Banco do Brasil, embaixador do Brasil em Portugal (1943-5); o próprio Vargas, e mais os já citados Oliveira Viana, Levi Carneiro, Alceu Amoroso Lima e José Carlos de Macedo Soares. Outros doze chegaram a ocupar postos no primeiro escalão de suas respectivas áreas de atuação: Celso Vieira, bacharel em direito, auxiliar do chefe de polícia do Rio de Janeiro, diretor de gabinete do ministro da Justiça e secretário do Tribunal de Apelação; Múcio Carneiro Leão, bacharel em direito, fundador e diretor do suplemento literário *Autores e Livros*, de *A Manhã* (órgão do regime), oficial de gabinete do ministro da Fazenda (1925), fiscal-geral de loterias e agente fiscal do imposto de consumo; Clementino Fraga, médico, professor catedrático de clínica médica nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro (desde 1925), diretor do Departamento Nacional de Saúde

ública (1925-30), secretário-geral de Saúde e Assistência do Rio de Janeiro (1937-40); Miguel Osório de Almeida, médico, diretor-geral da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-social do Ministério da Educação e Saúde Pública (1934), professor catedrático da Escola Nacional de Veterinária (até 1938), delegado brasileiro às reuniões promovidas pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual e à II Conferência Panamericana de Cooperação Intelectual (Havana, 1941), diplomata; e mais os já citados Ruy Ribeiro Couto, Rodrigo Octavio Filho, Osvaldo Orico, Cassiano Ricardo, Gregório Porto da Fonseca, Peregrino Jr., Rodolpho Garcia e Pedro Calmon. Além desses, também se encontravam no serviço público Clodomir Vianna Moog, bacharel em Direito, agente fiscal do imposto de consumo no Ministério da Fazenda, Barbosa Lima Sobrinho e Manuel Bandeira. Com exceção de Guilherme de Almeida, Paulo Setúbal e Antônio de Alcântara Machado, que foram eleitos para preencher a cota paulista, de Rocha Pombo, Luiz Edmundo, Pereira da Silva, Viriato Correia e Octavio Mangabeira, remanescentes de "panelas" literárias e políticas atuantes na República Velha, e de Santos Dumont, cuja eleição vinha sagrar seus feitos de pioneiro da aviação, não se pode desvincular o acesso de alguns desses intelectuais à Academia Brasileira de Letras da colaboração que vinham prestando no setor público. Aliás, em 1941, a eleição de Vargas para a vaga de Alcântara Machado resultou da iniciativa de um grupo de acadêmicos de que faziam parte, entre outros, Osvaldo Orico, Gustavo Barroso, Oliveira Viana, José Carlos de Macedo Soares, Celso Vieira, quando já haviam feito sua inscrição Basílio de Magalhães, Menotti del Picchia, Martins de Oliveira etc.

30. Raymundo Faoro, *Os donos do poder — Formação do patronato político brasileiro*, 2 vols. 2ª ed. Porto Alegre, Globo, 1977, vol. 2, p. 743.

31. Além dos nomes já indicados no cap. I e que deram prosseguimento à sua carreira no serviço público, os ganhos posicionais de integralistas se fizeram sentir em praticamente todas as frentes especializadas do mercado central de postos: Thiers Martins Moreira (ex-membro do Conselho Nacional até junho de 1936 e membro da Câmara dos Quarenta da Ação Integralista Brasileira a partir de setembro do mesmo ano), secretário do diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, catedrático de literatura portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia (1942); Custódio Américo Pereira de Viveiros (ex-membro da Câmara dos Quarenta), diretor de seção do Departamento Nacional do Trabalho (desde 1932); Anor Butler Maciel (bacharel, ex- chefe provincial integralista no Rio Grande do Sul), presidente da Comissão de Salário Mínimo da 7ª região e membro (1938) da Comissão de Estudos de Negócios Estaduais (1945); Othon Leonards (ex-membro da Câmara dos Quarenta), catedrático de geologia e paleontologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939), catedrático de geologia econômica e noções de metalurgia da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (1942), membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1944); Miguel Reale (ex-membro do Conselho Supremo da Ação Integralista, de junho de 1936 até sua dissolução), membro do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (1942); Luís da Câmara Cascudo (ex-membro da Câmara dos Quatrocentos), presidente da Comissão de Salário Mínimo da 6ª região, Natal, Rio Grande do Norte (1941) etc. Consultar Luís da Câmara Cascudo, *O tempo e eu (Confidências e proposições)*. Natal, Imprensa Universitária, 1968; Américo de Oliveira Costa, *Viagem ao universo de Câmara Cascudo (Tentativa de ensaio biobibliográfico)*. Natal, Fundação José Augusto, 1969; Thiers Martins Moreira, *O menino e o palacete*. Rio de Janeiro, Simões, 1954.

32. A incorporação de intelectuais católicos alcançou dimensões incomparavelmente maiores, fazendo valer a presença da Igreja em todos os setores políticos e culturais do serviço público

e, em especial, em determinadas áreas próximas dos núcleos executivos: Luiz Augusto de Monteiro (membro da Ação Universitária Católica), procurador do Ministério Público no Departamento do Trabalho, membro do Conselho Nacional do Trabalho, diretor-geral do Departamento Nacional do Trabalho (1939-44), diretor da seção de segurança nacional do Ministério do Trabalho (1941-4), presidente da Comissão Elaboradora da Consolidação das Leis do Trabalho (1943), diversas missões no exterior; Hamilton de Lacerda Nogueira, fundador da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, biógrafo espiritual de Jackson de Figueiredo, autor de *Ensaio de biologia* (1933), *Freud e a renovação da psicologia* (1933), *Doutrina dos temperamentos de Alberto Nogueira* (1938) etc., catedrático de biologia geral da Faculdade Nacional de Filosofia e de higiene da Faculdade Nacional de Medicina; Joaquim da Costa Ribeiro (membro do Centro Dom Vital e da Ação Universitária Católica), catedrático de física geral e experimental da Faculdade Nacional de Filosofia; Perilo Gomes, da primeira leva de convertidos por Jackson de Figueiredo, membro do Centro Dom Vital, autor de *Penso e creio* (1920), em que trata das relações entre a ciência e a fé, diplomata de carreira; Jônatas Archanjo da Silveira Serrano (ensaio sobre Farias Brito e Júlio Maria, diversos manuais de história), catedrático do Colégio Pedro II, membro do Conselho Nacional de Educação, da Comissão Nacional do Livro Didático etc.; Estela de Faro (dirigente católica do setor feminino e auxiliar de confiança do cardeal Leme), membro do Conselho Nacional do Serviço Social; Cecília Meirelles, Everardo Backheuser, Maria Junqueira Schmidt, Leonel Franca etc., membros de diversas comissões e conselhos nos ministérios da Educação, do Trabalho e em outros setores governamentais. Consultar Antônio Carlos Villaça, *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, pp. 102-60; Alceu Amoroso Lima, *Pela Ação Católica*. Rio de Janeiro, Anchieta, 1935, pp. 223-44; *Jonathas Serrano (In Memoriam)*, diversos autores. Rio de Janeiro, Federação das Academias de Letras do Brasil, 1945, suplemento nº 54 da *Revista das Academias de Letras*; Leodegário A. de Azevedo Filho, *Poesia e estilo de Cecília Meirelles (A Pastora das Nuvens)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970; Everardo Backheuser, *O professor*. Rio de Janeiro, Agir, 1946, uma profissão de fé no magistério; padre Luiz Gonzaga da Silveira d'Elboux, S. J., *Padre Leonel Franca*. Rio de Janeiro, Agir, 1953.

33. Esse empenho transparece de modo inequívoco no âmbito dos ministérios do Trabalho e da Educação, no primeiro porque seria temerário abrir mão de qualquer parcela de influência na conformação dos mecanismos institucionais e na montagem das doutrinas que porventura viessem a inspirar o disciplinamento das práticas do operariado, no segundo porque estava em jogo o quinhão de autoridade da Igreja sobre as instâncias de recrutamento e habilitação dos diversos corpos de especialistas que compõem o estado-maior do trabalho pedagógico junto às novas gerações da classe dirigente. Em consequência, a Igreja não poderia se ausentar dessas áreas de litígio e concorrência sem pôr em risco o acesso às suas principais clientelas. Por outro lado, a questão do grau de participação dos intelectuais nas tomadas de decisão em matérias afetas aos setores em que operavam mereceria decerto um tratamento mais detido. Preferi examinar esse problema numa análise em profundidade do Conselho Nacional de Educação. Nesse estudo, procuro indicar as divergências de interesse que permeiam as diversas alas de que se compõe esse conselho, chamando a atenção para a interferência que as filiações institucionais e doutrinárias exercem nas tomadas de posição de seus membros. Ademais, esse trabalho permite ainda avaliar o grau de autonomia de que dispunham os colegiados no campo do ensino e da cultura. Consultar Sergio Miceli, "O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado (1931-1937)",

A Revolução de 30 — Seminário internacional. São Paulo/Brasília, CPDOC/FGV/Editora da UnB, 1983, pp. 399-435, incluído neste volume, pp. 293-342.

34. Um dos melhores documentos sobre o clima intelectual e político em meio ao qual floresceu a "geração sonhada por Alberto Torres" é o volume *À margem da história da República (Ideias, crenças e afirmações)*, inquirido por escritores da geração nascida com a República. Rio de Janeiro, Edição do *Anuário do Brasil*, 1924, inquirido sobre escritores da geração nascida com a República: A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jônatas Serrano, José de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde, Vicente Licínio Cardoso. Consultar também João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956; Gilberto Amado, *Presença na história*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958, e *Depois da política*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960; José Maria Bello, *Memórias*. Rio de Janeiro, 1958, bem como a análise de ambos in Sergio Miceli, *Poder, sexo e letras na República Velha (Estudo clínico dos anatólios)*, op. cit., pp. 61-7, incluído neste volume, pp. 48-52; Bolivar Lamounier, "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação", in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano*, t. III, vol. 2 ("Sociedade e instituições [1889-1930]"). São Paulo, Difel, 1977, pp. 343-74, em que é dissecado o modelo da *ideologia de Estado*.

35. A respeito de Azevedo Amaral, consultar os materiais biográficos contidos no volume preparado por seu irmão, Ignácio M. Azevedo do Amaral, *Reminiscências...* Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1958. Sobre Oliveira Viana, ver Vasconcelos Tôrres, *Oliveira Viana, sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1956. Consultar, ainda, Afonso Arinos de Melo Franco, *A alma do tempo (Formação e mocidade)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961; *A escadada*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965; e *Planalto*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968; Carolina Nabuco, *A vida de Virgílio de Melo Franco*, pref. de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962; Homero Senna, *República das letras (20 entrevistas com escritores)*, op. cit., entrevista com Afonso Arinos de Melo Franco, intitulada "Política e letras", pp. 255-69.

36. Consultar o volume *Um educador brasileiro: Lourenço Filho*. São Paulo, Melhoramentos, 1959, p. 28, livro jubilar organizado pela Associação Brasileira de Educação, com textos de José Augusto Bezerra de Medeiros (então presidente da associação), Fernando de Azevedo, A. Almeida Jr., J. Moreira de Souza, Anísio Teixeira, Clemente Mariani, Alceu Amoroso Lima, Peregrino Jr., Abgar Renault e outros.

37. Era um dos cinco novos cursos normais criados na gestão Oscar Thompson, localizados em pontos estratégicos do interior paulista: "Tinha quatro séries, como a Escola Normal Secundária, mas dedicava mais tempo à formação pedagógica, com sacrifício do latim e do inglês" (op. cit., p. 29).

38. *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, volume organizado por um grupo de professores e educadores brasileiros, p. 171.

39. *Ibidem*, p. 133.

40. Também pertenceram à liderança anarquista outros que vieram a prestar serviços no Ministério do Trabalho, entre eles Agripino Nazareth. Advogado baiano, colaborador da imprensa anarquista, tendo participado do plano para a derrubada do governo em 1918 e da fundação da extensão brasileira do Grupo Clarté (1921) — que chegou a alimentar o projeto de criação de um partido socialista brasileiro, que viria a se concretizar em maio de 1925, por iniciativa de Evaristo de Moraes —, acabou tornando-se procurador do Departamento Nacional do Trabalho desde 1933 e membro do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Funcionários

Públicos da União, passando a procurador-geral por volta de 1941. Para maiores informações a respeito e de outras figuras seja do movimento anarquista, seja das demais organizações de esquerda, que acabaram ingressando no serviço público, consultar John W. Foster Dulles, *Annals of communists in Brazil (1900-1935)*. Austin, University of Texas Press, 1973, e Ronald H. Chilcote, *The Brazilian Communist Party (1922-1972)*. Nova York, Oxford University Press, 1974.

41. Joaquim Pimenta, *Retalhos do Passado (Tauá—Fortaleza)*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1945, p. 44.

42. *Ibidem*, pp. 88 ss.

43. *Ibidem*, p. 121.

44. *Ibidem*, pp. 138-9, 144.

45. *Ibidem*, p. 143.

46. Consultar John W. Foster Dulles, op. cit., pp. 95, 168, 245, 280, 412 e 455.

47. Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, Difel, 1975, p. 133. A esse respeito, ver também as memórias de Benedicto Valladares, *Tempos idos e vividos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

48. João Peregrino da Rocha Fagundes Jr. nasceu em 1898, na capital do Rio Grande do Norte, filho de um funcionário e professor de matemática e línguas. Frequentou a Escola Normal, auxiliou a organizar diversos jornais, transferindo-se em 1914 para o estado do Pará, onde, por interferência de um tio que era administrador do posto aduaneiro de Óbidos, consegue o cargo de remador na mesma repartição; em Belém, conclui o curso secundário, ingressando como suplente de revisor da *Folha do Norte*, passando em seguida a repórter de polícia e a redator; em 1919, inicia o curso de medicina, que logo interrompe, fixando-se na capital federal; paralelamente a um cargo público, passa a trabalhar na imprensa, aproximando-se de um círculo de boêmia intelectual, e consegue firmar sua presença primeiro por meio de uma coluna semanal em *A Notícia*, e depois como responsável pela seção do *Rio-Jornal* intitulada "Vida fútil"; entre 1924 e 1926, publica três volumes de crônicas; acaba se fixando em *O Jornal* e retoma o curso de medicina, para concluí-lo em 1929, no mesmo ano em que publica sua primeira obra de ficção, a que se seguem outras coletâneas de contos, destacando-se o volume intitulado *Pussanga*, que teve três edições em três anos. Esse livro, acrescido de outros trabalhos, foi republicado em 1936 pela José Olympio com o título *Histórias da Amazônia*; em 1938, lança *Doença e constituição de Machado de Assis*; passando então quase vinte anos sem publicar nada. Dados extraídos de Renard Perez, op. cit., primeira série, pp. 317-23. Consultar o depoimento que prestou a Edgard Cavalheiro, *Testamento de uma geração*. Porto Alegre, Globo, 1944, pp. 211-7.

49. Gustavo Barroso e Olegário Mariano foram os patronos de Herman Lima nos primeiros contatos com círculos e salões literários no Rio de Janeiro, assim como Cláudio de Souza, Celso Vieira e Fernando Magalhães foram alguns dos principais apoios ao ingresso de Osvaldo Orico na Academia Brasileira de Letras. As memórias desses funcionários-escritores relatam inúmeros episódios em que se valeram da proteção de escritores da República Velha para conseguir melhores postos no serviço público, para ter acesso aos órgãos de imprensa, para editar suas obras etc.

50. Renard Perez, op. cit., primeira série, pp. 57-8.

51. Augusto Meyer, *No tempo da flor*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1966, pp. 45-7. E, do mesmo autor, consultar o primeiro volume de suas reminiscências, *Segredos da infância*. Porto Alegre, Globo, 1949. As expressões entre aspas dos parágrafos a seu respeito foram extraídas de ambos os volumes citados.

52. Osvaldo Orico, *Da forja à Academia (Memórias dum filho de ferreiro)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, p. 46.

53. Augusto Meyer, op. cit., pp. 117-8.

54. "[...] um jovem mestre — espírito metropolitano extraviado na província — que devia exercer uma grande influência na minha formação literária [...], sobrinho de d. Amélia e Clóvis Beviláqua, fora por estes introduzido nos meios literários da metrópole. Frequentava a casa de Coelho Neto e correspondia-se com muitas figuras ilustres do Brasil [...] Com que secreto orgulho mostrava a coleção de cartas que possuía, e nas quais Coelho Neto, Clóvis, Alberto de Oliveira, Pedro Lessa, Alcides Maia e outros pleiteavam para ele um posto na imprensa, na burocracia ou na magistratura [...] o destino — ou a experiência da vida [...] — truncou a trajetória de alguns desses convivas do banquete espiritual da Amazônia [...] Dir-se-ia que Lucídio Freitas, com os ensinamentos de sua derrota, quisesse construir o meu itinerário, tal o empenho que punha em acautelar-se contra certas igrejinhas" (Osvaldo Orico, op. cit., pp. 149, 151 e 153).

55. Ver Herman Lima, *Poeira do tempo — Memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Também formado em medicina pela Faculdade da Bahia, foi obrigado a trabalhar desde mocinho, por causa da falência da loja paterna. Foi feitor de estrada de rodagem no sertão de Aracati depois de inúmeros empregos em ateliê de fotografia e escritórios; tendo sido aprovado em dois concursos no Ministério da Fazenda, para escriturário e agente fiscal do consumo, acaba sendo aproveitado como escriturário na Delegacia Fiscal no Ceará (1917); depois de formado, trabalhou como médico no interior baiano; em 1931, consegue ser transferido para o Tesouro Nacional no Rio de Janeiro e, dois anos mais tarde, passa a servir como auxiliar de gabinete de Vargas; em 1937, é designado para a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres, um "favor" que ele mesmo solicitou a Vargas. Publicou seu primeiro livro, uma coletânea de contos sob o título *Tigipió*, às suas custas, em 1922 e, dez anos mais tarde, edita o romance *Garimpos*.

56. Osvaldo Orico, op. cit., pp. 256 e ss. Ivan Lins, Carlos Sussekind de Mendonça, Heitor Moniz, Jônatas Serrano, Osório Dutra, Deocleciano Martins de Oliveira, por sua vez, foram relegados à Academia Carioca de Letras (fundada em 1926), remanso de intelectuais com baixa cotação na bolsa de valores da época e de funcionários-escritores dedicados aos gêneros menos compensadores do ponto de vista propriamente intelectual. Consultar *Publicações*, Academia Carioca de Letras, Rio de Janeiro, 1942. Em 1937, Martins de Oliveira foi um dos candidatos derrotados por Barbosa Lima Sobrinho para a vaga de Goulart de Andrade na Academia Brasileira de Letras, o mesmo tendo ocorrido com Osório Dutra, que perdeu para Oliveira Viana na disputa da vaga de Alberto de Oliveira. Consultar as memórias de Deocleciano Martins de Oliveira, *Procuo o menino* (obra póstuma), pref. do cardeal Brandão Vilela. Rio de Janeiro, Editora Cátedra/INL/MEC, 1976.

CONCLUSÕES (PP. 238-46)

1. Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, Difel, 1975, p. 19.
2. *Ibidem*, p. 22.
3. Entre outras, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro e, mais recentemente, *São Paulo e o Estado nacional*, de Simon Schwartzman.

Bibliografia

FONTES

1. MEMÓRIAS

- ALMEIDA, José Américo de. *Antes que eu me esqueça (Memórias)*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- _____. *A palavra e o tempo (1937-1945-1950)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
- AMADO, Genolino. *O reino perdido (Histórias de um professor de história)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
- AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- _____. *Minha formação no Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.
- _____. *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- _____. *Presença na política*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.
- _____. *Depois da política*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.
- AMARAL, Ignácio M. Azevedo do. *Reminiscências...* Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1958.
- AMARAL, Luís Avelino Gurgel do. *Traços a carvão (Reminiscências)*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1938.
- _____. *Cousas idas e vividas (Lembranças íntimas e da carreira diplomática)*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959.
- _____. *O meu velho Itamarati*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1964.
- ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*, pref. e notas de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1966.

ANDRADE, Oswald de. *Um homem sem profissão — Memórias e confissões, 1890-1919 (I. Sob as ordens de mamãe)*, pref. de Antonio Candido. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.

ANJOS, Ciro dos. *Explorações no tempo (Memórias)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963.

AZEVEDO, Fernando de. *História da minha vida*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

BANDEIRA, Manuel. *Itinerário de Pasárgada*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957.

BARROSO, Gustavo. *Coração de menino*. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa Editora, 1939.

_____. *Liceu do Ceará*. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa Editora, 1940.

_____. *Consulado da China*. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa Editora, 1941.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

BELLO, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

BOPP, Raul. *"Bopp passado-a-limpo" por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Gráfica Tupy, 1972.

_____. *Memórias de um embaixador*. Rio de Janeiro, Gráfica Rêcord, 1968.

BRITO, Mário da Silva. *Diário intemporal*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

BROCA, Brito. *Memórias*, texto organizado, anotado e com introdução de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

CARDOSO, Lúcia. *Diário completo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

CARDOSO, Maria Helena: *Por onde andou meu coração*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

CASCUDO, Luís da Câmara. *O tempo e eu (Confidências e proposições)*. Natal, Imprensa Universitária, 1968.

CAVALHEIRO, Edgard. *Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro, MEC, 1955.

CAVALCANTI, Emiliano di. *Viagem da minha vida*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1955.

CAVALCANTI, Povina. *Volta à infância*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.

DUARTE, Paulo. *Prisão, exílio, luta...* Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1946.

_____. *I. Raízes profundas*. São Paulo, Hucitec, 1974.

_____. *II. A inteligência da fome*. São Paulo, Hucitec, 1975.

_____. *III. Selva oscura*. São Paulo, Hucitec, 1976.

FIGUEIREDO, Jackson de. *Correspondência*. Rio de Janeiro, Editora A. B. C., 1938.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias*, 2 vols. Porto Alegre, Globo, 1958-63.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo (Formação e mocidade)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

_____. *A escalada*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

_____. *Planalto*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos (Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

GOMES, Eugênio. *O mundo da minha infância*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1969.

GRIECO, Agripino. *1. A província*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

_____. *2. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

GUIMARÃES JR., Luís. *A caminho do Egito*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação/MEC, 1957.

JARDIM, Luís. *O meu pequeno mundo (Algumas lembranças de mim mesmo)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

LACERDA, Carlos. "Rosas e pedras do meu caminho". *Manchete*, nº 782-92. Rio de Janeiro, Bloch, abril-junho de 1967.

LEITE, Aureliano. *Páginas de uma longa vida*. São Paulo, Martins, 1966.

LELLIS, Raul Moreira. *Há sol por trás das nuvens*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

LESSA, Orígenes. *Não há de ser nada (Notas de um repórter entre os voluntários de Piratininga)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932.

_____. *O. K. América: cartas de Nova York*. Rio de Janeiro, Lettura, 1945.

_____. *Ilha Grande: do jornal de um prisioneiro de guerra*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias improvisadas (Diálogos com Medeiros Lima)*, pref. de Antonio Houaiss. Petrópolis, Vozes, 1973.

LIMA, Herman. *Poeira do tempo — Memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

LIMA, Hermes. *Travessia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

LIMA, Jorge de. "Minhas memórias", in *Obras completas*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1959.

LIRA, Heitor. *Minha vida diplomática (Coisas vistas e ouvidas, 1916-1925, Secretaria de Estado e Embaixada em Londres)*. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972.

MELLO, Olbiano de. *A marcha da revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1957.

MENDES, Murilo. *A idade do serrote*. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1968.

MEYER, Augusto. *Segredos da infância*. Porto Alegre, Globo, 1949.

_____. *No tempo da flor*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1966.

MILLIET, Sergio. *Diário crítico*, vols. 1 e 2. São Paulo, Brasiliense, 1944-5; e vol. 3. São Paulo, Martins, 1945.

MOREIRA, Thiers Martins. *O menino e o palacete*. Rio de Janeiro, Simões, 1954.

MÓTTA FILHO, Cândido. *Contagem regressiva (memórias)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.

NABUCO, Carolina. *Oito décadas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e lutas de um burguês progressista (O Partido Democrático e a Revolução de 1930)*, 2 vols. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

NUTELS, Noel. *Memórias e depoimentos*, apresentação de Antonio Houaiss. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

OLIVEIRA, Deocleciano Martins de. *Procuo o menino* (obra póstuma), pref. do cardeal Brandão Vilela. Rio de Janeiro, Editora Catedra/INL/MEC, 1976.

ORICO, Osvaldo. *Da forja à Academia (Memórias dum filho de ferreiro)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.

PICCHIA, Menotti del. *A longa viagem, 1ª etapa*. São Paulo, Martins, 1970.

_____. *A longa viagem, 2ª etapa — Da revolução modernista à Revolução de 1930*. São Paulo, Martins, 1972.

PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado (Táua—Fortaleza)*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1945.

PINHO, Demóstenes Madureira de. *Carrossel da vida (Páginas de memórias)*, apresentação de Pedro Calmon, pref. de Leonídio Ribeiro. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

PONGETTI, Henrique. *O carregador de lembranças (Memórias)*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1971.

PORTO, Rubens. *Rubens Porto em 60 anos..., artigos e discursos*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970.

QUEIROZ, Rachel de. *A donzela e a moura torta (Crônicas e reminiscências)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.

RAMOS, Graciliano. *Infância (Memórias)*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

_____. *Memórias do cárcere*, 2 vols. 5ª ed. São Paulo, Martins, 1965.

..., José Lins do. *Meus verdes anos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

..., Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

..., Nelson. *Memórias*. Rio de Janeiro, Edições Correio da Manhã, 1967.

..., Augusto Frederico. *O galo branco*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.

_____. *As florestas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

..., Mons. João de Barros. *Reminiscências de um cardinalato*. Petrópolis, Vozes, 1944.

..., Benedicto. *Tempos idos e vividos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

..., Érico. *Solo de clarineta*, 2 vols. Porto Alegre, Globo, 1973-4.

REFERÊNCIAS E REPERTÓRIOS BIOGRÁFICOS

..., Oneyda. *Mário de Andrade, um pouco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

..., Aracy A. *Tarsila (Sua obra e seu tempo)*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

..., Daniel I. *Helena Antipoff, sua vida, sua obra*, pref. de Otto Lara Rezende. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

..., Fernando de. *Figuras do meu convívio (Retratos de família e de mestres e educadores)*. 2ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973.

..., Leodegário A. de. *Murilo Araújo e o modernismo*. Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1968.

_____. *Poesia e estilo de Cecília Meirelles (A Pastora das Nuvens)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

..., Stefan. *Manuel Bandeira de corpo inteiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.

..., Francisco de Assis. *Retratos de família*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

..., Paulo E. de Berrêdo. *Roquette-Pinto*. Rio de Janeiro, MEC, 1957.

..., André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

..., Paulo de. *Um precursor do direito trabalhista brasileiro*. Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1964.

..., Edgard. *Monteiro Lobato (Vida e obra)*, 2 vols. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1962.

..., Povina. *Vida e obra de Jorge de Lima*. Rio de Janeiro, Ed. Correio da Manhã, 1969.

..., Américo de Oliveira. *Viagem ao universo de Câmara Cascudo (Tentativa de ensaio biobibliográfico)*. Natal, Fundação José Augusto, 1969.

..., Afrânio (dir.). *Brasil e brasileiros de hoje*, 2 vols. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1961.

..., Ribeiro. *Dois retratos de Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960.

..., Fernando Correia. *João Alphonsus: tempo e modo*. Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1965.

..., ANÔNIMOS AUTORES. *Ansio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

..., ANÔNIMOS AUTORES. *Jonathas Serrano (In Memoriam)*. Rio de Janeiro, Federação das Academias de Letras do Brasil, 1945, suplemento nº 54 da *Revista das Academias de Letras*.

..., Paulo. *Júlio Mesquita*. São Paulo, Hucitec, 1977.

_____. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, Hucitec, 1977.

..., S. J., padre Luiz Gonzaga da Silveira d'. *Padre Leonel Franca*. Rio de Janeiro, Agir, 1953.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *O cardinal Leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962. Col. Documentos Brasileiros, vol. 113.

GOMES, Paulo Emilio Salles. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

LIMA, Alceu Amoroso. *Companheiros de viagem*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

LIMA FILHO, Andrade. *China Gordo, Agamenon Magalhães e sua época*. Recife, Editora Universitária, 1976.

LOPES, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade: ramais e caminhos*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1972.

MACHADO, Alcântara. *Brasilio Machado (1848-1919)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.

MACHADO, Luís Toledo. *Antônio de Alcântara Machado e o modernismo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de et alii. *Um educador brasileiro: Lourenço Filho*. São Paulo, Melhoramentos, 1959.

MELO, Luís Correia de. *Subsídios para um dicionário dos intelectuais riograndenses*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1944.

_____. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

MENEZES, José Rafael de. *José Américo, um homem do bem comum*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.

NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*, pref. de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Globo, 1960.

PENA, Cornélio. *Escoço biográfico in Romances completos*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1958.

PÉREZ, Renard. *Escritores brasileiros contemporâneos*, duas séries, 47 biografias seguidas de antologia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960 e 1964.

_____. *Presença de Villa-Lobos*, 5 vols. Rio de Janeiro, Museu Villa-Lobos/Departamento de Imprensa Nacional, 1965-70.

_____. *Quem é quem nas artes e nas letras do Brasil*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1966.

RIBEIRO, Leonídio. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro, Edições Condé, 1950.

SALGADO, Plínio. *Revista Panorama, número especial*. São Paulo, Panorama, 1936.

SENNA, Homero. *República das letras (20 entrevistas com escritores)*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1968.

_____. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

TATI, Miécio. *Jorge Amado (Vida e obra)*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961.

TÓRRES, Vasconcelos. *Oliveira Viana, sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1956.

VERISSIMO, Érico. *Um certo Henrique Bertaso*. Porto Alegre, Globo, 1973.

3. OBRAS DE REFERÊNCIA

AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo, Martins, 1970.

_____. *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti/Zelio Valverde, 1937-44.

...nuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE/Conselho Nacional de Estatística, 1939-41.

ZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira (Introdução ao estudo da cultura no Brasil)*. 5ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1956.

_____. *As ciências no Brasil*, 2 vols. São Paulo, Melhoramentos, 1956.

_____. *Relações Gerais da União*. Contadoria Geral da República.

ZOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1970.

ZUCCATO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro (I. Antecedentes da Semana de Arte Moderna)*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

ZUCARINI, Brito. *A vida literária no Brasil, 1900*. Rio de Janeiro, MEC/Serviço de Documentação, 1956.

ZUCCHETTI, Neusa Pinsard. *FESTA (Contribuição para o estudo do modernismo)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1971.

ZUCCHETTI, Edison et alii. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES, 1955.

ZUCCHETTI, Edgard. *Oligarquias e classes sociais na Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1974.

ZUCCHETTI, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, MEC, 1955.

ZUCCHETTI, Edgard. *Testamento de uma geração*. Porto Alegre, Globo, 1944.

ZUCCHETTI, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*, 6 vols. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1968-70.

ZUCCHETTI, Afrânio. *30 anos de atividades editoriais de José de Barros Martins (1940-1950)*. São Paulo, Martins, 1950.

ZUCCHETTI, Afrânio. *Diário Oficial da União, 1930-45*.

ZUCCHETTI, Fernando Correia. *O movimento modernista em Minas*. Brasília, Ebrasa, 1971.

ZUCCHETTI, Afrânio. *Estadística intelectual do Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Estatística, 1930.

ZUCCHETTI, Ronald (org.). *Who's who in Latin America. A biographical dictionary of notable living men and women of Latin America*, 6 vols. (Brasil, vol. 6). Stanford, Stanford University Press, 1945-51.

ZUCCHETTI, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*, 3 vols. Rio de Janeiro, Gráfica Tupy, 1968-9.

ZUCCHETTI, A. Carneiro et alii. *À margem da história da República (Ideias, crenças e afirmações), inquérito por escriptores da geração nascida com a República*. Rio de Janeiro, Edição do *Anuário do Brasil*, 1924.

ZUCCHETTI, Afrânio. *Coletânea de legislação, 1940-1945*, 6 vols. São Paulo, Lex Editora, s. d.

ZUCCHETTI, Afrânio. *Martins, 30 anos*. Edição comemorativa do trigésimo aniversário de fundação da Livraria Martins Editora. São Paulo, Martins, 1967.

ZUCCHETTI, Sergio. "O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado (1931-1937)", in *A Revolução de 30 — Seminário internacional*. São Paulo/Brasília, CPDOC/FGV/ Editora da UnB, 1983, pp. 399-435, incluído neste volume, pp. 293-342.

ZUCCHETTI, Josué. *Na casa dos 40*. São Paulo, Martins, 1967.

ZUCCHETTI, Tulo Hostilio. *Tuberculose e literatura (Notas de Pesquisa)*. 2ª ed. Rio de Janeiro, A Casa do Livro, 1971.

ZUCCHETTI, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*, 2 vols. 2ª ed. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1973.

ZUCCHETTI, Roselis Oliveira de. *Lanterna Verde e o modernismo*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1970.

NEME, Mário. *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre, Globo, 1945.

NEVES, Fernão (pseudônimo de Fernando Nery). *A Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, Publicações da ABL, 1940.

_____. *Publicações*. Rio de Janeiro, Academia Carioca de Letras, 1942.

_____. *Recenseamento de 1920*. Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

_____. *Repertório Estatístico do Brasil. Situação cultural, nº 1, separata do Anuário Estatístico do Brasil, ano V, 1939-1940*, IBGE, 1941.

RESENDE, Enrique de. *Pequena história sentimental de Cataguases*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

_____. *História da literatura brasileira (Seus fundamentos econômicos)*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.

TRAVASSOS, Nelson Palma. *Nos bastidores da literatura*, pref. de Monteiro Lobato. 2ª ed. São Paulo, Editora Clube do Livro, 1974.

OBRAS GERAIS

ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Homens e cousas da Academia Brasileira*. Rio de Janeiro, Renascença Editora, 1934.

ALMEIDA JR., A. *Problemas do ensino superior*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

ANTAL, Frederick. "Remarks on the method of art history", *Burlington Magazine*, fevereiro-março de 1949.

_____. *Florentine painting and its social background*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1948.

BACKHEUSER, Everardo. *O professor*. Rio de Janeiro, Agir, 1946.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, org. e introd. de Sergio Miceli. São Paulo, Perspectiva, 1974.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genèbra, Droz, 1972.

_____. "L'invention de la vie d'artiste", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 2. Paris, Centre de Sociologie Européenne, março de 1975.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos)*. São Paulo, Martins, 1964.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CARONE, Edgard. *A Segunda República*. São Paulo, Difel, 1973.

_____. *A República Nova*. São Paulo, Difel, 1974.

_____. *A Terceira República*. São Paulo, Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República", in Boris Fausto (org.). *O Brasil republicano*, t. III, vol. 2 ("Sociedade e instituições [1889-1930]"). São Paulo, Difel, 1977.

CHAMBOREDON, Jean-Claude. "Sociologie de la sociologie et intérêts sociaux des sociologues", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 2. Paris, Centre de Sociologie Européenne, março de 1975.

COTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party (1922-1972)*. Nova York, Oxford University Press, 1974.

_____, Terry N. *Prophets and patrons, the French university and the emergence of the social science*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973.

_____, Gabriel. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo, Pioneira, 1973.

_____, Luiz Antonio Rodrigues da. *Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro, Eldorado, s. d.

_____, Mário Wagner Vieira da. *O sistema administrativo brasileiro (1930-1950)*. Rio de Janeiro, MEC, 1963.

_____, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.

_____, John W. Foster. *Anarchists and communists in Brazil (1900-1935)*. Austin, University of Texas Press, 1973.

_____, José Carlos Garcia. "A serviço da coletividade — Crítica à sociologia das profissões", *Revista de Administração de Empresas*, vol. 15, nº 6. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, novembro-dezembro de 1975.

_____, Kenneth Paul. *Labor in the political process in Brazil: corporatism in a modernizing nation*. Ann Arbor, Michigan, University Microfilms, 1971.

_____. "Corporative controls of labor in Brazil", trabalho apresentado ao encontro anual da American Political Science Association, 1971, mimeo.

_____, Raymundo. *Os donos do poder — Formação do patronato político brasileiro*, 2 vols. 2ª ed. Porto Alegre, Globo, 1977.

_____, L. de Castro. *Populações meridionais do Brasil — Ponto de partida para uma leitura de Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, outubro de 1974.

_____, Boris. *A Revolução de 1930 — Historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

_____. "A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930", in *O Brasil republicano*, t. III, vol. 2 ("Sociedades e instituições [1889-1930]"). 2ª ed. São Paulo, Difel, 1978, pp. 401-26.

_____. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. São Paulo, Cebrap, 1972.

_____, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política (Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *Tenentismo e Aliança Liberal, 1927-1930*. São Paulo, Polis, 1978.

_____, Afonso Arinos de Melo. *Introdução à realidade brasileira*. Rio de Janeiro, Schmidt, 1933.

_____. *Preparação ao nacionalismo (Carta aos que têm vinte anos)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934.

_____, Edmond. *La barrière et le niveau*. Paris, Felix Alcan, 1929.

_____, Lawrence S. *Civil service reform in Brazil (Principles versus practice)*. Austin, University of Texas Press/Institute of Latin American Studies, 1968.

_____, Antonio. *Los intelectuales y la organización de la cultura*. Trad. Raúl Sciarreta. Buenos Aires, Lautaro, 1960.

_____. *Literatura e vida nacional*. Trad. e seleção de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____, John. *The rise and fall of the man of letters (Aspects of English literary life since 1800)*. Londres, Penguin, 1973.

_____, Arnold. *Introducción a la historia del arte*. Madri, Guadarrama, 1961.

HOGGART, Richard. *The uses of literacy*. Londres, Penguin, 1956.

IGLESIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1971.

LAGUARIBE, Helio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

KADUSHIN, Charles et alii. "Influential intellectual journals: a very private club", *Change Magazine*, vol. 4, março de 1972.

_____. "How and where to find intellectual elite in the United States", *The Public Opinion Quarterly*, vol. XXXV, nº 1, primavera de 1971.

_____. "Who are the elite intellectuals?", *The Public Interest*, nº 29, outono de 1972.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973. Col. Brasileira, vol. 350.

LAMOUNIER, Bolivar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação", in Boris Fausto (org.). *O Brasil republicano*, t. III, vol. 2 ("Sociedade e instituições [1889-1930]"). São Paulo, Difel, 1977.

LEYTE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo, Pioneira, 1969.

LEVINE, Robert. *The Vargas regime (The critical years, 1934-1938)*. Nova York, Columbia University Press, 1970.

LEWANDOWSKI, Olgierd. "Différentiation et mécanismes d'intégration de la classe dirigeante (l'image sociale de l'élite d'après le Who's Who in France)", *Revue Française de Sociologie*, vol. XV, nº 1, janeiro-março de 1974.

LIMA, Alceu Amoroso. *Pela Ação Católica*. Rio de Janeiro, Anchieta, 1935.

_____. *Pela cristianização da idade nova*. Rio de Janeiro, Agir, 1946.

_____. "Notas para a história do Centro Dom Vital", *A Ordem*, junho de 1958.

_____. "Ainda o ensino religioso", *A Ordem*, setembro de 1935.

MANHEIM, Karl. *Ensayos de sociología de la cultura*. Madri, Aguilar, 1963.

MARCESE, Herbert. *Culture et société*. Paris, Minuit, 1970.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, vol. 1, 1550-1794. São Paulo, Cultrix, 1976.

MARX, Karl. *Oeuvres philosophiques*. Paris, edição Molitor, vol. IV.

MATTOS, Xavier de. "A nova base da educação", *A Ordem*, julho-agosto de 1933.

MELLO, Arnon de. *Os "sem trabalho" da política*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1931.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha (Estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo, Perspectiva, 1977, incluído neste volume, pp. 13-68.

_____. *Ideologia, aparelhos do Estado e intelectuais em Gramsci*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1974, mimeo.

MIRANDA, Pontes de. *Anarchismo, comunismo, socialismo*. Rio de Janeiro, Adersen Eds., 1933.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1977.

MOTTA FILHO, Cândido. *Introdução à política moderna*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.

MOURA, Sérgio Lobo de e ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. "A Igreja na Primeira República", in Boris Fausto (org.). *O Brasil republicano*, t. III, vol. 2 ("Sociedade e instituições [1889-1930]"). São Paulo, Difel, 1977.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU/Edusp, 1974.

NG, Eul-Soo et alii. "The mandarins of Imperial Brazil", *Comparative Studies in Society and History*, vol. 14, nº 2, março de 1972.

NHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política", in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano*, t. III, vol. 2 ("Sociedade e instituições [1889-1930]"). São Paulo, Difel, 1977.

NTON, Rémy. "Programme esthétique et accumulation de capital symbolique: l'exemple du Parnasse", *Revue Française de Sociologie*, vol. XIV, nº 2, abril-maio de 1973.

ESMAN, David. "The academic career. Notes on recruitment and colleagueship", *Daedalus*, vol. 88, nº 1, 1959.

NGER, Fritz K. *The decline of the German mandarins: the German academic community (1890-1933)*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1969.

DRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicato e conflito industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.

, Paulo. "Posições católicas (Os católicos e o problema da educação)", *A Ordem*, julho de 1934.

ES, Décio Azevedo Marques de. *O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, nº 1, 1973.

NTOS, Wanderley Guilherme dos. "A imaginação político-social brasileira", *DADOS*, nº 2-3. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1967.

_____ "Raízes da imaginação política brasileira", *DADOS*, nº 7. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.

CHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, Difel, 1975.

CHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas (Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro)*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.

HILLS, Edward. *The intellectuals and the powers & other essays*. Chicago, The University of Chicago Press, 1972.

LVA, Hélio. *1932, a guerra paulista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

_____ *1937, todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

OMÃO, Azis. *O sindicato e o Estado*. São Paulo, Dominus, 1966.

DUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*, pref. de Victor Nunes Leal. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

ANURI, Leonor Maria. "A Escola Normal do estado de São Paulo no período da Primeira República (Contribuição para o estudo de sua estrutura didática)". Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1973, mimeo.

HOMPSON, E. P. "The peculiarities of the English", in Ralph Miliband e John Saville (orgs.). *The Socialist Register, 1964-*. Nova York, Monthly Review Press, s. d.

_____ "Patrician society, plebeian culture", *Journal of Social History*, vol. VII, nº 4. Rutgers University, verão de 1974.

_____ *Whigs and hunters*. Londres, Allen Lane/Penguin, 1975.

_____ "Modes de domination et révolution en Angleterre", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 2-3, junho de 1976.

RINDADE, Helgjo. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo, Difel, 1974.

ENÂNCIO Fº, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de ensino jurídico no Brasil)*. São Paulo, Perspectiva, 1977.

VENTURI, Franco. *Les intellectuels, le peuple et la révolution (Histoire du populisme russe au XIX^e siècle)*, 2 vols. Trad. Viviana Paques. Paris, Gallimard, 1972.

VIANA, F. J. de Oliveira. *Problemas de política objetiva*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. *Diretrizes e bases da educação*. São Paulo, Pioneira, 1969.

WATT, Ian. *The rise of the novel (Studies in Defoe, Richardson, and Fielding)*. Londres, Penguin, 1966.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and society (1780-1950)*. Londres, Penguin, 1966.

_____ *The long revolution*. Londres, Penguin, 1961.